

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NÍVEL MESTRADO

MARCOS CÉSAR CADORE

**O BORGISMO NO ALTO TAQUARI:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER CORONELISTAS NAS COLÔNIAS
ALEMÃS E ITALIANAS (1903-1928)**

SÃO LEOPOLDO

2016

MARCOS CÉSAR CADORE

**O BORGISMO NO ALTO TAQUARI:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER CORONELISTAS NAS
COLÔNIAS ALEMÃS E ITALIANAS (1903-1928)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS, como requisito para obtenção do
grau de Mestre em História**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt

SÃO LEOPOLDO

2016

C125b

Cadore, Marcos César

O borgismo no Alto Taquari: uma análise das relações de poder coronelistas nas colônias alemãs e italianas (1903-1928) / Marcos César Cadore. – 2016.

288 f. : il., mapas ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

"Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt."

1. Coronelismo – Rio Grande do Sul. 2. Medeiros, Borges de, 1863-1961. 3. Política – Rio Grande do Sul. 4. Imigrantes – Rio Grande do Sul. I.Título.

CDU 321.1(816.5)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252)

MARCOS CÉSAR CADORE

**O BORGISMO NO ALTO TAQUARI:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER CORONELISTAS NAS
COLÔNIAS ALEMÃS E ITALIANAS (1903-1928)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS, como requisito para obtenção do
grau de Mestre em História**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (Orientador) – UNISINOS

Prof. Dr. Gunter Axt – UFSC

Prof^ª. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – UNISINOS

Prof^ª. Dra. Dóris Rejane Fernandes – FACCAT

À memória de todos os imigrantes anônimos que verdadeiramente transformaram o Alto Taquari no atual e pujante Vale do Taquari através de muito esforço, dedicação e trabalho.

AGRADECIMENTOS

Dois anos passaram-se rapidamente e nesse curto período consegui realizar o sonho de cursar uma pós-graduação com bolsa integral, por isso há muitas pessoas a quem quero agradecer: À UNISINOS, principalmente ao PPGH por ter acreditado no projeto apresentado e ao CNPq pela concessão da bolsa integral.

Quero agradecer à orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio Witt que sempre esteve disposto a sanar dúvidas pertinentes e instigar novas leituras e interpretações. Agradeço também aos demais professores do programa de pós-graduação pelas aulas assistidas, bem como aos eventos promovidos no decorrer dessa minha caminhada.

As amizades realizadas na instituição, as nossas conversas e discussões em aulas ou nos intervalos para o café, tudo faz parte da vida acadêmica. E é o que mais ficará eternizado.

Aos meus familiares pelo incentivo financeiro nesses longos anos, principalmente aos meus pais Silvio e Lédia por sempre terem me incentivado e acreditado na continuação dos estudos. Ao meu irmão Angelo e às minhas avós Dally Cadore e Adeloide Debortoli, um abraço pelo apoio.

Ao Dr. Gunter Axt que desde a graduação conseguiu me instigar a realizar a pesquisa no Arquivo Borges de Medeiros e a trabalhar com História Política. Meu agradecimento especial pela participação na banca de defesa.

Um agradecimento às professoras Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Dra. Dóris Rejane Fernandes por terem participado das bancas de qualificação e defesa dessa dissertação.

A Helena Vian, minha professora do Ensino Fundamental, pela revisão do trabalho.

Enfim, a todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo compreender as relações coronelistas de poder nas colônias de Estrela, Lajeado e Encantado no âmbito do sistema castilhista-borgista e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) durante os anos de 1903/1928. Período em que o Rio Grande do Sul foi governado por Borges de Medeiros. Além disso, visa contribuir para uma melhor percepção na formação política dos municípios da região do Alto Taquari – atual Vale do Taquari - buscando entender a constituição dos poderes locais e sua relação com o governo de Borges de Medeiros. Pretende também contextualizar e apreender os ajustes entre os grupos políticos locais e a rede de compromissos articulados pelo Presidente do Estado durante todo o seu longo período de hegemonia política. Uma das peculiaridades foi a presença de descendentes de imigrantes alemães e italianos nos locais analisados, estabelecendo uma dinâmica constante de cooptação, barganha e resistência, tendo como problemática central avaliar a adaptação do sistema coronelista a uma realidade em que a economia foi marcada pela predominância de pequenas propriedades. Com o intuito de analisar os documentos encontrados sobre as colônias mencionadas, pretende-se conceber melhor a vida política intencional, comparando-a com as demais referências bibliográficas estudadas atualmente. As principais fontes de pesquisa são as cartas recebidas por Borges de Medeiros das lideranças locais, encontradas no ABM/IHGRGS. Por meio desses documentos podemos compreender como ocorreu a formação da rede de compromisso que deu suporte para as sucessivas reeleições dos chefes políticos e como uma elite colonial conseguiu o necessário para essa manutenção e perpetuação de poder.

Palavras-chave: Borgismo. Relações de poder coronelística. Alto Taquari.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the coronelista power relations in the colonies of Estrela, Lajeado and Encantado under the castilhist - borgista system and Riograndense Republican Party (PRR) for the years 1903/1928. Period in which the Rio Grande do Sul was ruled by Borges de Medeiros. It also seeks to contribute to a better perception in the political formation of these municipalities of the Vale do Taquari region, seeking to understand the constitution of local government and its relationship with the government from Borges de Medeiros. It also aims to contextualize and seize the adjustments between local political groups and the network articulated commitments by the State President throughout his long political hegemony. One of the peculiarities is the presence of descendants of German and Italian immigrants in the analyzed sites, establishing a constant dynamic of cooptation, bargaining and resistance, with the central issue to evaluate the adaptation of the landowner system to a reality in which the economy is marked by the predominance of smallholdings. In order to analyze the documents found on the aforementioned settlements, we intend to better design the intencional political life, compared to the other references currently studied. The main source of research are the letters received by Borges de Medeiros local leaders, found in the ABM/IHGRGS. Through these documents we can understand how occurred the formation of the network of commitments that gave support to the successive re-elections of political leaders and as a colonial elite gave the necessary support for such maintenance and perpetuation of power.

Keywords: Borgismo. Coronelística power relations. Alto Taquari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Presidente do Estado e chefe político do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, na década de 1910.	25
Figura 2 - Santinho de Joaquim Francisco Assis Brasil na campanha assistida para as eleições estaduais de 1922, da qual saiu derrotado.	37
Figura 3 - Coronel Francisco Ferreira de Brito que foi o chefe político estrelense de.....	46
Figura 4 - Integrantes do governo intendencial de Francisco Ferreira de Brito.....	56
Figura 5 - Nicolau Müssnich que acabou falecendo antes do término de seu mandato intendencial.....	59
Figura 6 - Vista parcial da Vila de Estrela na década de 1920.....	66
Figura 7 - Coronel Manoel Ribeiro Pontes Filho que foi o chefe republicano de 1908-1924 .	67
Figura 8 - Pontes Filho com seus funcionários intencionais no seu primeiro mandato.....	71
Figura 9 - Primeira sede social da Turn-Verein Estrella	87
Figura 10 - André Marcolino Mallmann eleito intendente de Estrela, no ano de 1924	103
Figura 11 - Inauguração oficial do cais do porto da Vila, no dia 15 de outubro de 1924	105
Figura 12 - Entrada principal do cais do porto da Vila de Estrela.....	114
Figura 13 - Júlio May, intendente de Lajeado, de 1895-1902, falecendo no exercício do cargo.	119
Figura 14 - Coronel Francisco Oscar Karnal, intendente lajeadense, de 1902-1908	128
Figura 15 - Coronel João Batista de Mello, considerado vulto político de Lajeado, governando o município de 1908-1924.....	132
Figura 16 - Coronel José Diel, em 1924, ao lado da cruz que assinala o ponto da batalha histórica da Revolução Federalista na localidade de Santa Clara	138
Figura 17 - Solenidade festiva em frente à Intendência Municipal de Lajeado, no final da década de 1910.	144
Figura 18 - Primeira diretoria do Tiro de Guerra nº 239 do distrito de Santa Clara, em 1918.	147
Figura 19 - Posse de Carlos Fett Filho, em 1924, na cancha de João Zart, junto com José Dias de Andrade, Jacob Leopoldo Heineck, Christiano Lampert, Álvaro da Costa Mello, Deodato B. de Oliveira e Mário Lampert.	159
Figura 20 - Carlos Fett Filho, eleito intendente municipal, em 1924.....	163

Figura 21 - Dr. Érico Ribeiro da Luz, Subchefe de Polícia e emissário borgista, no Alto Taquari.....	172
Figura 22 - Carlos Fett Filho, Érico Ribeiro da Luz, Luis Guedes da Fontoura, entre outros correligionários em Estrela, entre 1925 e 1928.	176
Figura 23 - Coronel Virgílio Antônio da Silva, Intendente de Encantado por dois mandatos consecutivos e destituído pela pressão da facção dissidente.	214
Figura 24 - Antônio De Conto, eleito Intendente nas eleições municipais de 1924, em consenso entre as facções dissidente republicana e federalista.	249
Figura 25 - Augusto Pretto, um dos articuladores da facção dissidente republicana e eleito o primeiro vice-intendente do município em 1924.....	249
Figura 26 - Posse dos conselheiros eleitos para o período de 1924/1928. Em pé: César Roveda, José E. Secchi, Santo Possamai e José Bozzetto. Sentados: Benvenuto Fornari, Victório Costi (Presidente do Conselho) e Ventura Migliorini.	251
Figura 27 - Figuras políticas da época: 1 - Antônio De Conto (Intendente), 2 - José Bozzetto, 3 - Adolfo Auler, 4 - Victório Costi (Presidente do Conselho), 5 - Antônio Pretto, 6 - Demétrio Berté, 7 - Augusto Pretto (Vice-Intendente) e 8 - Tte. Sampaio (Comandante)	273

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região do Alto Taquari e áreas coloniais limítrofes, em destaque, com suas primeiras e novas colônias.....	14
Mapa 2 - O atual Vale do Taquari com seus municípios. E em seu contorno os antigos territórios de Taquari, Estrela, Lajeado, Guaporé e Encantado.....	21
Mapa 3 - Mapa do município de Encantado, no ano de 1926	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fundo Borges de Medeiros.....	27
Tabela 2 - Executivo e Legislativo de Estrela (1893-1934)	44
Tabela 3 - Chapa republicana ao Conselho Municipal para o quadriênio de 1920/24.....	95
Tabela 4 - Demonstração da constante reorganização do funcionalismo público no município de Estrela durante o período de pré-contestação das políticas borgistas	97
Tabela 5 - Lista dos candidatos republicanos para o pleito intendencial de 1924.....	107
Tabela 6 - Resultado final das eleições intencionais em 1924	109
Tabela 7 - Executivo e Legislativo de Lajeado (1893-1930)	117
Tabela 8 - Resultado das eleições federais de 1927, na região do Alto Taquari.....	193
Tabela 9 - Executivo e Legislativo de Encantado (1915-1932)	198
Tabela 10 - Resultado das eleições para Presidente do Estado, no Vale do Taquari	224
Tabela 11 - O executivo municipal de Encantado durante a República Velha	261
Tabela 12 - Participação dos eleitores nos pleitos realizados em Encantado.....	270

SUMÁRIO

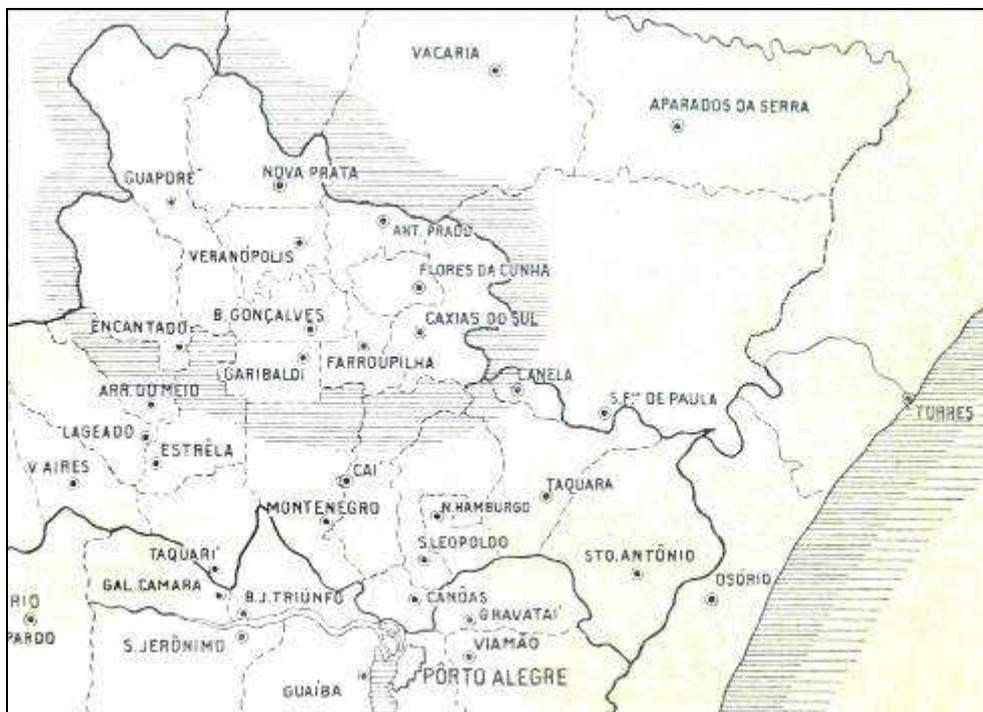
1. INTRODUÇÃO	14
2. ESTRELA	43
2.1 – A tarefa do Coronel Brito	43
2.2 – Pontes Filho assume a chefia política.....	67
2.3 – Turn-Verein Estrella: conflitos locais durante a Primeira Guerra Mundial.....	82
2.4 – A árdua e espinhosa missão do intendente Mallmann	100
3. LAJEADO	115
3.1 – A construção do republicanismo e o governo do Coronel Mello.....	115
3.2 – A eleição municipal de 1916 e a divisão republicana	137
3.3 – A crise política e o afastamento do Coronel Diel	150
3.4 – Carlos Fett Filho e o esfacelamento do PRR local.....	159
3.5 - O papel do emissário Dr. Érico na manutenção do borgismo.....	172
4. ENCANTADO	198
4.1 – A incontestável reeleição do Coronel Virgílio.....	198
4.2 – A formação da facção dissidente e a crise política encantadense.....	208
4.3 – A contestação do Coronel Virgílio e o esfacelamento de sua força	229
4.4 – <i>I leoni di Calabria</i>: a luta entre as facções em Anta Gorda.....	252
4.5 – A atuação dos federalistas em Encantado	265
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	284
7. APÊNDICE	288

1. INTRODUÇÃO

Importante, para um político, andar sempre com a memória em dia: guardar o nome do eleitor, o da patroa, se possível até o dos meninos. O pessoal apreciava – sempre era uma prova de atenção, de amizade.¹

O período determinado por esse trabalho (1903-1928) consiste na presença de Borges de Medeiros à testa da administração pública e política do Rio Grande do Sul. Conhecido por borgismo, essa época estudada, traz consigo ainda os reflexos da instalação das pretensões do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para o Estado. Borges de Medeiros não só teve o respaldo do patriarca Júlio de Castilhos como seu sucessor político e chefe partidário, como todo o cabedal ideológico conhecido por castilhismo-borgismo. A vitória dos republicanos sobre os federalistas na Revolução de 1893-95 foi o marco da dominação dos chimangos sobre os maragatos. E essa polarização extremada custou longos anos de afastamento do poder para os derrotados. Esse será o objetivo principal, procuraremos analisar como isso tudo ocorreu nas então colônias do Alto Taquari.

Mapa 1 - Região do Alto Taquari e áreas coloniais limítrofes, em destaque, com suas primeiras e novas colônias



Fonte: Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 103

¹ PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 27.

Por isso a temática central apresentada neste trabalho fará referência às relações de poder instituídas na região que compreendem os municípios de Estrela, Lajeado e Encantado durante a Primeira República bem como testar e avaliar a possibilidade da adaptação do sistema coronelista à realidade municipal na qual a economia era marcada pela predominância de minifúndios com forte presença de descendentes de imigrantes e colonizadores alemães e italianos, entre outros porém em menor contingente, mas que se constituíram importantes ao longo do período. Visaremos também levantar uma análise do período governativo castilhistaborgista na região do Alto Taquari buscando entender as sucessivas eleições intencionais dos coronéis intendentess, através da contextualização histórica e política rio-grandense. Além de tentar compreender as formas em que os diversos grupos políticos locais foram inseridos e cooptados ao sistema e como elas agiam para a sustentação desses coronéis que eram ligados a uma crescente elite comercial e industrial colonial.²

² Por elite colonial devemos compreender os principais comerciantes e/ou industrialistas dos núcleos coloniais. Eram eles que dominavam os cargos de conselheiros municipais, membros da comissão executiva do Partido Republicano local e subintendências e subdelegacias nos distritos interioranos. Alinhados na rede de compromisso castilhistaborgista, essa elite representava os interesses de Borges de Medeiros na região “em razões de ordem política (a cooptação do eleitorado regional) e econômica (a produção e o comércio coloniais eram considerados indispensáveis ao progresso do Rio Grande do Sul).” Com o passar dos anos e a contextualização do próprio regime, essa elite colonial foi buscando mais espaço de representatividade junto ao colonato local. A falta de autonomia intendencial, e “a determinação borgista por um coronel burocrata geralmente era mal recebida pelas elites econômicas locais, já que para elas seria mais oportuna a escolha de um representante ligado aos seus interesses.” (BIAVASCHI, 2013, p. 14) Mesmo de forma sucinta, devemos nos ater a questão da discussão sobre elites. Utilizando os estudos do suíço Giovanni Busino, Flávio Heinz (1999), compreende que “em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos.” Essa minoria ocupa o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”, sendo conhecidas como os “dirigentes”, as pessoas “influentes”, os “abastados” ou os “privilegiados”. Heinz (2006) comenta que mesmo não havendo consenso sobre o que se entende por elites, ou o que caracteriza, é percebido que “a dinâmica do espaço político, e sugerindo uma íntima e provavelmente promíscua ligação entre o mundo da política e aquele da representação dos interesses econômicos e sociais, [...] considerados membros do “círculo restrito” de pessoas que formulavam e executavam estratégias políticas de longo prazo.” Octaciano Nogueira (2010), destaca que “não se conhece sociedade organizada em que a maioria governe e a minoria obedeça – constitui, em suma, a Teoria das Elites, uma das maiores contribuições à teoria política. Pode-se contestar que tanto Gaetano Mosca quanto seu contemporâneo e coetâneo Wilfredo Pareto, aludiram a termos como classe política, elite política ou classe dirigente ou elite governante, sem definir, com precisão em que ela consistiria.” Para Sandra Maria do Amaral (2003), que através do uso da prosopografia, mapeou a elite política no município de Ijuí, por meio da atuação no campo político e a emergência de uma contraelite nos cargos do poder formal e a incorporação de novos integrantes no Estado Novo em sua tese de doutoramento. A autora buscou compreender as estratégias usadas por esse grupo para manter-se no poder formal com a utilização dos conceitos delineadores de política, poder e elite. Por elite política, a historiadora definiu como sendo um “grupo reduzido de pessoas que tem o controle político de uma sociedade, a capacidade e o privilégio de tomar decisões, por estar ocupando cargos políticos e públicos por um determinado tempo histórico.” Já Israel Roberto Barnabé (1999), que procurou envolver a elite política como uma classe social em âmbito local, definiu a “elite política não apenas como a somatória de prefeitos e vereadores de um município, mas sim formada também por um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que, influenciando de forma direta ou indireta o exercício do poder e unidos por interesses comuns, apesar de eventuais contradições entre si, formam um grupo coeso, trabalhando basicamente pelo mesmo interesse, qual seja: o controle do poder local.” São essas características que estabelecemos como definição para elite colonial nos municípios aqui trabalhados.

Foi essa mesma elite que, impedida de exercer seu poder político diretamente, buscou dar mais vazão às contestações do sistema borgista, as quais acabaram culminando na crise da hegemonia borgiana e resultando na Revolução de 1923. Estudaremos como ocorreram os ajustes e as formas em que esses grupos políticos organizaram-se na tentativa da construção de novas possibilidades de ascensão nas relações de poder da rede de compromisso instituída.³

A justificativa para a realização deste trabalho está alicerçada nas concepções sociológicas e na ciência política do sistema coronelista, na historiografia recente com o surgimento de inúmeras obras históricas, nas dissertações, nas teses atuais com recortes temporais e regionais sobre as relações de poder vinculadas no Rio Grande do Sul. Isso demonstrou muitas especificidades regionais, principalmente nas antigas colônias alemãs e italianas, mas ao mesmo tempo negligenciando esse processo para as colônias novas, como no caso de Estrela, Lajeado e Encantado. Buscaremos também compreender a perpetuação do poder dos chefes políticos estrelenses e lajeadenses, criando, com isso, lutas diversas entre grupos no próprio PRR bem como as articulações realizadas com a elite colonial que davam a devida sustentação para esses representantes palacianos, formando, assim, nosso objetivo geral.

Desta maneira teremos como objetivos específicos:

- Montar um quadro socioeconômico e político de como a região aqui estudada foi absorvida por Borges de Medeiros. Para isso, buscamos sustentar a ideia estruturada através das diversas discussões sobre o tema das relações de poder do sistema castilhista-borgismo;
- Buscar a compreensão da formação dessa elite colonial nos municípios propostos para essa análise durante o período da construção hegemônica até as contestações das políticas borgianas e os possíveis ajustes na rede de compromisso criados pelos coronéis locais;
- Analisar as relações de poder na rede de compromisso construídas por Borges de Medeiros, na região do Alto Taquari, nos traços do coronelismo durante o período compreendido de sua chefia política;

³ Aqui devemos compreender que o raio de atuação da ação política transcende somente aos partidos, partidários, correligionários e eleitores. Uma ínfima parcela da população colonial fazia parte das querelas políticas e participavam delas. Mas no tocante as práticas cotidianas na aplicação dos interesses partidários em jogo eram sentidas pela totalidade da colônia, mesmo que no período eleitoral não atingissem um coeficiente de 10% de eleitores. Por isso, “transcender o campo da política partidária e ampliar o conceito, pensando-o como política que permite inserção social, reconhecimento pelo grupo – par ou estranho – e luta por direitos que garantam conquistas tanto para o grupo minoritário (“exponenciais”) quanto para a maioria dos colonos. [Essa] política transcende o sistema político partidário [...] envolvendo, inclusive, o sociável e o social [tornando-se] uma modalidade da prática social. (WITT, 2014, p. 16)

– Compreender as articulações que fizeram os coronéis Manoel Ribeiro Pontes Filho, em Estrela, e João Batista de Mello, em Lajeado, permanecerem no poder intencional por mais de uma década, bem como a passagem do Coronel Virgílio Antônio da Silva, em Encantado.

– Analisar os movimentos políticos locais na busca da ascensão ao poder intencional na forma de dissidência republicana ou de oposição federalista e compreender o surgimento de novos personagens no jogo político local.

E para responder a todas essas preocupações pertinentes ao estudo, necessitaremos de uma historiografia específica, escolhida e vinculada sob um grande eixo de análise do coronelismo/imigração e da colonização/história local⁴ com as fontes sobre as colônias citadas anteriormente. Para essa proposta há como documentos principais as cartas encontradas no Arquivo Borges de Medeiros (ABM) de posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Será através delas que abordaremos de forma constante a concepção de aproximação e distanciamento com as demais regiões que apresentam situações parecidas com as que visualizamos nas pesquisas até agora realizadas.⁵

Como processo introdutório ao trabalho, vale ressaltar alguns pensamentos já enfatizados por inúmeras obras atuais referentes ao tema coronelismo e que vêm sendo abordados nas últimas duas décadas com mais ênfase. Isso se deu, principalmente, pelas novas revisões historiográficas trazidas através de colóquios, seminários, dissertações e teses vinculadas ao poder exercido pela ideologia castilhistaborgista no Rio Grande do Sul. Essa diversidade de interpretações fez com que fosse enriquecido ainda mais o cabedal interpretativo desse período.

⁴ Sobre a história local vale tencionar uma pequena discussão sobre essa teoria-metodológica histórica, tão conhecida e reconhecida na Europa, mas ainda marginalizada dentro da historiografia brasileira. Um tanto descreditada nos círculos acadêmicos, a escrita da história local é predominada por uma matriz ideológica de cunho positivista e com viés conservador. Essa seria a principal diferença com a microhistória, que seria uma dissidência no pensamento de esquerda e de uma crítica ao reducionismo marxista. “A história local no sul do Brasil apresenta uma escrita individualizada e cujo estilo depende da erudição literária dos seus autores, [que] ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local.” (CORREA, 2011, p. 11-19) O aumento da produção acadêmica com a temática da história local, principalmente pela municipalização dos últimos vinte anos, tem contribuído para uma revisão da tradicional história dessas localidades. Essa é a intensão que tentaremos apresentar com o atual trabalho.

⁵ Devemos alertar para a intensão de desmistificar o mito do colono “ordeiro”, “trabalhador”, “obediente”, além da construção da “inexistência de coronelismo na RCI, de modo que a região passa a ser referida como fortaleza eleitoral do borgismo, o que serviu para ocultar os conflitos políticos e sociais regionais, além da existência de interesses divergentes.” Nosso intuito é demonstrar que a região específica era constituída por constantes negociações, barganhas, cooptações e insubordinação por parte dos imigrantes e seus descendentes, tanto de origem alemã como italiana. Isso faz com que “a presença de acirradas relações de poder coronelistas não confirma a pretensa passividade política na RCI, pois a análise das fontes históricas evidencia o fracionamento interno do PRR, desmistificando o seu discurso como não correspondente à sua prática política, o que se refletiu na produção historiográfica.” (BIAVASCHI, 2013, p. 20)

A abertura e descoberta de novos documentos, as novas abordagens com vieses amparados por teorias sociológicas predominantemente neomarxistas de análise, o próprio acúmulo de informações e interpretações pertinentes ao tema aqui abordado, ligados ainda à mudança de olhares das relações de poder nas regiões antes exploradas de forma superficial e até de certa forma equivocadas, fazem com que esse trabalho ganhe alguma importância ao pautar a forma como os imigrantes e seus descendentes alemães e italianos, a elite colonial e os coronéis borgistas e seus representantes distritais realizavam essa política cotidianamente.⁶

A complexidade desse quadro ganha certa dimensão quando mencionamos os processos de imigração, industrialização, comercialização e até urbanização das sedes coloniais vinculados à ideia constante da modernização de toda a sociedade gaúcha. O vínculo clássico de distinção do espaço entre o público e o privado no coronelismo tem dimensões diversas entre as regiões coloniais, se o compararmos, por exemplo, com a fronteira ou com o norte do Estado. As represálias, as perseguições e as cooptações desafiam qualquer historiador na análise de todo esse quadro. O que só faz enaltecer esse período como sendo de muita efervescência e, inclusive, oportunizando uma ascensão social para um restrito grupo com poder socioeconômico nas regiões coloniais.

As aproximações e os distanciamentos que nortearão esse trabalho buscam exatamente comparar as formas como Borges de Medeiros, com seu aparato político-jurídico-policia, dominou, ao longo de seu período de administração e chefia unipessoal do PRR, os municípios que formaram as colônias antigas bem como as novas, tanto entre os imigrantes alemães como os italianos. Ao analisar, de forma preliminar, o conjunto da documentação vinculada aos municípios do Alto Taquari com a Região Colonial Alemã (RCA) e a Região Colonial Italiana (RCI) encontramos algumas peculiaridades que tentaremos mostrá-las e analisá-las ao longo dessa dissertação.⁷

⁶ É interessante pormenorizar o cotidiano colonial que deve ser levado em conta para compreender as nuances que o sistema coronelístico encontrou em regiões de imigração europeia, com o enorme peso nas atitudes dos colonos frente as autoridades castilhistas-borgistas. Por isso, “antes de serem alemães [ou italianos], agricultores ou artesões, os imigrantes eram pessoas que precisavam suprir necessidades básicas e recompor estrutura social. Não se pode ser ingênuo e pensar que fatores como origem étnica e idioma tenham se colocado como impedimento para as lutas mais do que imprescindíveis para a nova etapa de suas vidas, agora em solo brasileiro. O contato com autoridades [fazia com que fosse preciso] dialogar e ocupar espaço. Os imigrantes foram marcados por participação política, mesmo que não se possa caracterizá-los de partidários [...] (WITT, 2014, p. 19)

⁷ A expressão Alto Taquari faz referência às colônias de imigrantes europeus, principalmente de alemães e italianos, que passaram a colonizar a região a partir de 1854-56. Essa sub-região localizada acima do município de Taquari, é banhada pelo Rio Taquari, principal rota de ligação colonial com Porto Alegre. Durante a Primeira República (1889-1930) faziam parte às colônias de Estrela, Lajeado, Encantado e Guaporé e seus respectivos distritos, que atualmente engloba trinta e seis municípios, formando o atual Vale do Taquari, denominação dada a partir da década de 1960, principalmente com a criação da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT). Como as fontes consultadas referem-se a região aqui estudada como Alto Taquari, iremos adotar essa denominação.

É importante até para evitar uma vinculação por determinado grupo político existente durante o período estudado que, ao enfrentar esse tema, sempre suscitem paixões e opiniões divergentes. Por isso, além de ter nascido e convivido com alguns personagens aqui relatados, seja por contato familiar ou através de seus descendentes, e que o sistema vigente na Primeira República não foi nada harmônico e homogêneo na região. A obediência como forma de obtenção do progresso colonial, tão enaltecido pelo próprio Borges de Medeiros em virtude do cinquentenário da imigração italiana no Estado, em 1925,⁸ resultava sempre em muita dor de cabeça. Nem sempre a força política do intendente borgista era apreciada pelas elites locais.

As instituições ligadas ao antigo regime imperial deveriam ser superadas pelas novas ideias modernizadoras mas é notório que, com a implantação da República e suas políticas, tivéssemos um considerável surto de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Isso é inegável ao estudarmos as relações econômicas e estruturais. Mesmo que destacado posteriormente, vale ressaltar alguns pontos de impulso do Estado a nível de terceira força socioeconômica e política do Brasil como o processo de diversificação da agricultura, o surgimento de uma industrialização crescente bem como uma urbanização das principais vilas dos municípios, a expansão do comércio e a conseqüente acumulação de capital econômico surtindo no aumento do sistema financeiro, além do aumento da malha ferroviária, da abertura da barra do porto de Rio Grande, da construção de novas estradas ligando as diversas linhas, travessas e picadas aos pontos de exportação dos produtos coloniais.⁹

⁸ Parte do discurso proferido por Borges de Medeiros na abertura das festividades alusivas ao cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, no ano de 1925, período esse envolto de grande expectativa nas colônias italianas por terem conseguido acender ao poder intencional no ano anterior: “De fato, se ela nasceu e cresceu em meio século de evolução acidentada, se na primeira e mais longa fase de sua história a colonização italiana foi o rude batalhar no desbravamento e apropriação do solo virgem, é possível prever agora o que será em um centenário, depois que estiver triplicada a sua população e centuplicada a sua riqueza, ao impulso de novos agentes, quicá mais enérgicos, de ordem intelectual e industrial. [...] Na partilha do solo rio-grandense, foi à colonização italiana a menos afortunada, porque encontrou já ocupadas as melhores terras de cultura. Reservou-lhe o destino a posse da região aspérrima das altitudes, ao norte do Estado e das colônias alemãs, onde uma natureza montuosa e selvática, profundamente rochosa, cortada de vales apertados e correntes impetuosas, habitada de silvícolas nômades, devia ser o majestoso cenário da raça forte dos novos povoadores.” (Álbum Cinquentenário Imigração Italiana, 1925, p. 413-426)

⁹ É de suma importância abrir um parêntese na questão das estradas de rodagem nos núcleos coloniais. Era através dessa malha rodoviária que o transporte de pessoas e mercadorias na região colonial atingiam os centros comerciais. Devido as condições topográficas na região, o principal meio de transporte se dava com carretas – veículo, em geral, movido por animais (bois, cavalos, mulas ou um misto destes). Por mais de cinco décadas foi o grande articulador do desenvolvimento socioeconômico das colônias gaúchas, realizando a “vinculação entre a terra, o colono, a produção, o comércio, a sobrevivência e realização material da unidade familiar, com ligações na produção agrícola, com o porto e o processo comercial.” Um dado importante nesse contexto de escoamento da produção colonial seria do predomínio das empresas fluviais alemãs, que monopolizaram a circulação de mercadorias e o transporte de pessoal a região serrana do Alto Taquari. Por essa razão, “o meio de transporte simbolizava a realização do sonho e do ideal do colono imigrado, ou seja, expressão de ser proprietário de terra, da colheita dos frutos e prosperidade material e social.” (BALBINOT e TEDESCO, 2014, p. 409-434)

Essa transversalidade proposta, perpassando o político, o econômico e o social tem como meta iluminar o esforço das pesquisas para avançar e colaborar com as interpretações já realizadas no melhor entendimento e aprofundamento na história da formação do Alto Taquari. Região essa que atualmente compreende 36 cidades, sendo todas vinculadas de alguma forma aos municípios de Taquari-Estrela-Lajeado-Encantado, com aproximadamente 330 mil habitantes (Censo 2010) e foi formada originalmente pelas etnias açorianas, alemãs e italianas. Há uma importância muito grande com diversificadas indústrias formadoras de polos, como no caso do alimentício, do moveleiro, do vestuário, dos cosméticos, etc. Há ainda a compreensão de como se deu essa consolidação da região dentro do atual contexto socioeconômico no Estado. Vale registrar que muitas das empresas atuais surgiram no período analisado e normalmente seus fundadores já façam parte das hostes perrepistas, diretamente com funções públicas e/ou com vinculação ao poder local.

Como se deu esta dominação da ideologia castilhistaborgista no nosso Estado? Buscaremos compreender esse período que resultou em admiração ou repulsa por parte de alguns. Dominada a máquina estatal com a promulgação da Constituição Estadual de 1891, os republicanos puderam implantar a política do *conservar para melhorar* de uma forma eficaz. Mesmo assim, apeando qualquer possibilidade de ascensão de uma oposição, o aparato político-judiciário no Rio Grande do Sul comprovou a supremacia do ideal castilhista e o alinhamento com os Estados de São Paulo e Minas Gerais para a sustentação do sistema republicano a nível nacional. Mesmo que em determinados momentos a força política gaúcha ora compartilhava com o pensamento do sistema *café-com-leite* ora pendia para desestabilizar o modelo de revezamento da chefia central do país. E isso fica evidente quando Borges de Medeiros negociava com as forças centrais as suas intermináveis reeleições. O objetivo do republicanismo gaúcho era evitar qualquer possibilidade de intervenção federal.

A aliança com os paulistas e os mineiros teve um desfecho diferente na década de 1920, o que resultou em um contexto totalmente diferente ao processo de instalação e implantação da dominação republicana no Rio Grande do Sul. Nesse momento inicial, trataremos de discutir algumas abordagens de como ocorreu a dominação maciça do castilhismo no território gaúcho e a importância dessa passagem de comando político, partidário e militar para a figura de Borges de Medeiros. Contextualizaremos, dessa forma, do macro para o micro como esse sistema autoritário e centralizador perpassou durante a Primeira República no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Mapa 2 - O atual Vale do Taquari com seus municípios. Em contorno os antigos territórios de Taquari, Estrela, Lajeado, Guaporé e Encantado.



Fonte: <http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/cic-vt/o-vale-do-taquari>. Acesso em: 25 de set. 2015.

Mas é preciso também esclarecer alguns pontos importantes que serão abordados ao longo desse estudo como, por exemplo, que o sistema castilhistas implantado a ferro e fogo pelos republicanos está estruturado sobre uma rede de sustentação já bem apontada e discutida pela comunidade acadêmica. O poder todo absorvido por Borges de Medeiros, mesmo que não seja muito bem aceito por alguns correligionários, logo no começo buscou a modernização do Estado sob uma ideologia positivista e pela relação de poder criada nos municípios espalhados pelo solo gaúcho. Foi dessa forma que houve a sustentação do sistema. As cooptações, as barganhas, o autoritarismo de quem detinha o poder político ou econômico

foram determinantes para que o modelo político proposto pelos republicanos, ainda do tempo da monarquia, se desse por finalizado.

Como o discurso dos republicanos era de implantação de um sistema mais perto do que julgavam democrático para a população brasileira, os castilhistas deveriam provar que a troca de regime traria melhorias extraordinárias no desenvolvimento da economia estadual de forma mais heterogênea possível. A transição desse sistema modernizador sobre o antigo sistema arcaico em que o país vivia realmente transformou o Rio Grande do Sul em relação a si mesmo. Com uma economia ascendente e com uma dominação total do aparelho político centralizado, os correligionários de Júlio de Castilhos propuseram, inclusive, para o restante do Brasil o modelo que deveriam seguir, mas os contextos em que os demais estados brasileiros viviam, resultavam em formas diferentes de dominação.

É justamente pela diversidade socioeconômica, histórico-cultural e geográfica, inclusive, de nosso país, que o sistema político reinante no período chamado de coronelismo foi moldado de uma forma distinta no Rio Grande do Sul. É nesse modelo de troca recíproca, hierárquica, autoritária e centralizadora de poder que se deu toda a sustentação para o castilhismo-borgismo em nosso Estado. O regime republicano, nesse primeiro momento, esteve totalmente mergulhado nesse jogo de alianças entre os grupos oligárquicos regionais com os chefes estaduais, que, por sua vez, davam a sustentação para o governo federal. As constituições estaduais, junto com a federal, institucionalizaram o sistema coronelista.

Através dessa forma era praticamente impossível destruir o status quo por vias democráticas. As oposições passaram a ser cooptadas pelo próprio sistema com o intuito de manter ou até incrementar o status que possuía anteriormente. Mas alguns persistiam na luta e acreditavam que poderiam obter algum êxito permanecendo com o ideal federalista. Vale ressaltar também que a oposição ao castilhismo-borgismo não era sistematicamente realizada somente por federalistas, mas, conforme a situação local, as intervenções estaduais e o contexto dos mandatários bem como as dissidências do próprio PRR engrossavam de forma extraordinária as hostes opositoras. Por isso a necessidade constante de (re)ajuste das redes de compromisso locais. Conflitos políticos eram como tempestades de verão, às vezes localizadas e de fácil negociação, outras bem fortes e de estragos irreversíveis.

Mesmo podendo caracterizar o coronelismo como algo bem vinculado pela ideia central do próprio sistema, ou seja, da posse de enormes quantidades de terras e a consequente presença de um coronel e suas façanhas políticas em locais onde o Estado ainda não se fazia presente (ou quando se fazia era na figura do próprio coronel), ele devia ser discutido conforme os diversos contextos existentes. Por isso devemos entender o coronelismo como

forma política de dominação de uma sociedade brasileira em processo de modernização bem como a passagem de uma economia agrária (rural) para uma maior industrialização (urbanização). É devido a isso que o coronelismo foi, de certa forma, datado e teve o seu final com a Revolução de 1930. Mesmo que as políticas posteriores implantadas por Getúlio Vargas tiveram uma ruptura do sistema, o clientelismo, o mandonismo, o nepotismo e demais práticas ligadas ao coronelismo se mantiveram por mais algumas décadas.

As formas como o coronelismo se fizeram presentes no Rio Grande do Sul e ao compará-las com as demais regiões do Brasil é que se pode perceber a aproximação e o distanciamento em certos momentos. Essas diversas classificações foram, com o passar das discussões entre os historiadores, sociólogos e cientistas políticos, ficando notórias no próprio solo gaúcho. O coronelismo aplicado na fronteira teve visíveis diferenças se comparado com as regiões coloniais.

E, mesmo nas próprias colônias existentes no período de imigrantes alemães e italianos serão encontradas maneiras diferentes na forma em que o coronelismo foi aplicado. Ou seja, temos uma forma de domínio borgista nas primeiras colônias se comparada com as que chamaremos de colônias novas, como no caso do Alto Taquari. E são justamente essas diferenças que trabalharemos durante todo esse estudo apontando sempre com o que se aproxima ou se diferencia das demais realidades regionais. Mas temos como certo, em todos os municípios gaúchos depois da proclamação da República, que foi com o domínio político dos republicanos que as populações locais sentiram a força desse poder e em alguns momentos de forma mais atenuante que em outros.

Após essas abordagens iniciais, trataremos de conceituar melhor a temática central desse estudo. Discutiremos, primeiramente, as várias interpretações sobre o coronelismo dentro da historiografia. Dessa forma, perceberemos como o sistema ganhou dimensão no Rio Grande do Sul com a presença do interminável Borges de Medeiros e seu PRR no comando central dessa prática. E como ele se deu no âmbito local, ou seja, nos municípios com colonização alemã e italiana nas terras conhecidas como Alto Taquari, ou seja, Estrela, Lajeado e Encantado. Com isso abordaremos a forma de imigração nessa região e como a população colonial buscou articular forças políticas entre si e entre os representantes borgistas. Aqui detalharemos as redes de compromisso criadas, as maneiras de cooptações e barganhas políticas formuladas durante as administrações intencionais e mapear as relações de poder de sustentação do sistema nas vilas e nos diversos distritos espalhados nesse vasto território.

De forma alguma apontaremos que a força política dos coronéis existentes na região era unânime. Esse domínio sobre os imigrantes e seus descendentes era sempre motivo de articulações, ajustes na rede de compromisso e crises constantes. A presença dos intendentes borgistas nas colônias resultava na representação do próprio Borges de Medeiros e não seria nada bom sofrer intervenções do representante palaciano nos interesses locais.

Quando isso ocorria, era notório que o coronel não conseguia amenizar e apaziguar as constantes eclosões de brigas dentro do partido e de certa forma sua força política dependia de uma negociata com o grupo rebelado e/ou com o próprio Borges de Medeiros, abrindo concessões, às vezes, não bem aceitas de ambos os lados. Mesmo possuindo essa ligação direta com o *Ilustre Chefe* e detendo o aparato municipal de poder, os coronéis do Alto Taquari tinham um grupo de sustentação bem constituído e com interesses recíprocos. Para se sustentar ainda mais por longos anos, como no caso de Estrela e Lajeado, houve a necessidade de uma determinada articulação que a chamarei de elite colonial, compreendida e presente nas fontes estudadas.

Vale ressaltar que a ideia de homogeneizar a imigração alemã ou italiana nas regiões coloniais serviu, durante um bom tempo, como forma de demonstração de progresso e desenvolvimento local.¹⁰ Por ora, deixemos claro que esse “progresso” que atingiu certas famílias de imigrantes e seus descendentes foi resultado do acúmulo de capital econômico desde seus países de origem. É necessária essa diferenciação, pois é através disso que estará alicerçado o poder desses coronéis ao possuírem essa estrutura colonial marcada por uma elite comercial ou industrial. Mas, afinal, como surgiu essa elite colonial? Lembremos que algumas famílias oriundas das primeiras regiões coloniais alemãs e italianas no Rio Grande do Sul já possuíam importantes posses, o que resultou numa facilitação na compra de vários lotes de terras nos melhores locais, além de já terem desempenhado funções artesanais nas primeiras colônias.

¹⁰ Essa homogeneização serviu por muitas décadas como pretexto para demonstrar que todo imigrante e/ou descendente alemão ou italiano obtiveram o desenvolvimento socioeconômico por serem “trabalhadores obedientes”, menosprezando qualquer tipo de insubordinação ao *status quo* vigente como sendo algo perverso. Para a historiografia local, de viés conservador/tradicionista, a evolução da pequena vila colonial para um próspero município urbanizado deveu-se a “perspectiva de heróis pacíficos e trabalhadores que sofreram muito ao serem estabelecidos nas colônias, [mas] o trabalho e a perseverança construíram grandiosas cidades”. Ao compararmos essa ideia com nossas fontes estudadas aqui, percebemos que houve a criação de um discurso pacificador, pois como pensar em colônias pacíficas? Em imigrantes trabalhadores que não se envolveram em nenhum conflito e que não se manifestaram? As relações entre eles e as autoridades nomeadas para organizarem os núcleos não foram pacíficas, houveram manifestações de insatisfação, demonstrando momentos de conturbação, mas também de consenso. Os coronéis borgistas, autoridades máximas das colônias, deveriam garantir a “ordem, a moral e o respeito às autoridades nos núcleos.” Por essa razão, é impossível manter um discurso homogeneizador, “o que contrapõe-se à versão historiográfica que narra a presença desses imigrantes como pacífica e laboriosa.” (LUCHESE, 2010, p. 308-310)

A importância do artesão ou do pequeno comerciante na obtenção do capital econômico é algo já estudado pela historiografia e foi possível perceber, através dessas famílias, que, com o passar dos anos, eles passaram a ganhar o status de “tradicionais”, afirmando-se com poder econômico e político diante dos demais imigrantes e descendentes. A economia colonial era impulsionada pela dinâmica do mercado, primeiramente de subsistência interna para alcançar um considerável mercado externo com a exportação do excedente para os demais pontos do Estado.

É perceptível essa constatação já nas primeiras décadas de instalação das colônias do Alto Taquari. Predominantemente sendo constituídas de segunda e/ou terceira geração de imigrantes alemães e italianos, essas empresas familiares ganharam projeção estadual pela conquista consistente de um mercado consumidor e pelo acúmulo de capital interno nas colônias, ou seja, normalmente a mesma família se dedicava a mais de uma atividade comercial ou industrial. E são justamente esses imigrantes e seus descendentes os que formaram as elites coloniais na região.

Figura 1 - Presidente do Estado e chefe político do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, na década de 1910.



Fonte: Arquivo Particular Sinval Saldanha/AHRG.

A sustentação das relações de poder borgista na região era representada por essas lideranças. O poder simbólico dos coronéis borgistas, mesmo que tivessem algum tipo de relação com as colônias que administravam, seja comercial ou familiar, tinham como

principal apoio os interesses dessa elite colonial a qual entrava em negociações constantes com os representantes de Borges de Medeiros, nas colônias. Ficou nítida essa afirmação quando observam-se os (re)ajustes nas redes de compromisso criados nos inúmeros distritos coloniais. A presença dos importantes comerciantes e/ou industrialistas nesses distritos como conselheiros municipais, membros da comissão executiva ou subintendentes e subdelegados deveria ser o elo de ligação com os demais moradores localizados nas linhas, travessas e picadas. Rara é a presença de um simples colono nessa rede de compromisso e isso ocorria devido ao seu fraco poder de persuasão se comparado à elite colonial. Por isso de seu esquecimento nos momentos decisivos de concessões existentes nessas redes.

Essas famílias detentoras do poder colonial eram sustentadas não somente pelo capital econômico, mas também pelos próprios coronéis borgistas e é por isso que o coronelismo se fez tão presente nessa região. O jogo mútuo de interesses de sustentação do borgismo perpassou o simples fato da existência harmônica de “progresso” e “desenvolvimento” para todos os moradores coloniais. E isso deveria ser sempre enaltecido para podermos compreender a permanência dos coronéis Mello em Lajeado, Pontes Filho em Estrela e, por um período curto de tempo, do Coronel Virgílio da Silva em Encantado. Mas o poder político e econômico dessa elite colonial perpassará o período estudado e entrará em declínio somente nas terceiras e/ou quartas gerações de imigrantes e descendentes alemães e italianos.

Portanto, é necessário esclarecer o porquê dessa minha opção pela análise nas relações de poder na região. Recorro a um aporte teórico diversificado pela transversalidade do tema proposto para a realização desse trabalho, buscando compreender o período e tentando elucidar os objetivos aqui propostos. Devo reservar um espaço para comentar sobre a principal fonte de pesquisa que é o Arquivo Borges de Medeiros, indexado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Esse imenso em importância e número de documentos, entrelaça-se com a própria história de seu detentor.

Não há como falar desse acervo sem mencionar a importância do arquivo pessoal de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). O próprio chefe político e partidário buscou conservar seus documentos durante o longo período em que exerceu liderança no Estado, desde 1898 até 1937. Pessoalmente confiou esse grande acervo documental, um ano antes de seu falecimento, ao IHGRGS. Importante mencionar também que Borges de Medeiros veio a falecer com 98 anos de idade, ou seja, transitou de forma proeminente da monarquia de Dom Pedro II até o governo conturbado de Jânio Quadros. Ainda lembrado por sua influência marcante na política e mesmo com a democratização do país, em 1945, recebeu

a homenagem de ser o presidente de honra da União Democrática Nacional (UDN) em solo gaúcho.

Esse acervo que o IHGRGS tratou de catalogá-lo, organizá-lo e disponibilizá-lo ao público em geral compreende dezenas de milhares de cartas, ofícios, relatórios, cartões e telegramas recebidos pelas autoridades locais, tornando-se um exemplo extraordinário de informações sobre as relações existentes no período. Seu valor histórico como arquivo particular é imensurável para a compreensão da Primeira República no Brasil.

Sua relevância para a história do Rio Grande do Sul já é notória desde a abertura total do acervo. O Arquivo Borges de Medeiros serviu de base para inúmeras dissertações e teses a partir dos anos de 1990, embora antes valeram-se desse acervo documental renomados pesquisadores do período republicano gaúcho e que se transformou em referências para quem trabalha com essa temática. O acervo conta com mais de 30.000 documentos divididos por municípios, sendo “organizado, inicialmente, seguindo o critério topográfico e cronológico”¹¹.

A fim de facilitar a busca das informações, o arquivo está arranjado em cinco séries distribuídas em correspondências passivas, ativas e telegramas, além de documentos pessoais. É importante mencionar que parte desse arquivo foi dividido com o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), pois ali também há um acervo com mais de centenas de outros documentos como fotografias, recortes de jornais e telegramas recebidos do interior do Estado.

Para a compreensão do material pesquisado durante meses, realizamos uma tabela que contém a quantidade de cartas transcritas com o número de folhas, os municípios que formam a região estudada, bem como o período que consta no acervo de documentos encontrados com referências às localidades aqui definidas.

Tabela 1 - Fundo Borges de Medeiros

Municípios	Quantidade de cartas	Quantidade de folhas	Período	Subsérie passiva
Estrela	90	152	13.05.1903 – 02.07.1927	02082 – 02170
Lajeado	104	252	23.03.1903 – 17.12.1927	03018 – 03120
Encantado	85	443	14.01.1915 – 28.01.1928	01699 – 01784
Taquari	43	102	12.02.1898 – 02.01.1928	09941 – 09983
Venâncio Aires	33	72	20.03.1898 – 30.06.1945	10386 – 10418
Total	355	1.021		

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: ABM/IHGRGS

Afinal, quem mantinha o contato direto com Borges de Medeiros? Essa é uma questão importante para ser compreendida. Especificamente no estudo aqui apresentada e também já

¹¹ Para se ter uma ideia da composição do Arquivo Borges de Medeiros e visualizar o acervo catalogado e disponível ao público basta acessar o seguinte site: http://www.ihgrgs.org.br/arq_online/inventario_bm/001_Titulo.htm

demonstrada em outros trabalhos, percebeu-se que a grande maioria das correspondências recebidas eram exclusivamente dos próprios coronéis intendentos os quais eram o elo de ligação entre a chefia suprema já que todas as demandas dos munícipes deveriam ser transmitidas primeiramente ao chefe local que as remetia para a Capital.

Interessante mencionar que, quando ocorriam crises internas no partido local e o poder do intendente enfraquecia diante das reivindicações solicitadas, outras lideranças das comunidades analisadas enviavam seus pedidos. O empreguismo, a barganha e a cooptação estão presentes em todas as correspondências, mas as intrigas, as crises, os descontentamentos pessoais e as mazelas da administração colonial transformam o quadro de constantes (re)ajustes nas tão frágeis redes de compromisso criadas durante o período aqui estudado.

A fim de endossar os fatos mencionados nessas correspondências encaminhadas ao *Ilustre Chefe*, tratamos de realizar pesquisas nos municípios analisados. Mesmo com a existência de museus e/ou centros culturais houve grandes dificuldades na obtenção dos documentos vinculados ao período aqui estudado. Por isso, talvez, a pesquisa tenha sido prejudicada pela inexistência de um local específico nos municípios de Estrela e Encantado, onde as fontes existentes não eram catalogadas, estavam em precárias condições de manuseio e também pela falta de alguns livros importantes como os de correspondências recebidas e expedidas pelas intendências citadas. Mesmo com todas essas dificuldades foram colhidas importantes informações nos arquivos das respectivas prefeituras municipais.

Vale ressaltar a organização do Arquivo Histórico Municipal de Lajeado que está vinculado à Biblioteca Municipal e à quantidade de material disponível para a pesquisa. A atenção dada pela administração local nos anos de 1990 contribuiu enormemente para a constituição do arquivo e sua cooperação na preservação documental de toda a região do Alto Taquari. É lastimável que o exemplo não tenha chegado nas comunas circunvizinhas que apenas recentemente passaram a estabelecer uma forma de salvaguarda à memória local de forma pública.

É necessária a discussão historiográfica sobre as questões do coronelismo, das relações de poder e do sistema castilhistaborgista de forma sucinta, mas dando-lhe a relativa atenção. Com a criação de novos cargos municipais, ainda na época imperial, como a Guarda Nacional, o juiz de paz, os prefeitos, os subprefeitos, os delegados e os subdelegados formou-se “uma aliança de compromissos entre o poder central e o poder local”. (JANOTTI, 1981, p. 23-24). Devemos perceber que toda a evolução do papel estatal em nosso país sempre esteve vinculada ao poder de centralização administrativa, o que acabou fazendo ruir o Império ao ser alvejado pela crise econômica em função da derrocada do sistema de produção escravista.

Através do advento da República em troca do centralismo Imperial, o Estado passou a ser administrado por um governo republicano constituído pelos partidos únicos estaduais e isso fez com que fosse arregimentada uma nova oligarquia local com a nova conjuntura socioeconômica assalariada.¹² O coronelismo, desde o período do Império até a Revolução de 1930, sempre esteve presente em nossa formação de Estado através do patrimonialismo (FAORO, 2001). Por isso a definição de coronelismo “é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais”. (LEAL, 2012, p. 44). Assim como é formada uma “rede de compromisso”, o sistema coronelista é “uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”. (CARVALHO, 2005, p. 131-132).

Com o regime republicano imposto e consolidado pela Constituição Federal de 1891 e, principalmente, com a aprovação da “Política dos Governadores”, de 1898, com Campos Sales, o sistema coronelístico ganhou sua institucionalização.¹³ Diferentemente o coronelismo, no estado gaúcho, ganhou moldes distintos do restante do país em sua consolidação e durante alguns anos, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, a historiografia do Rio Grande do Sul chegou a negar a possibilidade da existência desse sistema político em nosso Estado. Com o avanço das pesquisas nessa área e, principalmente, com a abertura do Arquivo Borges de Medeiros com seu fundo de cartas e demais documentos foi possível comprovar de vez a forma como o coronelismo se consolidou e apresentou suas características diferenciadas das demais regiões do país, por isso, “o coronelismo gaúcho é produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do estado sulino”. (FÉLIX, 1996, p. 24)

Ricardo Vélez Rodríguez (2007, p. 57-58) comenta que o conjunto estrutural político e social, de certa forma, que uma parte da elite foi pega de surpresa com o golpe desferido contra Dom Pedro II. A formação do PRR ocorreu antes do golpe e, certamente, a população,

¹² Essa função do Estado, com essa oligarquia, fez com que entrasse em cena um novo ator político, que “com a proclamação da república e a institucionalização do novo regime, a combinação entre fortalecimento dos poderes estaduais, formação de quadros oligárquicos regionais, supressão do poder moderador imperial e preservação dos esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandonismo, contribuiu para engenhar aquilo que se convencionou chamar de ‘sistema político coronelista’. (AXT, 2007, p. 89).

¹³ O próprio federalismo republicano reproduzia o coronelismo nos Estados ao estruturar-se em “máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da ‘política de governadores’, repousavam justamente no compromisso ‘coronelista’. As facções municipais só subsistiam enquanto emanações dos desejos do poder estadual e em nome da oligarquia instaurada no Estado. [...] Com o poder judiciário, militar e policial em suas mãos, o Estado garantia sua posição de parte forte, numa barganha na qual o município, ao não entrar nas regras do jogo, teria muito a perder, e, ao cumprí-las, ganhava o que podia receber”. (SOUZA, 1982, p. 185-186).

principalmente a elite conservadora monarquista, aderiu ao republicanismo como uma forma natural de evolução política no país, mas não gostou da ideia de ser governada pelo PRR. Apesar da classe dominante latifundiária se encontrar descontente com algumas políticas monarquistas por entender que estava sendo subordinada a uma política centralizadora e que o Rio Grande do Sul detinha pouca autonomia, percebeu a incapacidade do regime imperial em atender seus apelos. Todavia, “diante da conjuntura que se apresentava, a República foi a nova alternativa política e o PRR o seu instrumento partidário no nível estadual”. (PESAVENTO, 1997, p. 65-66).

A Proclamação da República e a conseqüente troca do modelo latifundiário imperial monarquista pelas políticas republicanas adotadas pelo PRR em nosso Estado fizeram com que entrassem em choque essas duas realidades em busca da hegemonia do poder local, ou seja, enquanto uma oligarquia latifundiária imperial era destituída de seu poder, ascendia uma nova oligarquia republicana liderada por Júlio de Castilhos e seu PRR. Vale ressaltar que não havia somente republicanos castilhistas mas também outros grupos de pessoas ligadas ao republicanismo, porém ficavam longe da oposição formada pelos federalistas.

Isso resultou na Guerra Federalista de 1893-1895 e a conseqüente consolidação da hegemonia dos republicanos sobre os federalistas. Essa vitória do PRR representou uma nova maneira de administração para os gaúchos, mas consolidada nas mesmas formas do sistema coronelista, ou seja, houve aí uma readequação das forças dentro da rede de compromisso. Essa rede, antes sem a necessidade do aval do poder público, passa a ser o integrante principal na manutenção dessa hegemonia republicana, quando passa a deter a máquina pública.

Comparada com o restante do país, a particularidade no advento do período republicano em nosso Estado ficou marcada pelo processo ideológico positivista de Augusto Comte em relação à forma de estrutura do sistema político no referido período, cuja doutrina buscava algumas ideias do francês porém com algumas adaptações locais. Apoiando-se nelas, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros eram considerados mais que presidentes do Estado, eram pessoas capazes de levar a sociedade no caminho coeso do desenvolvimento através da cientificidade de suas decisões.

Com a conquista do poder e da sua confirmação, através da promulgação da constituição de 1891¹⁴, essa estrutura organizacional da sociedade ganhou corpo e ação. Frente a essa

¹⁴ Ao analisar a Constituição castilhista de 1891, temos que contextualizar o Estado no período do começo da República. Até o final do Império, os gaúchos viviam uma realidade que favorecia em muito o Partido Federalista, apoiador da monarquia brasileira. Com o intuito de representar o novo que surgia junto com o advento da República, o PRR, tornou-se a alternativa do surgimento de um novo grupo político, enraizado na ideologia positivista e representando a nova alternativa para os problemas que o Estado apresentava. Com a ideia

situação, a oposição ao castilhismo-borgismo encontrou dificuldades de articulação, pois dentro da política comtiana não poderia haver divergências de ação, já que isso demonstraria a desordem.

Pela montagem da Constituição, o poder total do Executivo sobre o Legislativo e a falta de espaço da oposição política, o período castilhista-borgista levou a alcunha de “ditadura científica”, pois para os partidários do PRR essa era a única forma de se alcançar o desenvolvimento socioeconômico dos gaúchos. Como era dono do poder pela carta de 1891, o presidente do Estado possuía todos os mecanismos para levar adiante a proposta republicana, bem como todo o aparelho governativo. Para dar certos ares republicanistas e evitar possíveis intervenções federais, o próprio sufrágio eleitoral era realizado conforme os ditames castilhistas. Para gerir toda essa estrutura governamental, o papel do presidente era mais que um simples administrador, já que cabia a ele a suprema direção governamental, e por isso possuía o poder da interpretação das leis conforme a busca do desenvolvimento comum de toda a sociedade gaúcha, sendo ele o chefe supremo, tanto do Estado como do Partido.

Nesse ponto devemos nos ater ao papel que Borges de Medeiros herdou de Júlio de Castilhos como sendo o “Chefe Supremo” da política rio-grandense. Definimos borgismo como o “período de atuação de Borges de Medeiros à frente do executivo gaúcho como presidente do Estado e chefe do PRR, de janeiro de 1898 até janeiro de 1928, [...] a continuidade do estilo político”. (FÉLIX, 1996. p. 28). Em relação a essa diferenciação do restante do país no que se refere ao coronelismo gerou várias análises no âmbito estadual, pois a “afirmação de que a propriedade da terra é condição essencial para aquisição e exercício de poder político” (BIAVASCHI, 2005) não teve tanta importância em regiões coloniais. Por isso criou-se o conceito de *coronel burocrata* por Raymundo Faoro (1958) e utilizado nos trabalhos de Sérgio da Costa Franco (1962) e Joseph Love (1975) também como forma de definição dessa diferença do coronelismo do Rio Grande do Sul com a do restante do Brasil. Não temos a intenção de tornar genérico o conceito e aplicá-lo a qualquer intendente municipal que esteve à frente de alguma administração municipal no período da Primeira

de cientificar essa hegemonia, principalmente Júlio de Castilhos, tratou de dar uma certa credibilidade ao regime apoiando-se em Augusto Comte, onde o interesse maior era a sua conservação e pleno desenvolvimento, colocando-se a salvo tanto das forças da reação como da revolução. Esse ideal se insere dentro de uma perspectiva de classe dominante, interessada principalmente na conservação da ordem estabelecida, e com isso, ao governo cabia promover a estabilidade, a ordem, o ajustamento do indivíduo na sociedade, necessariamente, hierarquizada, rígida e autoritária. Ao visualizar a primeira constituição republicana de nosso Estado, percebesse que para o domínio total do aparelho estatal, o PRR, bem como todo o Brasil antes de 1930, adota o coronelismo como um sistema de controle social, onde membros do partido exercem qualquer tipo de função administrativa nos quatro cantos do Rio Grande do Sul, em todas as esferas públicas, desde a administração municipal, do legislativo e do judiciário.

República sem vínculo com a propriedade de terra, mas, conforme verificado por novos trabalhos historiográficos sobre o coronelismo em nosso Estado, houve a utilização desse conceito permitindo que alguns desses chefes políticos permanecessem ligados à administração e à chefia política por longos anos¹⁵. O sentido do coronel burocrata tem correspondência com o prestígio político investido e depositado por Borges de Medeiros, que era o Presidente do Estado e o chefe do PRR, a esses homens desvinculados com as regiões que governaram.

A intenção borgiana em colocar uma figura estranha nas regiões coloniais visava criar uma posição estratégica para obtenção de informações confiáveis sobre as lutas políticas internas das facções locais. Verificamos que os coronéis intendentess mesmo “sem raízes locais e, muitas vezes, sem fortuna, mantiveram-se fiéis ao partido e leais à orientação borgista, já que foram ungidos por Borges e a ele deviam suas posições de prestígio nas administrações municipais.” (BIAVASCHI, 2011, p. 14) Isso se deu pela presença de pessoas indicadas pelo *Ilustre Chefe* para serem intendentess locais, que “era ao mesmo tempo funcionário público, bacharel, administrador e homem de partido leal à facção palaciana” (AXT, 2011, p. 129), mas sem qualquer pertencimento ao município.

Temos que entender, inicialmente, como se estruturava administrativamente o PRR e o próprio Borges de Medeiros dentro dessa rede de compromissos coronelista, porém é necessário deixar claro que cooptação política é “o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado”. (FÉLIX, 1996, p. 28). Para ser analisado o sistema de rede de compromissos que Borges de Medeiros detinha em mãos, devemos compreender que polícia, política, administração e justiça faziam parte do comprometimento das formas como o Presidente do Estado exercia a força executiva e legislativa do Rio Grande do Sul pela Constituição de 1891.

As atribuições do intendente eram de chefe da administração municipal a quem competia dirigir, fiscalizar e defender os interesses locais, bem como organizar, reformar e suprimir os serviços orçamentários, ou seja, assim como o Presidente do Estado detinha o poder executivo e legislativo. Era o próprio intendente que administrava o orçamento de

¹⁵ Alguns exemplos são apresentados na tese de Márcio Biavaschi. O coronel Achylles Taurino de Rezende (natural de Rio Pardo), [...], foi intendente de Alfredo Chaves (de 1909 a 1924). Affonso Aurélio Porto (natural de Cachoeira do Sul), foi intendente de Garibaldi (de 1910 a 1917). [...] O santa-mariense José Penna de Moraes, intendente de Caxias (de 1912 a 1924); o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior (natural de Porto Alegre), intendente de Bento Gonçalves (de 1892 até 1924); em Antônio Prado, o coronel Innocencio de Mattos Miller (natural de Passo Fundo) foi intendente de 1899 a 1907 e de 1910 a 1922. Em Guaporé, o coronel Agilberto Atílio Maia (oriundo de Jaguarão) foi intendente em dois períodos, de 1912 a 1924 e de 1929 até 1937. (BIAVASCHI, 2011, p. 14)

quase 22%¹⁶ do total de impostos arrecadados, convocava o Conselho Municipal para somente apreciar, aprovar suas contas referentes ao ano de administração, votar o orçamento para o próximo período e isso ocorria em poucas sessões, geralmente realizadas nos meses de outubro ou novembro.¹⁷

A Revolução de 1923 foi um marco divisor para o sistema borgista porque o resultado final do conflito armado entre borgistas e assististas com a reforma da constituição e com o consequente fim das reeleições de Borges de Medeiros e de seus intendentes trouxe o término de uma hegemonia borgista. Não se pode deixar de associar a Revolução de 1923 à Federalista de 1893-1895. A retirada de uma elite oligárquica do poder por outra resultou nesse conflito armado com o interesse central do domínio do poder estadual. Depois de trinta anos que separavam uma luta da outra, em função de uma conjuntura política econômica, a aglomeração dos opositores a Borges de Medeiros reviveu as intenções de outrora. Nos municípios aqui analisados, o período trouxe forte desagrado às populações coloniais que, fora do poder, não se agradando com os cargos periféricos da rede de compromisso borgista, passaram então a solicitar e a formar frentes para obter o poder intencional, graças à conjuntura do começo do ano de 1920.

A existência de facções dissidentes dentro do PRR fazia com que Borges de Medeiros articulasse com essas forças locais a cooptação e a coerção política, devido ao encaminhamento autoritário e unipessoal do poder do Presidente do Estado. (FÉLIX, 1987, p. 149) Esses reajustes nas relações de poder formados por uma rede de compromisso entre Borges e as lideranças locais traziam à tona a “tensão estruturalmente inerente, que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto” (AXT, 2011, p. 108). É a partir dessa situação que temos o início da construção do sistema hegemônico borgista.¹⁸

¹⁶ “É bem verdade que, no Rio Grande do Sul, os municípios tinham maior autonomia estrutural de investimentos do que no resto do Brasil, pois a sua porcentagem no bolo da arrecadação pública era maior do que a média nacional. Durante a República Velha, a União costumava abocanhar 63% do total de impostos, enquanto os Estados ficavam com uma fatia de 28% e os municípios tocava a miséria de 9%. Mas, no Rio Grande do Sul, em 1913, por exemplo, depois da compressão dos impostos municipais imposta entre 1902 e 1904 e antes das encampações estaduais de 1919 e 1920, a União percebeu 52,5% do total de impostos, enquanto ao Governo Estadual couberam só 25,8% e, aos municípios, 21,7% do total da arrecadação” (AXT, 2011, p. 380).

¹⁷ Outras atribuições do Conselho Municipal eram a criação, aumento ou suprir contribuições de taxas municipais, sendo elas os impostos sobre a criação e abate de gado, sobre indústrias e profissões, predial, territorial, de licenças a mercadores ambulantes, de esgotos, de veículos e outros mais, além da aprovação dos serviços de manutenção da ordem e organização.

¹⁸ “Como o PRR controlou rigidamente o poder após a Revolução Federalista, alijando do governo a fração da classe dominante derrotada e concentrando todos os poderes num mesmo chefe, as maiores desavenças foram de ordem política. Não havendo rodízio no aparelho estatal, em torno de um regime ditatorial ou liberalizante giraram as lutas políticas, inclusive dentro do PRR, levando muitos para a oposição.” (ANTONACCI, 1981, p. 23)

Passada a Revolução Federalista e consolidada a formatação jurídica e administrativa do governo republicano liderada por Júlio de Castilhos, através da Constituição de 1891, a conjuntura política do Rio Grande do Sul até a Revolução de 1930 ganhou uma caracterização em função de um conjunto de contextos históricos marcantes na administração republicana. Derrotada e de certa forma neutralizada, a oposição federalista acabou abdicando-se de participar dos pleitos subsequentes ao término da guerra civil, quando “Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a polícia estadual e as situações municipais.” (AXT, 2007, p. 97) Com o fim do seu mandato em 25 de janeiro de 1898, Castilhos passou a chefia política para Borges de Medeiros. A hegemonia castilhista acabou entrando em crise com a morte do líder republicano Júlio de Castilhos, no ano de 1903.

Mesmo sendo o Presidente do Estado, e com a morte de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros teve que enfrentar alguns correligionários numa luta interna partidária a fim de confirmar sua posição de herdeiro político de Castilhos. Essa condição não foi bem aceita por membros do PRR que resultou numa cisão significativa na eleição estadual de 1907, quando Borges teve que ceder à pressão interna e abrir mão da reeleição. Nesse pleito, Carlos Barbosa Gonçalves foi eleito Presidente do Estado em disputa com o republicano dissidente Fernando Abbott, “frustrando momentaneamente o projeto borgiano e impondo-lhe um recuo tácito, [pois] Borges de Medeiros precisou afastar-se da administração direta do governo, mas manteve o comando partidário.” (AXT, 2007, p. 98) É a partir dessa situação que temos o início da construção da hegemonia borgiana, pois

entre 1908 e 13, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma *rede de compromissos* e lealdades no interior. Entre 1903 e 1908, processaram-se inúmeras substituições de comandos políticos no interior do estado. Borges de Medeiros, por sua vez, pretendeu intervir de forma mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do estado. (AXT, 2007, p. 98)

Com essa organização de uma rede de sustentação borgiana estreitamente ligada aos líderes municipais, Borges reassumiu o cargo presidencial do Estado, no ano de 1913, em eleição sem concorrentes e consolidou a almejada chefia unipessoal, durante um longo período, culminando no começo da década de 1920. Mesmo com as novas cisões republicanas ocorridas entre 1915-16, o controle do partido e o próprio sistema borgiano não chegaram a ser comprometidos, já que dessa vez Borges de Medeiros respaldou-se através de seu comando partidário e de uma sólida rede de compromissos conquistada no interior gaúcho.

Em relação à economia, durante seu governo de hegemonia, Borges tratou de realizar algumas encampações dos serviços de transportes ferroviários e portuários que estavam nas mãos de empresas estrangeiras desde o começo dos anos de 1900. Por demonstrar independência em relação aos interesses políticos estaduais e por desinteressar-se na construção e ampliação de novas estradas de ferro ou ampliações de canais e das instalações portuárias, essas companhias europeias passaram a ser alvo de um discurso novo em defesa da intervenção por parte de Borges de Medeiros na metade da década de 1910.

Mesmo não havendo uma política de desenvolvimento integrada no Rio Grande do Sul, a condição de intervencionismo estruturou-se sem ter uma relação direta com o positivismo castilhistas, pois eram invocadas teses nacionalistas com cunho socializante e desenvolvimentista. Mas na prática esses sentimentos não foram colocados, pois, “ao mesmo tempo em que se atacava o capital estrangeiro no porto e nas ferrovias, ele era recebido de braços abertos em 1917, quando da instalação dos frigoríficos na Fronteira.” (AXT, 2007, p. 100) Mesmo com a intenção da criação de um frigorífico estatal com a participação do governo estadual e dos estancieiros, através da União dos Criadores, “o governo gaúcho, ao mesmo tempo em que apoiava o projeto dos criadores, facilitou a entrada do capital estrangeiro, o qual promoveria a renovação tecnológica da pecuária, através de uma legislação protecionista.” (PESAVENTO, 1997, p. 71)

O final da década de 1910 transformou-se numa visível tormenta para Borges de Medeiros porque, devido às encampações realizadas, os gastos do seu governo deixaram o Estado numa situação precária. O pagamento das indenizações, a repreensão da economia europeia resultante do pós-1ª Guerra Mundial de 1914-1918 suscitaram em uma grave crise financeira. O entusiasmo da exportação de carne para o Velho Continente pelas indústrias frigoríficas estrangeiras durante a Grande Guerra viu desfazer-se com o término do conflito e com a recessão econômica mundial. A conjuntura econômica trouxe grandes problemas a Borges para manter os interesses políticos em vigor, já que as especulações da moeda estrangeira inflacionaram o mercado interno, resultando na alta de juros e na queda do crédito, além de manter a ideia da diversidade econômica do Estado e de não apoiar financeiramente o segmento estancieiro que via suas exportações diminuir e seus lucros despencarem. Não somente a oligarquia latifundiária que almejava apoio do governo borgiano, mas também um proletariado urbano organizado que passou a reivindicar melhores condições de vida e isso fez com que Borges de Medeiros tivesse que negociar constantemente com diversos grupos os quais apresentavam características e intenções diversas.

A tempestade parecia não ter fim. O lema positivista “nada há que inovar ou reformar, mas somente conservar e aperfeiçoar” (PESAVENTO, 1996, p. 88) proferido por Borges não estava sendo mais aceito no começo da década de 1920. A “continuidade administrativa” borgiana, com as práticas de “eternização dos mandatários dos cargos públicos eletivos no poder” (AXT, 2007, p. 97) passou a ser contestada em virtude das conjunturas diversas apresentadas no pós-1ª Guerra Mundial de 1914-1918. Na visão da historiadora Sandra Pesavento, o período de “crise dos anos vinte, quando as estruturas políticas da República Velha passaram a ser contestadas, o castilhismo-borgismo, que na virada do século viera associado a um conteúdo progressista e de modernidade, passou a ser identificado como obsoleto e retrógrado pelas oposições.” (PESAVENTO, 1996, p. 122)

A inflação, o aumento das taxas dos serviços públicos e as constantes reivindicações de uma classe média urbana e do proletariado forçaram a elite dirigente a tomar alguma atitude. As disputas entre as facções internas do PRR nos municípios gaúchos fizeram com que o sistema borgista ficasse fragilizado. O movimento operário, em Porto Alegre, representou um momento marcante de contestação à elite detentora do poder antes mesmo das articulações da oposição que com o desenrolar do tempo resultou em uma

violenta repressão ao movimento operário promovida em 1919 reforçou o afastamento entre a classe obreira e a elite dirigente, sepultando o quadro de negociação vivido em 1917, quando a presidência do estado interveio em uma greve geral, garantindo benefícios aos trabalhadores e contrariando interesses empresariais. (AXT, 2007, p. 101)

A articulação a nível federal da “Reação Republicana”, no ano de 1921, que contou com o apoio incondicional de Borges de Medeiros na candidatura do carioca Nilo Peçanha contra o mineiro Arthur Bernardes, representante da continuidade da prática do *café-com-leite* de revezamento do poder entre republicanos paulistas e mineiros, trouxe mais um problema de articulação dos correligionários nos municípios do Estado para a manutenção da hegemonia borgiana. A vitória de Bernardes aliada à situação econômica estadual, as disputas internas do partido e os constantes ajustes das relações de poder nos municípios foram os motivos de aglutinação da oposição, até então inerte e sem participação política.

A disputa presidencial entre Bernardes e Peçanha agitou o pleito no Rio Grande do Sul. Aliado a toda campanha de contestações às políticas borgianas de diversos setores sociais, além do *Ilustre Chefe* de não apoiar o candidato situacionista, foi a fagulha que faltava para os federalistas e os dissidentes republicanos passassem a articular um plano de ação contra o governo. Derrotada nas urnas por Arthur Bernardes, a oposição imaginou um novo cenário de apoio federal contra a perpetuação de Borges de Medeiros no poder estadual.

Citou uma grave crise financeira entre 1921 e 1923 que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assisista de 22.” (AXT, 2007, p. 100) Com a impossibilidade do governo contornar tal crise “fez com que a parcela da classe dominante fora do poder considerasse insuportável o domínio republicano no estado. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se sob a liderança de Assis Brasil.” (PESAVENTO, 1997, p. 85)

Figura 2 - Santinho de Joaquim Francisco Assis Brasil na campanha assisista para as eleições estaduais de 1922, da qual saiu derrotado.



Fonte: AHRS

Com a eleição para Presidente do Estado marcada para novembro de 1922, os federalistas planejavam destronar Borges de Medeiros do poder gaúcho lançando o republicano dissidente Joaquim Francisco Assis Brasil como candidato contra o próprio Borges que tentava o quinto mandato consecutivo e necessitaria de 75% dos votos para se manter no comando. Os assisistas acreditavam que atingiriam os $\frac{3}{4}$ necessários para forçar uma nova eleição com outro candidato republicano, conforme a Constituição Estadual. Mas o resultado das urnas revelou um complicado processo de variáveis legais e extralegis e Borges de Medeiros obteve o necessário para conquistar o quinto mandato. A oposição acusou uma possível fraude eleitoral na Assembleia dos Representantes, que, dominada por republicanos,

não fizeram questão de apurar tais acusações e oficializando a vitória borgiana, conforme a constituição.

Em janeiro de 1923, quando Borges assumia seu novo mandato, os assististas partiram para a luta armada, estourando a Revolução de 1923. Achando que teriam o apoio de Arthur Bernardes em destituir o governo borgiano e forçar uma reforma constitucional, os assististas mantiveram o confronto até onde podiam, a fim de desestabilizar o Estado e articular uma intervenção federal. As circunstâncias do embate fizeram com que não houvesse um vencedor nas armas, pois, no final do ano de 1923, após várias negociações entre borgistas, assististas e governo federal, chegou-se a um acordo. O Pacto de Pedras Altas, assinado por Borges de Medeiros e Assis Brasil, em dezembro do mesmo ano, deu fim à revolução assistista e pacificou o Estado. Borges garantiu seu cargo por mais cinco anos e a oposição

logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilista, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios. (AXT, 2007, p. 102)

Para manter-se à frente do governo gaúcho, Borges de Medeiros teve que conceder mais espaço para a oposição que “enfraqueceu o seu comando pessoal e, conseqüentemente, fragilizou as facções as quais lhe apoiavam com mais dedicação nos municípios, porém, por outro lado, fortaleceu o partido, que passou a ser menos tutelado pelo chefe.” (AXT, 2007, p. 102) Por isso a Revolução de 1923 fez com que fosse alterada profundamente a correlação de forças partidárias e das facções. Isolado e derrotado na manutenção de seu poder unipessoal, o chefe palaciano teve que amargar as importantes vitórias assististas com o Pacto de Pedras Altas, com as seguintes resoluções:

Primeira: Reforma do artigo 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes;

Segunda: Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal;

Terceira: Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais;

Quarta: As nomeações de intendentes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendentes, vice-intendentes e conselhos municipais;

Quinta: Os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo irrevogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações;

Sexta: O vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, no caso de vaga, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos

do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes;

Sétima: As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito;

Oitava: Para as eleições estaduais, o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante da minoria em cada distrito;

Nona: A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a essa medida. Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial. (BIAVASCHI, 2011, p. 259)

O que os federalistas não conseguiram em 1893-1895, alcançaram-no em 1923, mexendo na estrutura do aparelho estatal castilhistas. O borgismo, como sistema político junto com sua rede de compromissos, ruiu com o Pacto. As lideranças locais saíram fortalecidas com o fim do movimento revolucionário, enquanto as facções dirigentes palacianas se enfraqueceram. Depois de serem derrotados na Revolução Federalista, os federalistas voltaram a sonhar com o poder estadual, pois o

desfecho da Revolução de 1923 determinou a revisão dos procedimentos políticos. O Pacto de Pedras Altas impediu a permanência do Chefe do Executivo no poder, e a consequente eleição de Vargas se fez acompanhar da cooptação da oposição, arregimentada em torno da Aliança Libertadora. Por sua vez, a oposição ansiava por sair do ostracismo, demonstrando idiopatia pela nova gestão. Assim, enquanto os republicanos registravam a continuidade administrativa de Borges para Vargas, os libertadores insistiam numa ruptura positiva com o borgismo. Mas, além disso, Vargas acenava com a incorporação de novas facções da classe dominante, que até então haviam permanecido anclares ao bloco arregimentado em torno do poder. (AXT, 2011, p. 391)

Foi com essa possibilidade que, no ano de 1924, formou-se uma nova conjuntura política no Rio Grande do Sul e em muitos municípios coloniais com a ascensão de seus imigrantes e descendentes ao cargo do executivo local. A historiadora Loiva Otero Félix apontou o término do monopólio do poder estatal por parte do PRR que com

o fim da revolução asseguraria a garantia de mudança, ao afastar a possibilidade de reeleição do governo do Estado, pois aqueles instrumentos, fossem políticos ou jurídicos, ao sancionarem as sucessivas reeleições para presidente e a autoridade deste para designar os titulares das várias funções públicas, permitiam, também, a esclerose administrativa pelo continuísmo político. (1996, p. 164)

Nas regiões coloniais, a década de 1920 ficou marcada pelo cenário de significativas mudanças políticas. Como a crise e as constantes contestações do modelo borgista forçavam numa retirada de mando, “a nova situação produzia embaraços que as tradicionais práticas não

mais podiam resolver.” (VALDUGA, 2012, p. 265) E essa mudança fez com que as expectativas dos imigrantes e descendentes de italianos adquirissem novas articulações políticas. Se antes o empecilho para o desenvolvimento das regiões coloniais era a presença dos coronéis burocratas e de suas formas como jogavam o poder com as demais lideranças locais, “os desejos de intendentes ‘italianos’ eram quase um consenso entre as elites coloniais, era o passo que faltava à afirmação social e às aspirações de autonomia frente às ingerências dos intendentes luso-brasileiros”. (idem, p. 266)

Com a troca dos chefes intencionais houve também a alteração dos interesses locais. Se os antigos intendentes não conseguiam atender às reivindicações dos munícipes, os novos administradores ítalo-germânicos deram uma devida importância para a construção de estradas, escolas e melhoramentos estruturais nas sedes dos distritos interioranos. A complexidade das relações de poder, identificada com os mecanismos de cooptação, barganha e oposição envolvendo os intendentes, as lideranças políticas e econômicas e, acima de tudo, o colonato comprovaram a desmistificação de mitos políticos e historiográficos, criados pela falta de uma pesquisa mais aprofundada que consistia na “existência de um colono uniforme e passivo, invariavelmente sujeito às ações dos poderosos, a não ocorrência de coronelismo na região (ou uma tênue ou tranquila experiência) e a permanência do PRR como um bloco monolítico e fiel, obediente a Borges ou aos líderes locais nomeados por aquele.” (BIAVASCHI, 2011, p. 346)

Feitos esses esclarecimentos pertinentes à compreensão do presente trabalho, buscamos dividir essa dissertação em três capítulos abordando em cada um deles as colônias da região. Como a colonização do atual Vale do Taquari iniciou na metade do século XIX, a partir de Estrela, dedicaremos a primeira parte desse trabalho à análise do poder local durante o governo de Borges de Medeiros. Indicado por Júlio de Castilhos, patriarca do republicanismo no Rio Grande do Sul, o Coronel Francisco Ferreira de Brito buscou construir a hegemonia do PRR na região onde os federalistas possuíam maior força política e ação militar.

Mas foi o intendente Manoel Ribeiro Pontes Filho que dominou a cena política colonial e sua ascensão no cargo de chefe político e administrativo ocorreu após um acordo conferenciado pelo próprio Borges de Medeiros. O PRR estava dividido na sucessão intencional do Coronel Brito e a indicação e a eleição posterior de Nicolau Müssnich vieram acordadas com a designação de Pontes Filho como vice-intendente. A morte, na metade do mandato de Müssnich, fez com que o vice assumisse e se tornasse um dos mandatários com mais longa duração na administração de um município no Estado.

Mesmo que seu poder fosse sempre sufragado pelas sucessivas reeleições, o Coronel Pontes Filho enfrentava algumas divergências no sentido da dominação total dos imigrantes e seus descendentes, tendo que negociar sucessivas crises ao longo de todo o seu tempo de representante borgista. As barganhas, as cooptações e as divergências eram sempre apresentadas e discutidas dentro da Comissão Executiva do PRR. Ali o poder intencional era dividido entre seus membros e comprovado nas decisões da administração local, bem como a distribuição de cargos públicos e demais benesses do Estado.

Com a Revolução de 1923 e a entrada de novos atores, o PRR local conseguiu aglutinar força para evitar a ascensão da oposição dissidente e federalista na administração intencional com a eleição de André Marcolino Mallmann. Novos acordos foram fechados para a manutenção do borgismo na região com o emissário palaciano e Subchefe de Polícia Dr. Érico Ribeiro da Luz que teve um papel decisivo de negociador nas cisões do partido em todos os municípios coloniais aqui analisados.

As relações de poder em Lajeado serão apresentadas e discutidas no segundo capítulo. Como colônia desmembrada de Estrela no período republicano, o município tornou-se um dos locais que mais atraía imigrantes das antigas regiões coloniais, além de expandir a colonização para a região alta do vale. Esse acréscimo de população em um curto período de tempo resultou em algumas crises e conflitos durante o governo de Francisco Oscar Karnal. A subida de Borges de Medeiros à *chefia unipessoal* determinou a ascensão do Coronel João Batista de Mello ao poder intencional e a construção de sua rede de compromisso fortaleceu a força política para manter-se por várias reeleições como chefe político local.

Mesmo com a emancipação de Encantado e a divisão interna no partido em relação à eleição municipal de 1916 para a escolha da lista dos candidatos ao Conselho Municipal, o Coronel Mello tratou de aglutinar sua força junto à Comissão Executiva local. A retirada do Coronel José Diel de suas funções políticas na colônia de Santa Clara trouxe um reflexo positivo para Mello que, mesmo diante dessa crise, saiu-se fortalecido com os acontecimentos relacionados à Revolução de 1923.

O esfacelamento do borgismo no vale forçou o *Ilustre Chefe* para que nomeasse o Dr. Érico Ribeiro da Luz como Subchefe de Polícia na região, além de ser seu emissário e representante nas negociações na tentativa de agregação dos republicanos dissidentes em todo território colonial. O avanço da oposição com as eleições federais de 1924 forçou os novos intendentes ligados as suas respectivas colônias a sofrerem intervenções constantes do Dr. Érico por ordem determinada de Borges de Medeiros. O intendente Carlos Fett Filho não

conseguiu manter o partido unido e o enfraquecimento resultou na vitória oposicionista nas eleições municipais de 1928.

No capítulo três apresentaremos os fatos analisados e comentados do período de contestação e enfraquecimento das políticas de Borges de Medeiros, no município de Encantado. A partir da eleição municipal de 1920 até a renúncia do Coronel Virgílio da Silva, resultante do quadro de contestação de sua administração, procuraremos compreender como surgiu a facção dissidente republicana e como ela articulou sua posição política oposicionista diante do situacionismo detentor do poder intencional, bem como saber quais foram as formas de articulação realizadas pelo próprio Borges de Medeiros nessa crise política local, suas decisões e intervenções.

Dentro das análises realizadas nesse período, a colônia de Encantado foi a que apresentou maior instabilidade política durante todo o mandato de Borges de Medeiros em função das constantes crises políticas, das formações de grupos dissidentes e das divergências entre as lideranças locais que resultaram em permanentes ajustes das relações de poder intencional. A inexistência de uma Comissão Executiva, ao contrário de Estrela e Lajeado, fez com que as decisões fossem sempre determinadas pelo Coronel Virgílio, resultando em um desgaste político muito forte. O contexto local de contestação de seu poder, junto às eleições estaduais de 1922, determinou as negociações por parte de Borges de Medeiros.

Mesmo com a destituição do intendente Virgílio da Silva, o crescimento da oposição assisista, no meio da colônia em relação à eleição de Antônio De Conto e Augusto Pretto para chefiarem a política local, fez com que os republicanos de Encantado reorganizassem o município a fim de atender os interesses coloniais.

2. ESTRELA

O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva. O que às vezes se chama cultura política e que resume a singularidade do comportamento de um povo não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo.

(René Remond)

2.1 – A tarefa do Coronel Brito

A instalação da Fazenda Estrela pelo Coronel Victorino José Ribeiro, em terras que pertenciam administrativamente à freguesia de São José do Taquari, entre os anos de 1854 a 1856, deu início ao processo de colonização primeiramente com imigrantes luso-brasileiros e, posteriormente, por colonos alemães. Esse novo núcleo colonial foi denominado de Estrela, seguido do de Teutônia que fora criado dois anos depois pelo empresário Carlos Arnt. Com a comercialização dos lotes coloniais e a crescente expansão do povoado, em 1872, o Coronel Vitor de Sampaio Menna Barreto, detentor de grandes lotes coloniais, fundava o povoado com o nome de Santo Antônio da Estrela. Logo após chegou a família dos Ruschel que era numerosa e dinâmica a qual lançaria as bases da indústria e comércio local e o desenvolvimento econômico deu um salto quantitativo.

Um ano depois foi solicitada a elevação do povoado de Estrela à freguesia, separando-o administrativamente de Taquari. Junto com esse processo de emancipação política, a área da freguesia foi aumentada com a incorporação do território da margem direita do Rio Taquari – que são os atuais municípios de Lajeado, Arroio do Meio, Encantado e parte de Guaporé – formando uma imensidão de terras a serem colonizadas posteriormente. O crescimento econômico da freguesia e à chegada constante de novos imigrantes alemães fizeram com que o então Presidente da Província Tristão Alencar Araripe, através da Lei nº 1.044, de 20 de maio de 1876, criasse o município de Estrela. A instalação da nova comuna aconteceu somente seis anos depois com o instalar da Vila no dia 21 de fevereiro de 1882 com a eleição dos vereadores municipais.¹⁹

Com a implantação do regime republicano no país alteraram-se as relações de poder e com grande domínio dos liberais nas administrações municipais, que incluía grande parte dos

¹⁹ A Câmara Municipal teve a presidência de João Caetano Pereira, que deu posse aos primeiros vereadores eleitos: Henrique Theodoro Rohenkohl, Patrício Antônio Rodrigues, Jorge Carlos Lohmann, Tristão Gomes da Rosa, Miguel Ruschel, Bento Manoel de Azambuja e Luis Paulino de Moraes. O predomínio dos luso-brasileiros somente foi perdido após a Proclamação da República, quando da realização do primeiro pleito intencional. O Conselho Municipal passou a ser dominado por lideranças germânicas, ao serem eleitos em 15 de novembro de 1891: Julio May, Jacob Schenck, Henrique Arnt, Nicolau Gerhardt, João Ubaldo Nery, Miguel Ruschel e Jacob Wiedt.

comerciantes e industrialistas locais, a Vila de Estrela viu a ascensão dos partidários de Júlio de Castilhos admitirem muitos signatários do Partido Conservador a fim de articular o domínio nos municípios gaúchos. De certa forma, apeados do poder pelos castilhistas, os liberais estrelenses buscaram respaldo junto aos federalistas com a nítida tentativa de enfrentamento aos republicanos. Na primeira eleição, na era republicana, em novembro de 1891, elegeu-se o primeiro Conselho Municipal que elaborou a primeira Lei Orgânica do Município nomeando Joaquim Alves Xavier como o primeiro intendente, em 18 de outubro de 1892. Esse governo durou somente sete meses, quando foi forçado a abandonar o cargo em razão da eclosão da Revolução Federalista, sendo então nomeado como subintendente do 1º distrito em 26 de maio de 1893 o senhor Pércio de Oliveira Freitas.

Tabela 2 - Executivo e Legislativo de Estrela (1893-1934)

Mandato	Intendente	Vice-Intendente	Conselho Municipal
1893-1896	Pércio de Oliveira Freitas		Não havia.
1896-1900	Pércio de Oliveira Freitas		João Ubaldo Nery (presidente 1896-98), Antônio Soares Izaguirre (presidente 1898-1900), Jacó Schüller, Frederico Genehr Filho, Henrique Mallmann, Adolfo Martins Ribeiro e Valentim Kern.
1900-1904	Francisco Ferreira de Brito	Ernesto Zietlow e Geraldo Nicolau Snel	José Buchmann (presidente 1900-02), Carlos da Costa Bandeira (presidente 1902-04), Nicolau Ruschel Sobrinho, Jorge Steyer, Antônio Vítor Mena Barreto, Henrique Schüller e Olympio Cavagna.
1904-1908	Francisco Ferreira de Brito		Nicolau Müssnich (presidente), Antônio Carlos Porto, Luiz Dexheimer, Carlos Wildner, Frederico Dreyer, Adolfo Martins Ribeiro e Olympio Cavagna.
1908-1909	Nicolau Müssnich	Manoel Ribeiro Pontes Filho	João Ubaldo Nery (presidente), Adolfo Zimmermann, Leonardo Kortz, Paulo Berti, João Gerhardt, Jacó Lang e André Göllner.
1909-1912	Manoel Ribeiro Pontes Filho	Fernando Erdmann Scheeren	
1912-1916	Manoel Ribeiro Pontes Filho	Fernando Erdmann Scheeren	Manuel Pereira de Miranda (presidente), Filipe Mallmann, Henrique Guilherme Schwingel, Roberto Pilz, Henrique Júlio Hoerlle, Pedro Erpen e Guilherme Lengler.
1916-1920	Manoel Ribeiro Pontes Filho	Fernando Erdmann Scheeren	Henrique Senger (presidente 1916-18), André Marcolino Mallmann (presidente 1918-20), Henrique Schneider, Pedro Braun, Henrique Beckmann, Emílio Lengler e Adolfo Fensterseifer.
1920-1924	Manoel Ribeiro Pontes Filho	Frederico Neuhaus Fº	André Marcolino Mallmann (presidente 1920-24), Leopoldo Adolfo Marder (presidente 1924), Augusto Frederico Markus, Manuel Dillenburg, Pedro Schaeffer Filho, Adolfo Gerhardt e Guilherme Tiggermann Filho.
1924-1928	André Marcolino Mallmann	Helmuth Fett	Frederico Neuhaus Filho (presidente), Frederico Schneider, Affonso José Horn, Henrique Hergemöller, Henrique Franken Filho, Pedro Schneider Sobrinho e Cristiano Fensterseifer.
1928-1930	Augusto Frederico Markus	José Hauschild Fº	José Raymundo Ruschel (presidente 1928-29),

			Alberto Schmitz (presidente 1929-30), Edvino Schaeffer, Reinoldo Willrich, Henrique Afonso Hoffmann, Clemente Afonso Mallmann e Reinaldo Dahmer.
1930-1934	Augusto Frederico Markus	Eugênio Ruschel	Conselho Consultivo. André Marcolino Mallmann (presidente), Helmuth Fett e Edmundo Alfredo Steyer.

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: ABM/IHGRGS e SCHIERHOLT (2002).

Com o começo da Revolução Federalista e as movimentações no território gaúcho, os padres jesuítas resolveram convocar as lideranças republicanas e federalistas para buscar uma negociação de paz e fazer com que a região não fosse atingida pelo conflito. Apesar dos esforços pela tentativa da pacificação na região, os federalistas militantes foram incisivos na decisão de combater os republicanos locais e de dar apoio ao exército revolucionário de Gumercindo Saraiva.

A reunião que ocorreu no Centro Católico localizado na Vila teve a presença dos líderes republicanos Adolfo Martins Ribeiro, Joaquim Alves Xavier, José Antero de Siqueira, Afonso Martins Ribeiro e dos federalistas Luís Paulino de Moraes, Luís Pereira de Azevedo, João Antônio da Cunha e João Ubaldo Nery. Os acontecimentos militares na fronteira, no planalto e nas zonas altas do vale do Taquari precipitaram o envolvimento desta região na Revolução. (SCHIERHOLT, 1989, p. 116-119)

O constante boato de uma possível invasão de tropas federalistas era sempre comentado nas delegacias, nas repartições públicas e nas vendas interioranas. Na manhã do dia 27 de maio de 1893, um sábado, a pacata vila de Estrela foi invadida por um grupo de federalistas comandados por José Altenhofen porém até a assinatura de um acordo de paz, em 23 de agosto de 1895, ocorreram outras três invasões à sede administrativa estrelense. A sustentação do domínio era frágil em virtude do avanço constante de tropas republicanas, o que forçava os federalistas a recuarem e se abrigarem no então distrito de Encantado, principal reduto das forças opositoras ao castilhismo.

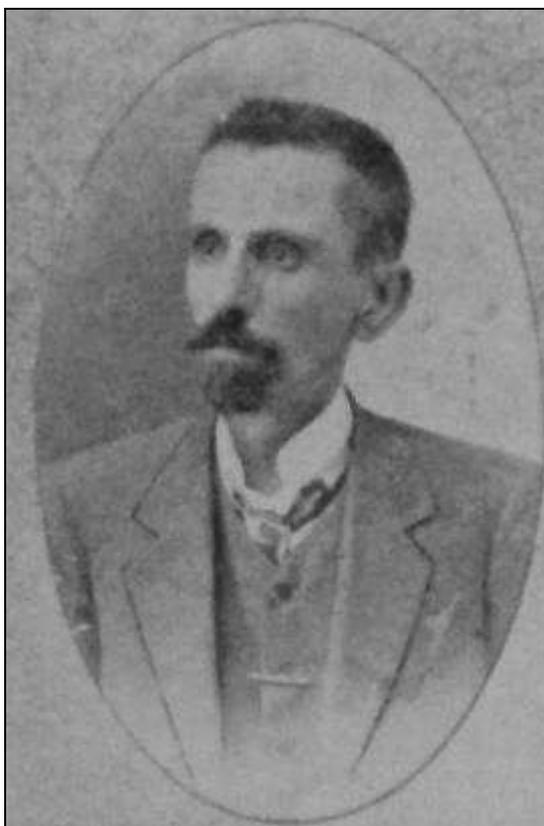
Amenizado todo o período conturbado que fora a Revolução Federalista na região²⁰, principalmente no município de Estrela, a aparente acefalia do domínio republicano foi somente concretizada com a posse definitiva do Coronel Francisco Ferreira de Brito que

²⁰ A vila de Taquari, durante toda a Revolução Federalista, foi o quartel-general dos castilhistas, servindo de refúgio para todas as lideranças republicanas de Estrela e Lajeado que não aderiram à luta armada. Políticos republicanos, federalistas, intendentess, conselheiros municipais, juiz de direito, pároco, proprietários de casas comerciais e chefes de família reuniram-se na cidade de Taquari para decidir como enfrentar o problema [do começo da Revolução]. Ficou firmemente decidido que a comunidade não se envolveria. (SCHIERHOLT, 1989, p. 117-118).

recebeu essa incumbência de Pécio de Oliveira Freitas. Mas afinal, quem era essa liderança republicana?

Legítimo soldado republicano, Coronel Brito, que ficou conhecido como Chico Brito, foi designado para consolidar o recente regime republicano, nas regiões coloniais e segundo dados colhidos pelo historiador José Alfredo Schierholt, Brito nasceu no dia 14 de maio de 1862, provavelmente em Rio Pardo. Seus pais eram Joaquim José de Brito²¹ e Domiciana Ferreira Andrade Neves, que eram ligados à importante família dos Andrade Neves. Na capital gaúcha, cursou o primário e o preparatório no Colégio Gomes, formando-se guarda-livros.²²

Figura 3 - Coronel Francisco Ferreira de Brito que foi o chefe político estrelense de 1900-1908



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 17

²¹ Pai dos castilhistas Antônio Augusto Ferreira de Brito, secretário da Junta Municipal de Lajeado e de Francisco Ferreira de Brito, engenheiro de obras públicas e mais tarde intendente de Estrela, Joaquim José de Brito foi um republicano adeso. Era sócio da Companhia de Navegação do Alto Taquari, juntamente com João Marques de Freitas, uma importante liderança federalista militante. (SCHIERHOLT, 1989, p. 79)

²² A função de guarda-livros é atualmente substituída pelo contador, podendo possuir um curso de contabilidade, seja técnico ou em nível superior. Na época, quem detinha esse cargo era empregado do comércio, ou mesmo um profissional autônomo, que tinha a função de fazer o registro da contabilidade e das transações de uma empresa de negócios, escriturando seus livros mercantis.

Com a expansão acelerada da colônia alemã de Santa Cruz do Sul, mudou-se, no ano de 1884 com apenas 22 anos de idade, para estabelecer uma casa comercial. Bem provável que já havia aderido à causa republicana, mas mesmo assim assumiu a secretaria da Câmara Municipal de Vereadores e permanecendo no cargo até o ano de 1892. Fiel ao castilhismo, não concordou com o “Governicho” e pediu demissão do cargo, deslocando-se para Lajeado que fora recém-emancipado de Estrela.

Recebeu o título de Coronel da Guarda Nacional por defender o republicanismo na região do Alto Taquari, sendo nomeado Delegado de Polícia pelo seu pai Joaquim José de Brito²³, então presidente nomeado da Junta Municipal de Lajeado. Durante sua curta gestão de 5 de agosto a 15 de novembro de 1891, desempenhou a função de advogado e empreiteiro de estradas, principalmente na localidade de São Gabriel, atual município de Cruzeiro do Sul.

Já prestigiado partidário do castilhismo, o Coronel Brito foi designado secretário municipal de Estrela no dia primeiro de abril de 1898, além de acumular as funções de presidente do Conselho Escolar. Indicado por Borges de Medeiros para o cargo de intendente, eleito em duas oportunidades e ficou na chefia política do Partido Republicano local de setembro de 1900 até outubro de 1908.

Vale ressaltar que a família Brito, histórica lutadora pela causa castilhista, foi a consoladora do regime, na região, assumindo vários cargos de comando durante os primeiros anos da concretização do PRR. Além do Coronel Brito ter se tornado intendente em Estrela, seu irmão, João Luís Ferreira de Brito, exerceu a chefia intencional em Venâncio Aires. Ambos eram detentores de uma confiança elevada por parte de Júlio de Castilhos e posteriormente por Borges de Medeiros.

A primeira referência encontrada no ABM/IHGRGS ao município de Estrela e relatada pelo coronel intendente Francisco Ferreira de Brito foi um pedido de garantias do Estado para a obtenção de um empréstimo junto ao Banco do Comércio situado na Capital. Esclarecendo o suplemento orçamentário para Borges de Medeiros, mediante às condições expostas pelo estabelecimento bancário, Brito justifica o mesmo que “pelos próprios recessos, nas reduzidas abolições do imposto sobre estradas, não poderá, a administração local, ocorrer aos compromissos contraídos”.²⁴ A realização de diversas obras de infraestrutura rodoviária no extenso município aponta para o desenvolvimento colonial bem como a abertura de novas

²³ Também era um dos sócios da Companhia de Navegação do Alto Taquari, tornando-se gerente da empresa no mesmo período que exercia a função de presidente da Junta Municipal de Lajeado. Foi ele que garantiu a realização da primeira eleição do novo município de Lajeado, em 15 de novembro de 1891, quando transmitiu o cargo para Frederico Heineck, eleito para o cargo.

²⁴ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2082, 13/05/1903, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

picadas no interior da colônia e a construção de pontes de pedra sobre os diversos arroios existentes comprovam o crescimento da produção e a constante reivindicação de melhorias das vias e trajetos e ao mesmo tempo apontam para um dos principais problemas encontrados por todos os governos das regiões coloniais como o escasso poder financeiro para a melhoria das estradas de rodagem.

Mesmo com o incremento dos impostos coloniais de exportação e de terras, os recursos nunca eram suficientes para atender às grandes demandas de obras. Por isso a necessidade constante das intendências em contrair empréstimos com empresários e comerciantes locais e também com os bancos de Porto Alegre. Mas mesmo que a “garantia será simplesmente nominal: o município saberá honrar o compromisso” como o intendente mencionou na missiva, as suas “relações com essa praça são tão limitadas” que o propósito principal da correspondência para Borges de Medeiros era que o Governo do Estado desse a efetividade da transação como devida salvaguarda.

Esses empréstimos também eram um empecilho para a administração intencional que primeiramente constava na dificuldade de obter as devidas quantidades solicitadas, porque normalmente os bancos cobravam um alto juro sobre qualquer montante e muitas vezes poderiam alcançar até 20-25% das rendas municipais. O segundo problema era justamente a garantia que os intendentess davam com a aprovação dos respectivos Conselhos Municipais. Sobre as rendas da Intendência ocorria sempre a ideia de crescimento dos impostos, principalmente as de exportação, mas elas dependiam muito do período compreendido entre o preparo do solo, do plantio e da colheita. Muitas vezes, constantes secas, enchentes e pragas afugentavam os colonos e a consequência disso era a queda drástica das receitas do município. O terceiro embaraço era a solicitação, por parte do intendente, para a obtenção do Estado como “avalista” do empréstimo. Normalmente Borges de Medeiros colocava a necessidade de saber onde seria aplicada tal montante e sua justificativa que sempre era atendida com algumas solicitações como o envio de relatórios detalhados das movimentações com suas devidas aplicações.²⁵ Outro detalhe era a demora em atender esses pedidos, o que causava certo constrangimento ao intendente em reenviar as mesmas solicitações.

A notícia do falecimento de Júlio de Castilhos com apenas 43 anos de idade, no início da noite do dia 24 de outubro de 1903, num sábado, foi uma verdadeira comoção, cobrindo a capital e todo o Rio Grande do Sul de luto. Já afastado do poder executivo e debilitado pelo

²⁵ Isso pode ser visualizado na carta de nº 2084, quando o Coronel Brito remete ao Presidente do Estado um demonstrativo do movimento da conta corrente mantida com o Banco do Comércio e uma tabela com a aplicação da quantia de 15:970\$000 retirado, do total de 30:000\$000, com seus respectivos detalhes, no mês de julho a dezembro de 1903.

câncer na garganta, o patriarca republicano não resistiu à cirurgia de emergência e acabou falecendo. A cerimônia fúnebre ocorrida no dia seguinte à sua morte demonstrou uma verdadeira emoção nos milhares de participantes que acompanharam o cortejo. Até o final do mês de outubro, *A Federação* abriu espaço para demonstrar o impacto causado pelo óbito do líder máximo do PRR.

Alguns dias após o ocorrido, o Coronel Brito remeteu uma missiva demonstrando todo o seu apreço por Júlio de Castilhos e seu ardoroso patriotismo pela causa republicana. Emocionado pela prematura morte do “egrégio mestre”, o chefe político estrelense lembrou a Borges de Medeiros que “a obra-prima do grande e incomparável mestre não perecerá, [pois] em seus vastos lineamentos, revive inteira a personalidade imaculada de seu organizador”.²⁶ Vale mencionar que a indicação de Brito para a administração dos interesses de Estrela, forte reduto federalista, foi do próprio Castilhos qualificado pelo seu seguidor como “majestoso edifício político rio-grandense”.

Aproveita então a oportunidade para depositar sua lealdade a Borges de Medeiros no processo de sucessão do legado republicano deixado pelo patriarca, ou seja, manteve-se fiel à decisão do partido em destinar a confiança no atual Presidente do Estado. Isso fica evidente quando Brito acentua sua defesa ao “vulto simpático [...] modesto, virtuoso e preclaro sr. Dr. Borges de Medeiros que, no momento histórico, melhor emana o pensamento, as ideias do chefe querido”.²⁷ A turbulência na sucessão do carisma do “líder” já era pressentida pelos correligionários. E essa herança deixada por Castilhos resultaria numa fissura interna, mesmo que o grupo borgista fosse de maior força. Esse predomínio somente será conquistado com o término do mandato de Carlos Barbosa Gonçalves, em 1913, momento esse em que Borges de Medeiros domina de vez a chefia política do partido.

Demonstrando sua sinceridade na correspondência, Francisco Pereira de Brito menciona ao Presidente do Estado que “essas tais condições – convocais e por vos anotarei todos os perigos, certo de que o nome querido de nosso estimado chefe será a bandeira sacramentada que nos guiará nas conquistas do futuro”.²⁸ Fica entendido que o perigo de uma nova conturbação no Rio Grande do Sul poderia suscitar com o desaparecimento do líder máximo republicano que poderia alimentar novamente o descontentamento por parte dos vencidos, como o mesmo Brito menciona no término da correspondência e também de forma interna com um possível hiato de liderança e luta constante pela chefia unipessoal.

²⁶ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2083, 29/10/1903, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

Em 21 de dezembro de 1903 a Vila de Estrela foi surpreendida pela notícia do assassinato do líder federalista José Altenhofen com 53 anos de idade e isso fez com que o intendente Brito enviase um telegrama a Borges de Medeiros informando-o sobre o acontecido. Uma nova carta fora endereçada ao Presidente do Estado no dia 14 de janeiro de 1904 confirmando a morte do principal maragato da região. Dez dias depois, em uma nova missiva enviada a Borges de Medeiros confirmaram-se algumas informações acerca do ocorrido. De forma bastante cautelosa, o chefe republicano local tentou elucidar “as ocorrências que deram em resultado a morte do caudilho Altenhofen”.²⁹

Principal articulador e chefe militar dos federalistas na região do Alto Taquari, José Altenhofen, dominou o município de Estrela por várias oportunidades durante o desenrolar da Revolução Federalista. Era admirado pela bravura e coragem por seus seguidores e odiado e hostilizado pelos republicanos locais. Existe uma lacuna historiográfica muito importante na compreensão dos seus seguidores que, mesmo não sendo propósito desse trabalho, deve-se evidenciá-la.³⁰ Por isso é necessário destrinchar essa carta para compreender melhor o ocorrido, mesmo que nos faltem confirmações evidentes por falta de fontes documentais.

Antes do assassinato de Altenhofen, o Coronel Brito confirma que havia boatos vindo do interior do município que estaria sendo projetado um movimento armado a se irromper em Estrela. Essa atoadada de sedição circulava com certa insistência e ganhou corpo quando um sobrinho de Altenhofen – o qual não é mencionado no documento – acabou realizando uma delação do plano para o intendente. Altenhofen seria o líder da conspiração com a ajuda de

²⁹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2085, 24/01/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

³⁰ Aqui podemos abrir um parêntese importante. Preocupado com a perpetuação da memória sobre o evento ocorrido na região entre republicanos e federalistas, o historiador Schierholt realizou uma intensa pesquisa buscando montar um quadro do desenrolar dos conflitos. Utilizando fontes primárias oficiais, narração oral, jornalística e memorialistas de vários participantes dos embates, esse livro tornou-se referência para o estudo da Revolução Federalista. Não somente no Vale do Taquari e sim os desdobramentos em nível Estadual, montando um cenário de como aconteceu a guerra civil numa região colonial envolvendo imigrantes e descendentes de alemães e italianos. Em relação aos dados colhidos sobre José Altenhofen, o autor utilizou qualificativos pejorativos, como o líder federalista ter sido “metido a orador”, “meio retardado” e “alcoólatra”. Convenhamos que esses adjetivos trazem consigo a nítida intenção de desqualificar essa importante personalidade estrelense. Ou esses dados foram apanhados pelo lado vencedor. “José Altenhofen, teria nascido lá por 1851, cinco anos antes, aproximadamente, da família ter comprado as terras em Beija Flor, à margem esquerda do Rio Taquari, defronte à cidade de Arroio do Meio. Ali José Altenhofen foi encarregado de administrar os serviços de barco e estabeleceu um alambique. Na escola sofria muito para estudar. A gagueira deixava José um tanto complexo. Para se impor ao complexo de inferioridade, tinha tendência a tomar bebida alcoólica, tornando-se assim mais loquaz, às vezes ofensivo, metido a orador. Por familiares foi considerado um tanto “verückt”, meio retardado. Ao que tudo indica, o problema mais grave deve ter surgido quando ele perdeu a primeira mulher, Guilhermina Amália Windrath e se casou logo com Carlota Guilhermina Ribeiro, filha do grande proprietário de terras Custódio Silvestre Ribeiro e Balbina Maria de Oliveira, donos da Fazenda São Caetano. José e Carlota tinham os seguintes filhos: Maria Altina, Henrique, Vendelino, João, Ana Idalina, Mina Guilhermina, José Custódio e Filipe Teodoro. Em 21.12.1903, José Altenhofen foi morto a pauladas em seu alambique, como consta, pelos que foram encarregados de trazê-lo preso à delegacia de polícia de Estrela. No cemitério de Beija Flor, está o seu túmulo.” (SCHIERHOLT, 1989, p. 121)

Pedro Schmidt – que não precisamos com exatidão qual era sua influência – e de Guelfo Zaminati, de quem Brito mencionou: “a pretexto de vender gravetos, propagava, pelo interior do município, suas ideias”.³¹

Afinal, qual seria o objetivo dessa conspiração? Quais seriam as ideias que propagavam pela colônia? E quais seriam os motivos que levaram o sobrinho de Altenhofen a realizar a delação? São questões difíceis de serem esclarecidas sem a ajuda de documentos, mas podemos levantar algumas hipóteses interessantes. Infelizmente a sequência das cartas enviadas pelos intendentes e chefes políticos ou lideranças da região a Borges de Medeiros foi um problema na execução de certos esclarecimentos nesse trabalho, aliado à falta de documentação dos municípios aqui analisados.

A hipótese mais plausível, levando em conta as demais correspondências remetidas a Borges de Medeiros, eram os “conspiradores” que planejavam novamente invadir a vila de Estrela e destituir seu mandatário nem que para isso fosse necessário o uso da força e por isso “fiz sentir aquele [Altenhofen] que o responsabilizaria por qualquer perturbação da ordem que porventura viesse a irromper no município”.³² A necessidade de uma vigilância constante por parte da polícia administrativa, comandada pelo próprio intendente, levantou uma forte suspeita sobre o assassinato deste, conforme levantamento realizado posteriormente. O interessante é compreender que para tal atitude drástica por parte dos “conspiradores” deveria ter algum respaldo perante a sociedade estrelense.

A suposição do enfraquecimento político de Francisco Ferreira de Brito fica muito evidente principalmente pela aproximação das eleições municipais e provavelmente as ideias que circulavam pelo interior da colônia seria a derrubada do intendente pelas urnas ou pelas armas. Mencionando novamente a missiva escrita por Brito, o qual também ocupava o cargo de delegado de polícia³³, dizendo que “ submeteu-se, [Altenhofen] a palavra de honra, comprometendo-se por si, e por seus companheiros, dos quais não declinou nomes, a respeitarem o *status quo*”.³⁴ Outro dado intrigante nessa descrição dos ocorridos é que o líder

³¹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2085, 24/01/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

³² *Ibid.*

³³ Além de ser o chefe político e administrativo, o Coronel Brito também acumulava o cargo de delegado de polícia. Para a consolidação do regime castilhistaborgista numa comuna que existia uma forte presença federalista, “o uso político da força pública também era fundamental para a manutenção do *status quo* de uma facção.” Normalmente, “os delegados e subdelegados de polícia eram funcionários escolhidos geralmente de comum acordo entre os manda-chuvas locais e o sacerdote palaciano. Os cargos poderiam ser preenchidos por qualquer cidadão, não havendo requisição de diplomas ou necessidade de concurso público. [...] Enquanto o poder central tinha controle mais efetivo sobre os subchefes de polícia, as situações locais aspiravam dominar com mais abrangência a ação dos delegados e subdelegados, atizando-os não raro contra a facção concorrente.” (AXT, 2011, p. 110-111)

³⁴ *Ibid.* Grifado pelo próprio Coronel Brito.

maragato já estava morto, por isso a responsabilidade da “conspiração” deixava de ser do mesmo e mesmo assim o intendente requisitou a prisão preventiva de Pedro Schmidt e em cuja residência a polícia fez apreensão de armamento.

Quanto ao suposto “sobrinho” de Altenhofen, que efetuou a confissão do possível levante, segundo o próprio Brito, “o mesmo envolvido em processo por crime de ferimentos graves” também acabou tendo sua prisão preventiva efetuada. A hipótese de que o provável parente do líder maragato buscasse se livrar das acusações de agressão em troca da delação não teve sucesso e por entregar o próprio tio, remete-se à ideia de que existia uma inimizade entre eles. Quanto a Guelfo Zaminati, o intendente mostrou-se preocupado pelo motivo que o mesmo “tenha influenciado sobre aqueles, é possível que volte a cargo”. Subentendemos que “aqueles” seriam os moradores do interior, ou seja, os imigrantes e seus descendentes e os possíveis correligionários de Altenhofen os quais poderiam manter a ideia de sublevação.

Faltando dois meses para a realização das eleições municipais³⁵, marcadas para setembro de 1904, o Coronel Brito passa o panorama político existente na ocasião no município. Retrata-se dizendo que “os múltiplos serviços que sobre mim pesaram, obrigaram-me a retardar o cumprimento desse dever”³⁶ que era de repassar os detalhes da vida política estrelense. Uma justificativa do intendente foi por ele mesmo enfatizada quando alegou que Borges de Medeiros estaria

ocupadíssimo, como tendes estado, no aparelhamento dos governos locais, cujas candidaturas devem preocupando-vos sobremodo, entendi não dever importunar-vos até que, pela solução da maior parte delas pondereis, sem o sacrifício de vosso preciosíssimo tempo, ocupar-vos desta localidade.³⁷

Realmente o *Ilustre Chefe* deveria estar articulando e manobrando as eleições em todos os municípios do Estado, já prevendo uma *chefia unipessoal* através das constantes

³⁵ Em pormenores, as eleições representavam um complexo processo, principalmente pela falta de uma justiça eleitoral, além de uma unidade reguladora que padronizasse todos os níveis do procedimento de votação. As datas dos pleitos, tanto municipais, estaduais e federais, não coincidiam, fazendo com que os eleitores sufragassem seus votos constantemente. Isso resultava numa atenção especial por parte dos chefes políticos, pois todas as eleições acabavam agitando os núcleos coloniais, como foi constatado no presente trabalho. Para a participação na votação, todos os eleitores nos municípios deveriam ser qualificados e essa era uma atribuição das lideranças palacianas. A organização das mesas e a lista dos eleitores e dos candidatos, também eram feitas pelos coronéis intendentes, que utilizavam seus subintendentes nos distritos coloniais para aglutinar o maior número de votantes. O detentor do poder intencional utilizava seu aparato político para manipular os mesários e a designação dos fiscais dos partidos. Os conselheiros municipais formavam uma junta eleitoral para realizar as apurações e decretar os vencedores nos pleitos locais. Devemos ter em mente que, “esses procedimentos permitiam a prática de inúmeras fraudes e arbitrariedades. Os pleitos municipais eram convocados, adiados ou cancelados conforme as necessidades da política dominante. [...] A votação nos candidatos se fazia por listas, que eram reproduzidas nas cédulas, havendo a que correspondia à situação e aquela correspondente à oposição.” (AXT, 2011, p. 145-147)

³⁶ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2086, 02/07/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

³⁷ Ibid.

intervenções políticas em âmbito local.³⁸ Isso ocorria, muitas vezes, por pressão dos próprios republicanos, que somada à constante preocupação de interferências dos federalistas forçavam uma aparição forte por parte do Presidente do Estado. No decorrer da missiva, Francisco Ferreira de Brito vai demonstrando que a ideia de homogeneidade, tanto dos republicanos quanto das políticas dos coronéis intendentess sempre estivera no grau de uma possibilidade remota. Referindo-se aos pleitos anteriores, Brito comenta que “como em todas as outras, postulam aqui as candidaturas à suprema investidura municipal. Autorizadas, ou não, estas agitam-se, não com probabilidades de êxito, mas para repartido dos incontentáveis”.³⁹

Ir contra à candidatura autorizada, aquele período demonstrava claramente a divisão da colônia porque o desejo dos chefes políticos regionais era a candidatura única, o que poderia passar a ideia de conciliação dos munícipes quanto à conquista do “bem comum”, pilar da ideologia castilhistaborgista. Mesmo que a candidatura de oposição não acabasse se confirmando, a possibilidade de enfrentamento nas urnas era uma preocupação para o intendente o qual sabia que a capacidade de vitória era ínfima, ainda mais sem uma aliança com o próprio Borges de Medeiros. Em caso de vitória do grupo opositor, a intervenção palaciana era algo premeditado.

E quem seriam os “incontentáveis” que o Coronel Brito mencionou? Um deles seria o empresário Henrique Arnt⁴⁰ que, “tendo perdido as esperanças, atirou-se a um experiente ridículo, agitando, por sua conta e risco, a candidatura de João Machmann Sobrinho, dizendo ser este – candidato do povo!”⁴¹ Como já estava desbaratada a candidatura Arnt, o intendente Brito atacou Machmann dizendo que “esse candidato, não reúne, em absoluto, as qualidades necessárias para tão elevada investidura; é ébrio⁴² por hábito”. Ratifica que essa afirmação

³⁸ Essas intervenções faziam parte do método de obtenção da “fidelidade partidária à orientação borgista” que devido ao condicionamento e do “jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder” poderiam fazer com que a insubordinação alterasse a configuração das relações de poder nos municípios conflitantes. Essas tensões que tornavam-se corriqueiras pelas “demais estrelas partidárias e o mandonismo local [...] que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto” faziam com que Borges de Medeiros acumulasse crises internas no Partido, com graves cisões verificadas em 1907, 1915-16 e em 1922-23, quando teve que rearticular suas lideranças em alguns municípios coloniais, concedendo algumas reivindicações. (AXT, 2011, p. 101-103)

³⁹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2086, 02/07/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁴⁰ Henrique Arnt era um dos sócios da Companhia de Navegação Arnt, que era uma das mais importantes empresas do Rio Grande do Sul, chegando ao auge da navegação contar com 350 funcionários. Possuía lotes coloniais em Bom Retiro, adquiridos junto a Adolfo Martins Ribeiro, membro do Conselho Executivo do PRR por muitos anos. Mais informações sobre as empresas fluviais, ver em: REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

⁴¹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2086, 02/07/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁴² É interessante percebermos que a grande maioria das desqualificações de adversários republicanos encontradas no ABM/IHGRGS feitas pelos coronéis intendentess e demais líderes colônias é a questão do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. A impressão que fica, após essa averiguação, que parecia algo desprezível pelas autoridades que pessoas ligadas à política fizessem o uso dessas bebidas, normalmente sendo a cachaça e o

peçoal está respaldada pelo “zelo partidário, nunca o do interesse subalterno”. Depois de desqualificar os possíveis concorrentes ao cargo máximo da colônia, Francisco Ferreira de Brito dá seu parecer sobre sua possível reeleição, afirmando que por questões de ordem privada não almejava acorrer a mais um mandato intencional. Certifica-se disso dizendo que

Embora tenha o Conselho Municipal vos lembrado a minha reeleição, e solicitado para ela a vossa aprovação, devo dizer-vos que, conquanto muito me penhore essa prova de confiança política, todavia, e por motivos de ordem privada, que só à mim dizem respeito, não a almejo.⁴³

O chefe político estrelense parecia inclinado a abrir mão de sua posição de líder republicano local, mas desde que tivesse algum correligionário a sua altura para manter os interesses partidários no meio colonial. E mesmo tendo essas lideranças políticas, esclarece que

político, como sou, não devo levar o meu pessimismo ao ponto de negar ao meu partido os serviços que este tem o direito de exigir. Nestas condições, e submetendo-me por completo a vossa decisão, para acatá-la e honrá-la, como devo, peço permissão para lembrar-vos que, no partido, existem distintos correligionários, que reúnem, de par com inatacável prolifero, os necessários dotes para a suprema investidura.⁴⁴

Brito não cita quem seriam os distintos correligionários mas encerra a carta enaltecendo seu dever como republicano em atender às exigências que forem asseguradas pelos interesses partidários. Ou seja, se era necessário para a construção do castilhismo-borgismo em Estrela sua reeleição, abriria mão de seus motivos particulares como “a mais perfeita antítese do altruísmo”. E foi justamente isso o que aconteceu. Borges de Medeiros não abriu mão de Brito, mesmo que alguns correligionários estrelenses conferenciam com o próprio Presidente do Estado reclamando a sua indicação.

Realizado o sufrágio municipal no feriado de sete de setembro, em chapa única, apesar das fortes intenções de uma candidatura não oficial republicana, o Coronel Brito foi reeleito intendente e chefe republicano de Estrela. Em correspondência datada de 11 de setembro, portanto, quatro dias após o pleito, Brito realça a vitória do partido frente aos “incontentáveis” mencionando que “diversos membros da convocação que ai foram reclamar contra a minha reeleição, bateram chapa!”⁴⁵ Ou seja, mesmo contestando o apoio dado por Borges de Medeiros e a fim de não causar um descontentamento pela ausência no pleito, o grupo

vinho. Algo vinculado à moral dos indivíduos ébrios deveria ser sempre levado em conta para os representantes do castilhismo-borgismo.

⁴³ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2086, 02/07/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2087, 11/09/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

conhecido pelo Coronel Brito compareceu às urnas. O não comparecimento nas eleições resultava num pressuposto de desmobilização dos correligionários e isso não soava bem nos ouvidos do *Ilustre Chefe*.⁴⁶

No final da mencionada missiva, o Coronel Brito passa uma impressão positiva de sua administração, quando aponta que “o resultado da eleição, parece, sem provas que, neste município o meu nome é consistente.”⁴⁷ Essa afirmação ressoa como uma autoafirmação diante da formação de uma facção republicana e Brito parece não levar a sério a força desse grupo por deter a confiança de Borges de Medeiros e mesmo sabendo que ela poderia ser muito subjetiva perante os interesses da comunidade estrelense, a pressão que iria trazer para a própria rede de compromissos era de que o Presidente do Estado já estava articulando conforme o seu objetivo com a *chefia unipessoal*. Um dado importante e que deve ser ressaltado é a atenção que Borges de Medeiros deu a essa facção ao recebê-la em seu gabinete e discutir as questões intencionais sem a presença do próprio líder republicano local.⁴⁸

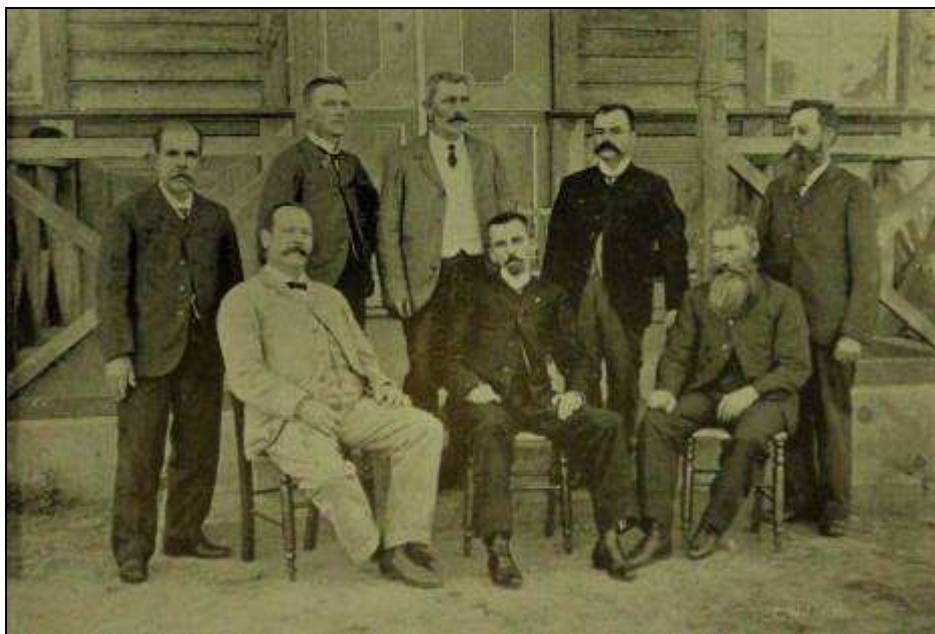
É evidente que essa facção detinha certo poder diante dos imigrantes e seus descendentes e mesmo não citando os nomes dessas lideranças que se fizeram representar os “incontentáveis”, temos de mencionar que o nome do Coronel Brito não era tão “consistente” como fez lembrar Borges de Medeiros e essa pseudo-hegemonia era muito frágil e bem provável pela sua tênue rede criada a qual já não dava mais respaldo à administração de Francisco Ferreira de Brito. Esse seu segundo governo intencional ficou marcado por mais um empréstimo com o intuito de reforçar o orçamento municipal e pela preocupação em relação ao ensino do português nas aulas subvencionadas em toda colônia, que ensinavam em língua alemã. Todas essas ações do executivo contaram com o apoio do Conselho Municipal, que nesse período era presidido por Nicolau Müssnich que despontava como líder máximo de uma sucessão intencional, como veremos adiante.

⁴⁶ As eleições serviam como verdadeiros termômetros para a confirmação do prestígio político de um coronel intendente. A confirmação do embaraço eleitoral por parte do chefe palaciano local poderia dar mais autoridade aos dissidentes e/ou federalistas na tentativa de adentrar na rede de compromisso, ou ao menos forçar uma possível negociação com o líder situacionista. A abstenção também servia como maneira de demonstrar a insatisfação do eleitorado colonial com as políticas reinantes. Por isso, “nada poderia ser mais alarmante que um alto índice de abstenção de eleitores republicanos em uma sessão eleitoral. [...] Uma abstenção elevada também podia ser causada pela impopularidade da administração municipal, que deixava em descoberto demandas básicas dos eleitores distritais.” (AXT, 2011, p. 137)

⁴⁷ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2087, 11/09/1904, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁴⁸ Aqui temos a confirmação que a chefia intencional estava encontrando um declínio junto à elite colonial, pois suas reivindicações não estavam sendo atendidas pelo situacionismo estrelense. Mesmo que todo coronel sonhasse em alcançar a chamada “chefia unipessoal”, devemos compreender que “existiam três formas de relação das facções com o poder central: atrito, cooperação e indiferença. Algumas facções nasciam à revelia do sacerdócio palaciano e podiam representar-lhe constrangimentos. Outras eram encorajadas a crescer pelo próprio chefe supremo. E, finalmente, existiam algumas que não suscitavam nada além da indiferença naquele. Ainda assim, essa isenção seria temporária, pois chegaria o momento em que uma opção necessariamente se faria.” (AXT, 2011, p. 136)

Figura 4 - Integrantes do governo intendencial de Francisco Ferreira de Brito



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 55

Como o território de Estrela fazia limites com o de Garibaldi a leste, nesse quartel, essa área foi sendo habitada por imigrantes italianos provenientes da expansão da RCI. A presença constante dessa população tornou essas regiões limítrofes em povoados mistos, ou seja, alemães e italianos como é percebido em determinadas localidades de Roca Sales e Imigrante. O preenchimento desses espaços forçou à abertura de novas estradas de rodagem e durante o segundo mandato do Coronel Brito os principais trabalhos e esforços do orçamento municipal foram destinados à construção da estrada até Garibaldi, passando pela linha Seca.

Como a necessidade era relevante, o Coronel Brito destinou 63% do item orçamentário “melhoramentos” destinados à infraestrutura dessa obra, mas como pretendia fazer um corte regular no orçamento do ano seguinte, para tentar diminuir a dívida contraída existente referente a empréstimos, o mandatário estrelense pleiteia um auxílio pecuniário junto ao Governo do Estado. Essa cobrança é feita por carta, quando assinala que “venho lembrar-vos que, ao iniciar os trabalhos da construção da estrada de rodagem [...] assumistes, comigo, o compromisso de concorrerdes com um auxílio pecuniário para a sua realização.”⁴⁹ Muitas vezes as solicitações não eram atendidas por parte do executivo estadual por inúmeras razões, fazendo com que o município arcasse com a principal cota em qualquer tipo de investimento

⁴⁹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2088, 20/10/1905, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

local. Isso comprova como era complicado lidar com o orçamento municipal, muitas vezes, precário para realizar obras de grande monta.

As próximas três missivas endereçadas a Borges de Medeiros pelo Coronel Brito fazem referência à instrução pública demonstrando a preocupação por parte do intendente, no atendimento às constantes reivindicações dos imigrantes nos inúmeros povoados espalhados em receberem o ensino para seus filhos.⁵⁰ No documento anterior mencionado já encontramos pedidos de nomeações de professores para atuarem no interior da colônia. Depois de conferenciar pessoalmente com Borges de Medeiros sobre os assuntos locais, Brito envia uma carta na qual cita que

a madre diretora do Colégio Santo Antônio, pediu-me que solicitasse de V. Exa. mais um fornecimento de livros para distribuir pelo grande número de crianças pobres que ali recebem instrução. Como sabeis, aqui [Roca Sales] predomina o elemento católico e, fator importante no partido local, devemos, por isso, satisfazer-los, quando possível.⁵¹

Aqui fica a impressão de que os imigrantes italianos ou alemães de religião católica, despontam mais atenção por parte do intendente do que os de religião protestante, por isso a necessidade de atender suas solicitações. A vinculação do catolicismo como um braço auxiliar na propagação da ideologia castilhistaborgista já está confirmada pelos inúmeros trabalhos referenciados sobre o tema. Outra hipótese interessante de se levantar é a dificuldade desse pensamento em atingir os imigrantes protestantes, o que, conseqüentemente, denotaria maiores atenções por parte dos líderes republicanos, principalmente, no distrito de Roca Sales, como mencionado.

Com o intuito de difundir o ensino do português na colônia estrelense, o líder republicano convocou uma reunião com todos os professores particulares “a fim de tratar sobre o auxílio que pretendeis dar aqueles que ensinarem a língua vernácula”. Para isso Brito tratou do assunto e contou com o apoio do professor e presidente do Conselho Municipal Nicolau Müssnich, que mencionou o interesse do governo estadual na propagação do ensino em português. E para que isso ocorresse, ficou acordado com Borges de Medeiros um auxílio

⁵⁰ É a Constituição castilhista de 1891 que versava pela laicidade, liberdade e gratuidade para o ensino primário ministrado em instituições públicas. Na perspectiva do positivismo, “a educação passou a ser vista como a nova arma para preparar e viabilizar a reestruturação da sociedade gaúcha.” Mas, mais de um ato arbitrário do que planejado, as razões consideradas para a localização das aulas subvencionadas deveriam atender critérios vinculados ao sistema coronelista. Ou seja, “as relações de poder que, no período republicano, entraram em jogo, para determinar a localização das escolas que atenderiam e beneficiariam mais uma comunidade em detrimento de outra, foram muitas. [...] Fossem os redutos eleitorais do Intendente, a presença naquela comunidade/capela de algum fabricante ou negociante mais influente, seja econômica ou politicamente, a interferência do padre.” (LUCHESE, 2012, p. 674-676)

⁵¹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2089, 08/05/1906, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

do Estado de 200 a 300\$ anuais aos mestres interessados, além de seus recebimentos normais.⁵²

Foi parabenizando o *Eminente Chefe* pela aplicação da solicitação de uma maior fiscalização dos inspetores escolares nas aulas subvencionadas pelo Estado, nas regiões coloniais, porque com “essa medida, de efeitos práticos perfeitamente constatados, será a pedra angular sobre a qual descansará a instituição do ensino primário, pela vossa sabedoria assegurando a juventude, em recente reforma”⁵³, que o intendente Brito acompanhou os exames práticos anuais das aulas públicas. Enfatiza ainda que “é me grato dizer-vos que o resultado auferido excedeu a expectativa pública [...] atribuo o sucesso à imediata fiscalização das aulas, pelas constantes e reiteradas visitas de inspeção”.⁵⁴

No término da correspondência, mesmo estando ainda na metade do seu segundo mandato, o Coronel Brito faz menção sobre as eleições municipais, que ocorreram no ano de 1908. Dois anos antes das eleições municipais serem marcadas já havia uma fragmentação no sentido da sucessão intencional, pois a colônia não visualizava na sua pessoa uma autoridade ideal de comando. A preferência por possíveis candidatos à sucessão intencional passaria por questões étnicas e religiosas e o então intendente fala para Borges de Medeiros que

a futura eleição municipal vai, antecipadamente, despertando entusiasmo: diversas correntes atuam na opinião. Os católicos, de origem alemã, inclinam-se a candidatura Müssnich. Os nativistas, porém, contrariam aquela candidatura: querem candidato puro sangue nacional!⁵⁵

Essa citação demonstra uma nítida separação entre os republicanos, não só pelo fato da escolha do sucessor de Brito, mas muito mais pela questão da inclinação do apoio para determinado candidato de origem teuto ou luso-brasileiro. Vale ressaltar a relativa força dos “nativistas”, que se encontravam na vila e eram os quem detinham os principais postos da administração pública em todos os níveis. Eles não eram a maioria entre a população estrelense⁵⁶, mas imaginavam deter o total controle diante dos imigrantes e seus descendentes. Fica nítida a intenção de cada grupo dentro do PRR local.

⁵² Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2090, 22/07/1906, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁵³ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2091, 04/12/1906, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

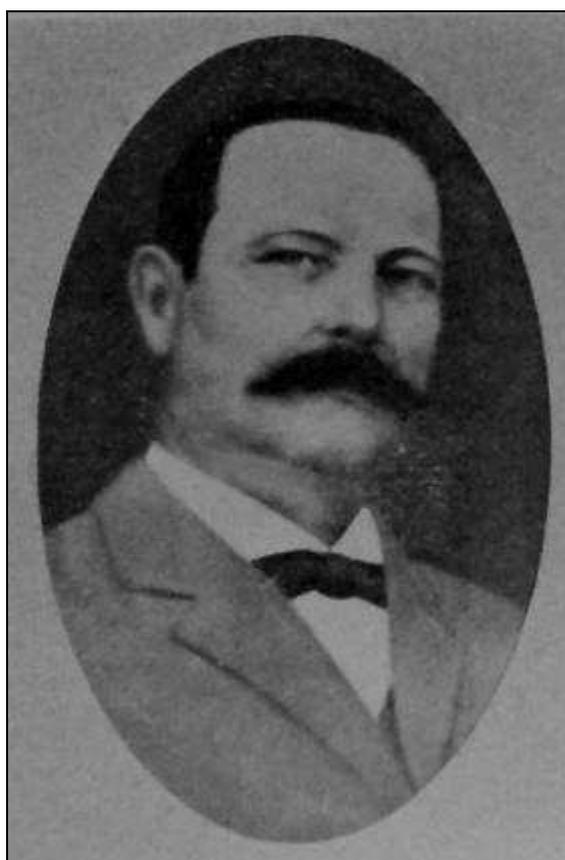
⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ No artigo de Lothar Hessel, no livro *Nós, os Teuto-Gaúchos*, páginas 51-55, intitulado de *Apreciações raciais e sociais no Alto Taquari (1910-1930)*, diz que a vila de Estrela, calculava-se que 80% era composta de alemães, 15% de luso-brasileiros e 5% de negros e mulatos. O mesmo autor ainda faz uma distinção interessante. Ele chama de pequeno-burgueses os alemães que eram industrialistas e comerciantes, e os colonos. Dá como exemplo a SOGES (na época chamada de Turn-Verein Estrella), composta pela elite local, contra o bairro Oriental, composta por operários e luso-brasileiros, negros e mulatos. Entre os brasileiros, ele aposta dois grupos, os que ocupavam os postos da administração e os operários e posseiros.

Com o partido encontrando dificuldades em aglutinar força política em um possível nome vinculado com o próprio intendente para a passagem do referido cargo, Brito faz menção sobre o futuro chefe político. A colônia estava entusiasmada com a ascensão de Nicolau Müssnich⁵⁷, e de forma antecipada lançava seu nome na corrida para a obtenção de apoio, mas a opinião das lideranças estrelenses não era unânime em apoiar essa candidatura, segundo o próprio intendente.

Figura 5 - Nicolau Müssnich, acabou falecendo antes do término de seu mandato intencional



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 17

Aqui, muito antes do desfecho final do Pacto de Pedras Altas, vemos a força que as lideranças coloniais de origem alemã estavam exercendo sobre a rede de compromisso

⁵⁷ Nicolau Müssnich nasceu na Picada Bugerberg, em Dois Irmãos, no dia 27/03/1860. Depois de completar seus estudos preparatórios no Colégio Conceição em São Leopoldo, matriculou-se na Escola Normal da Província, diplomando-se no final de 1878. No ano seguinte, prestou concurso para o magistério, nomeado professor público em Estrela. Além de lecionar, foi músico instrumentista, organista, compositor e dirigente do Coral da Sociedade Santa Cecília. Em primeiras núpcias, em 03/04/1880, estava casado com Carolina Ruschel, tendo os filhos João Francisco, Luís Inácio e Afonso Maria. Em segundas núpcias, em 23/08/1887, casou-se com Catarina Ruschel, irmã de Carolina. Em 02/10/1894, foi nomeado para exercer vitaliciamente o ofício de Escrivão de Órfãos e Ausentes. Nas eleições municipais de 07/09/1904, foi eleito conselheiro, com mandato até 1908, período no qual foi presidente da sétima Legislatura. Nas eleições do mesmo ano, foi eleito intendente, com mandato de 15/10/1908 a 30/09/1909. Após seu primeiro aniversário de posse, em pleno exercício como chefe político, a morte o acolheu, em 30/09/1909, com 49 anos de idade. (SCHIERHOLT, 2002, p. 571)

borgista. A experiência realizada no município de Santa Cruz do Sul⁵⁸, na escolha de um chefe republicano com ascendência alemã, já estava surtindo pressão na escolha dos representantes locais. O desenvolvimento colonial, no segmento comercial e industrial, formou muitas lideranças diante do eleitorado. É por isso que Borges de Medeiros acabou cedendo e dando o aval na escolha do nome de Müssnich, como veremos a seguir.

Para contentar a outra facção formada por “nativistas”, como o próprio Coronel Brito mencionou, composta por luso-brasileiros e com as lideranças dos Coronéis Manoel Pereira de Miranda e Adolfo Martins Ribeiro, Borges de Medeiros solicitou junto à Comissão Executiva que a indicação do vice-intendente recaísse sobre um “nacional”. Essa escolha foi aceita por Manoel Ribeiro Pontes Filho⁵⁹ que, com o falecimento de Müssnich no cargo, assumiu de forma interina a chefia intencional até ser eleito e reeleito por várias oportunidades. Essa questão foi narrada pelo intendente em sua última e mais longa carta enviada a Borges de Medeiros como chefe político republicano. Mas, como veremos, essa articulação não foi tão bem aceita pelo Coronel Brito e demonstrou como eram concorridos os pleitos locais, independentemente de seu âmbito.

Com propriedade René Gertz (1994, p. 967) menciona que

é verdade que os níveis de oposição variavam no decorrer do tempo – e naturalmente também no espaço. Parece também que a cultura política das populações coloniais levava a que se registrassem ênfases diferentes de oposição de acordo com o nível das eleições. Distinguiam claramente entre eleições federais, estaduais e municipais, pois cada uma delas tinha efeitos diferentes sobre a vida cotidiana e também se tinha consciência da capacidade diferenciada de influir sobre cada uma dessas esferas.

⁵⁸ O primeiro intendente de descendência alemã a ascender ao executivo municipal no Rio Grande do Sul foi Guilherme Gaelzer Neto, no ano de 1902, em São Leopoldo e isso devido ao falecimento do eleito Florêncio da Silva Câmara em meio ao seu mandato intencional. Conquistando a chefia política, Gaelzer conseguiu permanecer por 16 anos na frente da administração são-leopoldense.

⁵⁹ Manoel Ribeiro Pontes Filho nasceu em 28/04/1878 e faleceu em Taquari, com 57 anos de idade no dia 11/10/1935. Veio de Taquari para Estrela como agente da filial da firma José Porfírio da Costa, com matriz em Taquari. A seguir, foi nomeado agente do Correio; depois, escrivão das coletorias federal e estadual, e advogado provisionado. Republicano castilhistas, nomeado vice-intendente, assumiu a administração municipal com a morte do titular, Nicolau Müssnich, em 30/09/1909, depois eleito quatro vezes, governando até 15/10/1924. Poucos dias após, assumiu a Subchefia de Polícia da 3ª Região Policial, com jurisdição em Estrela, Lajeado, Encantado, Guaporé e Taquari. Em 09/05/1925, mudou sua residência para Taquari, onde foi proclamada a sua candidatura ao cargo de intendente, eleito em 25/05/1925, governando o município de Taquari até 25/07/1929. Foi nomeado prefeito de Piratini (de 29/01/1930 a 30/06/1930) e de Veranópolis (18/08/1930). Assumiu a prefeitura de Lajeado, como prefeito nomeado, de 01/03/1931 a 20/10/1932, ao ser afastado por ter sido acusado de apoiar, indiretamente ou por omissão, a Revolução Constitucionalista. Em 17/02/1933, transferiu-se para Estrela, onde exerceu funções de advogado provisionado, em sociedade com Dr. Voltaire Bittencourt Pires. Em 18/08/1934, foi formada em Estrela a Frente Única Gaúcha (FUG), sob sua presidência, sendo lançado candidato a prefeito de Estrela, mas em plena campanha eleitoral, 35 dias antes das eleições, veio a falecer. Publicava poesias e matérias opinativas em jornais da região, assinando como Macário. Era casado, desde 07/01/1905, com a professora Diva Rosa de Azambuja. (SCHIERHOLDT, 2002, p. 978)

A narração a seguir feita pelo intendente é referente à prévia republicana realizada em todos os municípios gaúchos para a escolha do sucessor de Borges de Medeiros nas eleições marcadas para o ano de 1907. Isso enaltece a posição de Gertz demonstrando que, mesmo sendo uma consulta para um possível nome em substituição da governança do Estado, respingava os efeitos na vida política local e vice-versa e não havia como desmembrar essas situações.

No começo do mês de julho, já com o republicano dissidente Fernando Abbott realizando campanha nas regiões coloniais, inclusive no Alto Taquari, ocorreu um comício republicano com a intenção de inflamar a militância. Demonstrando estar com sua saúde debilitada, enfermidade essa que acabou levando-o à morte três anos depois⁶⁰, o Coronel Brito deixa claro que apesar de doente, como cumpridor do dever cívico, “não descurei, entretanto, dos interesses partidários, pondo em ação os elementos de que podia dispor para assegurar o melhor êxito da prévia.”⁶¹ Para o chefe político estrelense, o eleitorado local estaria “amedrontado” por achar “francamente contrário àquela eleição”.

A “eleição” que o intendente menciona seria a prévia republicana e por ela os eleitores “dava volta dos comícios sem tomar parte dos mesmos”. Uma explicação para que a atenção não fosse despertada entre o eleitorado é destacada pelo próprio Coronel Brito ao afirmar alguns fatores tais, como

- a) a interferência da imprensa alemã, aconselhando os colonos que coisa alguma assinassem, porque assinariam gravíssimos compromissos;
- b) os boatos de próxima e inevitável revolução;
- c) o meu rompimento convosco por ser enfermo à prévia.

São itens que merecem uma melhor análise pois uma importante parte da imprensa alemã declinou a favor da candidatura Abbott e contra Carlos Barbosa Gonçalves⁶², o que resultou em um número considerável de votos nas regiões coloniais para o candidato de oposição. Junto com isso, as questões municipais também contribuíram para que Abbott recebesse a quantidade de votos que ganhara nesse pleito estadual. Como referenciado nas páginas anteriores, o temor da eclosão de uma nova revolução sempre esteve presente como forma de amedrontamento dos eleitores por ambas as partes, comprovando assim o poder que o PRR implantou no Estado.

⁶⁰ Faleceu no dia 29 de novembro de 1910, com apenas 48 anos da idade.

⁶¹ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2092, 09/07/1907, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁶² Gertz (1994, p. 965) comenta que em setembro de 1907, a “Comissão Central” do PRR, que realizou a referida prévia, indicou o nome do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves para concorrer nas próximas eleições estaduais para o lugar de Borges de Medeiros. A oficialização da candidatura republicana ocorreu em primeiro de outubro, a poucos dias da realização do pleito. A vitória foi do candidato da situação, que recebeu 61.073 votos, contra 16.431 para Fernando Abbott. Mais da metade dos votos contrários ao oficialismo veio das regiões coloniais.

O autoritarismo republicano com a ideia da anulação total de qualquer adversário federalista ao seu governo resultou numa falta de espaço de articulação da oposição que, quando coligada com dissidentes republicanos, sofria constante perseguição por parte da situação, ou seja, o imaginário de uma nova guerra era resultado da total disparidade política existente entre republicanos e federalistas, mesmo contando com as questões locais.

A incompatibilidade da manutenção do poder local estava sendo articulado com Borges de Medeiros e que sem apoio não haveria chefia republicana no município e a consequência disso seria uma possível agitação interna no partido. Essa foi a ideia que alguns correligionários apresentaram ao afirmar a quebra da rede de compromisso em Estrela, utilizando a doença do Coronel Brito como propósito de criar uma facção e tentar o apoio do *Ilustre Chefe*. No decorrer de uma missiva são apontados os articuladores dessa infeliz “tentativa pérfida” de “implantarem a cisão no seio do partido”.

O Coronel Adolfo Martins Ribeiro pareceu ser o articulador desse grupo, juntamente com alguns federalistas históricos e provavelmente estariam montando uma chapa de coalizão para o próximo pleito municipal sem o consentimento do chefe republicano local. Por isso o intendente mencionou que essa facção conseguiu

apenas a adesão do genro daquele coronel, o dentista Eggens. Percebendo, entretanto, que as suas pretensões cumulavam-se diante da coesão partidária, manda de soma e, de parecia com os srs. Francisco e Mathias Ruschel, oponentes de todos os tempos, ensaia o balãozinho da agitação, da qual tomam-se a honra manter. Diante de tantas incongruências, resolvi chama-lo a ordem, e, mesmo propósito, parceiro em seu gabinete. Encontrando-o ali, a sós, expor-lhe, com severidade, a incorreção de sua conduta política, corroborando por exigir-lhe mais lealdade.⁶³

A fúria do Coronel Brito recaiu sobre o mencionado dentista que acabou sendo chamado de “pretencioso e leviano” por tentar articular uma chapa sem o apoio do próprio chefe local. Um dado importante e com cunho étnico foi o que fez Francisco Ferreira de Brito ao comentar que Eggens era “falso, como os de sua raça” e que teria “abaixado a cabeça” ao ser destrutado por sua posição contrária à possível “falta de lealdade partidária”, principalmente por estar confabulando com os Ruschel, históricos federalistas locais, sendo isso inadmissível para o intendente.

Tentando impedir a consumação dessa planejada traição, Coronel Brito demonstra aos envolvidos com o intermédio de Pontes Filho o erro dessa coligação para a política local. Afirma ainda que “tais foram os fundamentos em que escudei-me para comunicar-vos que esse indivíduo continuava traindo. Em virtude de quanto ponderava, nos dignastes chamá-lo

⁶³ Carta de Francisco Ferreira de Brito a Borges de Medeiros (n. 2092, 09/07/1907, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

para o exortardes ao cumprimento do dever”.⁶⁴ O resultado do desbaratamento da dita facção resultou na percepção da fragilidade de articulação dos correligionários republicanos em torno do Coronel Brito e sua rede de compromisso. Não havia consenso em suas políticas e o desgaste de sua imagem no processo de afirmação do PRR em Estrela parecia estar chegando ao fim.

O intendente faz essa menção na carta ao relatar que o grupo teria alcançado “estupenda vitória contra mim, e, para comemorá-la condignamente, ofereceu, aos seus comparsas de agitação, um almoço íntimo, que realizou-se no Hotel Ruschel, e por ocasião do qual fez sentir que era portador de instruções novas para ‘moralizar’ a política local”.⁶⁵ Isso teria sido o resultado do acerto desse grupo dissidente com o próprio Borges de Medeiros, o qual fora até a capital conferenciar “sobre assuntos políticos referentes a este município”. No acordo Borges de Medeiros solicitara que o grupo comunicasse ao Coronel Brito as resoluções acertadas, “todas tendentes a união de ‘correligionários’ para comum e harmônico trabalho”.

Mesmo apresentando justificativas que assegurariam deter, ainda, algum tipo de poder, o intendente Brito cita, já em tom de despedida e de uma “derrota” política frente à facção contrária à sua orientação, que

posso, ávida, amenizar-vos que não existe dissidência no partido; que os melhores elementos conservam-se ao meu lado; que não me estima ânimo as responsabilidades da direção. Não fazendo, entretanto, cabedal disso, e para evitar possíveis desgostos, venho pedir-vos, e o faço encarecidamente, a promoção de uma comissão executiva que superintenda as negociações políticas desta localidade.⁶⁶

Com isso estava encerrada a segunda administração Brito já que não havia mais como se manter na liderança de um partido fracionado como se encontrava o PRR local. O sentimento de abandono por parte de Borges de Medeiros também resultou na inadmissível superação diante da força política do grupo montado. Outro dado relevante seria o término do próprio mandato do *Ilustre Chefe* que estaria deixando a chefia do executivo estadual para seu sucessor Carlos Barbosa Gonçalves, mas mantinha, ainda, o domínio do partido. Esse recuo tático irá resultar na articulação da busca da *chefia unipessoal* de Borges de Medeiros através da confiança e total lealdade por parte dos próximos intendentes municipais, os quais serão os que sustentarão o seu retorno ao executivo gaúcho e tornando, por alguns anos, seu poder incontestável.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid.

O grupo estrelense que esteve reunido com o Presidente do Estado sabia que teria seu poder diminuído em relação ao intendente Brito e uma prova disso foi a escolha para o sucessor intencional que deveria ter sido feita através de uma convenção local e que as decisões passassem a ser discutidas dentro de uma Comissão Executiva⁶⁷, a fim de evitar que as negociações locais resultassem em novas desavenças. Nesse item o Coronel Brito saiu vencedor, pois o novo administrador intencional não teria mais a decisão final sem o consentimento dos demais membros da referida comissão.

Uma constatação observada durante o estudo é que os membros existentes na rede de compromisso borgista poderiam ter entrado num ostracismo político, mas nunca seriam excluídos de algum cargo público, ou seja, como houve casos, a chefia republicana de determinada localidade poderia passar para as mãos de outro correligionário, mas o primeiro jamais sairia de seu posto sem uma determinada colocação e em algumas vezes, mantendo-se na mesma localidade, em outras sendo destinado a outro local.

Isso acabou ocorrendo com Francisco Ferreira de Brito e que resultou numa atenção especial de Pontes Filho. Com seu falecimento, já que se encontrava enfermo desde sua saída do posto de intendente municipal, o cargo de coletor federal acabou sendo transferido para seu genro, Silvio de Azambuja, nomeado pelo Estado, a fim de “servir de amparo à respectiva família que por um capricho da sorte se viu da noite para o dia sem os recursos da subsistência que o seu exemplar chefe, em vida, lhe prodigalizava”.⁶⁸ O problema foi a forma como Brito havia recebido tal cargo e o que resultou em um grande problema para sua família.

O titular do posto era o tenente-coronel Manoel Pereira de Miranda que, afastado do cargo, impetrou na justiça federal uma ação a fim de ser reintegrado na referida função por não ter sido exonerado por parte do governo federal e detentor desse poder. Mas como Borges de Medeiros havia negociado todos os cargos públicos, independentemente de seus respectivos níveis, durante todo seu mandato no executivo gaúcho, isso se tornou uma preocupação para os familiares do então falecido Coronel Brito. Por isso Azambuja solicitou a Pontes Filho que interviesse junto ao *Ilustre Chefe* para evitar a consumação desse ato. É o

⁶⁷ Normalmente era constituída uma Comissão Executiva do Partido Republicano quando havia a existência de uma facção dissidente muito forte no município. Os momentos de impasse político intencional faziam com que as lideranças da dissidência deixavam de ser minoria e passassem a participarem da vida administrativa local. O objetivo da instituição dessa corporação por parte de Borges de Medeiros era buscar “apaziguar as tensões locais ou podia brotar espontaneamente das facções, quanto então a iniciativa tinha por escopo, mediante a formatação de um *modus vivendi*, evitar a possível intervenção, em momento de impasse político local, do poder central, através da nomeação de um intendente provisório.” (AXT, 2011, p. 138) Vale ressaltar que a comissão executiva era mais importante que o próprio conselho municipal.

⁶⁸ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2102, 21/05/1915, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

próprio intendente estrelense quem aponta as negociações de cargos federais por parte do executivo gaúcho quando anuncia que o próprio Miranda iria tratar do assunto diretamente com Borges de Medeiros

sobre o caso vertente, isto é, sobre a sua tão almejada reintegração no cargo em questão, visto eu ter-lhe orientado que todo e qualquer assunto de natureza federal, como o do caso presente, não deveria ser ventilado sem um prévio exame feito por Vossa Excelência.⁶⁹

O plano de retornar ao referido cargo, por parte de Miranda, seria, segundo Pontes Filho, referente ao conhecimento das crescentes porcentagens que estariam entrando nos cofres da coletoria, em virtude das “fascinantes” rendas atuais, o que deixaria a numerosa família de Brito em malogrado caso o desfecho fosse desfavorável.

Cinco meses depois desse pedido de interferência houve a decisão do processo de reintegração pelo juizado federal, dando procedência à ação impetrada por Manoel Pereira de Miranda, “mandando seja ele reintegrado no cargo de coletor federal da Estrela, bem como paga dos vencimentos respectivos desde o tempo em que foi demitido daquele lugar”.⁷⁰ Mesmo julgando o citado propósito de “injusto”, Pontes Filho envia nova missiva a Borges de Medeiros agora a pedido de Engrácia Barcellos de Brito, “respeitável viúva do saudoso correligionário e chefe político sr. Coronel Francisco F. de Brito”.⁷¹ O resultado dessa ação, “vem de ferir, indiretamente, os interesses da digníssima recomendada”.

A preocupação por parte de Pontes Filho remete a algumas hipóteses. Primeiro, por ter assumido a chefe política local, bem provável que julgou ser possível atender os interesses da família do antigo correligionário pelo posto que por hora estava ocupando dentro da rede de compromisso e sua ligação direta com Borges de Medeiros. Esse acerto com os Brito poderia já ter sido acertado ainda com o próprio ex-intendente, que teria repassado o cargo de coletor federal para seu genro, Silvio Azambuja. Mas como não temos o conhecimento do que teria ocorrido após o desfecho dessa reintegração, ou seja, que Azambuja teria sido alocado para outra função e/ou transferindo-se de município, só sabemos que Miranda recuperou seu cargo e tornou-se um membro efetivo dentro da Comissão Executiva do PRR de Estrela.

Por que Manoel Pereira de Miranda teria sido afastado do respectivo cargo? O próprio intendente Pontes Filho refere-se ao acumulado de funções como um forte indício dessa possibilidade, ou Miranda deve ter sido demitido por algum interesse político como resultado

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Anexo 1 da carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2103, 29/10/1915, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁷¹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2103, 29/10/1915, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

de algum jogo de relação de poder local, justamente numa coletoria que, como era do conhecimento de todos, apresentava uma crescente renda em virtude das cobranças das taxas.

Figura 6 - Vista parcial da Vila de Estrela na década de 1920



Fonte: <http://www.nossadica.com.br/historiac.html>. Acesso em: 14 de jul. 2016

2.2 – Pontes Filho assume a chefia política

Ao assumir o cargo de intendente municipal Pontes Filho buscou incrementar o desenvolvimento industrial de Estrela e para alcançar esse objetivo, o novo mandatário passou a fomentar o surgimento de empresas manufatureiras e a necessidade de energia elétrica foi primordial para o aumento considerável da produção de produtos coloniais. Por isso foi necessário pleitear, junto ao Governo do Estado, dirigido pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, a concessão e exploração de força hidráulica no município. A transformação em energia elétrica desencadeou um surto de desenvolvimento econômico em qualquer parte do mundo e essa era a meta de seu governo.

Figura 7 - Coronel Manoel Ribeiro Pontes Filho, que foi o chefe republicano de 1908-1924



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 17

Bem provável que para receber o apoio dos republicanos Pontes Filho tratou de implementar um programa de incentivo aos industrialistas e empresários estrelenses, fomentando o aumento da produção e comercialização de seus produtos manufaturados. Em ofício dirigido ao Presidente do Estado, o intendente deixa clara a sua intenção ao afirmar que

esse serviço que faz parte do meu programa administrativo e que considero de relevante importância não só para esta Vila; mas também para todo o município cujos magnos interesses me são confiados, é para mim uma das questões mais gratas; porque entende

com o bem real, com a riqueza, com o adiantamento desta preciosa terra, próspera e em plena fase de sua evolução.⁷²

Para que isso se tornasse possível, a Intendência abriu um edital de concorrência à concessão da instalação hidroelétrica destinada ao suprimento de energia elétrica para luz e força motriz. O pedido para o executivo gaúcho era para que a exploração desse serviço fosse realizada por uma empresa contratada pela Intendência e utilizasse essa força natural de forma gratuita. Como a queda d'água estava localizada no arroio Estrela, distante cinco quilômetros da vila e era de propriedade da família Ruschel, a qual era também apoiadora do atual governo municipal, formou a empresa chamada Ruschel & Irmãos.

A concorrência foi vencida por essa firma local, “sendo aceita a mais vantajosa”, mesmo havendo outras interessadas que encaminharam propostas para a Intendência. A dúvida que acabou surgindo por parte do intendente Pontes Filho era se o direito exclusivo da concessão não deveria ser realizado por parte do Estado, pois os recursos naturais teriam o domínio público. Mesmo que o recurso hídrico estivesse em posse de particulares, a finalidade por parte do município era evitar que os melhoramentos fossem feitos pelo poder executivo e como a exploração seria realizada por uma empresa terceirizada, a mesma ficaria responsável pela construção da barragem, da casa das máquinas e de outras eventuais obras, além da aquisição dos equipamentos necessários para a obtenção da energia elétrica.

Em resposta ao ofício intencional e estando de pleno acordo com o parecer do procurador do Estado, o Secretário do Interior Dr. Protásio Alves confirma que

não se deve alienar a cascata referida e apenas permitir a utilização dessa queda d'água pela firma proponente Ruschel & Irmãos, durante o prosseguimento do contrato, sem prejuízo das qualidades naturais do rio ou dos direitos de terceiros, pois que se trata de um bem de uso particular ou “comum” dos cidadãos, destino que é absolutamente incompatível com a da apropriação particular.⁷³

O interessante desse processo de esclarecimento sobre o uso e a exploração do recurso hídrico é que o mesmo foi averiguado depois de ter aferido a concorrência pública por parte da Intendência. Ou seja, se caso houvesse um outro vencedor do concurso que não fosse ligado à família Ruschel, detentora das terras que eram banhadas pelo arroio Estrela, a concessão poderia encontrar um empecilho. Além de todo investimento para a construção da barragem e das máquinas necessárias no empreendimento, a firma de força e luz teria que

⁷² Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 2093, 28/09/1912, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁷³ Carta de Protásio Alves a Manoel Ribeiro Pontes Filho (Anexo 3, n. 2093, 24/09/1912, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

alugar parte da propriedade e por fim a exploração foi concedida aos próprios apoiadores de Pontes Filho.

Tendo reassumido a chefia do executivo estadual, Borges de Medeiros tratou de articular e formular uma nova e consistente rede de compromissos com os intendentes cuja finalidade era evitar novas dissidências internas e criar uma forte aliança com os coronéis municipais, tornando-se o alicerce de seu domínio político, tanto no âmbito do partido quanto do Estado. Alinhado a essa forma de lealdade partidária e pessoal, Pontes Filho passou a construir sua rede com os correligionários republicanos realizando diversas nomeações em todos os níveis do funcionalismo público e sempre contando com o aval da Comissão Executiva e do próprio Borges de Medeiros.

Isso se tornou uma prática no comando das relações de poder existente entre os membros do grupo republicano e uma nomeação, independentemente do cargo conferido e do âmbito – municipal, estadual ou federal – passaria pelo rito de votação em reunião da comissão. O nome escolhido pelos integrantes era levado ao conhecimento do *Ilustre Chefe* e, somente através de sua aprovação, era efetivado, evitando assim que se criasse um monopólio por parte do intendente no desígnio dos funcionários públicos, mesmo que seu voto sempre seria o de desempate, caso ocorresse essa situação. Ou seja, qualquer assunto referente aos interesses intencionais seriam debatidos na comissão e suas resoluções, após aprovadas, deveriam ser acatadas por toda rede de compromisso. Isso deu às ditas comissões mais relevância política que os próprios conselhos municipais, confirmando, dessa forma, que o poder legislativo possuía pouca representatividade junto à sociedade colonial.

Ao trabalharmos com as correspondências enviadas a Borges de Medeiros, não deixamos de constatar os inevitáveis pedidos de recomendações e empregos tão típicos do período analisado. Essas solicitações, de cunho particular, sempre vinham acompanhadas de um relato dramático, ou seja, na obtenção de uma renda maior ou de uma colocação para algum membro da família dentro do funcionalismo público. E a esses pedidos, o candidato, dedicaria sua total lealdade ao partido e à própria orientação do líder máximo republicano.

Entre essas missivas encontramos duas remetidas por João Ubaldo Nery que, de forma altruísta, solicitava uma intervenção por parte do governo gaúcho, junto aos deputados federais, na obtenção do recebimento dos soldos aos veteranos da Guerra do Paraguai, e em cujo conflito havia participado como capitão cirurgião do 114º Batalhão da Guarda Nacional.⁷⁴ Para confirmar a gratidão e dedicação que possuía por Borges de Medeiros e

⁷⁴ Carta de João Ubaldo Nery a Borges de Medeiros (n. 2094, 05/04/1913, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

como prova de obediência partidária, João Ubaldo Nery enviou uma cédula eleitoral para a Assembleia dos Representantes em que confirmava ter depositado seu voto na chapa republicana.⁷⁵

Essa discussão sobre os chamados “Voluntários da Pátria” dentro do Congresso Nacional vinha sendo debatida desde o ano de 1910, quando foi aprovada uma tabela de soldos aos oficiais que tivessem os relativos postos no respectivo período. O despacho do governo federal tornou-se efetivado somente no primeiro trimestre de 1914, como João Ubaldo Nery comenta em uma carta⁷⁶, na qual pedia à intercedência de Borges de Medeiros para que pudesse receber seu novo soldo, pois o coletor federal de Estrela havia recebido um telegrama da Delegacia Fiscal da capital dizendo “que não pague-me enquanto não vier a guia do Rio de Janeiro. De forma que parece haver o propósito de não me pagarem o soldo que tenho tanto direito, como todos que estão recebendo no sentido que eu ainda não recebi um vintém desde 1907, data da lei”.⁷⁷

Com a chegada do período de colheita da safra e do envio para os pontos de destino dos produtos coloniais, o intendente Pontes Filho tenta implantar um plano de fiscalização assídua, mas esbarra na escassez de pessoal em uma área territorial que passava dos dois mil quilômetros quadrados de extensão e o serviço público de cobrança das taxas referentes à produção e exportação estava sendo realizado somente por um fiscal que

Se esforça a bem do serviço e dos interesses públicos não descarta o cumprimento do dever, entretanto não pode ele, por falta de tempo, agir desembaraçadamente no vasto campo de sua ação e atender a todos os pontos de sua zona que reclamam cuidadosa e efetiva, ininterrupta fiscalização para evitar o aumento dos que, rebeldes às leis, fraudam o erário público.⁷⁸

Apesar do crescente aumento da arrecadação das duas repartições existentes na vila, tanto estadual quanto federal, alguns colonos conseguiram comercializar seus produtos à margem da lei, não pagando as taxas convenientes e ludibriando os cofres intencionais. Apesar da dedicação do fiscal Núncio de Azambuja Cidade, o chefe político estrelense solicitava a Borges de Medeiros a nomeação de outro funcionário a fim de dividir “o enorme e afanoso trabalho que pesa [...] medida amparadora servir-lhe-á de estímulo para redobrar de zelo e dedicação, se isso é possível”.⁷⁹

⁷⁵ Carta de João Ubaldo Nery a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 2096, 20/08/1913, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁷⁶ Carta de João Ubaldo Nery a Borges de Medeiros (n. 2100, 31/03/1914, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2101, 14/05/1914, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁷⁹ Ibid.

Figura 8 - Pontes Filho com seus funcionários intencionais no seu primeiro mandato



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 55

Antecedendo ao pleito municipal de 1916, que sempre resultava em acirradas disputas de diferentes interesses, durante a realização da reunião extraordinária da Comissão Executiva do partido, foi apresentado aos membros do grupo

um ofício firmado por dezenove cidadãos qualificados, entre os quais se encontram membros do comércio, industrialistas e agricultores proprietários, a propósito da próxima eleição intencional, cujos signatários se dizem incumbido, por delegação popular, para o fim especial de fazerem entregar a esta direção política de um memorial assinada por 1.508 eleitores deste município, os quais pedem sua cooperação, junto a quem de direito, no sentido de ser indicado a reeleição o atual intendente municipal.⁸⁰

Parecia que nesse pleito intencional, comparando-o com os anteriores, não haveria uma cisão entre os correligionários republicanos estrelenses e sim uma certa homogeneidade em torno do nome de Pontes Filho por pertencimento ao grupo que já havia dominado a política local na eleição de Nicolau Müssnich.

Algumas considerações são importantes nesse momento. Primeiramente é a referência da ata da reunião da comissão republicana local, que se tornará uma prática constante visualizada nas fontes consultadas. A ligação dos assuntos políticos da colônia será discutida

⁸⁰ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2104, 03/06/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

dentro da comissão e repassada à aprovação de Borges de Medeiros. Com isso podemos mapear os integrantes desse importante e influente grupo político, detentor do poder de decisão das importantes ações partidárias e políticas. Um dado interessante de ser mencionado é como era a ligação política partidária, bem como o local das reuniões que era sempre dentro do próprio gabinete intencional, ou seja, a institucionalização do poder executivo local intrinsecamente relacionada com o partidário também, portanto, não havia essa separação.

Sobre o trecho já citado acima também podemos extrair dados relevantes à compreensão do presente trabalho. Mesmo não se encontrando em anexo o referido memorial, podemos tirar algumas noções as quais dão sentido ao embasamento teórico desta obra que é sobre a questão do que chamados de elite colonial. Não temos a nominata dos aludidos “dezenove cidadãos”, mas por serem detentores de comércio, indústria e/ou proprietários de terra, receberam a ilustre denominação de “qualificados”. Além disso e como prova de sua representatividade junto aos demais imigrantes e descendentes seriam eles “delegados populares”, ou seja, eles ditariam, junto ao eleitorado republicano, a solicitação da manutenção do Coronel Pontes Filho como mandatário político. Foi averiguada a existência dessa elite colonial também nos municípios de Lajeado e, posteriormente, em Encantado, dando mais certeza sobre a ligação de poder dessa elite com os coronéis intencionais e com as políticas borgistas de dominação diante dos demais imigrantes e descendentes pequenos agricultores.

Claro que a decisão da elite colonial deveria passar pela aprovação na comissão e apreciação do “Eminente Chefe do Partido Republicano, Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, a quem cabe, como de direito, pronunciar-se sobre o transcendental assunto a que se prende o mencionado memorial.”⁸¹ Essa atitude estaria dentro das normas do próprio partido e de “conformidade com a consciente disciplina partidária desta corporação política”, segundo mencionou na referida reunião o intendente e presidente da comissão, Pontes Filho. A decisão do grupo em acatar o pedido do memorial na reeleição do chefe republicano local foi transmitida a Borges de Medeiros por telegrama, logo terminada a reunião presenciada pelos membros Adolfo Martins Ribeiro, Alberto Ruschel, Manoel Pereira de Miranda, José Hauschild Filho e Fernando Erdmann Scheeren.

As eleições municipais ocorreram no feriado de sete de setembro e contaram com a participação de 2.046 eleitores, que somente ratificaram o voto na chapa republicana,

⁸¹ Ibid.

reconduzindo para mais um mandato o Coronel Pontes Filho, conforme a apuração geral do pleito realizada no dia seguinte.⁸²

A nomeação de alguns funcionários trazia consigo desdobramentos na rede de compromisso, já demonstrados, anteriormente, na questão envolvendo o membro da comissão Manoel Pereira de Miranda com sua reincorporação no cargo de coletor. O preenchimento de uma vaga de escrivão da provedoria e casamentos na vila trouxeram preocupações para o Coronel Pontes Filho, e então no dia seguinte ao pleito municipal foi realizado um concurso para escolher o candidato apto a exercer tal função, tomando parte como pretendentes Luiz Klein, Antônio Frontino de Azevedo e Antônio Carlos Porto. O problema foi a inclinação da Comissão Executiva no apoio ao nome de Porto para assumir tal cargo por ser ele um “correligionário cheio de serviços a causa republicana e que, segundo me consta, foi o único que saiu-se bem no aludido concurso.”⁸³

Essa preferência em torno do nome de Porto acabou caindo nos ouvidos dos demais participantes que ingressariam junto ao Tribunal Superior do Estado solicitando a anulação do concurso e denunciando a interferência dos membros da comissão como instrumento de escolha. De forma apressada, Pontes Filho remeteu um comunicado a Borges de Medeiros mencionando que o “fim de que ai possam os audazes engendadores desse plano, que tem em vista um único objetivo: prejudicar o candidato Antônio Carlos Porto.”⁸⁴ O próprio intendente fazia parte da trama em favorecer Porto nesse concurso, usando para isso sua amarração com o Presidente do Estado.

Assegurando que o candidato seria “o único que está em condições de desempenhar aquelas funções”, o Coronel Pontes Filho tinha a convicção de que o próprio tribunal iria proceder favorável à aprovação de Porto, mesmo alegando que

este candidato, conquanto não tenha, como efetivamente não tem, o apoio da Comissão Executiva instruiu sua petição de inscrição com diversos documentos de valor; ora assim sendo, não me parece fora de propósito que a nomeação irá recair no seu nome, não só por haver feito melhor prova, como principalmente em atenção aos seus serviços públicos.⁸⁵

O chefe político estrelense confirma que as aptidões partidárias eram mais relevantes para a construção do poder local do que as próprias qualificações profissionais, mas somando as duas, isso traria um importante incremento na continuidade do sistema borgista, mas mesmo que a referida comissão não fosse unânime em torno da aprovação de Porto, foi o

⁸² Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2105, 08/09/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁸³ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2106, 12/09/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.

próprio intendente quem saiu em sua defesa. Alguns dias após relatar o caso para o *Ilustre Chefe*, o chefe republicano apresentou novas considerações sobre essa situação pedindo ponderações por parte de Borges de Medeiros cuja intenção dessa nova missiva era desqualificar e mostrar ser inabilitado o candidato Antônio Frontino de Azevedo e demonstrar o “desejo malévolo de ‘alguém’ que tudo tem feito para lançar Antônio Carlos Porto e sua família a miséria e proteger ao mesmo tempo o sr. Azevedo.”⁸⁶

Pontes Filho não menciona em nenhum momento quem seria esse “alguém”, mas fica nítido seu posicionamento contrário ao juiz distrital⁸⁷ Natalício Gralha, pois “a sua permanência aqui vem sendo pernicioso” para os interesses políticos. Gralha estaria articulando a nomeação de Azevedo para o referido cargo de escrivão, demonstrando uma tentativa de desestabilizar a administração de Pontes Filho, que era favorável a Porto. É por isso que o intendente se refere que esse “alguém” – que seria o juiz distrital – “é representado por número inferior a seis”, ou seja, totalmente contrário à Comissão Executiva do partido.

Convencido plenamente “que o nosso atual juiz distrital, esquecendo por completo as responsabilidades que tem em virtude do cargo que exerce, tem sido o cabeça pensante e o instigador da situação descrita”⁸⁸, então Pontes Filho solicita a imediata remoção de Gralha do cargo e sua saída do município. A intenção do mesmo, além de trazer um embaraço para o próprio intendente, era nutrir um sentimento de “vingança mesquinha” contra o candidato Porto, provavelmente um de seus desafetos. A justificativa que Gralha utilizava para buscar inviabilizar a nomeação de Antônio Carlos Porto era que o mesmo “não poderia desempenhar aquelas funções por haver incompatibilidade”, já que ele não havia pedido exoneração como delegado de polícia, cargo esse que já estaria exercendo há oito anos.

Os pontos favoráveis a Antônio Carlos Porto estariam nos serviços prestados ao partido “há longos anos, tanto na paz como na guerra e se não são valiosos, são pelo menos mais recomendáveis do que os de muitos que nada mais tem feito, senão criar embaraços para a situação política local.”⁸⁹ Além de desbaratar as intenções do juiz distrital, o Coronel Pontes

⁸⁶ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2107, 28/09/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁸⁷ De forma resumida buscaremos elucidar como estava estruturado o poder judiciário no Rio Grande do Sul e como sofria interferência direta do poder central no alinhamento dos interesses recíprocos dos detentores do domínio político. Mesmo que gozasse de autonomia aparente, a justiça também estava encharcada dos interesses coronelísticos. Com a consolidação da organização judiciária gaúcha, redigida pelo então Desembargador Borges de Medeiros, a administração da justiça fora dividida em comarcas. Nelas atuavam os juízes distritais, “que tinha três suplentes, cujas principais atribuições eram homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder a corpo de delito, preparar e julgar em primeira instância as causas cíveis, até o valor de quinhentos mil réis, e preparar processos-crime. Os juízes distritais estavam submetidos hierarquicamente aos juízes da comarca.” (AXT, 2011, p. 112-113)

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ *Ibid.*

Filho aproveitou para mostrar a incompatibilidade na nomeação de Azevedo, que “de forma alguma poderá exercer o cargo de escrivão”. As exposições dos motivos aferidos a Azevedo por parte do chefe político local estariam na ordem pessoal e moral, pelo mesmo ser

analfabeto por assim dizer-se, reconhecidamente desonesto e que há coisa de um mês e tanto esteve sendo processado como cúmplice no furto de taboas, exercido por ocasião das cheias do Rio Taquari e só escapou de ser condenado, por não terem as partes agido como manda a lei; no entretanto, o integro dr. Juiz de Comarca em seu fundamentado despacho, reconheceu a criminalidade de Antônio Frontino, mas, como houvessem ficado fora os autores e outros cúmplices, mandou arquivar dito processo.⁹⁰

Sabemos que o resultado dessa situação foi favorável ao Coronel Pontes Filho, já que a única sustentação de uma possível tentativa de evitar a nomeação de Antônio Carlos Porto seria o acúmulo de funções, mas o mesmo pediu sua exoneração do cargo de Delegado de Polícia, achando-se vago o referido cargo. Para tal, o chefe republicano estrelense remeteu a Borges de Medeiros o pedido da indicação de uma pessoa capaz de desempenhar essa função estranha ao município. Esse pedido resultou no fato de que já circulava entre “alguns colegas de representação política, lembrando o nome para o aludido cargo.”⁹¹ A meta de Pontes Filho, depois de sofrer esse desgaste com a situação criada por Natalício Gralha, era que as indicações de possíveis nomeações para os cargos “que forem se vagando, pessoas capazes de não me desviarem da diretriz que tracei no início de meu governo, de *conservar melhorando*.”⁹² O nome escolhido para atuar como Delegado de Polícia foi de Joaquim Pinto, que, como iremos apresentar mais adiante, também não se enquadrou dentro da rede de compromisso criada pelo intendente.

Ainda no mês de outubro de 1916, que pareceu ter sido bastante movimentada dentro do ambiente político local, o intendente Pontes Filho despachou uma carta comunicando a solicitação de uma futura retirada da cena política do membro da comissão Manoel Pereira de Miranda. Para este, o Coronel Miranda pretendia conferenciar com Borges de Medeiros e por isso solicitou ao chefe republicano local uma carta de recomendação, fazendo um ligeiro resumo de alguns fatos que justificariam a justa aspiração do “velho, leal e dedicado correligionário”.⁹³

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2109, 06/10/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁹² Ibid. Grifo nosso. Em carta de n° 2108, datada do dia anterior a referente acima, o intendente Pontes Filho havia realizado algumas nomeações, “de pleno acordo com os demais colegas de representação política”. Reconduziu Guilherme Brust, como juiz distrital de Pinheiro Machado [atual bairro Languiru, município de Teutônia]; Felice Peretti como juiz distrital de Roca Sales, então 3° distrito, e os respectivos suplentes Antônio Mathias Brentano, Leopoldo Marder e Leopoldo Scheile, na ordem.

⁹³ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2111, 27/10/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

O motivo para o pedido de aposentadoria do cargo de coletor federal, segundo Pontes Filho, seria pela avançada idade e por estar já bastante adoentado. Por isso seria um ato de inteira justiça por parte do Governo do Estado conceder essa jubilação e a justificativa para tal ação estaria ancorada na sua vida política e pública exercida em Estrela, lembrando ao *Eminente Chefe* que

há quase 29 anos que este município conta, entre os seus melhores servidores, o tenente coronel Miranda, cuja conduta só me merece louvores, quer encarando-a sob o ponto de vista político, quer no desempenho das várias comissões que durante esse lapso de tempo lhe tem sido confiadas.⁹⁴

Miranda já havia sido coletor estadual por 22 anos, sendo o primeiro dessa atividade na vila, além de ter exercido, de forma cumulativa, durante os últimos anos, a coletoria federal. Além de ser membro efetivo da Comissão Executiva do PRR, fora eleito conselheiro municipal no quadriênio 1912-16, prestando “ao município e a minha modesta administração, toda a cooperação que lhe era possível, com muita lealdade e dedicação, qualidades estas que o tem feito credor da minha sincera estima pessoal.”⁹⁵ Vale lembrar a questão de sua reincorporação como escrivão da coletoria federal, quando o próprio intendente Pontes Filho não parecia tão declinado no seu retorno ao referido cargo.

Com o propósito de organizar as comissões executivas do PRR, no final de 1916, foi aprovado pela executiva estadual um regimento elaborado pelo próprio Borges de Medeiros “que vem mais uma vez comprovar, perante as minorias, o vosso grande espírito de liberdade e de justiça,”⁹⁶ como o próprio Pontes Filho ratificou em carta. O propósito da missiva era esclarecer alguns pontos para manter “a boa marcha das comissões”, e atender o próprio regimento em função dos pareceres exigidos. Por isso, em sessão extraordinária, a Comissão Executiva se reuniu para manter a observância do referido regimento na indicação dos suplentes de cada membro do grupo republicano.

Decidido que as próximas reuniões deveriam deixar de ser realizadas no gabinete do intendente e sim na sala de reuniões do Conselho Municipal, junto à Intendência, o capitão

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid. Conforme a carta nº 2123, de 16.05.1917, ou seja, quase sete meses depois do pedido apresentado, Borges de Medeiros, através do decreto nº 2263 de 27.04.1917, acatou o pedido de aposentadoria do Coronel Miranda. Com isso, houve a aprovação do secretário da executiva, José Hauschild Filho, no cargo de exator das rendas estaduais da vila de Estrela.

⁹⁶ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2112, 08/11/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS). O referido regimento foi publicado no dia 12 de setembro de 1916. Os esclarecimentos buscados por Pontes Filho seriam: “1º - Se já existindo neste município uma Comissão Executiva composta de sete membros, devem ser observadas as disposições do artigo 38º? 2º - Como devem ser feitas as nomeações dos suplentes de que trata a segunda parte do artigo 1º? e 3º - Se no caso da permanência da comissão já existente até o fim do quadriênio intencional (de acordo com o art. 2º) devem ser preenchidas as vagas que já existiam antes da vigência do Regimento e no caso afirmativo como se deve proceder, isto é – como se deve preenche-las?”

Henrique Senger foi empossado como o novo membro da comissão, com a aprovação de todos os participantes e em seguida foi designado o nome dos seus substitutos respectivamente. Cada membro titular indicava seu respectivo suplente em caso de não comparecimento às reuniões. Eram indicados os correligionários com influência na colônia, pois os mesmos deveriam ter o aval do intendente e, conseqüentemente, a aprovação de Borges de Medeiros e sendo estes os escolhidos para suplentes

João Rodrigues de Castro, por parte de Adolfo Martins Ribeiro; Napoleão Maioli Primo, por parte de Manoel Pereira de Miranda; Christiano Horn, por parte de Fernando Erdmann Scheeren; Ervino João Schmidt, por parte de José Hauschild Filho; André Marcolino Mallmann, por parte de Alberto Ruschel; Henrique Guilherme Schwingel, por parte de Henrique Senger e Manoel Francisco Guerreiro, por parte de Manoel Ribeiro Pontes Filho.⁹⁷

Também ficou decidido que no caso do não comparecimento do intendente Pontes Filho como presidente da referida comissão, o Coronel Miranda assumiria os respectivos trabalhos. Pelo que parece o pedido de aposentadoria teria sido um pretexto para o encontro com Borges de Medeiros, já que Miranda permaneceu junto à comissão passando a ser o segundo nome da hierarquia partidária, talvez por indicação do próprio Presidente do Estado.

Ainda em 1916, na última reunião da comissão do ano, temos uma demonstração do que ocorria com os correligionários que não recebiam respaldo das lideranças republicanas. Como já apresentado nas páginas anteriores, o partidário Antônio Frontino de Azevedo que, para o Coronel Pontes Filho seria de má índole, exercia a primeira suplência do juizado distrital na vila e por encontrar-se inviabilizado em permanecer na rede de compromisso, além de tornar-se um desafeto pelo intendente, o pedido de exoneração do cargo que ocupava era algo inevitável.

A justificativa para essa decisão seria a intenção de transferência residencial para Santa Cruz do Sul, e principalmente por estar inviabilizada sua permanência em Estrela. A fim de organizar a questão judiciária local, Arthur Buchmann, que ocupava a segunda suplência do juizado distrital, também solicitara a sua exoneração, “este por motivos estranhos a esta direção política”⁹⁸ Estaria Buchmann acompanhando na decisão tomada pelo seu companheiro Azevedo? Fica difícil confirmar isso, mas percebemos que a deliberação foi aceita por todos os membros da comissão, sem mesmo tentar convencer o mesmo em deixar seu intento de pedir a sua demissão, já que seria por motivos estranhos.

⁹⁷ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 2113, 09/12/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

⁹⁸ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2115, 15/12/1916, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

Óbvio que as inclusões de novos membros do juizado distrital estariam alinhadas aos objetivos do Coronel Pontes Filho e principalmente pela Comissão Executiva. Por isso, de forma unânime, houve a indicação dos correligionários João Rodrigues de Castro e de José Raymundo Ruschel.

Outro dado interessante nesse encontro foi a participação de André Marcolino Mallmann na Comissão Executiva que indicado como suplente do titular Alberto Ruschel, inicia sua trajetória política local substituindo o titular nas reuniões ordinárias. Ruschel, que acabou transferindo sua residência para a cidade de Cachoeira do Sul, ainda no mês de março de 1917, e, em virtude disso, solicitou junto ao órgão republicano estrelense sua renúncia a qual foi somente averiguado pelos membros um mês depois, quando o Coronel Pontes Filho leu a carta de Ruschel encaminhada à executiva renunciando, de forma espontânea, sua participação no organismo partidário local. Como a decisão do caso não era de competência dos membros e sim do líder máximo do PRR, Pontes Filho explicou “que não tinha competência para aceitar a renúncia de que tanto a carta ora transcrita, propunha que a mesma fosse enviada, em original, ao nosso Chefe Dr. Borges de Medeiros, para os fins de direito, sendo esta proposta aprovada unanime.”⁹⁹

No começo do ano de 1917, em reunião extraordinária, estiveram reunidos os membros da executiva para a indicação do vice-intendente municipal cuja sessão foi aberta pelo Coronel Pontes Filho que explicou os motivos da convocação, conforme os termos do regimento interno das executivas “sobre a escolha do correligionário que deverá exercer o elevado cargo de vice-intendente municipal, no quadriênio vigente” dizendo que “se sentiria bem interpretando o sentir da executiva, submetendo a esclarecida apreciação do nosso eminente Chefe Dr. Borges de Medeiros, o nome do correligionário que reunisse a maioria de votos dos membros da direção republicana local.”¹⁰⁰

Antes do estabelecimento do regimento das executivas, era o próprio intendente que determinava quem seria seu vice. Então foi escolhido Fernando Erdmann Schereen após a vitória de Pontes Filho nas eleições de 1912. Para essa oportunidade,

precisando com justiça os apreciáveis serviços prestados à causa pública pelo distinto companheiro de lides eleitorais e partidárias, sr.

⁹⁹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2119, 02/04/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

A renúncia será aceita por Borges de Medeiros somente no mês de setembro, quando Mallmann tornou-se membro efetivo. Para sua suplência, foi indicado Felipe Mallmann, “cuja indicação merece, como reconheceu os demais membros desta executiva, máxima consideração, já por tratar-se de um cidadão digno por todos os títulos, respeitável correligionário que, no transato período intencional, prestou, como conselheiro, assinalados serviços ao município.”

¹⁰⁰ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2118, 10/01/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

Capitão Fernando Erdmann Schereen, que tudo tem envidado em prol da nossa agremiação política, sem nunca alguma causa pedir para si, o escolheu para continuar a ocupar o cargo de vice-intendente do município.¹⁰¹

Com a palavra, Schereen agradeceu à confiança dos representantes republicanos locais e mencionou que “seus serviços políticos continuavam a serem postos em prática como até aqui, ouvindo e acatando todas as ordens que vierem emanadas do nosso querido Chefe Dr. Borges de Medeiros, cuja orientação tão bem interpreta o digno presidente da executiva, a quem manifesta a sua amizade e gratidão.”¹⁰² Aqui percebemos a aliança que existia entre as chefias republicanas estadual e municipal. Seria complicado quebrar essa relação entre Borges de Medeiros e o Coronel Pontes Filho, já que ambos conseguiam se sustentar pela consolidação da mais notória rede de compromisso vigente. O intendente concretizava seu prestígio junto a *Ilustre Chefe* formando uma corrente de domínio diante dos próprios membros da executiva, que comprovaram sempre acatar suas decisões, ora por sua vez, ora chancelada pelo Presidente do Estado.

Ainda repercutindo a aprovação unânime no nome de Schereen, o Coronel Miranda fez referência à conduta do correligionário que foi reconhecida por todos os demais membros, que fez “merecer da direção política e administrativa locais a máxima confiança, conquistada pela sua conduta partidária, verdadeira e coerente”. O Coronel Pontes Filho aproveitou a oportunidade para elogiar a conduta política dos membros e “acentuou a admiração profunda [...] que os inestimáveis serviços que veem prestando ao partido serão sempre tomadas em máxima consideração toda vez que lhe for dado a fortuna de pô-los em prova.”¹⁰³

Se Natalício Gralha já havia batido de frente com o Coronel Pontes Filho ocupando o cargo de Delegado de Polícia, o seu substituto Joaquim Pinto não deixou por menos. Gralha já havia se incompatibilizado com a chefia política local por interferências partidárias que o cargo não competia, o que levou o intendente à drástica decisão de exonerar o correligionário “desalinhado” aos interesses favoráveis ao PRR de Estrela. Segundo o próprio Pontes Filho, atendendo a uma norma da comissão

levar ao conhecimento da suprema chefia partidária todos os atos contrários à boa marcha da administração republicana praticados por qualquer funcionário público, cumpro o dever de consignar nesta ata, pela unanimidade de votos dos membros presentes, a sua reprovação ao modo pelo qual está sendo feito nesse município o serviço de desarmamento geral.¹⁰⁴

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2120, 16/04/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

O chefe republicano local complementa acusando o delegado Joaquim Pinto

autoridade esta que não tem mantido uma compostura digna das funções que lhe estão afetas, fazendo pairar no espírito público comprometedoras dúvidas sobre a sua conduta, ora procurando impressionar os encantos, dizendo a gregos e troianos “que tudo quanto tem feito e faz é sempre de acordo com os chefes” (sem declinar nomes) propalando ainda, com desconhecidos e vaidosos intuits “ser portador de ordens reservadas do Dr. Borges.”¹⁰⁵

Como referido, impossível precisar quais seriam realmente as comprometedoras dúvidas que pairavam sobre a conduta do delegado Joaquim Pinto. Dizer que estava declinado no atendimento de ordens superiores era uma prática comum no período para qualquer funcionário público, ainda mais no caso do delegado, subordinado à Chefatura de Polícia, com sede em Porto Alegre.¹⁰⁶ Talvez, numa interpretação preliminar, o mesmo estaria utilizando o nome de Borges de Medeiros para possíveis interesses pessoais, ou com o intuito de utilizar o próprio cargo para alguma investida maior. Por isso se valia desse subterfúgio de demonstração de poder para “desconhecidos e vaidosos” como mencionado.

Julgo que os vaidosos – para o Coronel Pontes Filho – deveriam ser os seus opositores de seu governo, que, como no caso de Natalício Gralha, poderiam utilizar o delegado de polícia para trazer novos embaraços políticos à administração local. Novamente no mês de outubro o intendente enfatizou a retirada imediata do delegado Gralha conforme determinação unânime da própria executiva devido a sua conduta política “dúbia e indisciplinada”. Pontes Filho enaltece que

a remoção desse funcionário público, que de há muito vem se exibindo inconvenientemente entre elementos suspeitos, com o fito exclusivo de ferir a atual gestor do município, de quem se encontra divorciado, politicamente falando, desde a época de sua última recondução no aludido cargo.¹⁰⁷

O rompimento político entre o intendente e o delegado de polícia teria sido uma

conduta mantida pelo referido funcionário era hostil a sua humilde individualidade, tanto que por ocasião do pedido de sua recondução, constante da ata de 5 de agosto de 1915, havia solicitado com restrição tal resolução tomada, considerando-se então suspeito para contraria-la, visto desejar sempre ser, em qualquer circunstância, no

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ A função de um chefe de polícia era de coordenar a manutenção da ordem pública, combater o crime, distribuir a força policial pelo Rio Grande do Sul e intermediar negociações com as lideranças locais. Detinham uma influência no âmbito do vínculo coronelístico e alinhava-se as intenções do poder palaciano. Tinha atribuição de fiscalizar eleições em municípios convulsionados, além de “sindicar conflitos entre autoridades policiais, judiciárias e administrativas.” O intuito das “subchefaturas eram geralmente ocupadas por chefes políticos, sobre os quais o presidente do Estado e líder do partido procurava estabelecer uma relação de controle, mas que, de ordinário, baseava-se na cooperação mais do que na subordinação.” (AXT, 2011, p. 110-111)

¹⁰⁷ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2129, 02/10/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

seio desta corporação, o fiel interprete de sua maioria; o que, finalmente, agora só tinha motivos de congratular-se consigo mesmo, visto ser por unanimidade tomada essa resolução.¹⁰⁸

Por fim, como no episódio anterior, o chefe republicano de Estrela julgou, junto com a comissão “conveniente a substituição desse funcionário por um outro cidadão que melhor interprete as ordens emanadas da Chefatura de Polícia.”¹⁰⁹ No dia seguinte a essa correspondência, o intendente volta a encaminhar a substituição de Joaquim Pinto, através de uma permuta realizada entre os dois delegados dos municípios de Estrela e de Encantado. Era visível que havia uma tensão muito forte entre as duas autoridades locais. Essa crise acabou tendo sua importância por ter ganhado essas páginas dessas cartas para Borges de Medeiros.

O pedido foi aceito por Borges de Medeiros, quando o Capitão Perciliano Xavier dos Anjos trocou o cargo com Joaquim Pinto. Locado em Encantado, também naquela colônia o delegado Joaquim Pinto encontrou uma forte rejeição entorno de sua permanência por ter se intrometido nas questões políticas locais, comprovando que sua índole estava aquém de um digno representante das políticas republicanas. Nessa missiva em que o Coronel Pontes Filho reitera o pedido de substituição de Pinto do cargo, o intendente aludiu que a deliberação era “motivada pelas repetidas reclamações que tem surgido na colônia, sobre a maneira irrefletida e inconveniente por que essa autoridade tem procurado interpretar as ordens recebidas da Chefatura de Polícia.”¹¹⁰

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2120, 16/04/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹¹⁰ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2121, 17/04/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

2.3 – Turn-Verein Estrella: conflitos locais durante a Primeira Guerra Mundial

Foi durante sua administração e envolvimento pela crise internacional resultante da Primeira Guerra Mundial que Pontes Filho teve de intermediar o principal problema étnico entre os estrelenses. Em 1917, já com o Brasil tendo declarado guerra contra a Alemanha, as colônias alemãs encontraram enormes dificuldades na manutenção de seus hábitos e costumes porque, além da proibição do uso da língua estrangeira, as entidades que possuíssem nomes em alemão deveriam ser “nacionalizadas”.¹¹¹

E foi justamente isso que resultou na principal crise na vila de Estrella, que tinha no Turn-Verein Estrella¹¹² a principal entidade socializadora da elite local e em numerosas cartas dirigidas a Borges de Medeiros, o chefe político Pontes Filho tentou demonstrar como ocorreram as negociações com os envolvidos nessa situação étnica e política.

As ocorrências aconteceram nos dias 28 e 29 de junho mas Pontes Filho mandou uma longa missiva somente no dia 11 de julho, pormenorizando a situação envolvendo aqueles que ele os chama de “veros brasileiros” e “patrícios teutos”. Segundo o próprio intendente, a questão da nacionalização da Turn-Verein Estrella não tinha sido uma solicitação sua.¹¹³

¹¹¹ Vale lembrar que outras sociedades típicas vinculadas aos teuto-brasileiros, em território gaúcho, sofreram pressão na tentativa de nacionalização. A Sociedade Ginástica Leopoldense, de São Leopoldo, também apresentou uma forte resistência às ações nacionalizadoras durante o governo intencional de Gabriel de Azambuja Fontuna. A instituição achou mais conveniente fechar as portas de sua sede social para não deixar de falar o alemão. Para mais informações, ver: RAMOS, Eloisa. O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras - São Leopoldo 1858-1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

¹¹² Segundo HESSEL (1983, p. 73-77), Turn-Verein fora fundada em 26 de maio de 1907 por Conrado Hemb, Artur F. Preussler, Rudolfo Bernhardt, Walter Bernhardt, Alberto Dexheimer, F. Leopoldo Dexheimer, Cristiano Oscar Deodtel, Clemente A. Ruschel, Alfredo Goulart e Adolfo Gonçalves. Era uma expressão alemã “que diz a mesma coisa que Sociedade (de) Ginástica. Realmente, além da parte social, a entidade sempre se voltou para a prática de exercícios físicos.” Estava presente em quase todas as colônias alemãs. Percebemos, pelos fundadores da sociedade, que também faziam parte elementos de origem luso-brasileiros.

¹¹³ As tentativas de nacionalização da sociedade em questão não tiveram suas tentativas somente na Primeira Guerra Mundial. Com a instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 – e que perdurou até sua destituição em 29 de outubro de 1945 – o estabelecimento de um regime autoritário de centralização do poder e com viés nacionalista fez com que a repressão governamental contra os “elementos estrangeiros” caísse com mais força. Por isso, em dezembro de 1937, foi ordenado a dissolução de todos os partidos políticos com a nacionalização do ensino e das sociedades civis. A “patriótica obra de combate aos inimigos da querida Pátria” foi levada pela estrutura política e administrativa em todas as colônias de imigração estrangeira, com alemães, italianos e japoneses sofrendo mais vezes em suas práticas cotidianas. A ordem era despir de vez e radicalmente as sociedades de ginástica de seu caráter considerado “antinacionalista” pelo regime da ditadura. E isso veio confirmar através da convocação de uma assembleia, em março de 1942, para tratar da extinção da entidade ginástica estrelense, com o argumento que a nova entidade viria congregar toda a sociedade local. No ano do centenário da SOGES, comemorada em 2007, o escritor e pesquisador Werner Schinke, publicou, através do Jornal Nova Geração, uma série de artigos tratando sobre a história da entidade. O mesmo periodizou em três momentos o desenvolvimento da sociedade: 1) O primeiro abrange o período de 1907, ano da fundação, até 1942, que pode ser nominado de “período teuto-brasileiro”, devido suas características dominantes da influência germânica. 2) O segundo período vai de 1942 até 1952, em que o clube sofreu intervenção político-policial, com mudança de nome para Clube Comercial, até a volta da normalidade e adoção do nome definitivo de Sociedade Ginástica Estrella, em 1952. 3) O terceiro, que abrange o período de 1952 até a atualidade,

Como chefe político local e cidadão particular chamou a atenção de alguns sócios para o fato de estarem hasteando a bandeira alemã em dias de festa na sede da entidade, a fim de prevenir qualquer tipo de incidente. Essa atitude de ter chamado a atenção para esse fato não foi bem aceita por alguns integrantes da sociedade, principalmente por dois fundadores da Turn-Verein e líderes da colônia estrelense, como veremos mais adiante.

Citando como exemplo a atitude realizada pelas mesmas sociedades em outras colônias alemãs conhecidas no Rio Grande do Sul, quando, por iniciativa própria de seus membros, buscaram atender o fato do Brasil estar em guerra contra a Alemanha. Por isso, também, e por iniciativa própria André Marcolino Mallmann, membro da Comissão Executiva do partido, secretário do Conselho Municipal e integrante da diretoria da Turn-Verein, convenceu, juntamente com outros sócios, sobre a necessidade da deliberação da nacionalização. Primeiramente isolado, Mallmann persistiu até conseguir a convocação de uma assembleia geral de caráter extraordinário, tendo Francisco Xavier Ruschel e Reinoldo Schwambach terem se declarados totalmente contra qualquer alteração na entidade, portanto era assim que se definiam os posicionamentos.

Vencidos pela maioria, foi estabelecido o dia 28 de junho para que fosse discutida a nacionalização, entre outros assuntos a serem tratados, conforme edital assinado pelo secretário Ervino João Schmidt e fixado na sede da entidade. Com essa oficialização, Pontes Filho aconselhou seus “patrícios de origem” sócios da entidade à abstenção na tal assembleia, pois “era desnecessário comparecerem na sessão, visto que a ideia da nacionalização partira dos teutos”¹¹⁴ e eram justamente eles quem deveriam discutir o tema.

Mesmo pedindo uma “neutralidade” por parte dos nacionais, mas prevendo que a discussão do tema iria resultar em exaltações de ânimo, o intendente combinou “reservadamente” com o delegado de polícia Perciliano B. Xavier¹¹⁵ que comparecesse à referida assembleia com a intenção de inibir qualquer atitude ofensiva. Como a maioria dos membros da entidade era de origem alemã, a pauta da nacionalização foi logo negada, a qual resultou em que os “ânimos se encrespavam ameaçadoramente”. O delegado fora prevenido para a preservação do edifício, pois corria o boato pela Vila que o mesmo poderia ser depredado pelos nacionais que não aceitariam manter uma entidade com nítidos hábitos e costumes estrangeiros em solo brasileiro.

caracterizado pela lenta, porém progressiva recuperação e superação das diversas crises financeiras. SCHINKE, Werner. A História da SOGES. <<http://soges.com.br/wp-content/uploads/2015/10/A-HIST%C3%93RIA-DA-SOGES.pdf>> Acesso em: 15 de mar. 2015.

¹¹⁴ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2025, 11/07/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹¹⁵ Acredito que o autor da missiva esteja se referindo ao delegado Perciliano Xavier dos Anjos.

Foi o próprio intendente quem dirigiu o patrulhamento da Vila durante toda a madrugada juntamente com o delegado de polícia e na manhã do dia 29, foram fixados, em vários pontos públicos, convites de convocação para um comício na praça central da Vila pelos nacionais. Mesmo não citando nomes dessas lideranças luso-brasileiras, Pontes Filho procurou persuadi-los de tais atitudes, a fim de evitar novos problemas que poderiam se avizinhar. Apesar disso, em torno das 15 horas, acompanhado por outras autoridades intencionais em seu gabinete, Pontes Filho foi avisado que os manifestantes partiam em direção à Praça Benjamin Constant para realizar a dita manifestação.

Dirigindo-se ao local, o intendente foi acercado pelos manifestantes, pedindo-lhe que deveriam usar a moderação na tal manifestação e tendo ele a intenção de dirigir-se a Borges de Medeiros avisando-o da total insatisfação dos munícipes locais e acusando os favoráveis a a quem o Brasil declarasse guerra. Tendo a liderança da dita manifestação pelo Major Carlos Candal Júnior, o Coronel Pontes Filho conseguiu amenizar qualquer ato mais forte contra lideranças “teutas” e “dissolveram-se erguendo vivas ao Brasil.”¹¹⁶

À noite, perto das 20 horas, na intendência, Pontes Filho foi procurado por uma comissão de sócios da Turn-Verein denunciando terem sido avisados que a sede da sociedade corria risco iminente de ser incendiada na mesma noite, por isso pediam garantias. Dando suas garantias de intendente, Pontes Filho providenciou de forma imediata que a força administrativa fosse guardar o prédio. No dia seguinte, ao confirmar que eram somente ameaças, os guardas retornaram à intendência, mas mesmo assim o delegado de polícia procurou averiguar de onde partira a denúncia.

É bem provável que após ter sido notificado dos fatos, Borges de Medeiros teria solicitado uma cópia da ata da referida assembleia. Por isso Pontes Filho afirmou que a mesma se encontrava totalmente “deturpada”, pois havia sido redigida novamente no dia seguinte à sessão e alterada. O intendente afirmou que com o “ato irrefletido, impatriótico e inteiramente impróprio da época em que atravessamos”¹¹⁷ alguns integrantes perceberam o erro que haviam cometido em não realizar a nacionalização. Aparentemente amenizada a situação, no dia nove de julho, um “grupo de patrícios teutos, dos mais conceituados aqui residentes”, convocou uma nova reunião na residência de André Mallmann com os sócios pertencentes ao grupo que tinham a intensão da nacionalização da Turn-Verein.

Às 20 horas, com a presença de um grande número de participantes, a reunião foi presidida por Bruno Schwetner e Eugênio Snel e, na oportunidade, Pontes Filho comentou

¹¹⁶ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2025, 11/07/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹¹⁷ Ibid.

sobre o telegrama dirigido a Borges de Medeiros por parte de alguns integrantes do grupo acusando-o de que “tivesse desamparado ou negado as garantias que me cumpria dispensar-lhes”, fato que o desgostou muito. Os promotores da reunião mencionaram que o “queriam era que o mal-estar que pesava sobre a família estrelense, semi-partida, desaparecesse”. Depois de atender todos os pontos aventados, o intendente falou que o problema central estava na pessoa de Francisco Xavier Ruschel, então seu inimigo declarado. Afirma ainda “que não tivera habilidade nem competência, para presidir uma sessão na qual se propunha a realização de uma nobilíssima aspiração.”

Como a decisão para o desfecho final deveria partir de Borges de Medeiros, decisão esta firmada no dia em que a referida comissão esteve reunida com o *Ilustre Chefe*, Pontes Filho recebeu uma cópia do ofício que fora intermediada pelo Dr. Subchefe de Polícia. Antes de encerrar o intenso relatório contendo sete páginas datilografadas, o intendente denunciou Ervino João Schmidt e Clemente Ruschel que, por serem funcionários públicos e sócios da Turn-Verein, haviam votado contra a nacionalização.

Por ter sido repreendido pelo próprio Pontes Filho, Schmidt renunciou ao cargo de secretário da entidade por “razões de ordem partidária”, na manhã do dia nove de julho. Clemente, advertido por José Hauschild Filho, membro da Comissão Executiva, também procurou se redimir do fato de ter votado contra, mas “provaria que estava sendo vítima”. Na ocasião da reunião na casa de Mallmann, Bruno Schwertner “afirmou que tal exploração política deve ser condenada, porquanto não havia motivos plausíveis para os teutos admiradores de V. Exa. [Borges de Medeiros] abandonarem as fileiras do Partido Republicano”¹¹⁸. A referida reunião encerrou-se por volta das 24 horas, após quatro horas de discussão.

No dia 14 a 16 de julho o intendente Pontes Filho esteve em Porto Alegre acertando com Borges de Medeiros o desfecho dos incidentes entre “brasileiros lusos e teutos”. Após conferenciar-se com a comissão de sócios da Turn-Verein e com o chefe político local, o Presidente do Estado buscou amenizar e dar fim aos eventos ocorridos determinando que fosse realizada uma reunião com os membros da Comissão Executiva do partido e da sociedade de ginástica. Por isso, no último dia do mês de julho, Pontes Filho enviou a ata da reunião a Borges de Medeiros para fazer “um ligeiro confronto sobre sua autenticidade”, já que a comissão da sociedade de ginástica havia lhe entregado uma cópia da ata dessa reunião, que, segundo o chefe político estrelense, “hipotecava os seus votos de solidariedade e

¹¹⁸ Ibid.

apoio a minha modesta administração”¹¹⁹. Ou seja, a crise étnica não se fazia refletir sobre o intendente Pontes Filho.

Com a presença de vários sócios da Turn-Verein, a comissão executiva realizou sua reunião mensal no dia 29 de julho, com a sala destinada aos trabalhos do Conselho Municipal totalmente lotada. Presidida por Pontes Filho e secretariada por João Francisco Xavier Müssnich, a sessão iniciou às 20 horas e encerrou-se por volta das 22h30min. Segundo Müssnich, a “presente reunião prendia-se ainda aos lamentáveis fatos aqui ocorridos nos dias 28 e 29 de junho último e que tinham de alguma forma produzido a cisão no seio da família estrelense”.¹²⁰

Mencionando a reunião realizada na residência de André Mallmann, o orador continuou mencionando que “jamais tiveram em vista lançar qualquer ofensa à Pátria comum – o Brasil, em conservando o nome Turn-Verein Estrella” até porque Pontes Filho fazia parte da sociedade de ginástica como sócio honorário e as formas “inverossímeis” de como foram relatadas para Borges de Medeiros trouxe forte descontentamento por parte do chefe político, mas a reunião realizada na casa de Mallmann, segundo Pontes Filho,

transmitiu-lhe a boa impressão que experimentara na reunião do dia 9, já aludida, donde havia saído convencido de que os seus patrícios ‘teutos’ estavam empenhados para que desaparecesse, como se externou sinceramente o seu amigo Affonso Müssnich, o mal estar em que todos se encontravam, aspirando todos voltar à paz.¹²¹

Sobre a atitude do funcionário e secretário da entidade Ervino João Schmidt, o Coronel Pontes Filho considerou “comprometedora” ao ser contra a nacionalização, mas o mesmo se justificou afirmando ser “um dos co-autores do projeto da tradução dos Estatutos da Turn-Verein Estrella, que eram em idioma alemão, para a língua vernácula”.¹²² Comenta ainda que por proposição de Jacy Ribeiro, ideia vencida, o novo nome seria Sociedade Ginástica Estrelense. O intendente compreendia que se havia a intenção da tradução dos estatutos da entidade “nenhum inconveniente via em ser o nome traduzido também, sem que houvesse nesse gesto qualquer quebra de dignidade por parte daqueles que votaram pela sua conservação”.¹²³

O representante borgista em Estrela continuou falando que a “desinteligência” ocorrida entre alguns “teutos” e “lusos”, envolvendo somente pessoas ligadas à Vila e não ao restante do município pretendia “que desaparecessem do nosso meio as intrigas rasteiras, maliciosas,

¹¹⁹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2126, 31/07/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid.

oriundas de velhos ressentimentos e que tendiam desviar a questão para um outro terreno”. Óbvio que o outro terreno, além da etnicidade da situação, era o da política local. Era visível que Pontes Filho procurava amenizar essa crise sem sair enfraquecido na sua supremacia política.

Figura 9 - Primeira sede social da Turn-Verein Estrella



Fonte: <http://www.nossadica.com.br/historiac.html>. Acesso em: 14 de jul. de 2016

É por saber que a figura política do intendente diante de Borges de Medeiros não sofreria prejuízos que Alfredo Hofstetter pediu a palavra para acusar o então secretário intencional Manoel Francisco Guerreiro¹²⁴. Para Hofstetter, “que interpretando o sentir dos

¹²⁴ Manoel Francisco Guerreiro era natural de São Borja, nascido no dia 26 de junho de 1884. Sargento do Exército, onde permaneceu por dez anos na vida militar, Guerreiro foi designado secretário da Intendência de Estrella no ano de 1915, então com 31 anos de idade. Em virtude de sua atuação política e engajamento ao castilhismo-borgismo, escrevia constantemente artigos jornalísticos para o *Jornal Independente*, de Porto Alegre. Devido seu embate com viés nacionalista contra as lideranças estrelenses teuto-brasileiras, acabou sendo exonerado do cargo intencional, transferindo-se para Guaporé no final do ano de 1917. Na colônia italiana, Manoel Guerreiro exerceu as funções de juiz distrital e delegado de polícia durante o mandato do Coronel Agilberto Atílio Maia, além de ter sido o redator do *Jornal O Guaporense*, órgão oficial do Partido Republicano. Depois da Revolução de 1923, no dia primeiro de janeiro de 1925 assumiu o cargo de intendente municipal, permanecendo na função até o ano de 1928, quando passou chefia administrativa para seu antecessor. No final de 1937 retorna como prefeito municipal, permanecendo até o mês de novembro de 1945, quando decidiu residir em Porto Alegre, sendo nomeado diretor da Assembleia Legislativa do Estado, se aposentando cinco anos depois. Faleceu no dia 17 de setembro de 1958, aos 74 anos da idade. Considerado um administrador dinâmico e modernizador, durante seus 12 anos de mandato, foi homenageado no município de Guaporé com denominação de rua, hospital e salão nobre da Câmara de Vereadores. Era casado com Marieta Burity, nascida em 29 de abril

amigos presentes”, solicitava a Pontes Filho que interviesse no “sentido de fazer desaparecer a péssima impressão causada por um artigo vindo no [jornal] Independente de 6 de julho corrente, insultuoso aos brios de seus correligionários e amigos teutos”,¹²⁵ que para o orador era de autoria de Guerreiro.

Ao abordar esse tema e recebendo total apoio do Dr. Alexandre Snel e de Eugênio Snel, Hofstetter solicitava que o autor do artigo fosse punido pela atitude, a quem logo Pontes Filho “declarou não ter aplaudido nem subscrito” tal ato. Ou seja, o fato de difamação dos teuto-brasileiros pela imprensa partira por iniciativa própria do secretário. É por isso que os acusadores de Guerreiro solicitaram ao secretário da reunião que fosse mencionada em ata “uma moção de inteira confiança ao sr. presidente da mesa, Coronel Manoel Ribeiro Pontes Filho”. A retaliação da difamação deveria partir do intendente, que tendo o apoio dos integrantes da Turn-Verein esperavam uma melhor maneira de remediar essa situação causada por Guerreiro.

Mas isso não parou por aqui. Em pleno feriado da Proclamação da República, Borges de Medeiros percebeu que alguma atitude deveria ser tomada a fim de evitar certa negligência após o desfecho prometido pelo seu representante local e então algumas questões surgem com isso. Por que da demora em realizar a reparação solicitada pelos membros da Turn-Verein? Será que o Coronel Pontes Filho acreditava que com o passar do tempo e com os ânimos amenizados essa grave situação cairia no esquecimento? Ou o intendente buscou proteger seu secretário a fim de mostrar aos teuto-brasileiros que deveriam se submeter aos seus mandos?

É interessante percebermos que, segundo o memorial dirigido a Borges de Medeiros e encabeçado por Luiz Inácio Müssnich, Bruno Schwertner e Alberto Dexheimer¹²⁶, a situação

de 1894 e falecida em 30 de dezembro de 1972, com 78 anos de idade. Teve os seguintes filhos: Romulado, Lavínia (Pandolfo), Lacínia (Torres), Lucila (Puperi) e Bruno Tapajós.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Passado o conflito mundial e as questões nacionalistas, no dia 27 de agosto de 1928, o então presidente da sociedade Alberto Dexheimer, concedeu uma entrevista para um jornal são leopoldense, em língua alemã, comentando os fatos ocorridos em Estrela, dando sua versão. Disse ele que “um período muito difícil o Turnverein teve que superar durante a Primeira Guerra Mundial, que piorou ainda mais após a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha. Foi o importante período do patriotismo inflamado, em que – aproveitando-se das circunstâncias – o povão arruaceiro sob o comando de elementos inescrupulosos acenava com tochas incendiárias nas ruas de Porto Alegre e Cahy com o propósito de destruir tudo o que tivesse um nome alemão. Em São Sebastião do Cahy a sede do Turnverein foi destruída pelas chamas. Se em Estrela não tivesse havido um punhado de homens decididos e conscientes da grave situação, determinados a salvar o patrimônio da Sociedade e sua sobrevivência em si, então a sede do Turnverein Estrela também teria sido alvo das chamas. E – hoje – os antigos fundadores estariam se lembrando, diante das ruínas, com saudade e tristeza no coração, dos tempos idos! Para algumas pessoas ainda não é compreensível, que em 1917 – no auge dos distúrbios – uma esmagadora maioria resolveu, para salvaguardar a sobrevivência do clube em si, de transcrever os seus estatutos para o português, com a finalidade de despi-lo do seu caráter germânico. Mas, para quem conhece as condições políticas e sociais de Estrela e sabe, com quantos sacrifícios e dedicação ímpar a sede fôra construída, haverá de concordar e dar razão aos dirigentes de 1917, por que, embora a língua protocolar e oficial sendo atualmente a portuguesa, a vida e o caráter do clube conservam suas características fiéis à etnia alemã em modos e costumes, e

cairia no tão temido “outro terreno” que o próprio intendente advertiu-os anteriormente. Como não houve atitude nenhuma vinda da Intendência, essas lideranças estrelenses buscaram “apelar” para o *Ilustre Chefe* uma reparação. Por isso,

representando a maioria do eleitorado republicano do município de Estrela, vem apelar, em última instância, para V. Exa., certos de que o benemérito Rio-grandense, que tão sabiamente preside os destinos do Estado e inspira e dirige tão superiormente o invicto Partido Republicano do Rio Grande do Sul saberá desagrar os brios e a honra de seus concidadãos e correligionários, ofendidos naquilo que prezam como o mais sagrado apanágio de quantas regalias tem: os seus foros de cidadãos brasileiros!¹²⁷

É interessante mencionar que o discurso desse memorial encaminhado a Borges de Medeiros ganhou a conotação que as ofensas eram voltadas aos “cidadãos brasileiros” e não mais contra “elementos teutos”. As questões de nacionalidade foram suprimidas para enaltecer a qualidade de cidadãos e isso é percebido quando, independentemente de origem étnica, lusos e teutos ofereceram “seus valentes e ardorosos peitos às balas dos inimigos da ordem e prosperidade da Família Rio-grandense, o que vale dizer, da Pátria!”¹²⁸

E é por “esses bravos” que reivindicavam justiça “pois não queremos legar aos nossos filhos a mácula horrível que sobre nós atiraram, ao sermos chamados pela imprensa de ‘despatriados’, de ‘brasileiros suspeitos’!”¹²⁹ Depois de historiar o caso da Turn-Verein, os responsáveis por redigir o memorial mencionaram que a “corrente nacionalista” pleiteou a tradução dos estatutos da entidade e sendo conveniente pela situação que se vivia na Primeira Guerra Mundial.

Mas a mudança do nome “não se fez porque assim resolveu a assembleia geral que entendeu dever conservar um nome que já era tradicional na sociedade”. Foi em virtude disso que as conotações injuriosas de um “mal compreendido nativismo” tomassem as páginas dos jornais. Sabedores de onde partiram as ofensas, os membros da sociedade buscaram reparações junto ao Coronel Pontes Filho, inclusive depositando total “lealdade partidária”. Como as pretendidas satisfações ficaram somente no campo das promessas,

vermos constringidos a retirar a confiança que até então, nele depositáramos, pois não podíamos, sem quebra de nossos deveres e de nosso caráter e dignidade, acompanhar, politicamente, um chefe local que conservava um subalterno seu que ofendera e fizera recair a odiosidade pública sobre seus dedicados companheiros políticos.¹³⁰

assim continuará”. SCHINKE, Werner. A História da SOGES. <<http://soges.com.br/wp-content/uploads/2015/10/A-HIST%C3%93RIA-DA-SOGES.pdf>> Acesso em: 15 de mar. 2015.

¹²⁷ Carta de Luiz Inácio Müssnich, Bruno Schwertner e Alberto Dexheimer a Borges de Medeiros (n. 2130, 15/11/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid.

A intensão de Luiz Müssnich, Bruno Schwertner e Alberto Dexheimer não era criar uma insubordinação partidária, mas causar com esse memorial um certo constrangimento para o chefe político estrelense. E por isso, esclarecem que “não podemos formar uma coletividade onde somos olhados como suspeitos, como elementos perigosos à estabilidade, à ordem nacional”.¹³¹

Finalizando o memorial e em letras maiúsculas, os mais de 800 eleitores republicanos do município de Estrela e não somente os da Vila, na “qualidade de cidadãos brasileiros” solicitam a Borges de Medeiros uma reparação “à grave injúria de que fomos vítimas”. Consta junto ao memorial um bilhete com a grafia de Borges de Medeiros mencionando que Manoel Francisco Guerreiro iniciou “forte campanha contra o elemento teuto da Estrela, ofendendo-o grosseiramente” e para tal solicitavam providências cabíveis ao caso.

Três dias depois de receber o memorial, o Coronel Pontes Filho enviou uma carta comunicando a exoneração do secretário Guerreiro,¹³² comunicando que não foi possível mantê-lo no cargo após essa reivindicação tomada. Borges de Medeiros e como seu representante, deveria mostrar ao eleitorado estrelense que poderia manter-se fiel aos seus comandos.

Interessante mencionar a preocupação do intendente numa colocação para Guerreiro, inclusive remetendo em anexo um recorte do Jornal Independente, de 24 de maio de 1916, em que o então ex-secretário intencional assinava como Bruno Filho um artigo com elogios à política borgista. Para Pontes Filho, “trata-se, no caso, de um correligionário dedicado e de princípios definidos”.¹³³

Será que o chefe político republicano, mesmo dizendo não apoiar as atitudes do mesmo para com os membros da sociedade de ginástica, dava apoio para Guerreiro realizar sua campanha de difamação dos elementos teutos de Estrela? Pela demora em tomar essa atitude de exonerar seu “braço direito” na administração do município e dos interesses partidários locais essa suspeita recaiu sobre o Coronel Pontes Filho. Para substituí-lo como secretário intencional, através de um convite particular, o intendente escreveu para Mário Simões Lopes, que exercia o cargo de juiz distrital em Guaporé. E é nessa colônia italiana que Guerreiro irá se estabelecer posteriormente, sendo eleito intendente e chefe político em 1924,

¹³¹ Ibid.

¹³² Além de ser secretário intencional, membro suplente da Comissão Executiva, a poucos dias antes desse importante problema envolvendo os reflexos da Primeira Guerra Mundial como quadro principal, Manoel Francisco Guerreiro fora nomeado como membro do Conselho Escolar. Guerreiro foi escolhido pela executiva por ser “pessoa idônea”, conforme Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2124, 15/06/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹³³ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2131, 18/11/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

justamente em um contexto onde as dezenas de colônias estavam elegendo intendentes de descendência italianas e alemãs. Guaporé, nesse caso, foi na “contramão” de toda a RCI.

Interessante mencionar que os respingos dessa crise étnica envolvendo, inclusive, o próprio Borges de Medeiros, teriam reflexos nas eleições federais do ano seguinte. Quando do alistamento eleitoral federal¹³⁴, mesmo que de forma tímida, o número de votantes federalistas voltou a crescer no município e isso pode ser o reflexo da própria propaganda para o alistamento realizado pelos correligionários, já que o Coronel Pontes Filho comentou aos partidários selecionados na realização dessa atividade que “se for possível, de sorte que possamos ter um eleitorado mais apreciável para sua qualidade que pela sua quantidade, critério este que melhor garantia oferecerá ao partido nos futuros pleitos.”¹³⁵

Mesmo que ideias de homogeneidade da política borgista nas colônias e na própria germanidade, algo criado e disseminado, por longos anos, sejam desmentidas pela historiografia atual, vale ressaltar que é percebida a fragmentação e divisão em grupos de todas as situações tratadas aqui.¹³⁶ E foram justamente esses (re)ajustes constantes do meio colonial que geraram “dores de cabeça” aos coronéis da região em busca da manutenção dos imigrantes e descendentes sob seus “domínios e orientações”.

As constantes negociações faziam com que houvesse cooptações e barganhas de ambos os lados na obtenção de espaços políticos e sociais na vida dessas colônias. O caso da Turn-Verein Estrella ganhou maior notoriedade neste estudo, não só pelo volume de documentos encontrados, mas pela forma como ele foi negociado. Se houve perseguições por parte de “nacionais” contra os “teutos” na Vila, que eram maioria, imaginemos os colonos moradores das picadas e travessões existentes nas regiões interioranas no município.

¹³⁴ Conforme os próprios dados emitidos para Borges de Medeiros, o intendente Pontes Filho informou que houve a realização de 1.046 eleitores em todo o município de Estrela para o pleito federal, sendo 958 se declaram republicanos e 88 federalistas. Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2133, 01/02/1918, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹³⁵ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2119, 02/04/1917, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹³⁶ Devemos compreender o processo de germanidade como sendo a “herança cultural germânica (a tradição, os costumes, a língua, que em sua totalidade) conferia homogeneidade aos teuto-brasileiros (descendentes dos imigrantes que se afixaram no país).” A premissa que os teuto-brasileiros formaram no Rio Grande do Sul um grupo étnico coeso é equivocada, pois havia distintos grupos germânicos (católicos, luteranos, liberais, socialistas, anarquistas, monarquistas, republicanos) que evidenciam um riquíssimo e intrincado quadro social em qualquer núcleo colonial. A acentuação do viés nacionalista, principalmente por luso-brasileiros, estaria associada ao comportamento de insegurança com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, no final de 1917. Com isso, a comunidade germânica passou a ser vista como inimiga. Mas o próprio Borges de Medeiros teria dito “não fazer caso, pessoalmente, da língua que alguém fala, importando tão somente que todos se interessem pelo progresso do Rio Grande do Sul”. O Partido Republicano demonstrava cautela quando se tratava da colônia germânica, já que em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes teuto-brasileiros manifestavam, conforme a conjuntura política estadual, uma preferência eleitoral pela oposição, forçando o partido governista a buscar granjear ascendência sobre eles. (BONOW, 2011, p. 157-165)

Outro fato de suma importância foi a presença da defesa dos “teutos” de lideranças alemãs já detentoras de um capital financeiro superior ao de centenas de outros imigrantes e descendentes. Comerciantes e industrialistas estrelenses passaram a “representar” a totalidade dos munícipes “germânicos” pela diferenciação dos simples colonos ou dos pequenos artesãos espalhados pelo vasto território colonial. Devemos deixar claro que havia uma elite colonial que se diferenciava dos demais imigrantes e descendentes alemães em todas as colônias.

É um grande erro, mas já desmistificado, tratar esse período como sendo algo sendo homogêneo em todos os sentidos, ou seja, que se a colônia se desenvolveu e encontrou o progresso foi fruto de um trabalho coletivo e igualitário. Dentro do meio colonial também havia separações nítidas em relação aos lugares que cada imigrante ou descendente deveria ocupar. Isso é percebido, ao menos, em todo Alto Taquari, tanto em colônias alemãs como nas italianas. Um exemplo é a constituição dos Conselhos Municipais, que, mesmo com a presença quase total de imigrantes e descendentes de ítalo-germânicos, os mesmos ocupavam um lugar de destaque dentro das colônias.

Nesse emaranhado do jogo das relações de poder havia ainda a presença das autoridades borgistas, chamada por parte da historiografia de coronéis burocratas, profissionais ou “os de fora”, que deveriam acomodar todas essas reivindicações de ascensão social, por parte dos “bem afortunados” na rede de compromisso criada e sustentada por esses coronéis e sempre com o aval do chefe político local com Borges de Medeiros. Tudo isso só vem demonstrar a complexidade das relações de poder intencional no “controle” dos imigrantes e de seus descendentes que, com a Revolução de 1923 e com o novo contexto estadual, fizeram com que houvesse uma mudança radical no meio colonial, ganhando, assim, novas perspectivas.

As atenções se voltaram novamente para o delegado Joaquim Pinto no começo de setembro de 1919, quando o Coronel Pontes Filho apresentou novas linhas a Borges de Medeiros em relação à conduta do funcionário público. Mesmo com uma aparente solução com a troca da autoridade policial no município, os problemas de interferência nos assuntos intencionais enfatizavam o pedido de nova remoção. O intendente iniciou a sua missiva lembrando ao *Ilustre Chefe* dessa situação que vinha se arrastando desde abril de 1917, alegando que “pairava no espírito público comprometedoras dúvidas sobre sua conduta.”¹³⁷

Essas dúvidas estariam ligadas ao desempenho das funções do delegado de polícia, que agia de forma leviana nas suas atividades, além de estar “procurando, quase sempre, afastar-se de suas atribuições legais, para cometer abusos que redundavam em benefício material para

¹³⁷ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2139, 02/09/1919, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

si.”¹³⁸ Acusado de ter pedido suborno para facilitar o andamento de um processo, o delegado Joaquim acabou sendo denunciado após essa queixa pela promotoria pública do Estado, por “extorquir determinadas importâncias dos assistentes, sob a ameaça de fazer prosseguir as investigações policiais a que estava então procedendo, relativas à crimes de ferimento e de defloramento.”¹³⁹

O chefe político estrelense também recordou o hábito que o chamou de “ vaidoso ” o delegado Joaquim ao pronunciar que era inculcado de emissário de Borges de Medeiros e portador de ordens reservadas do mesmo. Menosprezando essas atitudes do funcionário, o Coronel Pontes Filho aproveitou para mencionar que como correligionário não possuía queixas e havia demonstrado ser um companheiro dedicado na ocasião dos aprestos da qualificação eleitoral nas eleições federais. Inclusive, aconselhava os eleitores que essa atitude de qualificarem-se, estaria alavancando os interesses partidários, “afim de se mostrarem dignos do apreço do Dr. Borges.”¹⁴⁰

Apesar do empenho na demonstração dos afazeres partidários, a conduta denunciada do funcionário ganhou maior ênfase, fazendo com que o intendente local reunisse uma série de documentos comprovando a conduta suspeita do delegado Joaquim em relação ao processo aberto pelas denúncias feitas junto à promotoria pública. O interessante é que, mesmo acolhida a denúncia e averiguadas as provas em processo julgado pela justiça, o delegado Joaquim Pinto foi absolvido das acusações, mas isso não seria suficiente para que pudesse retornar as suas atividades sem que pairassem incertezas sobre sua conduta.

Examinando os autos, Joaquim Pinto fora denunciado por ter extorquido dinheiro sob a ameaça de dar andamento aos processos ou com a promessa de abafar os mesmos mediante pagamento em dinheiro. Entretanto o que levou o Juiz de Comarca absolver o acusado foi a insuficiência de provas, em virtude da evidente parcialidade do único depoimento.¹⁴¹ Sem valor probante, pois as testemunhas alegaram que nada viram, que ouviram dizer e acabaram não dando as provas necessárias para a acusação.

Atendendo o regimento das comissões executivas, no seu artigo 18º e conforme lei orgânica do município, nos seus artigos referentes às eleições, na metade do mês de junho de 1920, foi convocada a reunião extraordinária para a indicação da chapa republicana no pleito municipal. Convocado pelo vice-presidente da executiva, Coronel Miranda, a sessão foi

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Carta de Caminha a Sinval Saldanha (Anexo 1, n. 2139, 23/09/1919, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

aberta com a intenção de solucionar o problema que vinha já inflamando os correligionários republicanos na colônia em relação à sucessão intencional. Deixou claro que

conhecida a opinião geral do partido, que é a de ser novamente reeleito o atual intendente municipal, resolvera tratar a respeito com a Suprema Chefia do partido, indo a Porto Alegre acompanhado dos colegas [André] Mallmann e [José] Hauschild Filho, com plenos poderes dos demais companheiros da executiva.¹⁴²

Recebida por Borges de Medeiros no Palácio Piratini, a comissão republicana indicada para dar andamento à convenção partidária respaldou o “inteiro acordo com a deliberação tomada” por parte do *Ilustre Chefe*. Os “desejos do Partido Republicano local, fielmente interpretado pelos seus colegas, aceitando mais uma vez, a sua reeleição visto ser a mesma a aspiração do eleitorado.”¹⁴³

Por sua vez, o Coronel Pontes Filho fez a seguinte declaração aos membros da executiva e ao eleitorado republicano local, que só tinha palavras de

sincero agradecimento por esta prova de significativa solidariedade de seus companheiros de lutas em torno da individualidade máscula do Egrégio Chefe republicano, Dr. Medeiros, solidariedade essa tão nobre quão necessária, que o envaidecia deveras, pois que, bem compreendia a espinhosa missão que desempenhara junto ao seus pares, zelosos depositários da confiança da Suprema Chefia partidária; que esperava ser substituído no governo municipal por outro correligionário que melhor viesse tomar sob seus ombros a responsabilidade da direção administrativa.¹⁴⁴

Pontes Filho só aceitaria concorrer novamente a sua terceira reeleição intencional se tivesse o apoio incondicional de todos os chefes políticos locais, e, como já possuía o aval de Borges de Medeiros para tal aspiração, enfatizava que aceitaria a sua manutenção nos interesses republicanos locais. Essa árdua e espinhosa atitude de altruísmo por parte do chefe do PRR de Estrela fora acatada por todos os diretores da política colonial, por ser conveniente para “a boa ordem e a disciplina partidária”, e por isso a apreciação recebeu a unanimidade dos membros da executiva.

Já confirmado como candidato, Pontes Filho passou a desenvolver a nominata dos candidatos para o Conselho Municipal e para isso pretendia agregar todos os distritos coloniais e suas respectivas lideranças locais. Mas como de costume, comparando com as chapas anteriores, o segmento industrialistas/comerciantes teve maior predominância, ou seja, num município dominado pelas pequenas propriedades de terra, os interesses políticos estariam sendo representados pela elite colonial. Dos sete cargos em disputa para o Conselho

¹⁴² Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2148, 18/06/1920, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid.

Municipal, pela chapa oficial do PRR, somente um possuía a ocupação de agricultor, dois de industrialistas e quatro de comerciantes. Os indicados para o cargo no legislativo municipal teriam que realizar uma declaração diante da executiva, assumindo o compromisso de “tudo envidarão em prol dos interesses do município, defendendo-os com máximo devotamente, tendo por lema os princípios que os fazem partidários do Eminentíssimo Chefe Dr. Borges de Medeiros.”¹⁴⁵

Essa declaração bem como a lista dos candidatos republicanos, que fora aprovada por unanimidade pela executiva, deveria ser “reproduzida pela imprensa local e em boletins, de acordo com a praxe preestabelecida”¹⁴⁶, conforme o artigo 57 da lei orgânica.

Tabela 3 - Chapa republicana ao Conselho Municipal para o quadriênio de 1920/24

Nome	Ocupação	Residência	Distrito
André Marcolino Mallmann	Comerciante	Vila	1º distrito
Augusto Frederico Markus	Comerciante	Vila	1º distrito
Pedro Schäffer Filho	Comerciante	Pinheiro Machado	2º distrito
Leopoldo Adolfo Marder	Comerciante	Roca Sales	3º distrito
Adolfo Gerhardt	Industrialista	Corvo	4º distrito
Guilherme Tiggemann Filho	Industrialista	Boa Vista	5º distrito
Manoel Dillemburg	Agricultor		1º distrito

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Carta nº 2148, ABM/IHGRGS.

O domínio dos comerciantes nessa chapa demonstra o acúmulo de poder político e econômico que já destoava entre todos os distritos coloniais. Com a produção agrícola crescendo ano a ano, a comercialização desses produtos fazia com que surgissem inúmeras casas de compra e venda nas localidades espalhadas em toda a colônia. Muitas delas aproveitavam também para manufaturar esses produtos, agregando-lhes valor de venda e desenvolvendo a industrialização dos distritos existentes, fomentando o surgimento insipiente de uma indústria colonial.

As eleições municipais, marcadas para o dia 15 de agosto de 1920, somente confirmaram o que já estava sendo averiguado entre o eleitorado estrelense, ou seja, a vitória de Pontes Filho para mais um mandato intencional veio comprovar a pacificação frente à grave crise ocorrida quase no término da Primeira Guerra Mundial. O fim do conflito ocorrido no velho continente trouxe novas expectativas não só para a Europa, mas também para o novo mundo. Mesmo que a ideologia do positivismo de *conservar melhorando* ainda estava imperando no Rio Grande do Sul, algo de diferente estava se articulando e apesar da economia mundial apresentar uma onda de desemprego constante e uma estagnação em

¹⁴⁵ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (Cópia de declaração abaixo-assinada, n. 2150, 14/07/1920, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁴⁶ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho a Borges de Medeiros (n. 2150, 21/07/1920, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

virtude da destinação dos recursos públicos para a beligerância, os países buscavam outras perspectivas de sistemas políticos e econômicos. Esses resultados da guerra mundial começavam a ser sentidos em solo gaúcho. Envolto disso, pois era impossível desligar o fator econômico com o político, as perspectivas de novas possibilidades vindas com os novos atores, segmentos e uma sociedade diferente fizeram com que a década de 1920 ganhasse importância política no cenário brasileiro.

Isso é perceptível ao manusearmos nossa principal fonte de pesquisa porque o volume de documentos relacionados ao Alto Taquari no período da década de 1920 é superior em relação ao dos anos anteriores na construção e perpetuação do borgismo. Ficou evidente que novos grupos nas colônias existentes na região passaram a exigir mais espaço na rede de compromisso intencional pois os chefes locais já não atendiam mais suas perspectivas e passaram a exigir um afrouxamento do sistema borgista.¹⁴⁷ Com isso as brechas que o próprio borgismo criou foram sendo preenchidas por elementos dissidentes, que davam respaldo para a insignificante oposição.¹⁴⁸ Se os opositoristas eram fracos eleitoralmente, eles tinham a forma de desestabilização do sistema por forçar o acirramento entre os republicanos dissidentes e os coronéis intendentos, que eram os representantes borgistas nas colônias.

O interessante é que, mesmo atendendo algumas reivindicações dos colonos mais exaltados por participação na rede de compromisso, os coronéis borgistas não conseguiram fazer com que sua popularidade alcance a do próprio *Ilustre Chefe*. O fator determinante para que isso ocorresse era o ser “de fora”, mesmo tendo o respaldo da elite colonial, que deu sustentação até quando pôde para manter o vínculo com o Palácio Piratini no atendimento de seus interesses. Vejamos um exemplo, conforme tabela elaborada, em que o Coronel Pontes

¹⁴⁷ Borges de Medeiros já havia enfrentado outras duas crises no Partido Republicano, a primeira com o falecimento de Júlio de Castilhos e o desfecho na eleição estadual de 1907. A segunda insubordinação interna foi verificada em 1915-16, quando teve que se ausentar da chefia palaciana por causa de uma grave enfermidade. Mas a que trouxe mais consequências para sua *chefia unipessoal* e demonstrou o enfraquecimento de sua hegemonia política foi nos anos de 1922-23 e principalmente com a assinatura do Pacto de Pedras Altas. A concessão das reivindicações opositoristas foi “o aríete da insubordinação partidária, coronelista e opositora, brechou irremediavelmente a fortaleza borgiana, que, afinal, apesar de todos os instrumentos de compressão, assentava-se sobre as frágeis pilastras inerentes ao sacerdócio moderador.” (AXT, 2011, p. 157)

¹⁴⁸ A abertura da rede de compromisso borgista para grupos dissidentes e até para assistidas deu-se após o desfecho da Revolução de 1923. Apesar de preservado o seu domínio no poder central, o PRR teve que conciliar seus vínculos coronelísticos nas comunas gaúchas em virtude da reformulação da Constituição Estadual de 1891, pilar de sustentação do regime castilhistaborgista. O fim das intervenções nos assuntos intencionais e a consequente quebra do *poder moderador* do chefe palaciano “resgatou parte da autonomia municipal e Borges de Medeiros precisou abrir concessões aos coronéis para manter o domínio político do PRR. Porém, a reconstituição da margem de afirmação do poder local seria apenas circunstancial, pois, de permeio, a economia regional, atravessara transformações que exigiriam uma nova composição de forças políticas, enquanto o aparelho estatal sofrera também modificações que suscitariam uma nova forma de relacionamento entre elite dirigente e sociedade civil.” (Ibid, p. 158)

Filho estruturou sua rede de compromisso no período de 1920, em que fica evidente a conturbada relação de poder que setores coloniais faziam com o intendente borgista.

Tabela 4 - Demonstração da constante reorganização do funcionalismo público no município de Estrela durante o período de pré-contestação das políticas borgistas

Ano	Mês	Nível	Cargo	Nome	Função anterior/atual	Período
1918	Jan.	Federal	Procurador da República 1º suplente 2º suplente 3º suplente	Acidino de Araújo e Silva Mário Simões Lopes Emílio Félix Müller Ernestino Leopoldo Lautert	Secretário da Intendência	1918-1922
	Mar.	Estadual	Escrivão de Órfãos e Ausentes	Ernestino Leopoldo Lautert	Ervino João Schmidt	
1919	Ago.	Estadual	Escrivão coletoria	Odorico Azevedo Lima Antônio Cardoso Luiz Paulino Ruschel	Clemente Ruschel Atual guarda	
	Dez.		2º guarda	Arthur Oscar de Miranda Paes		
1920	Jan.	Estadual	Subdelegado de polícia do 1º distrito	Serafim Ignácio da Silveira	Comandante Guarda Administrativa	
	Mar.	Estadual	Presidente Conselho Estadual	Francisco Firmo de Andrada Saraiva	Membro do conselho do 1º distrito	
		Estadual	Escrivão de Órfãos e Ausente	Afonso Maria Müssnich	Ernestino Leopoldo Lautert	
	Mai.	Estadual	Professora Grupo Escolar	Maria de Conceição Medeiros da Fontoura		
		Federal	Procurador da República 1º suplente 2º suplente	Jacy Ribeiro Odorico de Azevedo Lima Henrique Senger		
	Set.	Estadual	Agente especial exatoria estadual	Afonso Senger		
	Out.	Estadual	Juiz distrital Roca Sales [3º distrito]	Felice Peretti	Reconduzido	1920/24
		Estadual	Membro Conselho Escolar Corvo [4º distrito]	Francisco de Azambuja	Inocência Machado de Bittencourt	
	Nov.	Estadual	Juiz distrital Pinheiro Machado [2º distrito]	Guilherme Brust	Reconduzido	1920/24
	Dez.	Estadual	Juizado distrital [1º distrito] 1º suplente 2º suplente 3º suplente	João Rodrigues de Castro Ernestino Leopoldo Lautert Afonso José Horn		

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Fundo Estrela, ABM/IHGRGS.

Com o objetivo de averiguar junto a Borges de Medeiros o próximo quadriênio da executiva estrelense, o Coronel Pontes Filho remeteu um telegrama, no final de setembro de 1920, lembrando o término do atual mandato e que havia possibilidades de nomes para o novo mandato que se avizinhava. Em reunião da executiva, o chefe republicano local mencionou aos membros que o *Ilustre Chefe* havia ratificado

os poderes desta direção partidária local, se congratulou com os seus colegas, que pela sua conduta e trabalhos em prol dos interesses do partido, sempre assíduos às reuniões, quer ordinárias, quer extraordinárias, se tornando, por isso, mercedores da confiança do Eminentíssimo Chefe Dr. Borges de Medeiros, que, com a sua autoridade ousou taxar esta direção de “Exemplar Comissão Executiva”.¹⁴⁹

Com essa nota e com a devida autorização de Borges de Medeiros, todos os membros componentes da executiva foram reconduzidos como diretores da política republicana no município de Estrela. Para o Presidente do Estado, não havia necessidade de mudanças entre os membros, já que os interesses partidários estavam sendo atendidos e os pequenos focos de uma possível resistência permaneciam sendo contornados sem a averiguação de grandes dissidências ou rupturas entre os correligionários locais.

Para a escolha do vice-intendente para o mandato de 1920-24, depois de duas indicações de Fernando Erdmann Scheeren, e atendendo o dispositivo da lei orgânica, artigo 34º, a executiva submeteu à apreciação de Borges de Medeiros o nome de Frederico Nenhau Filho. Todos os membros da executiva apreciaram a escolha de forma unânime, “cujo cidadão reúne as qualidades precisas para essa elevada função”, achando todos “de que a escolha respectiva merecerá francos aplausos do eleitorado estrelense.”¹⁵⁰ Nenhau era industrialista residente na localidade de Costão, atual Beija-Flor, compreendendo o 1º distrito deste município.

Na ata da comissão executiva, que escolheu o vice-intendente municipal, constava o número 77 e a próxima somente sairia com o número 93, já em novembro de 1922, quando ocorreu a tumultuada campanha eleitoral para o pleito estadual entre Borges de Medeiros e Assis Brasil. Percebendo uma crescente campanha da oposição no interior da colônia, o Coronel Pontes Filho enalteceu na reunião da executiva que se deveria

intensificar mais a propaganda em prol da candidatura do nosso eminente chefe à presidência do Estado, em virtude da profusa distribuição de boletins feita na colônia em prol da candidatura Assis Brasil por conhecidos elementos oposicionistas; entretanto [...] pode

¹⁴⁹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2154, 02/11/1920, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁵⁰ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2156, 02/01/1921, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

afirmar que os nossos correligionários da zona rural, de onde acaba de regressar estão dispostos, como sempre, a sufragarem a chapa oficial.¹⁵¹

A chama da oposição continuava acesa e muito ativa e não poderia ser diferente porque o contexto do período da década de 1920 forçou para que a campanha a favor de Assis Brasil, dissidente republicano, ganhasse uma dimensão superior se comparada com a de Fernando Abbott, em 1907. Existia a possibilidade iminente de evitar que o candidato situacionista alcançasse os $\frac{3}{4}$ do sufrágio necessários para forçar outra eleição. Essa esperança fez com que os oponentes de Borges de Medeiros se aglutinassem novamente, dessa vez em torno do nome de Assis Brasil.

Federalistas e dissidentes republicanos estavam imbuídos na missão de tentar derrubar o sistema borgista e sua máquina governista, mas a tarefa não era nada fácil como parecia, justamente pela forma do governo em evitar qualquer tipo de quebra do *status quo* existente. Mesmo que Borges de Medeiros tenha alcançado o sufrágio necessário, de forma irregular ou não, os desdobramentos da Revolução de 1923 e os constantes (re)ajustes nas relações de poder existente nas regiões coloniais, fizeram com que o sistema autoritário afrouxasse e novos atores políticos ascendessem ao poder intendencial, terminando com isso a hegemonia política dos coronéis borgistas.

Com o término da Revolução de 1923 e com o Pacto das Pedras Altas, a constituição castilhista teve que ser reformada, conforme acordo assinado entre Borges de Medeiros e Assis Brasil. Para isso todas as leis orgânicas dos municípios gaúchos tiveram que ser modificadas para se harmonizar com a carta estadual. Tanto a comissão executiva, quanto o próprio Coronel Pontes Filho ficaram com a responsabilidade de realizar tais ajustes na lei orgânica local. Por isso, suscitaram algumas dúvidas que deveriam ser sanadas pelo governo estadual e, antes de dar a devida publicidade ao projeto de reforma na lei municipal, o intendente Pontes Filho cumpriu com as recomendações feitas por Borges de Medeiros e submeteu de forma prévia para a apreciação do *Ilustre Chefe* o esboço parcial.

A última reforma na lei orgânica municipal havia ocorrido no ano de 1917, quando toda a matéria sobre as eleições compreendida no título VII e seus capítulos foi modificada de acordo com os preceitos da lei nº 153, de 14 de julho de 1913, na sua introdução ao voto da minoria e a proporção de votos, além de ser observado o alistamento eleitoral como registro pelas qualificações federais. As dúvidas sobre o alinhamento das cláusulas do acordo de pacificação com a reforma exigida foram tiradas pelo parecer de João Carlos Machado, que fora imbuído dessa atividade por Borges de Medeiros.

¹⁵¹ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2157, 01/11/1922, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

2.4 – A árdua e espinhosa missão do intendente Mallmann

Como de praxe e atendendo os dispositivos do regimento das executivas, no mês de julho de 1924, a convenção para a escolha da sucessão intencional foi agitada. Com o fim das reeleições dos poderes executivos estaduais e municipais, o cargo de intendente deveria ser disputado por outro republicano e não mais pelo Coronel Pontes Filho. Em reunião da executiva para definir a forma como ocorreria essa escolha, ficou designado o dia seis de julho para a realização de uma assembleia republicana com o objetivo da proclamação dos candidatos para o futuro pleito, tanto no âmbito do executivo quanto no legislativo local.

A assembleia e não mais a comissão é quem determinaria os candidatos, mesmo que eles sejam averiguados internamente. Essa já seria uma mudança importante em relação às eleições anteriores pois dava a impressão de ser algo mais democrático ao eleitorado republicano. Isso abriria a possibilidade de os escolhidos saberem, na própria assembleia, se teriam ou não o apoio condicional do eleitorado local. Em meio a essa nova experiência, o ex-vice-intendente e membro da comissão Capitão Fernando Erdmann Scherren, no último dia do mês de maio, veio a falecer em sua residência.

Além dessa perda significativa, no mesmo dia o Coronel Pontes Filho sofre um atentado e em reunião extraordinária da executiva, o secretário da agremiação republicana José Hauschild Filho registrou em ata esse crime,

que uma coincidência recumbia no mesmo dia e hora em que nesta vila, em plena rua, o presidente desta corporação era alvejado a tiro, saindo ileso, mercê de Deus, por Carlos Horácio de Araújo, o assalariado advogado do malfadado assisismo local chefiado pelo móvel e já célebre político – o esculápio Alexandre Snel. [...] Esse selvagem atentado que poderia ter vitimado o Coronel Pontes Filho, senão fora protegido pela Providencia Divina, fato esse que tanto tinha de ignóbil caso de condenável e que era na sua consciência, comprovado aliás por ocorrências análogas e recentes.¹⁵²

Quais seriam os motivos para tal atentado? Difícil de ser apreciado, pois os documentos consultados não mencionavam nenhum atrito com o referido advogado¹⁵³ e nem mesmo com o próprio adversário político Dr. Alexandre Snel, possível mandante do crime. As hipóteses

¹⁵² Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2162, 14/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁵³ O exercício da advocacia estava ligada ao princípio da liberdade de profissão assegurada pela Constituição Estadual, que “garantia a possibilidade do exercício da advocacia não apenas aos diplomados, mas também aos rúbulas, que pululavam nos municípios depois de serem ‘provisionados’ pelo Superior Tribunal.” (AXT, 2011, p. 128) Percebemos no decorrer desse trabalho que os advogados provisionados nos municípios aqui analisados eram figuras atreladas ao PRR e detinham ou haviam estado inseridos na rede borgista, como o caso específico do Coronel Pontes Filho, Coronel Jaeger e do delegado Geraldo Caetano da Costa.

devem recair sobre as relações de intrigas políticas envolvendo as duas maiores expressões do republicanismo e do federalismo no município.

Alguns outros esclarecimentos vão sendo elucidados em uma carta que o advogado Carlos Horário Araújo enviou para o amigo Coronel Genes Gentil Bento¹⁵⁴, o qual foi o intermediador dessa grave situação criada contra o Coronel Pontes Filho. Logo no começo da missiva, Araújo deixa clara a sua posição política, quando se define como “republicano castilhista”, mas que se encontra dissentido com a reeleição de Borges de Medeiros, apesar de “que sempre me senti mal no turbilhão confuso das oposições coligadas.”¹⁵⁵

Sabedor das dificuldades em ser reintegrado nas fileiras republicanas pelo ato de agregar força às hostes oposicionistas, Araújo tentava fazer com que o Coronel Bento contornasse essa situação política junto aos seus superiores, a fim de esmiuçar os motivos que o levaram a essa tomada de posição. A explicação estaria no contexto político local, ao referir-se que

a oposição aqui, como aliás em todos os municípios, foi e é ainda uma consequência da inabilidade dos régulos de aldeia que mal compreendendo os interesses superiores do partido são incapazes de reter os ressentimentos pessoais, valendo-se da sua posição para desquites pessoais, com perseguições mesquinhas, inimportando-se [sic] com o esfacelamento do partido. Entretanto quando chamados a ordem pelo Chefe Dr. Borges, se desfazem em mesuras, defendendo-se sob uma verdadeira teia de intrigas inomináveis.¹⁵⁶

Em poucas palavras Carlos Araújo resumiu a atuação e a forma como os detentores do aparato administrativo local utilizavam para anular qualquer chance de ascensão de personagens políticos não ligados à rede de compromisso intencional. As perseguições pessoais eram uma praxe e tinha o intuito de diminuir a moral de qualquer pretendente em criar uma possível instabilidade nas relações de poder existentes. Araújo não parecia um simples partidário da dissidência. Na mesma missiva deixou a impressão de ser um dos que negociava uma transição política em nome da oposição estrelense, quando menciona que

¹⁵⁴ O Coronel Genes Gentil Bento era um dos elementos de confiança de Borges de Medeiros. No município de Canguçu, no ano de 1906, “a insistência do delegado de polícia Manoel da Rocha, membro de uma facção dissidente, em manter presos dois suspeitos por tempo superior ao alvitado pelo então intendente Genes Bento, que se achava de acordo com o juiz da comarca e o promotor, motivou uma crise política e um choque de competências, apenas apaziguado com a intervenção do subchefe de polícia.” (AXT, 2011, p. 111) Enfraquecida sua chefia, o Coronel Genes foi deslocado para a região serrana norte, quando assumiu a Subchefatura de polícia. Foi designado emissário palaciano para buscar a pacificação dos ânimos no confronto armado que havia acontecido em Lagoa Vermelha, em junho de 1917. O Coronel Heliodoro Branco, que havia sido intendente nos anos de 1892 a 1913, não aceitou a reeleição de Maximiliano Almeida, reunindo um grupo armado para forçar a renúncia do chefe político local e forçar uma intervenção por parte do Presidente do Estado. A função do então Subchefe de Polícia Genes Bento era mediar um acordo de convivência entre as duas facções e recompor o partido fracionado.

¹⁵⁵ Carta de Carlos Horário Araújo a Cel. Genes Gentil Bento (n. 2164, 11/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁵⁶ Ibid.

havia conseguido “contornar” alguns velhos elementos republicanos através de um entendimento com o Governo do Estado, trabalho esse “acalentado e lento”.

Menciona ainda que havia alcançado, junto com “o Dr. [Alexandre] Snel, prestigioso chefe da oposição local, e até então elemento indiferente à política de qualquer facção, telegrafasse ao Dr. Medeiros, abrindo assim as portas para um entendimento.”¹⁵⁷ Araújo atacou o Coronel Pontes Filho, dizendo que a oposição era composta por elementos que são

tudo de velhos republicanos dissidentes, maltratados e feridos pela inabilidade do partidarismo estreito do atual intendente, acirrado pela sua parentalha, que se habilitou discricionariamente em todos os cargos da administração pública, com grave dano aos direitos de terceiros.¹⁵⁸

Assim como nos demais municípios coloniais da região do Alto Taquari, a questão da inclusão de parentes na administração intendencial causou uma grande tensão entre o eleitorado republicano por ser uma potente arma para a oposição aos coronéis borgistas. A utilização do aparto governativo por familiares e/ou parentes próximos tornava qualquer possibilidade de ascensão de novos agentes políticos na rede de compromisso local. Era praticamente impossível adentrar no quadro do funcionalismo público sem que houvesse a vinculação de laços familiares nas administrações coloniais. E isso alimentava o discurso da oposição e ganhava respaldo entre os desgostosos dessas decisões nepotistas, pois elas não eram bem vistas entre o eleitorado colonial.

Retornando à situação conflituosa das eleições locais e dando o exemplo da forma como ocorreu o pleito municipal em São Sebastião do Caí, o secretário da executiva, Hauschild Filho, aproveitou a oportunidade para acusar a oposição assistida que estaria procurando “implantar em todo Estado o regime da desordem, do desrespeito à lei e do desacato às autoridades legalmente constitucionais.”¹⁵⁹ Os demais integrantes da corporação republicana também repudiaram a atitude e confirmaram que o caso “estregue à ação da justiça pública, que saberia, como sempre, proceder de forma a determinar a punição do culpado ou culpados, e aos cuidados do circumspecto advogado.”¹⁶⁰

Sobre o pleito municipal o Coronel Pontes Filho chamou-o de “problema intendencial”, em virtude das negociações que intitulou de “entabuladas”, sendo examinados diversos nomes dos correligionários que estariam à altura de ocupar tais cargos públicos. Por isso, o chefe republicano local “logo verificado que o mais cotado para o cargo de intendente e que mais

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2162, 14/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁶⁰ Ibid.

probabilidade de êxito reunia, para vitória republicana, era do sr. André Marcolino Mallmann, prestigioso membro componente desta executiva e atual presidente do Conselho Municipal.”¹⁶¹

Figura 10 - André Marcolino Mallmann, eleito intendente de Estrela no ano de 1924



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 17

Com a intensão de “congraçamento da família estrelense”, o nome de Mallmann foi escolhido por unanimidade pela executiva, que “aplaudem e prestigiam essa candidatura que consideram popular”. A ideia da assembleia era também dar um ar de articulação entre os republicanos, mesmo que existissem outros nomes com a ambição de concorrer ao cargo intencional. O intendente Pontes Filho analisou essa possibilidade como uma forma de “descometida ambição de mando de alguns, por inconcebíveis caprichos de outros e por mal veludos intuitos de poucos.”¹⁶²

Internamente a executiva também aventou e examinou os nomes de alguns correligionários que possuíam condições de ser eleitos no pleito intencional e com esta intensão foi escolhido o industrialista Helmuth Fett para compor a chapa republicana. Segundo Pontes Filho, Fett contava com o “apoio unanime desta executiva e com o prestígio

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Ibid.

de que goza esse adiantado industrialista no seio do situacionismo local.”¹⁶³ Tomada essa decisão, a comissão passou a analisar a nominata dos possíveis candidatos a conselheiros municipais, sendo lembrados os nomes do Reverendo Pedro Hilleshein e de Afonso José Horn, “cuja indicação só poderá tornar-se efetiva nas reuniões subseqüentes que realizarem-se antes da respectiva assembleia republicana.”¹⁶⁴

Com o impedimento da candidatura do Padre Hilleshein¹⁶⁵, em virtude do seu pouco tempo de residência no município, a executiva, que deveria apresentar à assembleia dois partidários escolhidos pelos dirigentes republicanos, manteve somente Horn. Por isso o chefe político local confirmou que “a lista de candidatos ao Conselho seja completada com nomes de correligionários do interior, dependendo a indicação de mais um candidato pelo primeiro distrito do número a ser proclamado definitivamente.”¹⁶⁶

No dia 26 de julho de 1924 aconteceu a tão esperada assembleia republicana na sala das sessões do Conselho Municipal, localizado junto à Intendência. Os contornos envolvendo todo o contexto político de uma abertura política do sistema borgista com a assinatura do Pacto de Pedras Altas trouxeram novos ares para o eleitorado local e novos interesses estariam sendo discutidos, bem como a própria participação dos republicanos nas tomadas de decisões passaria a ser diferente. A definição interna da escolha de André Marcolino Mallmann para concorrer ao cargo máximo de chefe político, encerrando os 15 anos e 15 dias

¹⁶³ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2163, 04/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁶⁴ Ibid. Conforme o art. 51 da Lei Orgânica, para ocupar o referido cargo de conselheiro municipal, o candidato deveria estar residindo no município a dois anos. Como o Reverendo estava atuando em Estrela desde o começo de fevereiro do ano anterior, ou seja, 1923, sua candidatura se tornou incompatibilizada. O próprio Coronel Pontes Filho que fez essa importante observação e lamentou “ver assim o futuro governo municipal provado da colaboração de tão distinto correligionário [...] virtuoso membro do clero brasileiro.”

¹⁶⁵ Durante a realização de toda a pesquisa com o ABM/IHGRGS foram encontradas mais referências de padres católicos comungando com as ideias do castilhismo-borgismo. Deve ser destacado também o papel que a Igreja Católica tinha na rede de compromissos nas regiões italianas. Em Encantado foi constatada a presença forte do pároco nas decisões políticas locais, sempre buscando um entendimento aos princípios propostos por Borges de Medeiros para com a comunidade encantadense. A igreja, na figura do Reverendo, estava servindo também como cooptação aos imigrantes e seus descendentes num processo de mediação entre seus fiéis e o PRR. (CADORE, 2014, p. 60) Já nos núcleos coloniais alemães de Estrela e Lajeado deparamos com essa indicação do Padre Hilleshein para concorrer ao cargo de conselheiro municipal no período de recomposição das forças borgistas. O contexto conturbado de 1922-23 fez com que muitos líderes religiosos encabeçassem a insubordinação dos eleitores coloniais. Mesmo havendo uma cooperação entre a Igreja Católica e o regime castilhistaborgista, são reconhecidos os relatos de conflitos envolvendo os líderes políticos com padres e pastores nas regiões coloniais. Isso enfatiza que “esses aspectos parecem sugerir que os colonos, comprimidos pelo modelo autoritário, permaneciam à sombra da facção palaciana, deixando-se conduzir, mas desenvolvendo estratégias cotidianas de barganha, até o momento em que uma cisão com amplitude maior no seio da rede de compromissos repercutisse nos distritos rurais e lhes permitisse aumentar a margem de insubordinação. Nessa linha de raciocínio, os resultados das eleições federais de 1924 parecem sintomáticos, pois podem estar claramente indicando a ruptura com a compressão borgiana e a necessária mudança nos métodos de se fazer política.” (AXT, 2011, p. 154)

¹⁶⁶ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2163, 04/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS). O candidato Afonso José Horn era morador do interior do 1º distrito.

de mandato de Manuel Ribeiro Pontes Filho, marcou a ascensão de um descendente teuto-brasileiro ao posto intendencial. A assembleia serviu para ratificar seu nome e dar um ar mais democrático a sua oficialização.

Figura 11 - Inauguração oficial do cais do porto da Vila no dia 15 de outubro de 1924



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 36

Mesmo com todas essas mudanças nas perspectivas dos sufragistas locais, o âmbito da escolha do sucessor intendencial permanecia com a mesma tradição anterior, ou seja, a escolha era uma decisão interna, averiguada por Borges de Medeiros e apresentada ao eleitorado através da imprensa. O contexto existente com a convocação de uma assembleia já demonstrava um rumo diferente na política estrelense. Buscando dar mais transparência à aprovação da chapa republicana, o Coronel Pontes Filho enviou uma carta ao *Ilustre Chefe* solicitando o envio de um emissário para acompanhar os trâmites de desígnio dos candidatos, mas Borges de Medeiros julgou

dispensável a ida a essa localidade de um representante meu a fim de assistir à reunião para escolha dos candidatos republicanos às próximas eleições municipais. Confio bastante no critério e uniformidade de vistas da Comissão Executiva, que deverá convocar e presidir a assembleia republicana e encaminhar a aprovação das candidaturas que lhe parecerem mais convenientes, merecendo nesse sentido mais plena ratificação às iniciativas já adotadas [...]¹⁶⁷

O restando do próprio Presidente do Estado dava o poder de decisão da assembleia. Com a presença de todos os membros da executiva, como os principais dirigentes partidários,

¹⁶⁷ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 2165, 10/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

conselheiros, os importantes comerciantes e industrialistas locais, além de um grande número de correligionários, o Coronel Pontes Filho abriu a assembleia republicana lendo a referida carta de Borges de Medeiros. Aproveitou para passar suas considerações a cerca do momento político que estavam atravessando e sobre os nobres intuitos da futura sucessão intencional.

Quem deu andamento aos trabalhos na reunião, como orador oficial do evento, foi o juiz distrital Major Luiz Guedes da Fontoura, que também analisou de forma criteriosa a situação política vivida no Rio Grande do Sul e também no Brasil, quando enfatizou que

apresentando aos olhos do país inteiro, seu nobre Presidente [do Estado] deu uma inconcussa de seus sentimentos de patriota austero das lamentáveis ocorrências de São Paulo, gesto este, que a ninguém seria lícito duvidar, sabendo-se que Borges de Medeiros, nosso guia e chefe incomparável, tem sido – “em quaisquer emergência o defensor máximo da lei, da legalidade e da ordem” – na expressão feliz do Coronel Pontes Filho.¹⁶⁸

Fontoura lembrou da Revolução de 1924 ocorrida na capital de São Paulo, quando houve a segunda revolta tenentista. Deflagrada no dia cinco de julho e sob o comando do general reformado Isidoro Dias Lopes, os revoltosos tomaram a capital paulista, além de várias outras cidades interioranas do Estado, com o objetivo de derrubar o governo federal do mineiro Arthur Bernardes. Com o apoio da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, as forças legalistas conseguiram fazer com que a revolta fosse esmagada no dia 28 do mesmo mês, dando fim à Revolta Paulista de 1924. Alguns tenentes rumaram em direção as sul a fim de se alinharem à coluna de Luiz Carlos Prestes, iniciando a epopeica trajetória que ficou conhecida como a Coluna Prestes.

Após essas explanações sobre o contexto de revoluções que estavam se espalhando pelo território gaúcho e também no Brasil, o juiz Fontoura anunciou os nomes dos integrantes da chapa republicana para a sucessão intencional iniciando com o cargo máximo de intendente. André Marcolino Mallmann, então com 41 anos de idade, foi designado para concorrer como chefe político o orador anunciou seu nome e descreveu-o como sendo um

cidadão conhecido de nós, o qual pela probidade que preside todos os seus atos, pelo seu trato cavalheiresco, pelo seu acendrado devotamento à causa republicana e espírito progressista tem vivido cercado de uma atmosfera de simpatias e estima, penhor seguro de que fará o que estiver ao seu alcance para o bom desempenho da árdua e espinhosa missão, qual seja a de administrador municipal.¹⁶⁹

Para ser vice-intendente o industrialista Helmuth Fett foi designado por ser um “jovem ainda, já é um dos fortes esteios do progresso local. Também, como o primeiro, tem sido um

¹⁶⁸ Carta de Manoel Ribeiro Pontes Filho e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2165, 28/07/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁶⁹ Ibid.

companheiro de destaque pelo patriotismo que tem revelado em todos os seus atos.”¹⁷⁰ O Conselho Municipal estaria sendo representado por cinco membros republicanos, ficando as outras duas vagas para a oposição assistida, conforme o combinado previamente entre as duas partes. A cada nome anunciado, o orador enfatizava as qualidades do candidato, que, como nas indicações anteriores, eram aplaudidas de forma entusiasmada pelo público presente. Os cinco candidatos ao Conselho Municipal, repetindo as composições anteriores, quatro pertenciam ao setor industrial e/ou comercial da colônia e somente um era trabalhador da terra.

Tabela 5 - Lista dos candidatos republicanos para o pleito intencional de 1924

Nome	Residência	Profissão	Descrição pelo orador
Frederico Neuhaus Filho	Costão [1º distrito]	Industrialista	“[...] A personalidade desse cidadão [...] entre outras ponderações, ser esse nome vantajosamente conhecido em todo o município como de valor e em condições de tomar parte no futuro governo municipal.”
Afonso José Horn	1º distrito	Industrialista/ Comerciante	“[...] é bem conhecido de todos e pode-se assegurar ser ele de um caráter sem jaca [...] ser ele descendente da família Horn ramificada neste município em cujo seio se observam homens de valor e que se recomendam pela dedicação ao trabalho e que muito tem concorrido para o progresso local.”
Pedro Schneider Sobrinho	Pinheiro Machado [2º distrito]	Comerciante	“[...] sendo também um cidadão bem querido e apreciado pelos seus dotes de caráter e coração, tendo sempre militado nas fileiras do nosso partido político, onde goza de merecida influência e prestígio.”
Christiano Fensterseifer	Roca Sales [3º distrito]	Comerciante	“[...] não só aí, como em todo o município goza de justa estima pela sua clareza de trato e comprovada dedicação à causa republicana e dos interesses afetos à administração.”
Henrique Hergemöller	Boa Vista [5º distrito]	Agricultor	“Descendente da raça germânica, raça de fortes e bravos trabalhadores insuperáveis, sua escolha, acertada aliás, despertou vivos aplausos na zona rural onde reside e onde goza de invejável reputação.”

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Carta nº 2165, Fundo Estrela, ABM/IHGRGS.

Após “levantar um viva entusiasta ao Partido Republicano e ao benemérito Chefe Dr. Borges de Medeiros”, o juiz Luiz Guedes da Fontoura passou a palavra ao Coronel Pontes Filho que, através de fonogramas recebidos dos distritos coloniais firmados por autoridades e correligionários, “hipotecando todos, inteira solidariedade as deliberações que forem tomadas por esta augusta assembleia,”¹⁷¹ encaminhou para a votação a chapa anunciada, que foi

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

aprovada por unanimidade. Tomando a palavra, segundo o secretário da reunião, o candidato Mallmann dirigiu

seus agradecimentos aos seus amigos e conterrâneos, lê um ponderado discurso expondo o que pretende fazer, uma vez eleito, sendo imensamente aplaudido. O sr. Mallmann, ao terminar a leitura de sua oração, que vale por um programa de governo, entrega ao presidente da assembleia as tiras de papel nas quais traçou seu ponderado discurso, autorizando a publica-lo, disse S.S., caso assim fosse necessário.¹⁷²

Encerrando a histórica assembleia republicana, o Coronel Pontes Filho enfatizou a participação de todos os correligionários pelo comparecimento e mencionou a organização do Partido Republicano local na definição da chapa composta por

dignos candidatos, concitando os presentes para que cooperassem pela vitória da mesma, exercendo cada um, na medida de seus esforços, uma ação ponderada e decisiva, repelindo, com altivez e dignidade, as ridículas insinuações do adversário desleal que, na propaganda iniciada no interior do município, não sabia respeitar nem mesmo as autoridades legalmente constituídas, esquecendo-se de que estas tem primado pela tolerância.¹⁷³

O clima da campanha eleitoral era reflexo ainda dos conturbados anos de 1922-23. As acusações vinham de ambos os lados da disputa, em que os situacionistas alegavam que a oposição não respeitava as autoridades constituídas, enquanto que os assististas acusavam os republicanos de perseguições e violências cometidas contra o partido governista. Esse quadro montou uma disputa acirrada na corrida intendencial, pois a oposição havia também lançado uma chapa majoritária para concorrer ao cargo máximo da política local. Mesmo que houve um acordo em relação ao Conselho Municipal, mencionado mais acima, os oposicionistas difundiram os nomes dos comerciantes Alberto Dexheimer, como intendente, e Albino Closs, como vice-intendente.

As eleições ocorreram no dia 15 de agosto de 1924 e foram apresentadas a Borges de Medeiros pelo líder da oposição Dr. Alexandre Snel em carta enviada dez dias após a apuração dos votos e à proclamação dos vencedores. Histórico federalista e ferrenho opositor ao castilhismo-borgismo, o Dr. Snel era o principal articulador entre os oposicionistas estrelense e um respeitado médico-cirurgião e tinha o apreço de boa parte do eleitorado local. Reconhecendo que o resultado final do pleito foi desfavorável para a ambição da dissidência local, o Dr. Snel agradeceu o empenho da fiscalização solicitada a Borges de Medeiros a fim

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid.

de evitar por “parte do poder municipal, violências e desrespeitos à vontade soberana do cidadão.”¹⁷⁴

Respondendo pela dissidência estrelense, Snel elucidou a cooperação para a pacificação dos ânimos no município por ser “uma população pacífica e laboriosa ao caminho do trabalho e da ordem.” O emissário borgista, Dr. Érico Ribeiro da Luz¹⁷⁵, foi reconhecido como um fiscalizador isento e soube expressar os anseios por uma eleição mais democrática. Aproveitando a oportunidade o Dr. Snel fez um esboço sobre a atuação do então intendente Pontes Filho que não poupou fortes críticas ao representante de Borges de Medeiros na colônia ao afirmar que

é de lamentar-se entretanto, que idêntico modo de compreender esta obra de reconciliação, iniciada por mim e nobremente cooperada por V. Excia., houvesse falecido aos membros da administração municipal e do funcionalismo estadual, os quais no interesse particular de si próprios, não exitaram [sic] em promover nas vésperas do pleito, uma propaganda ilícita e tendenciosa, onde o nome de V. Excia. era miseravelmente explorado como havendo sido um comprador de consciências, procurando abalar a confiança pública de que gozo, e continuando assim a mesma política inhadil [sic] em que a autoridade de V. Excia. aparece como um odioso instrumento de vinganças particulares e pessoais.¹⁷⁶

O Pacto de Pedras Altas deveria pôr um basta nesse uso indiscriminado da máquina pública em prol dos interesses particulares e esse era o intuito de toda a aglutinação da oposição ao sistema borgista já que as conciliações e acordos fechados entre os ambos lados visavam uma abertura maior dessa relação de poder. O uso do nome de Borges de Medeiros era um pretexto para amedrontar a quem deveria acatar as ordens. Muitas vezes essa prerrogativa era utilizada somente para uso particular e isso era repudiado por quem não estava dentro da rede de compromisso instituído.

Tabela 6 - Resultado final das eleições intencenciais em 1924

Partido Republicano		Partido Libertador	
Intendente e Vice-Intendente			
Nomes	Votos	Nomes	Votos
André Marcolino Mallmann	1.025*	Alberto Dexheimer	779
Helmuth Fett	1.022*	Albino Closs	782
Conselheiros Municipais			
Pedro Schneider Sobrinho	1.227*	Henrique Franken*	1.224
Christiano Fensterseifer	1.223*	Frederico Schneider*	1.200
Frederico Neuhaus Filho	1.223*	Pedro Kilpp	1.171
Afonso José Horn	1.222*	Sílvio Piccinini	1.086
Henrique Hergemöller	1.216*	* Eleitos	

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Carta nº 2166, Fundo Estrela, ABM/IHGRGS.

¹⁷⁴ Carta de Alexandre Snel a Borges de Medeiros (n. 2166, 26/08/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

¹⁷⁵ Ver mais sobre essa personalidade no subcapítulo de número 3.5 dessa dissertação.

¹⁷⁶ Carta de Alexandre Snel a Borges de Medeiros (n. 2166, 26/08/1924, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

Com o Coronel André Mallmann¹⁷⁷ empossado como o novo chefe político, o emissário borgista Dr. Érico Ribeiro da Luz assume a responsabilidade de reorganizar a Comissão Executiva do Partido Republicano local, além de fazer cumprir o acordo acertado com a oposição em dar mais abertura à rede de compromisso. Ele ostentava também a intermediação das lideranças estrelenses com Borges de Medeiros, sendo o responsável pelo envio das reivindicações da colônia para a capital. Mesmo que o Pacto de Pedras Altas tenha quebrado a hegemonia borgista do poder, o papel do Dr. Érico na região tornou-se mais do que um mero observador político, passando a interferir de vez nas ações dos representantes republicanos escolhidos no Alto Taquari com o aval do *Ilustre Chefe*.

Como era de costume aos correligionários não serem abandonados por Borges de Medeiros, a primeira preocupação do Dr. Érico com o Coronel Pontes Filho foi intermediar uma possível colocação em outro cargo importante dentro dessa rede. Segundo Dr. Érico, foram os próprios membros da executiva que o procuraram para determinar um novo caminho para o então ex-intendente de longos anos prestados à causa republicana. Aventada a possibilidade de assumir a intendência de Taquari, a direção partidária tentou uma intervenção por parte do Presidente do Estado para que Pontes Filho permanecesse na localidade, exercendo a função de Subchefe de Polícia.

Sabendo que o partido teria uma baixa significativa em suas fileiras com a sua saída para Taquari, Dr. Érico comentou, em missiva endereçada para Borges de Medeiros, que o Coronel Pontes Filho “como diz o disciplinado soldado republicano, opor qualquer recusa que possa infringir essa disciplina”¹⁷⁸ seria não atender a um pedido do próprio Borges de Medeiros. Na análise de Érico Ribeiro da Luz

ficará ele, então, prejudicado em seus interesses privados e sensivelmente prejudicado o Partido Republicano da Estrela. V. Exa. no vasto descortino de sua visão de estadista já terá certamente enxergado o que deve fazer no caso da sucessão intencional de Taquari, mas permita V. Exa. que os republicanos da Estrela, em nome dos interesses do partido, lhe exponham as suas previsões pessimistas. Reiterado que seja da Estrela o Cel. Pontes dificilmente

¹⁷⁷ André Marcolino Mallmann não possuía a patente de Coronel da Guarda Nacional, já que desde o ano de 1914 havia encerrado a concessão indiscriminada desse e de outros títulos, ao contrário de seu antecessor Manoel Ribeiro Pontes Filho. A questão do pronome coronel utilizado para os novos intendentes que estavam assumindo a chefia máxima das localidades coloniais a partir de 1924 tornou-se uma prática vinculada ao cargo de intendente. Percebemos em todos os documentos nos municípios aqui analisados essa vinculação. Os próprios mandatários adotavam essa terminologia, típica para determinar, até hoje, o domínio político de determinada localidade. Mesmo que não seja um dos objetivos desse trabalho, uma análise mais aprofundada caberia para determinar esse fenômeno, ou seja, como todos novos intendentes na região eram imigrantes e/ou descendentes ítalo-germânicos que queria determinar um “novo começo” nas reivindicações coloniais, a utilização desse termo não remeteria a uma certa continuidade das políticas no “antigo regime” marcado por coronéis “de fora” e de origem luso-brasileira?

¹⁷⁸ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 2167, 20/01/1925, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

será este substituído na direção do partido que por longo tempo sofrerá com sua perda.¹⁷⁹

Apesar de estar encerrando seu mandato administrativo de longos anos, o Coronel Pontes Filho possuía um prestígio e uma confiança política junto ao eleitorado muito importante, na análise do Dr. Érico. Bem provável que consumada essa perda, as articulações políticas realizadas anteriormente poderiam esfacelar-se com mais rapidez, isso devido justamente à saída de um grande negociador com a oposição. Ou poderiam surgir novas lideranças que não estariam alinhadas com as próprias intenções do Dr. Érico e de Borges de Medeiros, já sem aquele enorme prestígio de outrora. As contestações da oposição dos anos de 1922-23 e as perdas com o crescente aumento do eleitorado opositor nas eleições de 1924 fizeram com que seu poder fosse diminuído substancialmente. E o papel do emissário Dr. Érico era justamente refazer essa relação de força e manter o Partido Republicano como legítimo dono da legalidade política no Rio Grande do Sul.

Apesar dessa reivindicação, o Coronel Pontes Filho rumou para o Piratini a fim de conferenciar com Borges de Medeiros no Palácio Piratini com o intuito de receber as instruções pertinentes ao convite de assumir a intendência de Taquari, seu município natal. Confirmando a perda dessa eminente chefia política o Dr. Érico passou a reorganizar a executiva local com a demissão de alguns membros e a com indicação de novos, a fim de dar mais dinamismo à corporação já bastante envelhecida. Na qualidade de representante palaciano, o emissário Érico Ribeiro da Luz abriu os trabalhos da sessão extraordinária da executiva e presidida por Adolfo Martins Ribeiro com a exoneração do Coronel Pontes Filho.

Membro da executiva desde 1917, o Coronel André Mallmann apresentou seu desejo de afastar-se da direção partidária a fim de se dedicar exclusivamente ao executivo. A justificativa apresentada foi

[...] não porque recusa a seu partido o seus modestos serviços, mas por uma questão de escrúpulo visto como em sua plataforma havia declarado que teria tal procedimento a fim de poder imprimir a seus atos administrativos a segurança da maior imparcialidade e cooperar livremente no sentido do conagraçamento da família estrelense, infelizmente cindida por futilidades de política local.¹⁸⁰

O eterno secretário da corporação José Hauschild Filho e Henrique Senger também seguiram o mesmo caminho de Mallmann e solicitaram suas exonerações dos cargos que ocupavam junto ao partido, alegando que existiam “outros companheiros que com mais brilho os desempenhassem.” Parecia que a debandada seria geral, quando Adolfo Martins Ribeiro

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 2168, 02/07/1925, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

afirmou ser um soldado de Borges de Medeiros e que “julgava necessária sua contribuição na executiva e por isso não pedia como os outros exclusão dela.”¹⁸¹ Por ser o mais antigo membro da executiva, Ribeiro apresentou suas justificativas para tal atitude, dizendo que

o ideal no caso seria o afastamento dos velhos dos postos da executiva, por isso que já haviam adquirido pelos anos de serviços prestados ao partido o direito ao repouso que a idade exige, mas como esse afastamento só se poderia dar com um gesto de espontaneidade, para não melindrar a velhos e bons companheiros, propunha que fossem todos mantidos [...]¹⁸²

Como não pôde comparecer à reunião analisada, o Coronel Manoel Pereira de Miranda foi designado por Dr. Érico como o novo presidente da executiva, que, com a saída de Hauschild e Senger, foi aprovada a inclusão dos novos membros, sendo lembrados os nomes dos correligionários Luiz Inácio Müssnich [industrialista], Antônio Carlos Porto [escrivão Registro Civil], Afonso José Horn [conselheiro municipal] e Helmuth Fett [vice-intendente].

Não se tem uma confirmação se toda essa reorganização da executiva foi efetivada por Borges de Medeiros, pois o documento encontrado mais próximo a essa reformulação é exatamente o de um ano após essa reunião citada acima. Em janeiro de 1926, Dr. Érico dá como “definitivamente” organizada a nova direção partidária e em relação ao pedido impetrado pelo Coronel Mallmann de se afastar da direção partidária, o *Ilustre Chefe* recusou essa decisão alegando que o mesmo deveria permanecer como parte fundamental na direção política local e

não aceitava os motivos que a isso a levaram, pois que o cargo de intendente é em sua essência um posto político, indicado e sufragado nas urnas por um partido. Todo cargo eletivo é um cargo político. Assim sendo, só o fato de haver manifestado em sua plataforma o desejo de aliar-se à direção política não o justifica nem o inibe de, melhor considerando retornar o seu posto na Comissão Executiva, tanto mais quanto é certo que a investidura política não talhe ao administrador a sua plena liberdade de ação como é norma e velha praxe de nosso partido.¹⁸³

Sob essa orientação e convenientes as ponderações expostas por Borges de Medeiros, o Coronel Mallmann voltava atrás em sua decisão e se submetia à vontade do *Eminente Chefe*, “reconhecendo a procedência dos argumentos expostos.” Outra decisão importante adotada pelo Presidente do Estado foi a indicação da dispensa dos velhos republicanos da executiva, ou seja, dos coronéis Manoel Pereira de Miranda e de Adolfo Martins Ribeiro. Como já foi citado anteriormente, na primeira tentativa de reorganizar a corporação republicana, o

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ Carta de André Marcolino Mallmann e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2169, 14/01/1926, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

membro Adolfo Ribeiro não havia acatado a dispensa e dizia ainda estar em condições de agregar valor à executiva por sua experiência por ser um soldado batalhador dos interesses partidários. Apesar desse exposto, suas argumentações não foram aceitas por Borges de Medeiros e a decisão deveria ser aplicada pelo emissário Dr. Érico. Além disso, deveria incumbir que os distritos coloniais fossem representados dentro da executiva por elementos preponderantes indicados pela direção partidária.

Com essas determinações palacianas, a Comissão Executiva ficou composta por representantes dos distritos municipais sendo seus membros assim constituídos: 1º distrito [sede] Afonso José Horn e Luiz Inácio Müssnich; 2º distrito [Pinheiro Machado] Henrique Senger; 3º distrito [Roca Sales] Antônio Carlos Porto; 4º distrito [Corvo] Helmuth Fett e 5º distrito [Boa Vista] José Hauschild Filho. A presidência recairia sobre o Coronel Mallmann, ficando “o presidente da executiva com jurisdição política em todo município.”¹⁸⁴ Assumindo mais essa investidura republicana, o intendente e chefe político estrelense declarou

que não obstante ser contrário a sua espontânea vontade a inclusão de sua imerecida pessoa no cargo de membro da Comissão Executiva, o aceitava em vista dos motivos já expostos, na presente ata, agradecendo a confiança dispensada pelos seus distintos amigos desta corporação, agradecendo ainda especialmente ao sr. Dr. Érico Ribeiro da Luz, pelos seus leais e valorosos serviços que sem falsa modéstia vem prestando ao bem do nosso município, com as provas mais exuberante, ser S.S. um verdadeiro conciliador e amigo do povo deste município.¹⁸⁵

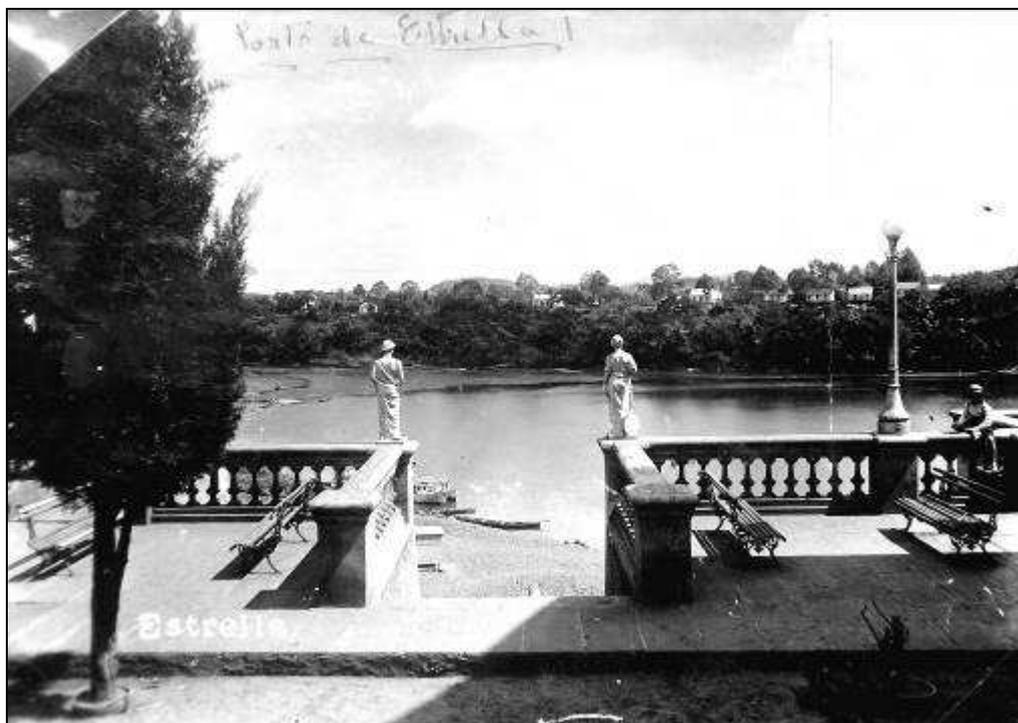
Assim como nos demais municípios coloniais da região, em Estrela houve a presença forte da Comissão Executiva na tomada das decisões de interesse local e as indicações para a aprovação de nomes para compor a rede de compromisso intendencial averiguadas por Borges de Medeiros foram uma constante, tornando-se uma praxe durante toda a administração do Coronel Pontes Filho. Percebeu-se que os antigos membros da executiva Manoel Pereira Miranda e Adolfo Martins Ribeiro conseguiram tornar efetivas suas indicações diante dos demais membros. Mesmo que houvesse essas deliberações dentro desta corporação republicana, até antes de 1924, elas não tinham uma total representatividade no meio político estrelense. Foi, portanto, com esse propósito que o emissário Dr. Érico promoveu a retirada, com o aval do *Chefe Supremo*, dessas velhas lideranças por novos elementos que estavam emergindo nos distritos. A legalidade das ações da executiva ganhava outros elementos em

¹⁸⁴ Ibid. Um dado interessante que em cada distrito colonial não determinava que os mesmos residiam nas localidades em que estavam sendo representados ou detinham prestígio político. Exemplo disso são Antônio Carlos Porto, que era escrivão do Registro Civil na vila de Estrela, assim como José Hauschild Filho, escrivão da coletoria estadual na vila também.

¹⁸⁵ Carta de André Marcolino Mallmann e José Hauschild Filho a Borges de Medeiros (n. 2169, 14/01/1926, Fundo Estrela/ABM/IHGRGS).

relação à representação diante do eleitorado no interior de Estrela cujo objetivo era a aproximação da direção partidária com os correligionários distritais a fim de tentar atender às reivindicações de forma mais eficiente e evitar maiores tensões nas relações de poder.

Figura 12 - Entrada principal do cais do porto da Vila de Estrela



Fonte: AHRS

3. LAJEADO

Na hora da eleição eram os telegramas, os recados, os portadores trazendo recomendações da Executiva, ordens para descarregar toda a votação em fulano e beltrano. Deputados que o povo não conhecia e que, depois, nem respondiam às cartas dos eleitores! E votação de graça: o peso da campanha, as despesas todas com a eleição, tudo ficava nas costas do pessoal do diretório, principalmente nas do chefe municipal.¹⁸⁶

3.1 – A construção do republicanismo e o governo do Coronel Mello

A colonização alemã na região tem seu começo no ano de 1854 e o ponto de partida para esses novos imigrantes se estabelecerem nesse espaço geográfico estaria ligado à expansão das primeiras colônias localizadas no entorno de São Leopoldo, que já apresentava um excesso de contingente e falta de melhores terras para a colonização. Contando ainda com o incentivo do governo imperial, novas glebas de terras foram sendo comercializadas, através de empresas e/ou particulares, aumentando as crescentes levas de imigrantes e descendentes alemães. A partir do município de Taquari os novos colonos foram adquirindo suas propriedades em torno do Rio Taquari e, com isso, conquistando espaço nas recém-criadas localidades. Com o estabelecimento do núcleo colonial de Estrela e com a realização das primeiras eleições, ainda no período de Dom Pedro II, ficou constatada uma esmagadora maioria de partidários do Partido Liberal contra uma minoria do Partido Conservador. (SCHIERHOLT, 1989, p. 25).

Apesar da classe dominante latifundiária se encontrar descontente em relação a algumas políticas monarquistas, entender que estava sendo subordinada a uma política centralizadora e que o Rio Grande do Sul detinha pouca autonomia, percebeu-se a incapacidade do regime imperial em atender seus apelos. Todavia, “diante da conjuntura que se apresentava, a República foi a nova alternativa política e o PRR o seu instrumento partidário no nível estadual”. (PESAVENTO, 1997, p. 65-66).

A Proclamação da República e a conseqüente troca do modelo latifundiário imperial monarquista pelas políticas republicanas adotadas pelo PRR em nosso Estado fizeram com que entrassem em choque essas duas realidades em busca da hegemonia do poder local, ou seja, enquanto uma oligarquia latifundiária imperial era destituída de seu poder, ascendia uma nova oligarquia republicana liderada por Júlio de Castilhos e seu PRR. Vale ressaltar que não

¹⁸⁶ PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 173.

havia somente republicanos castilhistas mas também outros grupo ligados ao republicanismo, que ficavam longe da oposição formada pelos federalistas.

Isso resulta na Revolução Federalista de 1893-1895 e a consequente consolidação da hegemonia dos republicanos sobre os federalistas. Essa vitória do PRR representa uma nova maneira de administração para os gaúchos, mas consolidado nas mesmas formas do sistema coronelista, ou seja, havendo aí uma readequação das forças dentro da rede de compromissos. Essa rede, antes sem a necessidade do aval do poder público, passa a ser o integrante principal na manutenção dessa superioridade republicana, quando detém a máquina pública.

O período conturbado na implantação do republicanismo no Rio Grande do Sul ficou marcado pela instabilidade política e pela contrarrevolução.¹⁸⁷ A fim de se manter no governo, Júlio de Castilhos buscou aliar-se aos grupos que poderiam dar sustentação a sua rede de compromisso, mesmo admitindo os antigos conservadores nas hostes do Partido Republicano, Castilhos almejava anular qualquer tentativa dos liberais assumirem a chefia estadual. Por isso, no caso específico de Lajeado – que conseguiu sua emancipação política e administrativa de Estrela nesse tempo tumultuoso – muitos simpatizantes do Partido Liberal acabaram sendo destituídos de seus cargos.

Com a vitória da contrarrevolução e a substituição de Castilhos por uma junta governativa, composta por João de Barros Cassal, Joaquim Francisco Assis Brasil, Domingos Alves Barreto Leite e Manuel Luís da Rocha Osório, esse momento ficou conhecido como “Governicho” – nome dado pelo próprio Patriarca Republicano. O resultado dessa destituição ganhou contornos dramáticos com o desfecho da Revolução Federalista. Na região do Alto Taquari, os proprietários de casas comerciais e industriais, na grande maioria liberais que se tornam federalistas, deram o suporte para a realização de uma guerra civil pois os republicanos restringiam-se a autoridades e empregados públicos. (SCHIERHOLT, 1989, p. 27).

Em virtude do conflito armado, as principais lideranças lajeadenses buscaram refúgio na cidade de Taquari – reduto republicano durante essa revolução e devido a isso, ocorreu a acefalia da administração intencional. As constantes trocas de intendentes e demais cargos públicos dentro da rede de compromisso que cada governo estadual tentava articular trouxeram muitas incertezas e confusões entre os imigrantes. Vale ressaltar que durante todo o período conflituoso não houve a cobrança do imposto territorial em virtude das dificuldades

¹⁸⁷ Desde a Proclamação da República, ou seja, um ano e oito meses depois do dia 15 de novembro de 1889, o Rio Grande do Sul já havia sido governado por seis presidentes do Estado diferentes, demonstrando a total instabilidade política reinante no período de consolidação do regime castilhista.

resultantes dessa acefalia. Além desse problema político e econômico, a falta de comando facilitava a invasão das tropas federalistas comandadas por José Altenhofen e José Antônio de Souza, conhecido este por Palmeira.

Com o deslocamento de batalhões de Corpos Provisórios e da Brigada Militar, muitos conflitos ocorreram na região e várias invasões das vilas de Estrela e Lajeado foram reprimidas pelas tropas governistas, que sempre estavam no encalce do exército federalista. O desfecho final da guerra civil marcou a institucionalização do regime castilhista com a implantação da Constituição Estadual de 1891, que se fez a ferro e fogo. A carta “municipiava o diretor político e administrativo com notáveis instrumentos de centralização, a tensão entre poder central, lideranças estaduais e municipais atingiu contornos específicos.” (AXT, 2011, p. 102)

Tabela 7 - Executivo e Legislativo de Lajeado (1893-1930)

Mandato	Intendente	Vice-Intendente	Conselho Municipal
1893-1895	Joaquim de Moraes Pereira	João Adolfo Marder / Nicolau Diel	Frederico Heineck (presidente), João Worm, Frederico Jaeger, João Dullius, Batista Lucca Filho, Joaquim Pereira Fialho de Vargas e Filipe Bender.
1895-1896	Júlio May		
1896-1900	Júlio May		Júlio Jorge Schnack (presidente), Felice Laner, José Buchmann, Carlos Stoll, Filipe Bender, José Diel e Roberto Süptitz.
1900-1902	Júlio May		Emílio Schlabitz (presidente), Jacó Ruedell, Carlos Stoll, Fernando Bechlin, Benvenuto Ronca, José Diel e Carlos Spohr Filho.
1902-1904	Francisco Oscar Karnal		Frederico Jaeger (presidente), Carlos Spohr Filho, Cristiano Dexheimer, Francisco Ourique de Almeida, Adão Aloísio Rockenbah, Bortolo Secchi e José Diel.
1904-1908	Francisco Oscar Karnal		José Buchmann (presidente), João Guilherme Wayss, Cristiano Dexheimer, Jacó Ruedell, Reinaldo Arenhart, Bortolo Secchi e Pedro Ruschel Sobrinho.
1908-1912	Cel. João Batista de Mello	Cel. José Diel	João Henrique Hugo Baumann (presidente), Cristiano Dexheimer, João Guilherme Wayss, Pedro Ruschel Sobrinho, Jacó Ruedell, Reinaldo Arenhart e Bortolo Secchi.
1912-1916	Cel. João Batista de Mello	Cel. José Diel	Carlos Spohr Filho (presidente), Cristiano Dexheimer, Pedro Ruschel Sobrinho, Carlos Troller, Carlos Blasi, Alfredo Lopes da Silva e Valentim Teobaldo Schnack.
1916-1920	Cel. João Batista de Mello	Cel. José Diel	Eugênio Henrique Bender (presidente), Carlos Troller, José Weiler Filho, Augusto Schlabitz, José Luís Ruschel, Frederico Waldemar Moesch e Filipe Henrique Scherer.
1920-1924	Cel. João Batista de Mello	Cristiano Dexheimer	Gustavo Jaeger (presidente), Justiniano Borges Pinheiro, Jacó Schid Sobrinho, Gustavo Wiennandts, Henrique Guilherme Zart, Pedro Teobaldo Breidenbach e Paulo Frederico Schumacher.
1924-1928	Carlos Fett Filho	Cel. José Diel	Adolfo Zimmermann (presidente 1928-29), João Teobaldo Kich (presidente 1929-30),
1928-1930	Filipe Leopoldo Heineck	Matias Rockenbach F ^o	

			João Brod Sobrinho, João Frederico Schaan, Américo Viana Marques, Mário Cattoi e José Francisco Algayer.
1930-1931	Frederico Leopoldo Dexheimer		Conselho Consultivo. Frederico Leopoldo Dexheimer (presidente), Oscar Hexsel e Eugênio Schardong.
1931-1932	Manoel Ribeiro Pontes Filho		Conselho Consultivo. Roberto Stahlschmidt (presidente), Orlando Jaeger e Pedro Albino Müller.
1932-1934	Oscar da Costa Karnal		Conselho Consultivo. Adelino Lopes da Silva (presidente), João Antônio Sturm e José Alfredo Spohr.

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Fundo Lajeado, ABM/IHGRGS e SCHIERHOLT (1992).

Assim como Júlio May¹⁸⁸, seu antecessor na chefia intencional, Francisco Oscar Karnal veio da cidade de Rio Grande para a região propagar os ideais republicanos e depois de ter exercido algumas funções públicas em Estrela, foi designado como um dos organizadores do recente município emancipado de Lajeado. Ali iria tornar-se uma figura importante na concretização do castilhismo na região, juntamente com May, que se tornou a liderança a qual materializou o Partido Republicano local, e, segundo o historiador Schierholt, “no final da Revolução Federalista, preocupou-se com a consolidação do município. Seu secretário, Francisco Oscar Karnal, endereçou ao governo castilhista a indicação do empresário e chefe republicano, Júlio May, como intendente de Lajeado.” (SCHIERHOLT, 1992, p. 115).

A primeira eleição foi realizada em 20 de junho de 1896, quando May recebeu 511 votos contra 219 do opositor federalista Francisco Xavier Müssnich. Sua reeleição foi mais

¹⁸⁸ Imigrou da Alemanha para a cidade de Rio Grande, partindo com destino a Taquari, por volta do ano de 1871. Daí se deslocou para a colônia de Teutônia. Na vila taquariense, em 1873, casou-se com Leopoldina Michel, filha de Pedro Michel, que trabalhava na Comissão de Colonização e Terras. Em 1879 transfere-se para Teutônia, onde abriu uma casa comercial, adjunto um hotel. Ainda em solo taquariense nasceu sua primeira filha, Paulina Leopoldina, que posteriormente casou-se com Carlos Alberto Schüller, com 23 anos de idade, na cidade de Lajeado. Junto com ela, outros três filhos nasceram em Taquari. Pelo ato nº 44, de 14 de abril de 1882, a colônia de Teutônia vira sede especial do 2º distrito de Estrela. Em 15 de outubro de 1891, já no período republicano, May é eleito conselheiro municipal, mandato este exercido até o ano de 1896. Nesse período já havia assumido o cartório de registro no distrito. Por curiosidade, o primeiro registro foi o casamento de Carlos Fett Filho, que será intendente lajeadense na década de 1920. O segundo filho, Adolfo Pedro, nascido no ano de 1875, substituiu o pai no cartório no ano de 1892. A terceira filha, Antônia Cláudia, nascida no ano de 1877, casou com Ernesto Gregoire, que possuía o cartório em Encantado, falecendo no dia 26 de outubro de 1903, com apenas 26 anos de idade. Durante a Revolução Federalista, sua casa de comércio foi saqueada e incendiada no dia 15 de março de 1894, pelas tropas federalistas comandadas por José Altenhofen, que comandou as invasões das vilas existentes no Vale do Taquari. Transfere-se para a Linha Beija-Flor [Costão], em Estrela, onde abre um abatedouro de suínos. O local era onde o comandante Altenhofen possuía suas terras e alambique. Meses após, vende o negócio para Guilherme Veirech, mudando-se novamente para Nova Berlim, atual Marquês de Souza. E no ano de 1895 fixa residência na vila de Lajeado, onde em quatro de fevereiro é nomeado intendente por Júlio de Castilhos. Mesmo ainda cumprindo o mandato de conselheiro municipal em Estrela, May recebe a incumbência de pacificar e organizar administrativamente o novo município. Em 20 de agosto de 1900, é reeleito com 1.208 votos, como candidato único. Em nove de fevereiro de 1902, durante seu segundo mandato, acaba falecendo. O subintendente da vila, Abrelino Magalhães Machado, assumiu a intendência e organizou as eleições que o secretário municipal Francisco Oscar Karnal venceu.

tranquila em 1900, quando recebeu 1.208 votos em candidatura única e nomeou João Batista de Mello como secretário intencional. É sob as lideranças de May, Karnal e Mello que ficou marcado o cenário republicano durante quase toda a República Velha. Em pleno segundo mandato, Júlio May acabou falecendo após uma enfermidade repentina havendo então a necessidade de novas eleições, marcadas para o dia dois de abril de 1902 e Karnal sendo eleito intendente municipal com 2.080 votos, também em chapa única.

Figura 13 - Júlio May, intendente de Lajeado de 1895-1902, falecendo no exercício do cargo



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Mesmo encerrada a Revolução Federalista e com a consolidação do poder pelos castilhistas, aconteceram alguns eventos que poderíamos entendê-los como resultado dos desdobramentos do conflito. Como visto anteriormente, a região toda esteve envolvida na guerra civil, inclusive tendo as vilas de Estrela e Lajeado caído para as tropas federalistas comandadas por José Altenhofen em várias oportunidades e durante o mandato de Karnal ocorreram três conflitos que denotaram a preocupação por parte das autoridades.

O primeiro foi em maio de 1902, que ficou conhecido como os Monges de Pinheirinho e mesmo não sendo um dos objetivos desse trabalho, acredito que uma explanação sobre esse conflito seja necessária para entendermos o desenrolar da consolidação republicana no Alto Taquari. Um grupo de caboclos permaneceu, por meses, em terras devolutas do Estado entre os municípios de Estrela e Lajeado, na época, na barranca esquerda do Rio Taquari, bem próximo do florescente povoado de Encantado. Mesmo que os registros referentes ao

movimento tenham origem messiânica, não podemos deixar de contextualizar a situação dos membros desse grupo.

Tratava-se de pessoas humildes, caboclos marginalizados pela expansão das colônias ítalo-germânicas e que não possuíam nenhum tipo de posse. Quando a detinham, foram simplesmente expulsos das terras devolutas onde havia pequenas plantações para a sua subsistência. Como essas pessoas estariam subtraindo alimento das plantações vizinhas ao acampamento, os colonos próximos procuraram as autoridades para manifestar a apreensão quanto à existência desse grupo famigerado que foi mal vistos pela população colonial, por isso alguns moradores das localidades de Conventos Vermelhos – atual Roca Sales – e de Encantado – então segundo distrito de Lajeado – buscaram amedrontar os caboclos e foram reprimidos em um conflito que resultou na morte de alguns colonos.

Foi o pretexto ideal para a intervenção de um Batalhão da Brigada Militar¹⁸⁹, que dizimou o grupo com a intenção de manter a ordem pública. O historiador Schierholt não ficou somente com a tese do grupo ter origem messiânica como comparação aos Muckers, mas contextualizou a situação como resultado de uma análise econômica e política ao afirmar que

As empresas imobiliárias, latifundiárias e promotores de colonizações adquiriram grandes quantidades de terras onde os caboclos já viviam. Subdivididos os latifúndios em lotes coloniais e vendidos aos imigrantes, eram os posseiros coagidos a abandonar seu habitat e embrenhar-se nas matas e serranias. Sobreviviam da colheita de erva-mate, pinhão e algum artesanato de cipó. Muitos destes serranos e ervateiros engrossaram as fileiras do exército federalista, com a promessa e esperança de melhores dias. (SCHIERHOLT, 1992, p. 128).

Como nenhum tipo de manifestação poderia ser tolerado durante a consolidação do regime republicano e, se surgisse um conflito, o mesmo deveria ser exterminado com o propósito de manter da ordem pública. Qualquer desavença corria o risco de ser enquadrada nesse quesito e não admitida aos partidários do castilhismo, que buscavam amenizar a situação alegando simplesmente ser foco de prováveis federalistas descontentes com o resultado final da Revolução de 1893-95.

¹⁸⁹ O comando desse batalhão foi confiada a Ramiro de Oliveira, Subchefe de Polícia da região de Cachoeira do Sul e Santa Maria. Ele ficou conhecido por sua atuação como delegado político de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Influente liderança positivista no interior do Estado, Ramiro tornou-se um braço leal do regime borgista. A formação de uma rede de compromisso com os chefes políticos sob sua jurisdição foi determinante para a construção da hegemonia de Borges de Medeiros depois das crises internas do PRR, principalmente a de 1907. Importante mencionar que “os subchefes de polícia eram muito mais do que funcionários responsáveis pela segurança pública, pois exerciam na prática atribuições de agentes políticos. Ramiro de Oliveira intercedia junto às lideranças de diversos municípios [...] costurando acordos com os coronéis em benefício do governo.” (AXT, 2011, p. 111)

As outras duas divergências ocorreram no ano de 1903 sem vítimas fatais nem perseguições ou violência arbitrária como fora encontrado no evento descrito anteriormente. Um outro grupo de ervateiros e serranos estaria circulando na localidade de Linha Caçador, pertencente ao atual município de Nova Bréscia e, como preocupação no sentido de evitar o que havia ocorrido no povoado de Encantado, os colonos desta picada procuraram as autoridades para que fosse averiguada a situação desses caboclos. A Guarda Municipal foi solicitada, mas, ao chegar em Caçador, não encontrou o referido grupo, que acabou se dispensando. Em mensagem enviada ao Conselho Municipal, em seu relatório anual referente à administração intencional, o Coronel Karnal mostrou o cenário que esses grupos encontravam na região ao se movimentarem pelas picadas existentes e seriam repelidos pela força.

O terceiro caso aconteceu na Linha Esperança, então pertencente ao distrito de Guaporé, e também teve a intervenção da guarda municipal no apaziguamento da situação para manter a paz e a ordem. Segundo Schierholt,

o padre Teodósio Sanson, vigário da localidade, convidou os padres capuchinhos para abrir uma casa de formação de religiosos, que chegou a ser construída. O vigário escolheu para a sede da igreja um local perto de sua propriedade, contando com o apoio de alguns líderes, enquanto os capuchinhos escolheram outro local. (Ibid., p. 128).

Estava determinado o conflito, porque um grupo defensor do padre Sanson e de outros partidários dos capuchinhos, que, desde 1897, não aceitaram a indicação feita pelo vigário, resultando num acirramento dos ânimos. Nesse tempo também aconteceram três secas seguidas, o que prejudicou muito a exportação do excedente para os grandes centros comerciais. E como o município de Lajeado começava a receber um contingente numeroso de imigrantes e descendentes alemães e italianos, essa prolongação da seca prejudicou a arrecadação das receitas intencionais. Junto com isso estava em andamento o pedido de emancipação política da colônia de Guaporé, que num surto espetacular de desenvolvimento, recebeu uma grande quantidade de imigrantes italianos oriundos do excedente populacional das antigas colônias da região serrana.

Em março de 1903 a região recebeu a única passagem realizada por Borges de Medeiros ao Alto Taquari. Em visita dos núcleos coloniais, o sucessor do patriarca Júlio de Castilhos passou pela colônia de Guaporé e foi recebido pelo jovem engenheiro Vespasiano Rodrigues Corrêa, diretor da comissão de Terras e Colonização. Na sequência passou por Lajeado e Estrela e no seu retorno à capital gaúcha, o intendente Karnal remeteu-lhe uma longa missiva explicando a situação embaraçosa que estava encontrando o subintendente Nicolau Petry com

o próprio diretor Vespasiano Corrêa. O domínio do poder junto aos imigrantes e seus descendentes quando da existência de duas autoridades constituídas sempre causava uma disputa.¹⁹⁰ Isso fazia com que as relações de poder nem sempre fossem amistosas entre essas lideranças com colonos, muitas vezes, alheios a essas contendas porque quando pendiam para algum dos lados em disputa, sofriam perseguições ou eram usados como forma de pressão.

Um dos principais embaraços que poderia causar sérios problemas políticos nos núcleos coloniais eram as questões relacionadas ao pagamento de impostos. Junto com a cobrança do fisco, muitas vezes vinha a inadimplência de tais taxas, o que resultava em multas e queixas de abusos das autoridades. E era justamente isso que vinha ocorrendo no distrito de Guaporé, quando o diretor Corrêa teria acordado com os colonos que trabalhassem na construção das estradas, teriam o seu pagamento sendo uma parte em dinheiro e o restante em resgate da dívida fundiária. Com a crescente chegada de colonos no novo núcleo instalado, houve a necessidade de contratação de várias turmas de imigrantes para a abertura das estradas de rodagem mas como o Estado não havia repassado a verba para o pagamento dos trabalhadores, muitos colonos foram surpreendidos com a aplicação de uma multa de 50% sobre seus débitos por falta de pagamento, estava portanto, armado o conflito.

Os imigrantes trabalhadores das estradas se sentiram ludibriados por Vespasiano Corrêa e apresentaram uma petição no consulado italiano exigindo que o governo de Borges de Medeiros desse uma prorrogação maior ao prazo de pagamento, já que o recurso deveria vir dos cofres do Estado pelo serviço prestado. Em agosto de 1903, o agente consular Luigi Zanella, que residia no povoado de Encantado, comunicou aos colonos que havia entrado em acordo com o governo estadual mas a cobrança persistiu, agora até com ameaça de expropriação do lote colonial por falta de pagamento. Alguns imigrantes entraram na justiça contra essa atitude, a qual causou irritação por parte de Vespasiano Corrêa, que passou a persegui-los e foi por isso que muitos contrataram os serviços de advocacia de Nicolau Petry, subintendente e subdelegado de polícia de Lajeado.¹⁹¹ Dessa forma Petry tornou-se um

¹⁹⁰ Um grupo de oposição à liderança constituída pelo poder central estadual tinha início pelas disputas das vantagens que o próprio sistema político oferecia. O descontentamento na aplicação de certas atividades administrativas poderia despertar a articulação em torno de uma liderança de oposição ou com ascendência dentro da rede de compromisso local. Isso forçava o agente do sistema a tentar cessar essa disputa através da negociação, que poderia resultar numa cooptação, enfrentamento ou colaboração com os chefes locais. Por isso, “vínculos de compromissos, oriundos de laços de parentesco, relações empregatícias ou trocas de favores dividiam os eleitores, autoridades públicas e mandões intermediários entre os grupos. Para que uma facção crescesse em importância e tamanho, tornava-se fundamental, a partir de um certo momento, o apoio das altas estrelas do partido e, especialmente, do governo. (AXT, 2011, p. 132)

¹⁹¹ Vale ressaltar que “em muitos casos, ‘por medida de economia’, os delegados ou os subdelegados acumulavam também as subintendências. Esse artifício era especialmente adotado pelas chefias locais para manter a subordinação de ‘distritos difíceis’, com forte presença de eleitorado flutuante e/ou federalista, pois se

desafeto de Corrêa, que tratou de embaraçar suas atividades no distrito, acusando-o de estar enganando os colonos e cobrando antecipadamente os honorários advocatícios.

Posicionando-se a favor de seu subordinado, o intendente Karnal solicitou uma atenção especial por parte de Borges de Medeiros porque acreditava que Vespasiano Corrêa estaria se intrometendo nos assuntos administrativos e criando embaraços políticos devido ao seu proceder violento e pela perseguição que passou a realizar ao subintendente Petry. Por isso e em virtude do clima agitado no núcleo colonial de Guaporé, Karnal mencionou que

urge a tomar uma providência qualquer, que ponha termos, dos constantes atritos provocados pela Comissão de Terras, que para justificar-se ilude o governo. A verdade é muito outra. Seria mesmo providencial a vinda do Subchefe de Polícia para verificar de que lado está à razão. Eu não me baseio tão somente no que diz o subintendente e subdelegado; tenho procurado informar-me de outras pessoas.¹⁹²

A necessidade de uma sindicância por parte do governo seria para averiguar as constantes queixas de violência que estavam sendo cometidas aos colonos, o que, para o intendente Karnal, traduzia a “falta de harmonia entre funcionários que se devem respeitar e auxiliar mas não posso dar razão interna a Comissão de Terras que procura por todos os meios e formas desmoralizar a autoridade do município.”¹⁹³

Com o encaminhamento do processo de emancipação ainda no ano de 1903, o governo de Borges de Medeiros deu seu parecer favorável à elevação do segundo distrito de Lajeado à categoria de município. Em 11 de dezembro foi decretada a criação do novo município com a indicação de Vespasiano Corrêa para o cargo de intendente, que tomou posse em primeiro de janeiro de 1904. Com apenas 32 anos de idade, o engenheiro Corrêa fora designado para organizar e administrar os interesses locais em aliança com as pretensões de Borges de Medeiros, que continuou dando apoio à jovem liderança republicana local, mesmo com as constantes denúncias realizadas por Francisco Oscar Karnal e seu subintendente Nicolau Petry. Com o desmembramento de seu território, o intendente Karnal tratou de definir uma questão a qual vinha se enrolando há muito tempo, que eram as divisas limítrofes dos municípios de Lajeado, Soledade e Passo Fundo. Essa definição veio dar fim às cobranças duplas de impostos intencionais pela falta de marcos divisórios entre esses territórios que estavam sendo povoados de forma rápida e eficiente.

garantia na unidade da política um comando forte. Nos casos em que a presença do subdelegado coexistia com a do subintendente, podiam sobrevir conflitos de competências entre as duas autoridades.” (Ibid., 2011, p. 112)

¹⁹² Carta de Francisco Oscar Karnal a Borges de Medeiros (n. 3019, 23/03/1903, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

¹⁹³ Ibid.

Apesar da emancipação, o subintendente Petry permaneceu em Guaporé advogando e sendo o procurador da intendência de Lajeado com o objetivo de cobrar as dívidas contraídas por imigrantes com o cofre lajeadense. Já encontrado incompatibilizado com o agora intendente e chefe político Dr. Vespasiano, Petry enviou uma longa carta a Borges de Medeiros acusando novamente as atitudes arbitrárias do novo mandatário. A perseguição de Vespasiano Corrêa estaria interferindo na atividade de advogado, pois Petry alegava

diz ele na informação que prestou ao Juiz de Comarca, a quem pedi habeas-corpus, que me foi negado, que ali eu vivo explorando a colônia e empregando meios ilícitos para obter dinheiro. Não é verdade. Além de desviar-me serviços, impedindo-me o exercício de minha profissão conseguiu do Juiz Distrital que este me privasse de entrar na sala de audiência sem outra forma além de sua vontade.¹⁹⁴

A missiva tinha a intenção de comunicar ao *Ilustre Chefe* sobre as acusações que os correligionários do Dr. Vespasiano estavam realizando contra Petry. Realizando sua defesa pelas calúnias que estaria sofrendo de forma pública, o advogado mencionou que esse acossamento teria surgido quando passou a não atender aos intentos de Corrêa, dizendo que “meu maior crime é ter sido ali subintendente e subdelegado e não ter-me prestado a esbordoar os colonos por ordem dele.”¹⁹⁵ O abuso de autoridade frente aos imigrantes que não atendiam às ordens oficiais é verificado em outras regiões coloniais, demonstrando a forma autoritária que as lideranças políticas e policiais atuavam frente às divergências com os colonos. Petry faz essa acusação de autoritarismo e chama Vespasiano Corrêa de “Nero ridículo do Guaporé.”

Como forma de defesa, Petry traz à memória os acontecimentos da Revolução de 1893-95 alegando que “não mereço desfeitear, sempre fui considerado como bom companheiro político e quando o Dr. Vespasiano vestia talvez calças curtas e roupa de marinheiro, já era eu eleitor do meu partido sempre sincero e nunca interessado.”¹⁹⁶ Com a intenção de retornar a Guaporé, onde se encontrava a sua família, Petry buscou, junto a Borges de Medeiros, garantias que se retornasse à vila, não sofreria qualquer tipo de reação por parte dos partidários do Dr. Vespasiano, comprovando, assim, o grau de inimizade existente entre

¹⁹⁴ Carta de Nicolau Petry a Borges de Medeiros (n. 3023, 05/07/1904, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid. Petry faz aqui referências a idade de Vespasiano Correa. Com apenas 21 anos de idade, no ano de 1892, já era o diretor da Comissão de Colonização e Terras de Guaporé por indicação de José Montauray de Aguiar Leitão e sendo um jovem de confiança de Borges de Medeiros. Montauray fora o fundador do núcleo colonial de Guaporé, além de ter sido um dos principais comercializadores de terras na antiga colônia de Alfredo Chaves. Além disso, foi intendente de Porto Alegre no período de março de 1897 a outubro de 1924, ou seja, por 27 anos ininterruptos. Havia se formado em engenharia no Rio de Janeiro e tinha como esposa a jovem Serafina Corrêa, que posteriormente fora homenageada com a denominação de um distrito de Guaporé, hoje município.

ambos. Finalizou a carta dizendo que não pouparia novas acusações contra o “déspota do Guaporé”, como acunhou Corrêa,

pretendo apenas regressar e retirar minha família dali, é tanto quanto desejo e se isso for realizado sem que o diretor local me incomode, calarei muitos atos que conheço. Mas se sofrer alguma cousa, levarei tudo ao conhecimento do público, a fim de que saiba-se como se iniciou a vida infeliz em um município. Quem ser inimigo poupa as mãos lhe morre.¹⁹⁷

Petry conseguiu resgatar a família em Guaporé e retornou à vila de Lajeado onde continuou desempenhando funções públicas na intendência comandada por Karnal e tinha um comércio e pensão. Mesmo com a emancipação de Guaporé, as receitas municipais de Lajeado permaneceram refletindo com o crescente aumento populacional. A comercialização dos lotes coloniais por empresas particulares das regiões altas do Alto Taquari tornou-se uma fonte de renda extraordinária. Com a abertura desses novos núcleos coloniais, já no ano de 1904, o município de Lajeado assinalava à existência de 36 mil pessoas que preenchiam os espaços mais distantes existentes na vila e dos portos localizados nas margens do Rio Taquari. Com isso houve a necessidade da contratação de inúmeros imigrantes para trabalharem na abertura de estradas de rodagem e foi durante essa gestão que as principais vias de ligação da vila com os distritos e as principais picadas foram sendo formadas e construídas.

Esse surto de desenvolvimento de Lajeado se deve muito pela chegada de novos imigrantes e descendentes, especialmente os de origem italiana, já que as primeiras colônias de Alfredo Chaves, Garibaldi e Bento Gonçalves apresentavam um considerado excedente populacional. Por isso, como é encontrado no município vizinho de Estrela, a colocação desse excessivo conjunto de colonos se deu nas áreas mais montanhosas da região. Apesar da condição geográfica desfavorável, esses núcleos atingiram um bom desenvolvimento e crescimento em poucos anos. Um exemplo disso é o próprio distrito de Encantado que logo se tornou uma grande fonte de receita para os cofres intencionais.

O grande problema para os colonos e que causava uma preocupação para as lideranças locais eram as condições climáticas, as quais causavam estragos constantes nas plantações, ocasionando quebras de safras e conseqüentemente a queda na arrecadação municipal por ser essencialmente agrícola. E isso foi uma constante durante o mandato de Karnal, que passou por enchentes, secas e nuvens de gafanhotos. Em março de 1906, devido a uma prolongada seca, o intendente solicitou um auxílio ao governo do Estado, a fim de dar um respaldo às dezenas de famílias atingidas pela calamidade. Por solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado, o coletor estadual da vila deveria remeter uma lista para aquela repartição dos

¹⁹⁷ Carta de Nicolau Petry a Borges de Medeiros (n. 3023, 05/07/1904, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

contribuintes do imposto territorial das zonas assoladas. Acontece que o grande número de colonos atingidos causou certo espanto por parte de Karnal, que comentou em carta direcionada a Borges de Medeiros alegando

todos os colonos alegam ter sofrido enormes prejuízos e podem ser contemplados nessa relação para lhes ser relevado o imposto, diz onde terem ficado em condições precárias, com exceção de duzentas e poucas, não conheço a situação financeira dos colonos, motivo porque é me impossível saber ao certo o número dos que se acham nas condições de obter o favor que nosso governo de seja dispensar aos necessitados.¹⁹⁸

Na opinião do coronel intendente, o único meio que distonia para auxiliar os colonos seria dar trabalho de abertura das estradas e isso evitaria que muitos agricultores obtivessem a isenção do imposto territorial, ocasionando um enorme desfalque na renda dos cofres intencionais e do Estado também, caso não fosse cobrado por inteiro esse imposto, já que ele era uma das principais receitas dos municípios. Karnal concordava “que todos sofreram, mas muitos choram sem motivo, que sendo agora aproveitar-se, de um benefício que não lhes compete” e por isso apresentou a Borges de Medeiros alguns itens para definir a liberação do imposto, sugerindo que

- O governo mandará proceder à cobrança por inteiro do imposto territorial, na zona em que os colonos receberam trabalho, como neste município;
- Cobrará esse imposto depois da futura safra de feijão;
- Isentará o colono do pagamento da multa;
- O colono em condição precária recebendo trabalho, teve os meios de subsistência para si e sua família e poderá pagar aquele imposto e
- Fazer a classificação entre colonos pobres e recaídos, torna-se impossível por não se conhecer como já disse as suas condições monetárias.¹⁹⁹

A propensão desses itens pelo Coronel Karnal não tinha somente a intenção de evitar um futuro desfalque na receita municipal pela isenção da principal cifra de arrecadação, mas demonstrar a existência da falta de uniformidade de alguns colonos frente à situação precária de outros. Se na mesma zona afetada pela calamidade existiam famílias que não solicitaram a isenção por encontrar condições de arcar com suas necessidades de subsistência, outras tinham esse imperativo pelas próprias dificuldades que encontraram no seu estabelecimento. A impressão a qual ficou foi a de que, para o intendente, vários estariam se aproveitando da ocasião pelo simples fato de evitar o pagamento do imposto, excluindo com isso os imensos problemas e diferenças existentes entre os próprios colonos.

¹⁹⁸ Carta de Francisco Oscar Karnal a Borges de Medeiros (n. 3027, 20/03/1906, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

¹⁹⁹ Ibid.

Apesar desses contratempos, a administração de Francisco Oscar Karnal é apontada pela historiografia local com um governo dinâmico e desenvolvimentista, além de ter sido mencionada sua honestidade e capacidade. Para Schierholt,

Os primeiros anos deste século [XX] foram de intensas chuvas. As enchentes de 1905 deram enormes prejuízos ao município. A estes problemas se pode acrescentar a praga de gafanhotos. João Luís Benkenstein, subintendente de Encantado, pede a Karnal mais um soldado, pois os lavradores se recusam a combater os gafanhotos. Aos tristes efeitos desta praga, em 1906, sobreveio a seca. Não havendo trabalho, Karnal solicitou ao presidente estadual Borges de Medeiros ampliar a estrada entre Guaporé e Lajeado, construindo pontes sobre o Forqueta, Jacaré e Guaporé, empregando mil colonos italianos de Lajeado e 500 de Guaporé. Depois dos três primeiros quilômetros, os colonos interromperam os trabalhos e plantaram sementes. Quando estava tudo verde, retornaram os gafanhotos em enormes nuvens. A forma de combate encontrada foi a Intendência comprar dos colonos ovos de gafanhoto. (SCHIERHOLT, 1992, p. 125).

Nessa passagem fica clara a complexidade da administração de um núcleo colonial em formação e como se dependia dos inúmeros braços dos imigrantes para o desenvolvimento do município, principalmente pela construção de estradas de rodagem, para o escoamento dos produtos coloniais. Outra constatação foram as dificuldades que os colonos encontraram nos primeiros anos de estabilização em seus lotes de terra cujas condições climáticas sempre foram a grande adversidade para a consolidação de suas plantações e causavam enormes prejuízos no decorrer das primeiras décadas do século passado. As constantes enchentes, secas e nuvens de gafanhoto – sendo a última registrada na região na década de 1940 – sempre preocuparam os colonos e as autoridades intencionais, pois causavam uma instabilidade social nas colônias.

Quando assumiu a intendência com 38 anos de idade, o Coronel Karnal não apresentava uma saúde estável e durante o período de seu governo teve que se ausentar para cuidados médicos por algumas oportunidades. Em junho de 1908 aconteceu a convenção para a escolha de seu sucessor para a intendência, já que tinha decidido não concorrer mais à reeleição. A indicação de João Batista de Mello²⁰⁰ não pareceu ter sido contestada pelos correligionários

²⁰⁰ João Batista de Mello nasceu na freguesia de São João do Eral, então pertencente a Jaguarão. Nascido em 13.05.1862, faleceu em Lajeado, em 31.01.1929. Era filho de Antônio Joaquim Gomes de Mello e Júlia Freitas Noronha. É considerado o vulto histórico do município de Lajeado. Por 16 anos ininterruptos foi o intendente e chefe republicano (1908-1924). Com uns 29 anos de idade veio residir em Lajeado, onde atuou como agrimensor topógrafo, auxiliar na Coletoria e titular no Cartório de Registros de Pessoas Físicas. Casou-se com Eugênia da Costa, em Porto Alegre, da qual teve os seguintes filhos: Álvaro, Saudade, Eugênia, Júlia, Assíria, Antônio Joaquim e João que faleceu aos nove meses. No ano de 1891 veio para Lajeado medir terras e assumiu cargos públicos. Durante a Revolução Federalista, refugiou-se em Taquari juntamente com sua família. Retornando a Lajeado, compra o Jornal O Alto Taquary, que circulava aos domingos, com sua primeira edição datada de primeiro de janeiro de 1901. Francisco Oscar Karnal foi o fundador do jornal, pois ele tinha uma tipografia na vila de São Gabriel, atual Cruzeiro do Sul. Mello vende para o seu cunhado, Arnaldo da Costa Bard, sobrinho de

locais, sendo aprovada também por Borges de Medeiros. Mello já havia sido secretário intendencial de Karnal no seu primeiro mandato e era seu cunhado, casado com Eugênia da Costa, irmã de Antonieta da Costa, esposa de Karnal.²⁰¹

Figura 14 - Coronel Francisco Oscar Karnal, intendente lajeadense de 1902-1908



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

O pleito intendencial foi vencido por Mello por 1.742 votos contra o candidato federalista Emílio Schlabitz, que recebeu 624 votos. Schlabitz foi o último candidato opositor a tentar quebrar a hegemonia do Partido Republicano mas as eleições subsequentes o Coronel Mello foi reeleito novamente em candidatura única, com a abstenção dos federalistas, que permaneceram até o ano de 1924 sem lançar candidatos. Conforme a diretriz administrativa positivista de *conservar melhorando*, o “Coronel Mello sempre se manifestou um

Mello, ficando a direção do mesmo. Foi um dos grandes incentivadores para a emancipação de Encantado, durante o período em que houve a solicitação.

²⁰¹ Aqui fica nítida a percepção da existência de uma sólida rede social familiar entorno da política intendencial em Lajeado. Não é pretensão desse trabalho discutir as formações de redes sociais, mas devemos deixar claro que as relações familiares, nesse caso específico, ganharam uma importância fundamental para a manutenção do borgismo no município. Para mais informações em relação a constituição de redes sociais, ver: FERNANDES, Dóris Rejane. Redes sociais e políticas no espaço do Vale do Sinos. In: RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel; WITT, Marcos Antônio. (Org.). Festas, Comemorações e Rememorações na Imigração. São Leopoldo: Oikos, 2014, v. único, p. 1720-1743. O grau de parentesco com os chefes políticos locais interferiram na escolha dos principais cargos municipais durante um longo tempo. Através da metodologia da microhistória social, que é “visto como um circuito de comunicação, no qual os elos da rede são canais de comunicação em potencial. [e] o quão distante um sujeito consegue transmitir uma mensagem [...] o fluxo de trocas se mostra recíproco para ambos os envolvidos, [tratando-se] de uma ferramenta de análise social – não de uma teoria social – caracterizada pela observação de transações e de trocas entre pessoas. (COMISSOLI e COSTA, 2014, p. 13)

administrador prudente e ponderado, que procurou distribuir tarefas e descentralizar a administração” (SCHIERHOLT, 1992, p. 130). Nos 16 anos de governo ininterruptos de João Batista de Mello foram realizadas inúmeras obras de infraestrutura, tanto na vila como nos distritos coloniais, mas três grandes obras de vulto não puderam ser efetuadas durante seus quatro mandatos, que Schierholt apontou sendo

- 1) A dragagem do Rio Taquari para a navegação normal entre Lajeado e Porto Alegre. As enchentes, especialmente a de 1941, acabaram por entulhar o leito e o canal nos pontos mais críticos. A Barragem de Bom Retiro veio dezenas de anos depois.
- 2) A estrada de ferro de Taquari a Soledade, passando por Lajeado e Vila Fão. Uns 70 anos depois a ferrovia foi inaugurada, passando por Muçum, com ramal em Estrela.
- 3) A ponte sobre o Rio Forqueta. Pedida por Júlio May, projetada por Júlio de Castilhos, Mello cansou de pedir a obra a Borges de Medeiros. Foi inaugurada somente em 1939. (SCHIERHOLT, 1992, p. 134).

Em relação à rede de compromisso montada pelo Coronel Karnal, o novo chefe republicano a manteve intacta porém foi somente no segundo mandato que iniciou uma modificação no quadro de funcionários municipais, estabelecendo correligionários mais ligados à sua política nos distritos coloniais. O prosseguimento nas obras públicas deixadas pelo seu sucessor foi a marca de sua administração e mesmo que, durante seus primeiros anos à frente da intendência teve Carlos Gonçalves Barbosa como chefe do executivo gaúcho, Mello mantinha contato direto com Borges de Medeiros, que articulava seu retorno à Presidência do Estado com mais força.

Em abril de 1912, houve a convenção republicana, que, presidida pelo Coronel José Diel, foi aclamada a eleição de João Batista de Mello. Depois de ter passado o cargo de intendente, Francisco Oscar Karnal assumiu o cartório de registro geral da vila, mantendo-se ligado ao partido e sendo ainda uma liderança local. Por isso enviou uma carta a Borges de Medeiros dizendo que

É, pois, dever meu levar ao conhecimento que, acatando e respeitando a vossa resolução, aconselhei aos meus amigos, que aqui obedecem à minha orientação, a não hostilizar de nenhuma forma essa candidatura, cessando assim toda e qualquer agitação em torno de outro nome.²⁰²

Essa declaração do Coronel Karnal vem demonstrar uma preocupação maior em tentar homogeneizar o partido entorno da candidatura da reeleição, evitando com isso a formação de grupos contrários ao Coronel Mello. Essa facção estaria causando um certo constrangimento no sentido de tornar unânime o nome de João Batista de Mello, e com essa missiva, o Coronel

²⁰² Carta de Francisco Oscar Karnal a Borges de Medeiros (n. 3028, 26/04/1912, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

Karnal buscou deixar claro que seus correligionários também atenderiam à aclamação realizada por Borges de Medeiros. É impossível imaginar que qualquer convenção partidária não resultasse na formação de facções, mesmo que a situação tivesse o domínio total da estrutura do partido e da máquina administrativa. A ideia de homogeneização até pode transparecer pelo não aparecimento público de grupos contrários, mas é bastante provável que as disputas por cargos e por uma posição de privilégio junto à executiva era um desejo de muitos outros correligionários mas consistia no papel de chefe político administrar os intentos dos companheiros.

Antes dessa convenção aconteceu um fato violento que repercutiu na imprensa da Capital envolvendo questões étnicas com um correligionário ligado ao Coronel Mello. O Major Carlos Alberto Schüller era escrivão oficial do registro civil da vila, genro de Júlio May, e secretário intencional nomeado por Mello, em janeiro de 1908. Conforme o Jornal Correio do Povo, de 13 de janeiro de 1911, houve um assassinato em Lajeado, noticiou que

Regressou, ontem, do Lajeado, o Coronel Frederico Ortiz, Subchefe de Polícia, que ali fora sindicado pessoalmente o assassinato do jovem Júlio Froelich. Aquela autoridade apurou ter sido o crime causado por motivo frívolo. O conflito em que Júlio Froelich foi assassinado pelo Major Carlos Alberto Schüller começou por haver Schüller reclamado contra a ausência da bandeira brasileira nas janelas do hotel de Froelich. Testemunhas afirmam que a bandeira alemã estava hasteada ao lado da bandeira rio-grandense. O Major Schüller se homiziou no Estado Oriental [Uruguai].²⁰³

A grafia correta do sobrenome do assassinado é Fröhlich cuja família tinha um hotel com o mesmo nome e que era uma referência na vila e sendo proprietário o senhor Adolfo Fernando Fröhlich, pai de Júlio, o qual realizava a administração do estabelecimento. O episódio fatídico teria acontecido no dia primeiro de novembro de 1910 e logo após ter cometido o crime, Schüller partiu com a família para a cidade fronteira de Sant'Ana do Livramento. O tiro, que atingiu o peito de Fröhlich, foi desferido após ambos discutirem na porta do hotel. Como o assassinado era de origem europeia, houve o encaminhamento de uma petição para o consulado Austro-húngaro a fim de averiguar a situação e efetivar a punição ao infrator. Acontece que na documentação que foi encontrada, a origem da família de Júlio Fröhlich era húngara, mas com ascendência germânica.

Conforme o escritor Leandro Lampert, neto de Leopoldo Lampert – que na ocasião era membro da direção política republicana –, e que teria auxiliado Schüller na sua fuga para o

²⁰³ Correio do Povo, 13/01/1911. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=105&Caderno=0&Noticia=245083>> Acesso em: 10 de abr. 2016.

Uruguai com a intenção de fugir de uma eminente condenação pelo crime cometido, traz algumas informações passadas pela tradição oral, afirmando que

Lá pelas tantas e depois de umas e outras os dois compadres já embriagados, iniciaram uma discussão que logo foi se azedando. O motivo, a bandeira alemã no portal do hotel. Carlos Alberto preferia que a bandeira fosse a brasileira. Os ânimos se exaltaram e chegaram às vias de fato. Carlos Alberto Schüller, enraivecido e num gesto completamente imprevisível, saca de um revólver e atira no peito do Julius Froelich, matando-o à queima roupa – Um médico – Chamem a polícia – e o criminoso, apavorado com o que cometera, chora convulsivamente abraçado ao corpo do falecido, pedindo perdão. As famílias, arrasadas. Consternação geral em Lajeado.²⁰⁴

Apesar de haver divergência em relação à data do crime – Lampert diz ter ocorrido logo após os festivos natalinos – é um dos melhores relatos disponíveis sobre o acontecimento que marcou a vila de Lajeado, repercutindo em todos os níveis e chegando ao conhecimento do próprio Borges de Medeiros. No dia 27 de abril de 1913, o Major Schüller se apresentou às autoridades em Lajeado para ser julgado pelo crime cometido, sendo encaminhado ao presídio municipal com a guarda exclusiva de Nicolau Petry, que era encarregado da guarda municipal. Em função da repercussão do fato, o Coronel Mello emitiu um telegrama a Borges de Medeiros dizendo que “quanto ao tratamento que tem ele [Schüller] recebido das autoridades municipais é conveniente com os deveres da razão e da moral.”²⁰⁵

Uma das queixas realizadas contra o intendente Mello pela acusação era o tratamento disponibilizado ao réu, que estaria recebendo privilégios por parte da administração local. Por isso o encarregado do consulado Austro-húngaro esteve em Lajeado acompanhando a situação, já que o intendente teria recebido ordens de Borges de Medeiros para prestar acolhimento ao representante consular. Em seu retorno a Porto Alegre, o encarregado teria encaminhado ao Presidente do Estado um relatório acusado Mello por negligência em relação ao tratamento a Schüller. Mello alegou que

É fato que esse preso foi recolhido a um quarto do andar superior da Intendência, ficando sob a guarda do Capitão Comandante Municipal, enquanto não chegasse, dessa Capital o oficial que o Dr. Juiz da Comarca havia requisitado, porém o preso sempre estava de sentinela à vista. Devo acrescentar que quase todos os moradores da Vila, inclusive muitas famílias vieram visita-lo, visto não se achava incomunicável.²⁰⁶

²⁰⁴ Disponível em: <<http://leandrolampert.blogspot.com.br/2016/02/cronica-crime-barbaro-em-lajeado.html>> Acesso em: 10 de abr. 2016.

²⁰⁵ Telegrama de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3031, 04/05/1913, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁰⁶ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3032, 09/05/1913, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

Além de comunicar Borges de Medeiros sobre a situação, o encarregado do consulado teria propagado informações suspeitas na imprensa de língua alemã, que, segundo o Coronel Mello

a imprensa alemã, que não perde ocasião de hostilizar a tudo e a todos [...] é que vem explorando o caso Schüller, que aqui não provocou mais que a curiosidade natural. Tanto é assim que não foi alterada causa alguma na vida normal dessa localidade, continuando a população a confiar nas autoridades, apensar das leviandades e até insolências, de parte da imprensa alemã, no seu costumado afã de dizer mal de nós.²⁰⁷

Quem teria alardeado a questão foi Félix Kuhl e Fernando Gunther, que, para o Coronel Mello, seriam os “maiores inimigos políticos que aqui temos”, sendo os próprios familiares do falecido Júlio Fröhlich como companheiros republicanos. Não temos a informação em qual jornal foram feitas essas acusações e qual foi repercussão na imprensa de língua alemã. Fica nítido também que qualquer pretexto era utilizado como arma para a oposição tentar desestabilizar as administrações republicanas, por isso a explicação rápida do chefe político local ao afirmar a normalidade na vida cotidiana da vila lajeadense.

Figura 15 - Coronel João Batista de Mello, considerado vulto político de Lajeado, governando o município de 1908-1924



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

²⁰⁷ Ibid.

Sobre o júri, que aconteceu na sala destinada na Intendência, o Coronel Mello relatou a Borges de Medeiros que o Promotor Público teria utilizado as acusações que a imprensa havia relatado e instruídas pelo encarregado do consulado contra as autoridades locais. Dando a entender que, apesar de ter cometido o crime, o Major Schüller continuava sendo uma pessoa bem quista pela comunidade, pois o intendente relatara o fato que “quando o Juiz mandou recolher o preso foi ele abraçado [...] por mais de cinquenta pessoas, alemães e descendentes dessa raça tendo a escolta dificuldade em leva-lo ao quarto, que é contígua ao salão do júri, devido ao grande número de pessoas presentes.”²⁰⁸

Nas fontes disponíveis e consultadas não encontramos qual teria sido o veredito final do júri e a sentença dada, mas, mesmo assim, percebemos a preocupação que o Coronel Mello teve com o caso Schüller bem como com o desdobramento das acusações realizadas pela imprensa de língua alemã em relação a sua autoridade e prestígio político diante do fato pela população. Ainda no ano de 1913 outro problema de repercussão teria que enfrentar o Coronel Mello e que envolvia outro funcionário de sua inteira confiança.

O tesoureiro Amélio Alves de Lima, indicado pelo Coronel Karnal e mantido no cargo pelo intendente Mello, era acusado de ter desfalcado os cofres intencionais e por força maior acabou sendo detido até o processo ser aberto e julgado pelo Juiz de Comarca e em função disso, Lima foi destituído do cargo pelo chefe político local. Na véspera de Natal, aproveitando-se de uma repentina saída do Coronel Mello, o Capitão João Wagner Filho, responsável pela guarda dos presos, teria levado Lima até as escadarias da Intendência a fim de presenciar uma manifestação. Ali estava reunido um pequeno número de cidadãos que ouvia as declarações do Coronel Frederico Jaeger e do coletor Vicente Ventura, os quais, conforme os participantes, teriam a intenção de desprezitar as autoridades republicanas.

Ao retornar à Intendência o intendente Mello percebeu que a manifestação já havia sido encerrada com a dispersão dos ouvintes pelo Juiz Distrital, que buscou demover os organizadores do evento de continuarem com aqueles pronunciamentos contrários aos interesses partidários. Ao chegar ao local, o Dr. Romero – que estava acompanhado pelo Coronel Mello – “fez recolher o réu ao quarto destinado à prisão de onde o responsável pelo mesmo, Capitão João Wagner Filho o havia retirado para a sacada do edifício, ouvir o discurso de Ventura.”²⁰⁹ Acusando os promotores da manifestação de estarem “sob

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3040, 25/12/1913, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

inspirações alcoólicas”, o chefe político lajeadense tratou de denunciar a atitude de Jaeger e Ventura, menosprezando e desmerecendo os dois companheiros republicanos, alegando que

infelizmente, os maus dizeres convêm, sempre tem mais ouvintes, principalmente quando criticam as autoridades como é uso deles [...] e se manifestar contra todas as autoridades, nas esquinas e onde encontrava adversários nossos, tendo afinal o responsável procedimento que ontem teve.²¹⁰

Com a intenção de desqualificar o Coronel Frederico Jaeger, o Coronel Mello acusou-o

é um reformista com costume rara é a reunião em que não fica em miserável estado de embriaguez. Esse pobre homem ignorante que extreme, teve algum prestígio, emprestado pelo Karnal que o fez a tempos passados seu instrumento, provém decaídas dia mais, do conceito público embora seja membro de numerosa família, entre o qual contamos distintos companheiros.²¹¹

Sobre o coletor federal Vicente Ventura recaiu a grande ira do primeiro mandatário de Lajeado que o acusou de estar fazendo o jogo da oposição, ou seja, tentando de todas as formas possíveis obstruir e impedir o crescimento das políticas intencionais, inclusive “unindo-se para isso com os nossos inimigos políticos e com os despeitados tanto que é inseparável do chefe maragato Augusto Hexsel, para repassar todos os atos emanados de nossas autoridades.”²¹² Mello já havia comunicado as atitudes prejudiciais e incorretas do funcionário público a Borges de Medeiros, ao que fora censurado, iniciando, com isso, uma constante propaganda hostil à sua administração. Por isso, entendendo que sua permanência na Vila traria “enormes desvantagens ao nosso partido”, o Coronel Mello solicitou ao Presidente do Estado “por conveniência da harmonia e tranquilidade de nosso partido, serão como desafronte as tantas autoridades solicito que seja ele retirado do Lajeado, por permuta com qualquer outro coletor.”²¹³

Com o intuito de criar embaraços e preocupações às lideranças republicanas e a fim de desestabilizar o governo de Mello, no começo do ano de 1914, a regulamentação de uma estrada interiorana causou uma grande dor de cabeça ao mandatário. As disputas envolvendo a Revolução Federalista ainda estavam vivas e eram usadas como pano de fundo. Em extensa missiva, o Coronel Mello relatou a Borges de Medeiros o fato de um proprietário de terras estar congregado a um eminente federalista, impedindo assim a passagem de vizinhos,

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Ibid. Frederico Henrique Jaeger fora eleito presidente da Junta Municipal, tendo sido o primeiro administrador de Lajeado. Dedicava-se a atividade comercial e no transporte fluvial. Durante o mandato do Coronel Mello, Jaeger foi eleito conselheiro municipal para o quadriênio de 1904-08, e depois nomeado escriturário intencional e inspetor escolar, além de ter assumido a secretaria geral da administração do último governo de Mello, em 1920-24.

²¹² Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3032, 09/05/1913, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²¹³ Ibid. A remoção de Vicente Ventura aconteceu somente em outubro de 1916, quando foi deslocado para a coletoria federal do município de Bento Gonçalves, três anos depois dessa atitude.

carreiros e viajantes na estrada que traspassava sua propriedade, com ligação da vila à picada Aurora, localizada no distrito de São Gabriel, atual município de Cruzeiro do Sul.

Henrique Krombauer estaria de conluio com o oficial do Exército João Rafael de Azambuja, que havia sido combatente federalista na época do conflito civil. Mello comentou que as maquinações contra as autoridades locais teriam iniciadas no ano de 1909, quando Krombauer impediu os capatazes de realizarem o serviço de melhoramento das estradas. Após constantes queixas dos vizinhos em relação ao fechamento dessa passagem, o intendente teria determinado a colocação de dois marcos para delimitar a nova estrada. Não demorou muito para que Krombauer realizasse novas interferências. Desta vez teria lavrado o caminho, impedindo outra vez a passagem dos transeuntes, além de ter ameaçado dois carreiros. Era o pretexto para uma intervenção por parte do intendente, que ordenou ao Coronel Diel e a alguns praças a manterem a ordem no local.

Aconselhado por Azambuja, Krombauer partiu para Porto Alegre para pedir garantias às autoridades estaduais, acusando o Coronel Mello de perseguição. Essas situações, no mínimo, teriam que ser explicadas a Borges de Medeiros e elas poderiam causar um embaraço ao chefe político local. Depois de ter feito um esboço histórico em relação à referida estrada, Mello passou a desmerecer as denúncias impetradas por Krombauer a mando de Azambuja, que, para o intendente, seria um traidor, “unindo-se aos revolucionários, e que às primeiras escaramuças, fugiu para o Rio [...] Ele nunca esqueceu seus intentos subversivos e, baseado neles explora Krombauer contra seus desafetos ou inimigos políticos, daí sua linguagem na queixa apresentada, prova evidente de seu despeito.”²¹⁴

Sobre o Tte. João Rafael Azambuja, continua lembrando seu passado ao mencionar que

de longa data ele detesta José Diel, primeiramente porque este, por várias vezes bateu os maragatos, que nunca conseguiram entrar em Santa Clara, e, João Rafael, se não faria parte dos bandos atacantes, tinha seus ideais e sofria com seus reveses. Nos últimos anos, morando em São Gabriel deste município, apesar de ser oficial do Exército, esse antigo revolucionário não podia ver a ordem reinante aqui e sempre que havia algum pleito eleitoral ele procurava nomear-se fiscal dos contrários [...]²¹⁵

Azambuja estaria dizendo no interior da colônia que o Coronel Mello não teria a legítima capacidade de quer um chefe político, pois dependia do poder que o Coronel Diel lhe emprestava junto ao eleitorado interiorano. E por essa condição de inferioridade, o intendente estaria disposto a realizar qualquer pedido de José Diel. Para rebater essa acusação, o Coronel Mello falou que a “preponderância de Diel é reconhecida” justamente por “conveniências

²¹⁴ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3044, 06/03/1914, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²¹⁵ Ibid.

políticas” e “amor à ordem, moderação e dedicação ao nosso partido, o que contraria muito a João Rafael.”²¹⁶ Para demonstrar o reconhecimento que o partido tinha pela capacidade e merecimento do prestígio que o Coronel Diel detinha em propagar as políticas republicanas, principalmente no distrito de Santa Clara, Mello descreveu seu companheiro da seguinte forma:

Devo acrescentar que Diel tem posição independente como industrial pois possui há anos uma regular fábrica de cigarros e outra de charutos, e, apesar de ter numeroso pessoal não pode atender a grande quantidade de pedidos que seus cinco viajantes e muitos agentes lhe fazem de gêneros de sua fábrica. Se ele aceitar os cargos de subintendente e subdelegado do novo distrito, foi com sacrifício e a instâncias minha [...]²¹⁷

O fator empreendedor ganhou peso junto a sua participação política para ser escolhido o principal representante do governo de Mello na localidade de Santa Clara, que estava sendo elevado para distrito com o encaminhamento do processo de emancipação de Encantado, iniciado no ano de 1913.

O primeiro mandato do Coronel Mello à testa da administração intencional foi pela manutenção das políticas de seus antecessores e ampliação do raio de atuação do Partido, que já demonstrava ter conseguido anular as aspirações da oposição federalista. Com o declínio acentuado na participação federalista nas eleições federais e a candidatura única republicana aparentou uma certa hegemonia dos correligionários do castilhismo-borgismo. O problema primordial para o chefe político local seria o clima de disputa intestina, que passava a ser aflorada em função da contextualização do borgismo.²¹⁸

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ Nesse período de 1915-16, ocorreram algumas conturbações importantes dentro do sistema borgista. Primeiramente, em maio de 1915, Borges de Medeiros acabou se afastando da presidência do Estado em virtude de uma grave enfermidade. O cargo foi passado para o Dr. Protásio Alves, então Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, mas alguns assuntos atinentes às questões de alguns municípios gaúchos continuavam sob o domínio do *Ilustre Chefe*. Um desses assuntos, além das inúmeras indagações sobre os pleitos municipais, foi o processo de emancipação de Encantado. Vale mencionar que “as mudanças de situações nos municípios foram, em geral, processos tingidos pela violência, pois resultavam da confluência, de um lado, do influxo de poder de Borges de Medeiros sobre o partido, ambicionando a ampliação do controle político em meio ao quadro de reconfiguração do comando, especialmente nas conjunturas de 1903 a 1908 e de 1916, e, de outro lado, da ebulição das dissidências, em disputa pelas vantagens intrínsecas às chefias locais.” (AXT, 2011, p. 106)

3.2 – A eleição municipal de 1916 e a divisão republicana

O Coronel José Diel é considerado o “herói” de Santa Clara, então distrito de Lajeado, cuja localidade foi defendida sob seu comando na tentativa de domínio dos combatentes federalistas na Revolução de 1893-95²¹⁹. Conquistou um prestígio enorme entre os republicanos locais, desde soldados às lideranças políticas, exercendo vários cargos no então distrito de Santa Clara. Como um dos primeiros moradores da picada, Diel industrialista empreendedor, responsável pela administração de um alambique e de uma fábrica de charutos, onde empregava familiares. Foi também membro indicado por Júlio de Castilhos à Comissão Executiva de Lajeado, conselheiro municipal, subintendente e subdelegado de polícia por Santa Clara, além de ter sido um importante aglutinador de votos ao partido.

No ano de 1916, no mês de março, atendendo às determinações da lei orgânica, a executiva realizou sua assembleia extraordinária para a indicação de nomes que iriam concorrer ao pleito municipal. A recomendação da reeleição do Coronel Mello foi aceita de forma unânime pela corporação republicana por sugestão de Borges de Medeiros. Essa decisão, conforme o presidente da executiva, Coronel Diel vinha ao encontro dos interesses partidários, estando “todos acordes com a reeleição e nesse sentido, particularmente, consultamos muitos companheiros encontrando todos dispostos.”²²⁰ Se a escolha à continuação do Coronel Mello na chefia política foi tranquila, o mesmo não se pode dizer em relação à designação dos nomes para a chapa republicana ao Conselho Municipal.

A divergência na inclusão dos nomes de dissidentes republicanos como representantes da minoria resultou em uma crise interna do partido, que contou com a interferência do próprio Coronel Mello e com a intermediação de Borges de Medeiros. Essa crise resultou em uma grave divisão entre os republicanos, perda do prestígio político do Coronel Diel e de sua retirada como um dos elementos mais eminentes do partido local.

²¹⁹ “No dia 23 de fevereiro de 1895, os federalistas figuram da vila de Venâncio Aires. As linhas coloniais em redor de Santa Clara já tinham sido percorridas várias vezes por contingentes militares federalistas e republicanos, especialmente entre Lajeado e Venâncio Aires. José Diel, depois coronel da Guarda Nacional, se dirigiu a Santos Filho propondo fornecer, espontaneamente, à sua tropa. Os insucessos e prejuízos sofridos pelos federalistas, em 1894, em Venâncio Aires e Lajeado, seriam cobertos pelas requisições nas colônias até agora poupadas. Projetou José Diel a defesa do povoado. Havia exatamente dois anos que se iniciaram os movimentos revolucionários na região, com a tomada de Estrela. No dia 28 de maio, Zeca Ferreira estava invadindo Santa Clara com uns 350 a 400 combatentes. A fuga dos federalistas marcou o término dos combates na região. A solidariedade entre os companheiros de José Diel e os próprios moradores fez com que, após a Revolução, este agrupamento não se desfizesse e fosse transformado em ‘Sociedade de Atiradores’, conhecida entre eles por *Deutsche Schützen-Verein von Santa Clara*, fundada em 25 de agosto de 1895, dois dias após a assinatura da paz.” (SCHIERHOLT, 1989, p. 253-258)

²²⁰ Carta de José Diel a Borges de Medeiros (n. 3068, 07/03/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

Figura 16 - Coronel José Diel, em 1924, ao lado da cruz que assinala o ponto da batalha histórica da Revolução Federalista na localidade de Santa Clara



Fonte: <http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com.br/search?q=Jos%C3%A9+Diel>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

Com a eleição intencional marcada para 20 de junho, a reunião da executiva em 29 de abril deveria determinar a chapa dos republicanos para o pleito municipal mas não foi isso o que aconteceu. Sob a presidência do Coronel Diel, estiveram reunidos os membros Leopoldo Lampert, José Kasper Filho e Nicolau Schedt na sala de reuniões da Intencional com a meta de definir os nomes que iriam compor a chapa a ser sufragada pelo eleitorado republicano. Como já fora mencionado, a reeleição do Coronel Mello foi declarada por unanimidade, assim como os nomes de Christiano Dexheimer, Pedro Ruschel Sobrinho, Valentin Theobaldo Schnack, Carlos Troller, João Klein e Carlos Spohr Filho para concorrerem ao Conselho Municipal porém, houve a discordância em relação a um nome que representaria a minoria, por ser ele um dissidente republicano.

Alfredo Lopes da Silva e Leopoldo Loeblein foram lembrados pelos membros da executiva sendo o primeiro nome aventado por Lampert e Kasper, já o segundo por Diel e Scheidt, estava, portanto, criada a divergência. Como não houve definição quanto à escolha, Lampert propôs que o representante da minoria fosse determinado por Borges de Medeiros, que, por telegrama, designou o Coronel Mello para intermediar a situação. Para tal, deu a incumbência de conferenciar com Jacob Ruedell, outro membro da executiva que não compareceu à referida reunião e teve seu representante excluído pelos demais integrantes da

corporação fazendo com que toda essa disputa envolvendo o representante da minoria somente comprovasse que a comissão estava dividida.

Na carta em que a comissão comunicava essa pendência a Borges de Medeiros, foram anexados outros documentos comprovando algumas declarações dos membros da executiva dentre eles a procuração que Jacob Ruedell dava ao correligionário José Kasper Filho para ser seu representante na reunião, alegando estar “motivado o impedimento por enfermidade.”²²¹ Outro documento que se encontrava junto à ata da reunião era uma declaração do coletor federal da vila, Joaquim Manoel da Silva, fazendo uma acusação contra o presidente da comissão, Cel. Diel. Segundo o funcionário público disse em conversa tida com José Diel, que este teria dito “que não precisava dos votos dos declarantes e nem de brasileiros, porque para isso ele tinha muitos alemães na colônia.”²²²

Seria isso uma demonstração do autoritarismo de Diel? O interessante é que ele não apreciava os votos dos demais membros para Alfredo Lopes da Silva, talvez por isso tenha supostamente dito não necessitar dos votos dos republicanos de origem luso-brasileiro. Essa afirmação ganha peso quando Diel anuncia seu voto a Leopoldo Loeblein, um teuto-brasileiro cuja preferência era por Loeblein e não por Lopes da Silva. Mas quais seriam suas justificativas para isso? Em telegrama enviado a Borges de Medeiros, o Coronel Diel anunciou seu apoio a Loeblein “por que o sr. Alfredo Lopes da Silva sempre tem sido nosso adversário.”²²³ E ainda acusa os partidários contrários à inclusão de Loeblein na chapa alegando que

a propaganda encetada há dois meses mais ou menos pelos membros da Executiva Leopoldo Lampert e José Kasper Filho em torno daquele nome, não se compreende; ainda mais porque ele para isso não haviam sido autorizados, visto que não se tinha reunido a Executiva por não ter eu recebida solução à minha carta consultando V. Exa. sobre a eleição do atual intendente e competente escolha do Conselho.”²²⁴

O Coronel Mello demonstrou sua total abstenção na discussão da executiva e no mesmo dia em que Diel enviou o telegrama acima, o chefe político local encaminhou também sua declaração sobre essa pendência, dizendo que

terminada a reunião, porém presentes ainda os membros da executiva eu dei-lhes minha palavra de honra que jamais me manifestaria por algum dos candidatos em questão antes de vossa escolha, que todos declararam a catar. Não tomei parte na sessão

²²¹ Carta de José Diel, Leopoldo Lampert, José Kasper Filho e Nicolau Schedt a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 3070, 29/04/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²² Ibid. (Anexo 2, n. 3070, 29/04/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²³ Carta de José Diel a Borges de Medeiros (n. 3071, 01/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²⁴ Ibid.

porque se tratava de minha pessoa e do Conselho com quem terei de servir talvez.²²⁵

Era visível que como presidente da Comissão Executiva o Coronel Diel deveria deter o poder de decisão final, mas não foi o que realmente aconteceu porque a escolha da inclusão do nome de Alfredo Lopes da Silva, de forma antecipada, desgostou-lhe, que, além de não concordar com tal parecer, apresentou uma outra alternativa. Ao menos nessa situação estava criada uma cisão entre republicanos lajeadenses, principalmente entre Diel e Lampert. Com o objetivo de tentar apaziguar a crise e encontrar uma solução que evitasse um desgaste maior entre seus membros, o Coronel Mello recebeu essa incumbência de Borges de Medeiros por telegrama que ele deveria ouvir a opinião de Jacob Ruedell, membro faltoso da reunião, o qual teria dado uma procuração para ser representado por José Kasper Filho. Além de Ruedell, outro correligionário que não compareceu à dita sessão foi Christiano Dexheimer, o que fez com que o Coronel Mello buscasse saber os motivos pela sua ausência.

A quase um mês do pleito municipal, a chapa republicana ainda não havia sido proclamada por isso, no começo de maio, o Coronel Mello se deslocou até a localidade de Arroio Grande para ouvir pessoalmente Ruedell. Em sua residência, o atual conselheiro municipal e membro da executiva declarou “que está de pleno acordo com seus companheiros Leopoldo Lampert e José Kasper Filho [...] estando de acordo quanto à indicação do cidadão Alfredo Lopes da Silva para candidato ao Conselho.”²²⁶ Com essa declaração, Lopes da Silva possuía a vantagem junto à comissão, mas, no mesmo dia em que ouviu Ruedell, o Coronel Mello recebeu uma declaração, por escrito, de Christiano Dexheimer que empatava novamente a disputa. Dexheimer comunicou que não pôde comparecer à Intendência para a reunião “por motivo de ter que reparar urgentemente estragos feitos pela água no moinho e serraria de minha propriedade.”²²⁷ Comentou que teria designado o secretário da comissão Alfredo Christ para ser seu representante e que estaria “de acordo com os srs. José Diel e Nicolau Scheidt, não só quanto aos conselheiros já escolhidos com a escolha de Leopoldo Loeblein para preenchimento do número deles, conforme a ata da dita sessão da qual tive conhecimento.”²²⁸ Não havia, portanto, consenso para essa escolha.

Constatada essa divisão, o Coronel Mello foi chamado por Borges de Medeiros para conferenciar, na capital gaúcha. A intensão do *Ilustre Chefe* era que os próprios companheiros

²²⁵ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3072, 01/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²⁶ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 3073, 27/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²⁷ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (Anexo 2, n. 3073, 27/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²²⁸ Ibid.

da executiva chegassem a um consenso para evitar qualquer tipo de interferência de sua parte, mesmo que ela tenha sido confirmada pelos correligionários da executiva. Retornando a Lajeado, Mello conversou com Diel e Lampert para chegar ao candidato de conciliação, que segundo Lampert, não haveria qualquer problema em definir um novo candidato, para estar de acordo com a proposição solicitada pelo intendente, mas o problema acabou sendo com o Coronel Diel. Este discordava veementemente dessa “manobra”, além de alegar estar incompatibilizado com o companheiro Kasper, “visto se encontrarem muito inimizados”, segundo Mello.

Na visão do Coronel Mello, essa incompatibilidade era resultado de antigas disputas entre ambos e que “parece-me de fato, impossível reunir ambos novamente por que, por ocasião da sessão passada, da executiva, se não fosse a intervenção de amigos eles teriam brigado seriamente, e, cada vez mais aumenta sua animosidade por causa da discussão que mantém pela imprensa.”²²⁹ Como esteve presente na reunião, Mello relatou a Borges de Medeiros a nítida criação de duas facções internas, que demonstravam a divisão entre os companheiros de partido.²³⁰ Um dos grupos era liderado pelo Coronel Diel e tendo também o apoio de Dexheimer e Scheidt. O outro grupo tinha a liderança de Lambert com respaldo de Kasper e Ruedell por isso o Coronel Mello justifica a crise política dizendo que

durante quase oito anos, eu procurei e consegui manter a harmonia entre os membros da executiva, porém a antiga inimizade entre Diel e Kasper explodiu ultimamente de forma tal que foi de todo improficuo o empenho que fiz para afastar das decisões de nosso Partido as questões pessoais existentes entre ambos, que certamente deram causa principal à situação em que se encontra a política local.²³¹

Não seria uma tarefa fácil apaziguar os ânimos entre os envolvidos e determinar uma conciliação entre as facções criadas, já que respingavam questões pessoais entre Diel e Kasper, como o próprio intendente ressaltou, mas alguma decisão deveria ser tomada para determinar de vez o candidato da minoria e proclamar a chapa republicana para o eleitorado local. Para que isso finalmente ocorresse, o chefe republicano lajeadense entendeu que seria

²²⁹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3073, 27/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²³⁰ A formação de grupos internos no PRR estaria associada ao próprio sistema coronelístico gaúcho, que com um regime centralizado e de partido único, forçava ao enfraquecimento de uma oposição formalmente estruturada e combativa. O poder da constituição estadual autoritário fazia com que os detentores do poder determinassem os próprios autores políticos, obrigando aos que não integravam a rede de compromisso a se articular na tentativa de enfrentar e pressionar os chefes locais. As eleições tornavam-se assim o ápice da disputa entre as facções do partido hegemônico pela supremacia local, que lhes garantiria acesso aos privilégios aspergidos pelo estado. Com isso, “a capacidade de trazer benefícios para a cidade, reunir eleitores e controlar o maior número possível de cargos públicos, bem como acessar os canais de distribuição dos mesmos, residia o termômetro do prestígio e da pujança de uma facção.” (AXT, 2011, p. 133)

²³¹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3073, 27/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

necessária a interferência de Borges de Medeiros para solucionar tal crise.²³² Mello achava que a melhor intenção seria que o *Ilustre Chefe* julgasse melhor a situação “dessa divergência e traçar a diretriz conveniente, a fim de que se possa orientar os que me pediram instruções para a próxima eleição.”²³³

No entender de Mello, além da demonstração de divisão da direção partidária por questões envolvendo divergências pessoais, essa crise poderia resultar num possível enfraquecimento do próprio Conselho Municipal, já que

no caso que o Ilustre Chefe resolva que as candidaturas Lopes e Loblein, causa da discórdia, sejam disputadas nas urnas, devido a representação das minorias, deixará de ser eleito João Klein, da chapa combinada, por ser o mais moço deles e também de pouco serviço ainda ao Partido. Ficará para suplente. A eleição é a 20 do mês de julho e os companheiros esperam ansiosos por uma solução.²³⁴

E a solução encontrada por Borges de Medeiros foi solicitar ao Coronel Mello, no dia 31 de maio, por telegrama, a escolha de três nomes para que fosse designado um deles para substituir o empate existente na executiva. A somente duas semanas da realização do pleito municipal, no dia dois de junho, o eminente chefe republicano determinou a escolha de Carlos Black como representante da minoria pela chapa republicana. Essa decisão comprovou que Borges de Medeiros não queria criar embaraços ao possível escolhido, já que foram apresentados os nomes de Lopes, Loblein e Black evitando, assim, uma possível preferência por uma das facções resistentes no partido.

A determinação de Borges de Medeiros foi repassada pelo Coronel Mello aos membros da executiva por telefone, porque estavam todos de acordo com o desembaraço determinado pelo *Ilustre Chefe*. Em carta repassada dois dias após a decisão, Mello declarou ao Presidente do Estado que “a vossa solução ao incidente sobre a escolha dos conselheiros foi bem recebida geralmente mesmo por que o candidato C. Black reúne as melhores condições.”²³⁵ Para propagar no meio colonial a chapa republicana, o Coronel Mello solicitou para que o jornal *A Federação* desse publicidade, já que a imprensa local estava divulgando a lista dos candidatos republicanos com os nomes de Loblein ou Lopes.

²³² Sobre as intervenções do Presidente do Estado nas disputas intencionais, vale mencionar que “o ‘poder moderador’ borgiano jamais poderia se converter em poder absoluto, também porque a desmobilização completa do partido dominante abria espaço para o crescimento do federalismo ou de dissidências ameaçadoras, ou bem ameaçaria a projeção nacional do PRR. Além disso, a insubordinação dos eleitores dos distritos rurais de colonização europeia acrescentava um ingrediente a mais na instabilidade que circundava e sombreava a fortaleza moderadora.” (AXT, 2011, p. 157)

²³³ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3073, 27/05/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²³⁴ *Ibid.*

²³⁵ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3074, 04/06/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

O interessante é mencionar que o candidato Black, que acabou sendo de “conciliação”, teve o apoio de ambas as facções. Seria impossível que alguém dos grupos criasse nova divergência a uma determinação do próprio líder máximo, mas os respingos dessa crise interna não estariam somente definidos com a eleição municipal. A divisão da direção local era nítida e notória e novas crises poderiam aflorar sem que diretrizes, a fim de buscar uma união, fossem tomadas. Não seria interessante manter as “questões pessoais” as quais deveriam ser eliminadas, acima dos interesses partidários como eram as ideias do próprio positivismo e sempre alertadas por Borges de Medeiros.

Em relação ao pleito municipal de 1916 não houve maiores surpresas porque, como candidato único, o Coronel Mello foi novamente reeleito intendente, com 2.010 votos, mesmo com as fortes chuvas afastando parte do eleitorado local, segundo as declarações do chefe político lajeadense. Por não possuir uma legislação eleitoral que padronizasse as eleições, o pleito municipal de 1916 teve algumas peculiaridades. Em virtude da revisão eleitoral realizada durante o governo de Borges de Medeiros, foi instituída a representação da minoria, junto aos legislativos municipais e na Assembleia dos Representantes, além da proporcionalidade do voto.²³⁶ Com isso, na eleição de Lajeado, além da chapa republicana oficial, houve a inclusão de um segundo grupo de candidatos.²³⁷ E foi nestas condições que o nome de Alfredo Lopes da Silva acabou sendo sufragado pelos eleitores como representante da minoria.

Teria sido isso uma resposta contra o grupo que não apoiava seu nome e à própria determinação de Borges de Medeiros? Talvez, e em virtude do curto período de campanha, o candidato Lopes da Silva, juntamente com a facção que o apoiava, buscou uma adesão maior junto ao eleitorado. Sobre sua eleição, o Coronel Mello declarou a Borges de Medeiros que

Lopes hoje declarou que sempre foi de ideias republicanas e que está disposto a acompanhar-vos tanto que votou com seu pessoal no intendente e em seis candidatos nossos, do conselho, sempre jamais tivesse eu tratado disso com ele ou pessoa sua. Se for leal, como diz e eu pensar, a sua cooperação não será de desprezar.²³⁸

²³⁶ A representação da minoria já estava sendo utilizada em todo o país, mas somente no ano de 1913, através da lei nº 152, de 14 de julho, o Presidente do Estado concedeu a garantia do direito de representação. Com a aplicação dessa lei federal, houve a regularização por parte de Borges de Medeiros que, “a partir desse momento. Além do critério de proporcionalidade, deu-se caráter permanente ao título de eleitor e consignou-se a competência para sua expedição aos juízes de comarca, ou distritais, na condição de substitutos em caso de ausência dos primeiros.” (AXT, 2011, p. 149)

²³⁷ Conforme a ata de apuração do pleito municipal de 1916, documento n. 3077, de 01.07.1916, foram eleitos os conselheiros Christiano Dexheimer, Carlos Sporth Filho, Pedro Ruschel Sobrinho, Valentin Theobaldo Schnack e Carlos Blasi pelo primeiro grupo, enquanto que Carlos Troller e Alfredo Lopes da Silva, representando a minoria, pelo segundo grupo.

²³⁸ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3075, 20/06/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

Com isso o grupo existente na executiva composto por Leopoldo Lambert, Jacob Ruedell e José Kasper Filho acabou saindo-se vencedor diante do Coronel Diel e companhia, demonstrando o desgaste do próprio presidente da executiva na crise interna. Seu prestígio político, construído ao longo de toda implantação do castilhismo-borgismo da região, estava chegando ao final, mas, mesmo assim, conseguiu se manter na executiva por determinação do próprio Coronel Mello.

Figura 17 - Solenidade festiva em frente à Intendência Municipal de Lajeado no final da década de 1910



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Passado o sufrágio municipal, já na segunda semana do mês de agosto, ocorreram as indicações para a constituição de uma nova Comissão Executiva e como era de praxe, os membros da direção partidária deveriam ser indicados junto com o término da legislatura do executivo e legislativo municipal. O momento para efetuar as devidas mudanças e estabelecer novas diretrizes de ação dos republicanos locais caiu em tempos propícios e o intendente Mello, que se encontrava convalescendo, determinou ao Coronel Diel, então presidente da corporação partidária, que ficasse encarregado da indicação dos membros, além de “ser o portador da proposta que fazemos, depois de termos consultado a conveniência e interesse do

Partido em cada distrito, tendo em vista a dedicação e serviços prestados ao Partido pelos bons novos membros indicados.”²³⁹

Da facção contrária ao Coronel Diel, somente Christiano Dexheimer continuou junto à executiva e os demais nomes foram encaminhados para a apreciação por Borges de Medeiros, conforme a descrição do Coronel Mello de cada correligionário, dizendo que

quanto aos companheiros Dexheimer e Diel são bem conhecidos por vós. José Kober, professor particular é um dedicado companheiro de todos os tempos, capaz de bem desempenhar o cargo pois tem competência e é estimado e muito conhecido no seu distrito e no município. João Guilherme Wayss, industrialista, tem prestado muitos serviços ao Partido; é conselheiro cujo mandato termina a 20 deste e que deixou de ser reeleito a pedido seu. É homem capaz, conhecidíssimo e estimado. A indicação de meu nome para o 4º distrito é motivada por circunstâncias que o amigo Diel explicará.²⁴⁰

A aprovação da escolha da nova comissão ocorreu na ocasião em que o Coronel Diel esteve em conferência com Borges de Medeiros e nesse encontro solicitou para que o *Eminente Chefe* efetuasse a nomeação do professor Jacob Scheid Sobrinho para a 12ª aula pública do sexo masculino do distrito de Santa Clara. Acontece que Scheid Sobrinho havia sido nomeado para lecionar em outra localidade, ocasionando sua saída da localidade. Para evitar isso foi organizada uma petição solicitando sua permanência no local e na carta em que a executiva encaminhava essa solicitação e que também já tinham sido apresentadas as consequências de sua remoção pelo Coronel Diel a Borges de Medeiros, o mesmo apresentou o seu parecer. Não deixa dúvidas sobre a ligação do funcionalismo público em atender às benesses do partido, quando Borges de Medeiros mencionou para Protásio Alves, então secretário do Interior e vice-presidente do Estado

não há regra sem exceção e, no caso vertente, a reversão do professor Scheid à escola de Sta. Clara será uma exceção conveniente do que está assentado com relação as aulas rurais. Ele é influência política naquela picada e pessoalmente veio falar-me a respeito o presidente da executiva, José Diel. Podeis assim deferir o requerimento certo de que o ato será útil ao ensino e ao Partido.²⁴¹

No mesmo dia do parecer de Borges de Medeiros, o secretário Protásio Alves encaminhou seu parecer favorável à permanência do referido professor na localidade já que seria conveniente a permanência de um funcionário público colaborando com o crescimento e a divulgação dos ideais republicanos. O professorado era uma função determinante para que

²³⁹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3078, 12/08/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS). A proposta levada para Borges de Medeiros incluía os seguintes membros: Christiano Dexheimer (1º distrito – Lajeado); Coronel José Diel (2º distrito – Santa Clara); José Kober (3º distrito – Fão); Coronel João Batista de Mello (4º distrito – Arroio do Meio) e João Guilherme Wayss (5º distrito – Nova Berlim).

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3079, 23/08/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS). O sublinhado é do próprio Borges de Medeiros.

isso acontecesse pois era ele quem formava o novo exército de votantes ao alfabetizar a população colonial.²⁴² Por isso a importância que os republicanos tiveram durante esse período na implantação de aulas subvencionadas nas áreas coloniais, além de fazer com que a língua vernácula fosse aplicada para evitar que se formassem os chamados “quistos étnicos”, tão combatidos já na Primeira Guerra Mundial, mas principalmente na Segunda Guerra.

Parecia que a crise interna do partido em Lajeado havia cessado com o início no novo mandato do Coronel Mello na chefia intencional e com a constituição da nova executiva e ainda, no ano de 1916, foram efetuadas três nomeações pela Comissão Executiva. Com a solicitação de demissão do titular, o correligionário João Aleixo Hermenam fora designado para ser escrivão da coletoria estadual da vila com a justificativa de nomeação apresentando “ter já servido na dita repartição e haver também sido notário provisório ou interino algum tempo, dando bom desempenho a seu lugar.”²⁴³ Em setembro, Otto Lorenz foi nomeado para ser o primeiro suplente do Juiz Distrital do Fão, 3º distrito, no lugar do demissionário José Pedro Fernandes. No começo de outubro, ocorreu a permuta entre os coletores federais das vilas de Lajeado e Bento Gonçalves, Manuel Joaquim da Silva e Vicente da Costa Ventura respectivamente, que já haviam se desentendido com o Coronel Mello num outro período.

Em plena Primeira Guerra Mundial o Tiro de Guerra 239, localizado no distrito de Santa Clara, encontrava dificuldades para a continuação dos exercícios finais de instrução. Isso acontecia devido à falta de armamento disponível e para tal finalidade, o Tte. Ayrton Plaisant solicitou, junto ao comando superior, no final de 1916, que fossem remetidas armas para a conclusão dos sócios, pois “faltando-lhes apenas saber o manejo das armas de guerra porque, embora solicitasse por meses, essa sociedade ainda não recebeu armamento.”²⁴⁴

Com essa finalidade, em junho do ano seguinte, já com o Brasil declarando-se em estado de guerra contra a Alemanha, o Tte. Ayrton e José Diel, presidente do Tiro, solicitaram a intervenção de Borges de Medeiros através do Coronel Mello. O chefe político local remeteu uma carta justificando que “sem linha de tiro cujos trabalhos estão muito adiantados, em poucos dias estará terminada, tornando-se indispensáveis as armas para os exercícios

²⁴² É de suma importância trazer a discussão o papel do professorado durante o período aqui estudado. Tratava-se de uma das principais funções para divulgação e ampliação da ideologia castilhistaborgista, sendo um dos mais relevantes instrumentos que o poder estadual concedia para os chefes intencionais. A indicação de um professor para adentrar a rede de compromisso borgista estaria alinhada aos interesses locais, “além da melhoria geral nos padrões de vida da população, o investimento em educação era uma ferramenta privilegiada de doutrinação política e criava, ainda, exércitos de novos eleitores, desde que a alfabetização constituía um requisito para o sufrágio, projetando o Estado em escala política nacional. A educação era, portanto, estratégica para a sustentação política e inserção nacional da elite dirigente gaúcha.” (AXT, 2011, p. 133-134)

²⁴³ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3080, 31/08/1916, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁴⁴ Carta de José Diel, Ayrton Plaisant e João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3083, 05/06/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

respectivos.”²⁴⁵ Mas qual seria o motivo de tal demora no repasse do armamento? É o próprio Mello quem busca esclarecê-lo. A desconfiança por parte das autoridades militares poderia ser um dos motivos já que o Tiro de Guerra, composto por 236 elementos, era “em sua maioria de descendentes em terceira e quarta geração de colonos alemães”.

Figura 18 - Primeira diretoria do Tiro de Guerra nº 239 do distrito de Santa Clara, em 1918.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Apesar disso e com o intuito de amenizar qualquer tipo de desconfiança em um possível “levante alemão” em solo brasileiro, o intendente anunciou que “todos esses moços são e se consideram brasileiros, e nós, bem como o sr. Tenente Ayrton Plaisant, quem com eles convive a muitos meses, garantimos que, em qualquer emergência estão todos prontos para servir à nossa Pátria.”²⁴⁶ Não demorou muito para vir uma resposta do quartel geral da 7ª região militar comandada pelo Gen. Mesquita.²⁴⁷ Quatro dias após a solicitação encaminhada a Borges, o próprio comandante apressou-se em conceder, por empréstimo, noventa armas sem cobre para o referido Tiro de Guerra.

Mesmo que houvesse alguma espécie de desconfiança, por parte das autoridades militares, o descaso no cumprimento de pedidos feitos pelos chefes políticos coloniais era uma constante. A demora em atender certas solicitações era uma tática do sistema borgista, que pelo motivo da própria burocracia interna do governo com sua centralização total de qualquer decisão tomada nas colônias ou como forma de averiguar a necessidade real de tais

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Carta de Gen. Mesquita a João Batista de Mello (Anexo 1, n. 3083, 09/06/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

pedidos e seus possíveis desenrolamentos. A centralização em Borges de Medeiros era tão presente que até para questões federais e de nível militar dependiam de suas intervenções. Comprovava, com isso, a importância do papel do chefe político local dentro da rede de compromisso assumido com as demais autoridades coloniais e a cada pedido atendido, seu prestígio aumentava, já o não atendimento deveria ser bem exposto para evitar possíveis e eminentes rupturas e não dar mais “armas” para os inimigos.

É com essa visão que o Coronel Mello busca resolver a principal crise étnica durante sua longa administração intencional e se em Santa Clara, reduto histórico republicano, as solicitações tinham certa prioridade em função da retribuição de apoio à chefia política, com o então distrito de São Gabriel [atual município de Cruzeiro do Sul] a preocupação deveria ser maior porque era nessa localidade que os federalistas geralmente se reuniam e buscavam aglutinar alguma força política de oposição aos republicanos.

Por isso qualquer intriga poderia resultar em conflito e “alguns inimigos podem explorar o caso como questão de raça e religião”, utilizando esses pretextos para buscar eleitores opositoristas. E foi o que ocorreu no final de janeiro de 1918, quando, em virtude da Guerra Mundial, houve a proibição do uso cotidiano de alguns costumes e principalmente da língua alemã nas colônias. Mas o padre católico da sede do distrito continuou mantendo seus rituais religiosos na língua estrangeira, inclusive, segundo Mello, “continuando a ensinar nessa língua a doutrina às crianças em preparo para a primeira comunhão.”²⁴⁸

O caso chegou ao conhecimento do subdelegado da localidade que tratou logo de comunicá-lo ao Coronel Mello ganhando maior repercussão quando o padre fora chamado à atenção pela autoridade local e “ter querido continuar a pregar em alemão e declarado que a igreja pertencia aos alemães.”²⁴⁹ Na presença dos fiéis, o referido subdelegado teve que buscar reforços da força policial da sede municipal, em Lajeado, mas, mesmo com a presença do Coronel Mello e de sua guarda, os ânimos se exaltaram ao ponto de ocorrerem agressões físicas entre elementos teuto-brasileiros e nacionais. Ao presenciar essas agressões e sem poder de negociação entre os envolvidos, Mello telegrafou imediatamente a Borges de Medeiros solicitando a intermediação de uma força da Brigada Militar para manutenção da ordem, pois a quantidade de pessoas envolvidas era muito maior que os agentes municipais.

As dificuldades em apaziguar a situação chegaram ao extremo quando o intendente relatou em carta a Borges de Medeiros duas situações de agressão física envolvendo “questões de nacionalidade”. Submergindo ainda as pregações em alemão do padre, Franz Engel e

²⁴⁸ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3087, 28/01/1918, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁴⁹ Ibid.

“alguns brasileiros” entraram em vias de fato após os ânimos se alterarem, mas a situação não ficou só nisso, mesmo com o Coronel Mello deixando uma patrulha na localidade a fim de combater qualquer princípio de exaltação de ânimos.

Mais tarde, já com a ordem estabelecida e o retorno do chefe intencional à sede do município, o delegado de política, que ficara à noite em São Gabriel como responsável da patrulha e autoridade legal, foi chamado para atender outro conflito. Após dar “vivas à Alemanha e morras ao Brasil”²⁵⁰ diante um grupo de nacionais, Guilherme Jacob e Guerino Flores, foram almeçados com pedrada no ventre e saíram feridos do confronto.

Houve a necessidade do retorno de Mello a São Gabriel porque a poeira ainda não havia baixado e, então, percebendo novos focos de conflito, o intendente relatou “esses desagradáveis acontecimentos” a Borges pedindo “a vinda de um empregado da Chefatura, pois apesar de confiar no delegado que tem cumprindo o seu dever, uma pessoa estranha poderá tomar melhores providencias.”²⁵¹ Essa desconfiança do delegado por parte de Mello provavelmente advinha de um posicionamento do mesmo diante da situação, pois o intendente continuava relatando que com a vinda de um emissário do governo do Estado se poderia precisar “sobre os fatos passados e condições em que nos encontramos aqui”.

Mesmo não conhecendo o desenrolar da situação, como se houve mesmo a necessidade da presença de um corpo da Brigada Militar ou de um possível emissário da Chefatura de Polícia da Capital, o Coronel Mello julgou esses casos como uma “situação bastante grave” pela exaltação dos ânimos e pelas constantes investidas dos federalistas na localidade. Outras cartas do ABM/IHGRGS irão comprovar essa preocupação já que havia o medo de uma nova investida dos opositoristas nas sedes coloniais de Lajeado e de Estrela retornaram com a Revolução de 1923, mas sem a mesma força presenciada no conflito de 1893-95.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Ibid.

3.3 – A crise política e o afastamento do Coronel Diel

Em meio a questões étnicas e preocupação com a arregimentação dos federalistas na região, o Coronel Mello deveria administrar mais uma crise dentro da direção partidária, a qual novamente envolvia o Coronel Diel. Na manhã do dia dez de setembro, a executiva esteve reunida para debater a questão da qualificação eleitoral para o pleito federal que estava marcada para o mês de novembro. No término da reunião, o presidente Diel declarou que não se encontrava mais motivado para permanecer à testa da direção partidária e solicitou sua demissão do cargo, cuja decisão deixou espantados os integrantes da executiva que interpelaram quais seriam os motivos para tal posição drástica e por que esse pensar e proceder do Coronel Diel. Como já era de conhecimento público, declarou José Diel que se achava “incompatibilizado e sem ânimo para trabalhar como presidente da executiva” pelo fato de

o inspetor dos impostos de consumo o multou, não lhe tendo sido permitido o direito de defender-se de modo algum, como se verá dos respectivos autos, apesar de ter procurado fazê-lo, e que, ultimamente soube que terá que entrar com mais de três contos de réis para os cofres do Estado proveniente da dita infração.²⁵²

Como esse importante desembaraço deveria ter a apreciação de Borges de Medeiros, os membros da executiva autorizaram o Coronel Mello que comunicasse de antemão ao Presidente do Estado os motivos para essa sua demissão. Dando mais informações sobre o fato do Coronel Diel ter sido autuado pela fiscalização, o intendente Mello comunicou a Borges de Medeiros que o coronel estaria entrando na justiça a fim de reverter a multa e ainda processar o fiscal, o qual seria um desafeto seu. O advogado Frederico Schardong Filho, cunhado de Diel, foi quem elaborou seu recurso, solicitando que o processo não parasse na primeira instância. O Coronel Mello, descontente com a atitude de José Diel, mencionou na missiva direcionada para Borges de Medeiros que

aconselhamos ao Cel. José Diel que liquidasse com o Estado o seu débito de selos de fumo, de acordo com o processo que lhe foi instaurado pelo inspetor federal de impostos de consumo e que continuasse, como antes fazia a trabalhar pelo Partido, mas ele declarou que não lhe convinha isso por que foi multado por vingança política e que o seu processo não decorreu os trâmites legais e foi abafado pela Delegacia, desprezando completamente a sua defesa com o abandono do recurso que fez e se acha nos respectivos autos, e que dependia de 2ª instância a decisão.²⁵³

²⁵² Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (Anexo 2, n. 3085, 11/09/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁵³ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 3085, 11/09/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

Ora, além de estar devendo para o Estado os impostos pertinentes à sua fábrica de charutos e se negar pagá-los – por isso fora multado –, também acreditava estar sendo perseguido pela polícia e pela justiça por não deixá-lo se defender das acusações. Dentro das diretrizes do positivismo, a atitude do Coronel Diel seria desprezada, inclusive pela tentativa de utilização de sua imposição política diante da lei e todo o seu prestígio político, que confiava em poder utilizá-lo para barrar qualquer interferência contra suas atitudes e condenadas pelos próprios companheiros de partido, foi menosprezado pelos membros da executiva e pelo Coronel Mello.

É por isso que o intendente inicia sua carta de explicações ao *Ilustre Chefe* dizendo que o Cel. Diel “não calculou a desastrosa atitude que assumiu para com o Partido, por ignorância, pois pensava que seríamos solidários com seu procedimento incorreto motivado por interesses pessoais e pecuniários.”²⁵⁴ A preocupação diante desse fato por parte do Coronel Mello dizia respeito ao poder que José Diel detinha junto ao eleitorado e aos correligionários do distrito de Santa Clara, sendo a localidade interiorana de maior população e com uma posição econômica privilegiada. Por isso, pensando em evitar qualquer esfacelamento dos poderes na localidade, e de seu grau de influência, o intendente Mello buscou amenizar a situação junto a José Diel, o qual o ameaçou dizendo que nem “se qualificaria nem deixava que seus filhos, genros e amigos o fizessem.”

Diante dessa advertência, o Cel. Mello passou a acusar Diel de suas intenções nocivas para com os interesses partidários e para o próprio andamento das políticas republicanas locais. A primeira acusação seria uma chantagem de Diel, quando Mello afirmou que “pensava que lhe fosse dissolvida a importância da multa devido a intervenções da política, ele se entusiasmava e dizia que no dia que quisesse qualificaria 200 homens.”²⁵⁵ O intendente prossegue dizendo que a “leviandade de manifestar-se de tal modo que surpreendeu alguns dos membros, que como eu e o Dexheimer, não estavam ao fato das descabidas pretensões do Cel. Diel, por que residem em outros distritos e poucas vezes com ele se encontram”²⁵⁶ – em relação ao fiscal e ao Delegado de Polícia, supostos inimigos políticos de José Diel.

O Coronel Mello, além de considerar uma atitude descabida e de má fé, ainda anunciou seu total desprezo pela atitude de cunho pessoal, alegando que

Todos porém julgam nada ter a política que ver com a multa do Cel. Diel, lastimando apenas o fato, como eu faço. Sinto-me sem ânimo para defendê-lo, embora seja seu compadre e reconheça que prestou, por longos anos, bons serviços ao Partido. Desde o fato do

²⁵⁴ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3085, 11/09/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ *Ibid.*

desaparecimento dos livros eu fiquei pesaroso por que isso é a prova evidente da sua culpabilidade, pois se ele fosse inocente não temeria o exame requerido pelo inspetor, na sua escrituração.²⁵⁷

O destino do Coronel Diel dentro da direção partidária estava totalmente comprometido e não haveria mais clima para que ele permanecesse à frente das decisões tomadas pela executiva mesmo que fosse julgado pela justiça em relação ao seu recurso, sua atitude já tinha sido condenada veementemente pelos partidários da corporação. E mesmo que fosse apresentado algum tipo de apoio na continuação de Diel na executiva, a situação era de cunho público, o que iria prejudicar qualquer tipo de posição do partido diante dos demais correligionários e foi por isso que seu pedido de demissão fora aceito por Borges de Medeiros.

O interessante para entendermos o funcionamento da rede de compromisso e como se tornava complicado bater de frente sem deter respaldo por liderança hierárquica é que o caminho para um domínio hegemônico na constituição da rede foi determinante para o poder do Coronel Mello. Não que o intendente encontrasse em Diel um empecilho quanto ao domínio total dos interesses partidários – já que Mello utilizou por anos seu grau de influência em Santa Clara – mas ela poderia ser mais completa se seus integrantes fossem de sua indicação. É justamente com essa intenção que Mello afirmou que “se o Partido perder em Santa Clara alguns companheiros, íntimos do Cel. Diel, o fato moralizador da executiva não pactuar com ele fará seguramente com que possamos reunir maior número de correligionários no município.”²⁵⁸ E foi exatamente isso que ocorreu após a determinação do afastamento do Coronel Diel da direção partidária por Borges de Medeiros.

As novas diretrizes partidárias enviadas pelo chefe palaciano vieram quase um mês depois da apresentação dos acontecimentos. Na metade do mês de outubro, Borges de Medeiros determinou o afastamento do Cel. Diel da executiva e promoveu o intendente como presidente da corporação. O administrador do executivo intencional também era o presidente da corporação partidária, ou seja, a partir dessa determinação o Coronel Mello tornava-se o chefe republicano lajeadense com o total respaldo de Borges de Medeiros, construindo com isso sua hegemonia política.

Em carta enviada ao *Ilustre Chefe* comunicando ter assumido a direção partidária em sessão extraordinária da executiva, o Coronel Mello citou o arrependimento do Cel. Diel por toda a situação criada, “mostrando-se pesaroso e abatido.” Mesmo aceitando os pedidos de desculpas e dizendo – pela executiva – “pensamos que procedendo assim fomos generosos

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

para um companheiro de anos”²⁵⁹ o processo de qualificação para a eleição federal, que estava sendo feito pelo Cel. Diel, foi passado para Deodato Borges de Oliveira²⁶⁰ e apresentado por Christiano Dexheimer e aprovado pelos correligionários. Oliveira era casado com uma das filhas do intendente, que como propósito da qualificação, acabou assumindo o tabelionato distrital, fazendo com que o círculo de influência do Coronel Diel diminuísse com essa decisão, principalmente, porque “pelo contato com a população está muito relacionado ao distrito e seu emprego o torna mais apto que outros para esse fim.”²⁶¹

Com o domínio total da política republicana e como representante do borgismo no município, o Coronel Mello conseguiu montar uma sólida rede de compromisso que assegurou, de forma tranquila, a sua quarta reeleição consecutiva para a intendência. Nesse período, do término da Primeira Guerra Mundial até anteceder ao pleito estadual de 1922, o mandato de João Batista de Mello transcorreu sem grandes interferências internas ou de oposição. A indicação para concorrer novamente à reeleição do Coronel Mello aconteceu em abril de 1920, na sessão extraordinária da comissão executiva, que, na ocasião, estava composta pelos correligionários João Guilherme Wayss, Christiano Dexheimer e José Kober e presidida pelo intendente Mello.

Na mesma reunião ficou definida a nomeação de Carlos da Silva Gravina para ocupar uma das vagas na executiva, em função da saída de José Diel. Gravina era escrivão do cartório de registro de Arroio Grande, localidade esta pertencente ao distrito de Arroio do Meio.

Na oportunidade ficou determinada a nominata dos candidatos republicanos para o Conselho Municipal, sendo lembrados diversos companheiros e escolhidos pela executiva

José Weiler Filho, agricultor, residente no povoado Santa Clara;
Augusto Schlabit, industrialista, residente nesta Vila;
José Luis Ruschel, agricultor, residente na picada Carneiros;
Eugênio Henrique Bender, comerciante, residente no povoado de São Gabriel;
Carlos Troller, comerciante, residente no povoado Conventos;
Felipe Henrique Scherer, comerciante, residente no povoado de Marquês de Souza;

²⁵⁹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3086, 22/10/1917, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁶⁰ Deodato Borges de Oliveira, funcionário de confiança do Coronel Mello, veio de Taquari como tipógrafo, em abril de 1903, para trabalhar nas oficinas do Jornal Alto Taquary. Em outubro de 1904 é nomeado porteiro e contínuo da intendência por Mello. Em quatro de dezembro de 1908, é promovido como auxiliar da tesouraria, no momento em que namorava Júlia de Mello, uma das filhas do intendente. As núpcias ocorreram em 28 de julho de 1910 e tiveram 12 filhos. É promovido novamente para ocupar o cargo de escriturário da intendência. Em 1911, junto com outros desportistas, fundam o Clube Esportivo Lajeadense, sendo escolhido presidente. Assume o cartório distrital de Santa Clara, onde permanece por décadas. Nas eleições municipais de 1950, é eleito vereador de Lajeado pela UDN (União Democrática Nacional), para o mandato de 1951-55.

²⁶¹ Ibid.

Frederico Waldemar Moesch, comerciante, residente na picada Arroio Grande.²⁶²

Em relação à constituição dessa nominata, podemos observar a predominância de uma certa atividade profissional dos membros mencionados, ou seja, dos sete correligionários mencionados, quatro desempenhavam a função de comerciante, dois eram agricultores e um industrialista. Em tese, normalmente o industrialista também desempenhava a função de comerciante, pois vendia seus produtos manufaturados para as vendas da localidade ou da vila.²⁶³ Em um município, como em todos os núcleos coloniais existentes na região do Alto Taquari, a predominância era de pequenos agricultores, mas com o acúmulo da produção e a exportação do excedente para os grandes centros comerciais e a forte economia dos comerciantes e industrialistas distinguia-se frente aos demais.

O pleito foi realizado em 20 de junho sem grandes novidades e em chapa única, o Coronel Mello permaneceu à frente da administração intencional com 2.012 votos. A indicação do vice-intendente, por parte da executiva, ocorreu somente em novembro de 1920. Reunidos os membros da direção partidária, “por unanimidade foi deliberada indicar-se para esse cargo o sr. Christiano Dexheimer, que serviu no anterior quadriênio e tem prestado os melhores serviços ao Partido.”²⁶⁴

Num imenso imbróglio judicial que já estava se arrastando desde a implantação do sistema republicano no país, a questão Ubatuba apresentava seu desfecho final. Os sucessores da família Ubatuba estavam reivindicando a posse das terras que foram sendo colonizadas na região da localidade de picada Boa Esperança²⁶⁵, atual município de Cruzeiro do Sul. Como o Estado havia enquadrado essa extensa área de terras como devolutas e dividida em lotes coloniais para comercialização, os membros da família entraram na justiça para reintegrar a posse da terra. Enquanto corria o processo, que atingiu o Supremo Tribunal Federal, alguns indivíduos buscavam amedrontar os moradores da picada com supostas novas cobranças dos

²⁶² Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 3089, 26/04/1920, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁶³ Aqui devemos elucidar a importância que a comercialização dos produtos nas chamadas vendas de secos e molhados exercia nos núcleos coloniais. Tornando-se peças-chave no desenvolvimento colonial, as vendas “foram, sem dúvida, um locus coloniais privilegiado, onde vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e tomavam partido nas mais diversas situações.” (WITT, 2014, p. 244) Devemos lembrar que a configuração da elite colonial na região aqui estudada consistia de inúmeros comerciantes e/ou industrialistas, demonstrando o poder de influência na rede de compromisso borgista por seu status econômico.

²⁶⁴ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 3091, 13/11/1920, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁶⁵ A picada da Boa Esperança – que se situava entre as vilas de Lajeado e Venâncio Aires – foi constantemente envolvida nos movimentos revolucionários de 1893-95 da mesma forma como praticamente todas as linhas coloniais da região. O descontentamento em função do conflito armado entre republicanos e federalistas fez com que a maioria da população se inclinasse em favor dos federalistas. O mesmo acontecia com os moradores da Barra do Sampaio, da picada São Gabriel, da picada Arroio Grande e das redondezas. Por essa aproximação com os opositoristas, depois da implantação do castilhisismo-borgismo, essas localidades sempre foram uma preocupação para as lideranças intencionais lajeadenses. (SCHIERHOLT, 1989, p. 144)

lotes adquiridos. E essa boataria em relação às decisões do tribunal causaram dores de cabeça ao intendente Mello, que sempre esteve à frente na defesa dos colonos, donos definitivos dos seus lotes.²⁶⁶

Mesmo com o tribunal decidido em favor dos moradores, no final do ano de 1920, o Coronel Mello apresentava a Borges de Medeiros novos problemas envolvendo essa questão antiga e estava comunicando também que mesmo com a definição da posse dos lotes,

muitos deles não compareceram em juízo, motivo pelo qual o Superior Tribunal os excluiu, isto é, por serem revéis, não julgou em favor deles também a prescrição [...] Agora o sr. Vigo Thompson tem, como associado dos sucessores da família Ubatuba, procurando vender particularmente aos moradores que não compareceram em juízo as terras em que se acham há longos anos e das quais possuem escrituras legais.²⁶⁷

Como alguns advogados eram da opinião que estes colonos aguardassem uma nova ação dos sucessores dos Ubatubas para buscar a respectiva defesa, o intendente Mello solicitava para o *Ilustre Chefe* que fosse dada a devida atenção ao caso, como anteriormente, lembrando da situação para o desembargador André da Rocha. A preocupação do chefe republicano local com o caso era também a de todos os colonos envolvidos nessa situação. Conforme mencionado na ata da sessão, “muitas famílias ficariam na miséria se fossem despejadas das terras a que tem tanto direito como aqueles em favor de quem o Tribunal julgou a prescrição, pois residem nessas terras desde muito tempo.”²⁶⁸

Com o desenrolar das eleições estaduais de 1922, a contestação das políticas borgistas, as crises política e econômica que o Rio Grande do Sul atravessava e a aglutinação da oposição ao borgismo em torno do nome de Assis Brasil, o cenário estava propício para um novo levante contra Borges de Medeiros. Já com a eclosão do conflito conhecido como a Revolução de 1923, iniciada no dia 25 de janeiro, por ocasião da posse do novo mandato de Borges de Medeiros. Prevendo o mesmo desfecho da Revolução Federalista na região, o Coronel Mello mandou uma missiva ao Eminentíssimo Chefe no final de fevereiro, demonstrando

²⁶⁶ A ocupação das terras, inclusive por caboclos que era uma constante na região, o Coronel Mello sempre buscava tratar esses casos com muita prudência. Via nos humildes caboclos trabalhadores “laboriosos” e que “merecem proteção do Governo”. Em diversas cartas encontramos essa questão sendo levada ao conhecimento de Borges de Medeiros. No final do ano de 1912, Mello diz: “penso que muitos dos ocupantes são laboriosos e vivem da agricultura todos eles. Alguns ocupam as terras há mais de 30 anos, sendo prova disso às laranjeiras e outras árvores frutíferas que ai existem plantadas.” Como proposta para promover “a estabilidade dos atuais ocupantes”, o intendente propôs a desapropriação dessa zona de terras com o “Estado poderia criar um importante núcleo colonial, indenizando os proprietários [...] como aconteceu com o florescente núcleo de Anta Gorda [...]” Vamos encontrar situações idênticas na região de divisa entre os atuais municípios de Soledade e Arvorezinha, sendo que na oportunidade os pequenos posseiros acabarem sendo forçados a se retirarem para locais mais ao norte do Estado.

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (Anexo 1, n. 3091, 13/11/1920, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

uma certa preocupação com o andamento do acirramento dos ânimos e uma possível invasão das vilas existentes em torno do Rio Taquari.

As lembranças do conflito armado para a implantação do castilhismo já estavam sendo revividas pelos antigos correligionários republicanos e traziam grande apreensão à população colonial. As repressões e violências vividas pelos colonos moradores das picadas distantes das vilas eram uma apreensão por parte das lideranças intencionais e por isso a suspeita de uma possível conspiração pelas tropas assistidas que estavam sendo formadas, principalmente no norte do Estado, trouxe uma ansiedade para todo o vale. Confirmando o envio de um telegrama a Porto Alegre anunciando o possível conflito, o Coronel Mello remete uma missiva alertando sobre essa eminente possibilidade de sublevação dos adversários federalistas.

Como o momento era de especulações e as informações poderiam ser inverdades com a intensão de desviar o foco para ações temerárias para o domínio das repartições públicas por revolucionários, o intendente Mello recebia informações de seu emissário da localidade de Demanda e do povoado de São Gabriel. Ambos os lugares eram conhecidos por ter elementos assistidas e com isso a meta das pessoas de confiança do intendente era nutrir com as informações mais precisas possíveis a fim de tomar as devidas providências. Conforme esse correligionário borgista confirmava a Mello que

Aníbal Geraldo e outros chefetes conferenciam diariamente com cabecilhas que tomaram parte na outra revolução maragata, não só desde município como de Venâncio Aires, Santo Amaro, Estrela e até de São Jerônimo, de onde acaba de chegar um tal de Rego, o qual alardeou haver tomado parte no assalto a São Sebastião do Caf.²⁶⁹

A grande inquietação do intendente era em relação aos marinheiros que trabalhavam ao longo do Rio Taquari, nos diversos portos existentes em seus barrancos. Mello alegava com preocupação que os maragatos disponibilizavam “de elementos entre os marinheiros, pois foram todos embarcações e conhecem o pessoal do rio, que é numeroso e fácil de ser mal encaminhado.”²⁷⁰ Segundo as informações que eram colhidas entre os possíveis sublevados, em poucos dias as vilas de Lajeado e Estrela seriam invadidas no mesmo momento. Como sabia que havia movimento pelo lado revoltado, o Coronel Mello tomou algumas medidas no sentido de defender a vila e as repartições públicas.

Providenciando, junto com alguns correligionários dispostos a combater qualquer tentativa de assalto à vila, o armamento que estava disponível na intendência era composto por dez mosquetões *Combleins* e somente 300 cartuchos, que, segundo o Coronel Mello, eram

²⁶⁹ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3092, 22/02/1923, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁷⁰ Ibid.

muito antigos. Em relação a essa pouca força de artilharia, o chefe local solicitava o deslocamento de um batalhão da Brigada Militar para resguardar os principais prédios da vila. Lembrando o conflito anterior, quando Lajeado e Estrela foram invadidos e dominados por tropas lideradas por José Altenhofen e Aníbal Geraldo, o Cel. Mello comentou que

Assisti nesta Vila ao combate trazido pelo mesmo Aníbal Geraldo que foi derrotado, na revolução passada, porém tínhamos aqui 21 praças do Exército e 41 companheiros bem armados e municados. Agora podemos dispor de 45 companheiros porém de 15 armas de guerra somente, dentro da Vila, inclusive as da municipal. Não é pois sem razão o meu pedido em telegrama e a presença de alguns praças da Brigada virá dar ânimo aos companheiros e infundir respeito aos adversários [...]²⁷¹

Essas advertências do eminente conflito armado entre borgistas e assististas estava muito vinculado à boataria que corria entre ambos os lados do conflito. A informação de que Aníbal Geraldo estava na liderança do possível levante era confirmada por todos, principalmente pelas conferências públicas que o mesmo promovia para atrair os elementos contrários ao borgismo. Alguns moradores comunicavam as autoridades policiais para delatar o movimento suspeito pelas colônias limítrofes dos municípios de Lajeado com Venâncio Aires, como Campo Branco, Sete Léguas, Boqueirão, Demanda e São Gabriel. Os emissários de Aníbal eram vistos desembarcando nos portos da região, pernoitando em casas de companheiros e esperando possíveis ordens dos comandos superiores da revolução que já dominavam vilas da região norte do Rio Grande do Sul.

O interessante desse único documento do ABM referente a Lajeado envolvendo os imbróglis do conflito armado de 1923 é a apreensão do intendente Mello em relação a uma possível invasão da vila. As lembranças da guerra de 1893-95 não retornaram só para as autoridades, mas também aos moradores das localidades distantes da sede devido às cicatrizes ainda abertas pelas divergências políticas eclodidas em toda região na implantação do castilhismo. No término dessa missiva, o Cel. Mello deixa claro um dos propósitos do novo conflito entre as lideranças políticas do Estado, quando afirma que entre os assististas da região estavam sendo aconselhados “que sua gente assalte algumas localidades para obrigar o Dr. [Arthur] Bernardes a intervir ou manterem alguns lugares em sobreassalto [sic] até a reabertura do Congresso.”²⁷²

Os revolucionários esperavam que a intervenção federal fosse rápida e que o conflito encerrasse com um acordo entre borgistas e assististas, mas não foi isso o que aconteceu. A guerra civil se estendeu até o final do ano e trouxe uma grande apreensão na região e mesmo

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid.

não ocorrendo combates iguais aos da Revolução Federalista houve somente arregimentação de Corpo Provisório e passagem de tropas de ambos lados.

Nas regiões coloniais, a questão do término das reeleições dos intermináveis coronéis intencionais foi uma abertura para a ascensão de novas lideranças no jogo político local. A eleição de imigrantes ou descendentes ítalo-germânicos demonstrou um marco para as colônias, que sempre foram administradas por pessoas chamadas “de fora”, e que nem sempre possuíam vínculos com as localidades que dominavam de forma, aparente e hegemônica. Isso é notório em toda região colonial do Alto Taquari, quando ocorreram as eleições de Carlos Fett Filho, em Lajeado, André Marcolino Mallmann, em Estrela e Antônio De Conto, em Encantado. Com isso, houve a necessidade de recompor uma nova rede de compromisso com dissidentes e opositores, dividindo o poder local com novos atores políticos. Em alguns lugares, a substituição de antigos desafetos políticos foi notória, além de compartimentação de poder com borgistas e assististas que comprovou a complexidade em articular todas as forças existentes.

Com a alteração da constituição gaúcha, as leis orgânicas dos municípios tiveram que passar por uma harmonização em seus artigos, principalmente nos quesitos referentes ao intendente e às eleições. Em fevereiro de 1924, o Cel. Mello se mostrava preocupado em atender os prazos referentes à publicação do projeto de alteração da lei orgânica pelo Conselho Municipal. Como a eleição municipal sempre era realizada no dia 20 de junho encerrava-se o mandato em 20 de agosto, o chefe político local procurava orientações pertinentes com Borges de Medeiros para a uniformização das leis eleitorais, já que “a nossa lei eleitoral ficará completamente alterada, e, em vista das providências tomadas pelo Governo do Estado, em 1914.”²⁷³

²⁷³ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3095, 11/02/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

3.4 – Carlos Fett Filho e o esfacelamento do PRR local

Atendido os prazos e realizada a reforma da lei orgânica, em 20 de junho ocorreram as eleições municipais e ao contrário do município vizinho de Estrela, onde a oposição lançou candidato, em Lajeado a situação republicana permaneceu dominando a intendência. Carlos Fett Filho foi escolhido para concorrer ao cargo máximo no município, tendo como vice-intendente o Coronel José Diel. A vitória foi de 1.437 votos para Fett Filho, enquanto que Diel recebera 1.137 votos, já que para o cargo de segundo mandatário o republicano dissidente Christiano Dexheimer se lançara candidato, recebendo 425 votos. Para o Conselho Municipal os republicanos conquistaram seis das sete vagas, ficando somente uma para a oposição, representada por Pedro Breidenbach.

Figura 19 - Posse de Carlos Fett Filho, em 1924, na cancha de João Zart, junto com José Dias de Andrade, Jacob Leopoldo Heineck, Christiano Lampert, Álvaro da Costa Mello, Deodato B. de Oliveira e Mário Lampert.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Somente uma observação importante em relação ao Coronel José Diel, que fora resgatado do ostracismo político por indicação do então candidato Carlos Fett Filho. Qual seria o pretexto de Fett Filho de ter exigido o Cel. Diel como candidato a vice-intendente? Fica complicado responder à falta de documentação relativa à convenção da executiva na

escolha da chapa republicana. Mas algumas hipóteses podem ser aventadas. Com o término da hegemonia política do Coronel Mello, que não poderia mais concorrer devido ao Pacto de Pedras Altas, toda a sua rede de compromisso iria ser revista, principalmente pela pressão que a dissidência e a oposição estavam exercendo para atender à reivindicação dos revoltosos de uma “democratização” das políticas intencionais.

Como o predomínio borgista estava sendo esfacelado, novas negociações se faziam necessárias nesse novo contexto político e é bem provável que a indicação do Coronel Diel teria sido uma resposta por parte dos republicanos que não aceitaram bem a sua saída de cena da política local. Inclusive tendo toda a interferência por parte de Borges de Medeiros, ao aceitar sua demissão ou talvez o novo mandatário também buscasse agregar os republicanos do distrito de Santa Clara, que voltariam a ter um representante político forte junto à direção do partido. É bem provável que o Cel. Diel achava-se um sucessor natural para ocupar o cargo de intendente, em virtude do seu prestígio como soldado defensor da causa castilhistaborgista, mas se deparava com a autoridade e a preferência de Borges de Medeiros pelo Coronel Mello.

Sobre o pleito ocorrido, o intendente Mello enviou uma missiva ao chefe palaciano relatando os acontecimentos locais, alegando que “a eleição, em todo o município, correu em completa calma e ordem sem que houvesse um só protesto nas dez mesas”, e que os “nossos adversários não apresentaram candidato a intendente, já por conhecerem-se fracos.”²⁷⁴ Sobre a disputa do vice-intendente, Mello deixou claro que a candidatura dissidente de Christiano Dexheimer foi pretensiosa e amparada pela oposição porque fora conselheiro municipal, vice-intendente indicado pelo próprio Cel. Mello por dois mandatos e membro efetivo da Comissão Executiva por anos. Quais pretextos motivariam Dexheimer a buscar respaldo na oposição? Aparentemente, a escolha de Carlos Fett Filho não foi do agrado dele e por isso resolveu se desligar do Partido Republicano e se alinhar aos opositoristas. Isso demonstra que a indicação de Fett Filho não ganhou a totalidade entre os correligionários republicanos e sua candidatura a vice-intendente poderia ser uma forma de averiguar seu prestígio junto ao eleitorado lajeadense para futuros pleitos.

Carlos da Silva Gravina foi um dos protagonistas da principal crise política em que o Coronel Carlos Fett Filho teve que enfrentar durante seu mandato intencional. Devotado correligionário republicano, Gravina exercia a função de escrivão do registro geral da localidade de Arroio Grande, então distrito de Arroio do Meio, quando fora convidado a fazer

²⁷⁴ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3097, 21/06/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

parte da direção política e essa indicação, que na oportunidade fora aprovada por unanimidade, era um reconhecimento da própria executiva e do Coronel Mello pelos serviços prestados durante os pleitos municipais e federais sempre se demonstrando interessado em buscar qualificar mais eleitores nas regiões coloniais e propagando o ideal castilhista-borgista. Abnegado soldado republicano, Carlos Gravina tentava conquistar um espaço entre as figuras que estavam surgindo no meio do partido em vista do avançar da idade dos membros da velha guarda. Por isso, em abril de 1920, em reunião de convenção dos candidatos republicanos às eleições intencionais do mesmo ano, quando a executiva aprovou a reeleição do Coronel Mello, é aprovada sua inclusão como membro efetivo do comando partidário.

Sempre participante das sessões da executiva no processo de reorganização da corporação e com a saída de alguns membros mais velhos, Gravina foi nomeado vice-presidente, tornando-se um eminente correligionário, mas em dezembro houve uma surpresa para todos os companheiros de partido, escreveu uma carta solicitando sua exoneração do cargo que possuía. A correspondência, endereçada ao Coronel Mello, presidente da executiva, também foi encaminhada a Borges de Medeiros comunicando que o motivo seria compatibilizar sua atividade de escrivão da coletoria federal da Vila com as diversas ações que um membro da executiva deveria se ater na propagação do castilhismo-borgismo, por isso, então, justificou para Borges de Medeiros que

Já há anos fui, por grande gentileza de V. Exa., incluído como membro da comissão executiva local do nosso glorioso partido, tão sabiamente dirigido por V. Exa. No desempenho desse cargo, procurei sempre haver-me com dedicação e trabalhar, com o melhor dos meus esforços, de molde a corresponder a confiança que na minha humilde pessoa, depositou o meu eminente Chefe.²⁷⁵

Acontece que a função de escrivão da coletoria acabava tomando-lhe bom tempo devido às atividades burocráticas, o que revogava uma participação mais afinca na propaganda do partido, ou seja, “me obriga a conservar-me diariamente atesta da repartição, tal o acúmulo de serviço com que me vejo a braços, aumentado, nestes últimos tempos, com a criação de novas atribuições e com o natural desenvolvimento do comércio e da indústria.”²⁷⁶ As viagens para o interior da colônia causavam um transtorno para os próprios contribuintes, que, por se deslocarem das localidades interioranas, teriam que aguardar o retorno do escrivão para serem quitados os seus pagamentos. Para evitar qualquer interpretação de estar incompatibilizado com algum companheiro de partido, Gravina diz que “esta minha resolução não significa, por nenhum modo, solução de continuidade de minha dedicação e obediência partidária, muito

²⁷⁵ Carta de Carlos da Silva Gravina a Borges de Medeiros (n. 3101, 22/12/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁷⁶ Ibid.

pelo contrário, significa, sim, o desejo que tenho de ver o nosso Partido cada vez mais pujante e forte.”²⁷⁷

Para o seu lugar na executiva, Carlos Gravina comentou que seria

uma vantagem na minha retirada, qual seja a de se abrir uma vaga, que poderá ser preenchida, vantajosamente, pelo atual intendente e meu ilustre Sr. Carlos Fett Filho, devotado correligionário, que conta com grande prestígio e popularidade no seio deste município.²⁷⁸

Mesmo apresentando essa carta de renúncia com suas justificativas, Gravina permaneceu na vice-presidência e se o propósito seria simplesmente para evitar um atendimento deficitário na sua repartição, o escrivão continuou desempenhando suas atividades e em agosto de 1925, em sessão extraordinária haveria uma nova reorganização da executiva solicitada pelo Dr. Érico Ribeiro da Luz, Subchefe de Polícia e emissário de Borges de Medeiros no Alto Taquari. A partir dessa situação perceberemos a força de ação que Dr. Érico tinha para intervir nos assuntos partidários em todos os municípios da região.

Reunidos na Intendência, os membros da executiva²⁷⁹ contavam com a presença de Carlos Fett Filho e de Érico Ribeiro da Luz, que conduziram os trabalhos após a abertura ter sido feita pelo intendente. Na ocasião, o Coronel Mello e José Kober apresentaram suas renúncias na direção do partido por estarem enfrentando constantes moléstias. O outro membro que também fora afastado foi João Guilherme Wayss, apesar de não estar presente nessa sessão. Os motivos seriam Wayss ser “subintendente de um distrito [Marquês de Souza] e assim imediato subordinado do Intendente.”²⁸⁰ Em virtude da renúncia de João Batista de Mello, já aceita pelo próprio Borges de Medeiros, ela não foi compreendida por Carlos da Silva Gravina, que pediu a inclusão na ata da reunião seu parecer de protesto à exclusão do ex-intendente. Utilizando da palavra, Gravina apresentou seu posicionamento ao mencionar que “por motivos que expusera em carta ao nosso preclaro Chefe, apresentava nesta ata seu pedido de renúncia e que nesse sentido já havia pleiteado por telegrama, cuja cópia exibiu, ao eminente Chefe e seu justificado pedido.”²⁸¹ Como na ocasião anterior, a direção partidária negou a permissão solicitada, mas autorizou que o fato fosse comunicado a Borges de Medeiros.

Em seguida, a fim de informar ao *Ilustre Chefe* a nova reorganização da comissão executiva, foi escrito um telegrama, informando ter assumido a nova direção política,

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Estavam reunidos, na ocasião, Coronel Mello, Carlos Gravina, José Kober, Deodato Borges de Oliveira, além do Coronel Fett e do Dr. Érico. O membro João Guilherme Wayss não compareceu.

²⁸⁰ Ata da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 3102, 03/08/1925, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁸¹ Ibid.

constituída pelo presidente Carlos Fett Filho, vice-presidente Carlos da Silva Gravina, primeiro-secretário Christiano Lampert e segundo-secretário Deodato Borges de Oliveira. Por indicação do Dr. Érico, os membros foram organizados pelos distritos existentes, ficando assim formado: 1º distrito (Lajeado) Carlos Fett Filho; 2º distrito (Santa Clara) Deodato Borges de Oliveira; 3º distrito (Arroio do Meio) Carlos da Silva Gravina; 4º distrito (Vila Fão) Adolfo Zimmermann; 5º distrito (Marquês de Souza) Christiano Lampert e 6º distrito (São Gabriel) Leopoldo Lampert.

Figura 20 - Carlos Fett Filho, eleito intendente municipal em 1924



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Segundo Dr. Érico, com a reformulação da executiva, a corporação “se acha constituída de republicanos de grande merecimento pessoal e político” e apresenta o membro Adolfo Zimmermann, o qual seria o único elemento que Borges de Medeiros não tinha conhecimento de seus serviços prestados ao partido. Dr. Érico mencionou Zimmermann como “abastado capitalista residente em Arroio do Meio, onde sempre exerceu sua atividade política com real proveito para o nosso Partido. Quanto aos demais membros da executiva, V. Exa. já os conhece e melhor do que eu sabe qual o valor deles.”²⁸²

Depois de organizar o juizado distrital, os trabalhos da executiva continuaram com suas reuniões mensais sem alterações na marcha do auxílio ao mandato do Coronel Fett Filho mas no final de abril de 1927 novas questões políticas, envolvendo Carlos Gravina, voltaram a

²⁸² Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3103, 05/08/1925, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

constar nas atas da executiva e do olhar atencioso do Dr. Érico, emissário de Borges de Medeiros, na região. Além de Gravina, o Dr. João Sólton Macedônia Soares, Juiz da Comarca do termo, também entra no jogo dos interesses políticos, o que estaria trazendo embaraços para o Dr. Érico o que deixou claro o propósito e a intenção de suas atividades políticas na região ao começar a missiva dizendo que

impelido pelo dever inerente à função política que me confiara V. Exa., venho trazer a seu conhecimento o que se vai passando, neste momento, na política do Lajeado, e que não foi possível evitar, mal grado os esforços despendidos pela maioria da Comissão Executiva local.²⁸³

O problema teria surgido quando o Dr. Sólton Macedônia havia assumido o cargo de Juiz de Comarca revelando “um temperamento impulsivo, irrequieto e combativo, a ponto de se por em dúvida a sua sanidade mental.” Era uma forte acusação contra a principal autoridade jurídica do Alto Taquari.²⁸⁴ Fica nítido que havia interferência do Dr. Sólton nas atividades do Dr. Érico, que estaria agitando toda a comarca pelo seu temperamento. Essa tática estaria se expandindo e intensificando cada vez mais e envolvendo um maior número de companheiros do partido e também da dissidência, o que trazia grandes preocupações para o emissário borgista.

Por não estar atendendo aos interesses do partido, Dr. Érico apresenta o que estaria causando a agitação na comarca e acusa o Juiz Sólton de ser um dos principais articulistas desse movimento, ao afirmar que

seus atos denunciam intuítos políticos com grande pendor para a oposição, de cujos próceres fez aqui os seus melhores amigos. Neste sentido já colhi provas irrecusáveis. Por ocasião da eleição de 1º de março, encabeçou e fez circular nas mesas eleitorais e depois em todo o município, uma subscrição destinada a coletar dinheiro para oferecer um retrato a óleo ao Cel. Mello, o qual seria inaugurado, na Intendência Municipal, no dia de seu aniversário natalício. E isto fez de acordo e com a colaboração do sr. Carlos da Silva Gravina.²⁸⁵

Acontece que nem a executiva e nem o intendente Fett Filho estavam a par da intenção de homenagear o antigo chefe político local e nenhuma das autoridades republicanas teria sido ouvida a respeito desse ato, que deveria ter o consentimento da liderança política para a projetada inauguração, como comentou Dr. Érico. O intento principal de Sólton Macedônia seria embaraçar a administração do Coronel Fett Filho, demonstrando a divisão existente entre

²⁸³ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3105, 27/04/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁸⁴ Aqui devemos esclarecer o papel do poder judiciário no sistema castilhistaborgista. Era na justiça que frequentemente ocorriam tensões entre as correntes e as lideranças locais e por isso, “Borges de Medeiros esperava dos juízes de comarca relativo distanciamento face às disputas locais e equivalente lealdade ao Governo. [...] Mas o grau de autonomia dos juízes em relação às facções variava de um caso para outro, conforme os acordos e acomodações políticas em andamento.” (AXT, 2011, p. 119)

²⁸⁵ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3105, 27/04/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

o comando borgista e a eminente autoridade judiciária. É essa a ideia que Érico Ribeiro da Luz levou ao conhecimento de Borges de Medeiros ao dizer que o “pretexto para chama-lo a atividade política e levantar uma cisão no seio do Partido Republicano local” fazia parte de um aparelhamento dissidente com “convites clandestinos a certos elementos duvidosos ou maleáveis.”

O representante borgista ouviu por intermédio do intendente Fett Filho quais seriam as atividades programadas para o dia previsto à inauguração do retrato e tendo o Dr. Sólon como o orador oficial do evento, que, na oportunidade, convocaria os correligionários para a criação de um centro cívico com o pretexto de “combate ao analfabetismo e comemorar datas nacionais.” Até então esses intentos eram boatos que corriam pelas ruas de Lajeado porém próximo à data do evento, marcada para o dia 13 de maio, data do nascimento do Coronel Mello, o Dr. Sólon foi à residência de Carlos Fett Filho procurar um apoio formal à atividade.

Segundo as informações que o próprio intendente teria repassado ao Dr. Érico, Sólon Macedônia tentou mostrar quais seriam os objetivos da festividade e não tendo alcançado seus intentos, declarou que iria expor seus argumentos ao conhecimento público. E quais seriam os desígnios do Juiz Sólon? Pretendia ele realizar uma série de acusações contra Érico Ribeiro da Luz, o que causaria um constrangimento grande ao emissário borgista. Esse “longo arrazoado acusatório” não foi aceito por Fett Filho, que logo comunicou ao Dr. Érico para tentar barrar as finalidades que o Dr. Sólon pretendia causar no meio da direção partidária.

Em virtude disso, em sessão extraordinária da executiva convocada pelo Coronel Fett Filho, foram desbaratados os propósitos da homenagem, comunicando o plano ser “fora de dúvida que cumpria aos féis diretores da política obstar, por algum modo, esse movimento subversivo”²⁸⁶, julgando que fosse adiada a inauguração para uma nova data oportuna. Contra tal deliberação, por motivos já averiguados, o vice-presidente da executiva, Carlos Gravina, pediu sua exoneração do cargo. Logo após a sessão, em carta destinada ao intendente Fett Filho e a Borges de Medeiros, Gravina reiterou enfaticamente seu pedido. Para o Dr. Érico, o ofício endereçado para a corporação republicana “e cujos termos traem logo o verdadeiro autor daquele documento”²⁸⁷, que teria sido o Dr. Sólon, então declarado inimigo do emissário borgista.

Levando ao conhecimento de Borges de Medeiros a articulação que existia entre Sólon e Gravina para desestabilizar as atividades que vinham realizando em toda a região na busca da aglutinação política e na manutenção do castilhismo-borgismo, o Dr. Érico mostrou como

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

estava agindo o Juiz de Comarca. As informações levadas para o *Ilustre Chefe* traziam o uso de que o Dr. Sólon estava se fazendo no cargo que possuía, afirmando que mesmo não sabendo do pedido de demissão de Gravina na executiva,

despediu o Dr. Sólon próprios para o interior do município (advogados e escrivães) a fim de colherem assinaturas para um telegrama que será dirigido a V. Exa., solicitando a permanência do sr. Gravina na Comissão Executiva. O mal não está no pedido de exoneração nem na sua recusa. Está, sem dúvida, na própria agitação dos ânimos e no compromisso que assumem os signatários do telegrama de acompanhar até o fim a divergência que, por ventura se venha a formar.²⁸⁸

Não havia consenso no papel que Érico Ribeiro da Luz desempenhava na região já que ele fora designado por Borges de Medeiros para ser Subchefe de Polícia, mas, assim como o Dr. Sólon, também fazia o uso do seu cargo para aplicar as diretrizes que o Presidente do Estado determinava. Sua função na região era clara, a de tentar manter o Partido com uma forte militância e acordar com a dissidência e a oposição aos acordos firmados para que as autoridades intencionais fossem mantidas sob a supervisão do borgismo. As intromissões nos assuntos políticos locais e principalmente partidários é notório nos documentos encontrados. É bem provável que o próprio Borges de Medeiros cobrava de seu emissário o cumprimento das resoluções e diretrizes firmadas entre os republicanos e os assististas em função das eleições intencionais de 1924.

E, muitas vezes, os acordos fechados entre pequenos grupos ocasionava fissuras irreparáveis, principalmente por existir uma divergência política muito grande entre os partidários de Borges de Medeiros e de Assis Brasil em cada município da região. Essas situações de averiguação no desenrolar da crise de hegemonia do borgismo levavam o emissário a ter que ajustar várias conjunturas diferentes em cada município. E o desgaste político como resultado de todas essas negociações era eminente. Como uma forma de resguardar sua posição de confiança de ser o representante borgista em toda a região colonial, o Dr. Érico tentava sempre conciliar as partes divergentes e ao mesmo tempo municiar de argumentos e conhecimento dos casos para Borges de Medeiros poder tomar as decisões mais conflitantes.²⁸⁹

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Quando a ameaça de enfraquecimento do poder republicano em locais conflitantes ganhava uma proporção fora do controle dos chefes locais, a intervenção de Borges de Medeiros tornava-se inevitável. O objetivo inicial seria estancar a sangria dos correligionários para a dissidência e/ou para as hostes federalistas. Normalmente, quando já se tinha constituía de forma pública as facções em disputa, havia uma crescente onda de violência e perseguição de ambos os lados. Era chegada a hora da solicitação da intervenção palaciana, que ganhava ares de “poder moderador”. (AXT, 2011, p. 137-138)

Ainda com o desenrolar da situação criada com a inauguração do retrato a óleo do Coronel Mello, o intendente Fett Filho apresentou para os membros da executiva uma alternativa para o término da crise estabelecida. A proposta apresentada pelo presidente da direção republicana era que a homenagem fosse prestada não no dia 13 de maio e sim no dia 15 de outubro, ocasião em que o Conselho Municipal estaria reunido para a realização de seus trabalhos legislativos. Como era esperado, Gravina não aceitou a proposta, alegando que

fazendo ele parte da comissão que deliberou prestar a citada homenagem ao Cel. João Batista de Mello, distribuiu listas aos seus amigos, admiradores e correligionários, para organizarem donativos a aquisição do retrato cientificando-os de que o mesmo seria inaugurado no dia 13 de maio, data do aniversário do homenageado, na galeria do Conselho Municipal; que ditas listas foram subscritas por cidadãos de todos os credos políticos e religiosos, não assumindo, por isso, caráter político a homenagem que o povo do Lajeado ia prestar ao Cel. Mello [...] ²⁹⁰

A argumentação do intendente Carlos Fett Filho para o adiamento do evento seriam as razões de conhecimento público de que

bem sabiam todos da questão particular que existe atualmente entre os srs. Dr. Juiz de Comarca e Sub-Chefe de Polícia e que a ocasião era imprópria para reunião de caráter popular, por que tinha esperanças que os ânimos serenasse e que mais tarde voltassem a completa paz, visando assim evitar quaisquer incidentes desagradáveis e que pudessem trazer a discórdia entre os membros da Comissão Executiva, como também entre os companheiros políticos do município, pois que necessitávamos de paz, ordem e harmonia de vistas, para conservar a pujança do nosso glorioso Partido e o progresso do município. ²⁹¹

O resultado dessa disputa entre suas autoridades eminentes fez com que o evento tomasse ares de desforra por parte do Dr. Sólon, o que foi rapidamente contornado pela pressão do próprio Dr. Érico na prorrogação da homenagem. A impressão que teria ficado era que a pessoa do Coronel Mello estaria sendo utilizado com o pretexto de cisão do partido. Com a intenção de mostrar ao ex-chefe político que a situação não tinha caráter pessoal e sim para evitar novos constrangimentos políticos, o Coronel Fett Filho marcou uma reunião com o antigo líder castilhistaborgista para levar os reais motivos da dita resolução tomada pela executiva.

No dia seguinte a essa reunião, o vice-presidente Carlos da Silva Gravina apresentou uma carta de renúncia em virtude das deliberações tomadas contra sua pretensão de homenagear o Coronel Mello. Vale lembrar que, com essa deliberação, seria seu terceiro pedido de desligamento da direção do Partido. Em oito itens constantes no ofício

²⁹⁰ Ata da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 3105, 23/04/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁹¹ Ibid.

encaminhado ao Coronel Fett Filho e a Borges de Medeiros, Gravina apresentou seus argumentos para ser contrário ao que estava sendo apresentado como a homenagem constituindo-se de interesse político e não de caráter partidário e popular. Alegando que a divergência entre os drs. Érico e Sólon era de domínio público e poderia resultar em um desagradável incidente pela desarmonia pessoal entre ambos, diz no item quarto que

procurou longamente convencer a seus companheiros de comissão, não poder ela intervir nesse assunto, absolutamente sem caráter partidário, pois a iniciativa da homenagem partiu de um grupo de amigos, a que se associaram além do representante da oposição no Conselho Municipal, elementos que se atribuem a chefia da mesma neste município.²⁹²

Alegando uma intromissão da executiva na iniciativa “aniquila o caráter popular” da homenagem, acusando ainda que “interessam, profundamente, a autonomia dessa comissão, cuja autoridade tem sido menosprezada por vezes, preterida pela intervenção oficiosa de estranhos que influem diretamente na nomeação para cargos públicos.”²⁹³ A intervenção oficiosa era uma nítida referência a Érico Ribeiro da Luz, que, para Gravina, estaria prejudicando a direção local do Partido Republicano, refletindo “na harmonia que devia de reinar, como por muitos anos reinou, entre seus membros.”²⁹⁴ Uma dúvida vem logo à tona na confirmação de que o Dr. Érico estava realmente interferindo nas políticas intencionais por parte de Gravina. Seria somente esse membro da direção republicana desgostoso com as atitudes tomadas pelo emissário borgista? Estaria sendo Gravina usado por elementos dissidentes ou assisistas em seus propósitos? E por que somente Gravina foi contrário à renúncia do Coronel Mello da direção republicana?

São questões que os documentos disponibilizados não puderam responder, mas ao contrário do que a historiografia nos apontou, por muitos anos da existência de uma hierarquia partidária republicana sólida não é comprovada pela apresentação das constantes divergências internas. Outra ideia criada pela historiografia local de que com o Coronel Fett Filho houve uma maior aproximação da oposição política e por ela estar cada vez menos participativa não tem nenhum fundamento. As próprias eleições intencionais de 1928 irão comprovar o grande imbróglio político que a administração de Fett Filho e de José Diel teve que enfrentar.

O ostracismo que o Coronel João Batista de Mello estava vivendo afastado da política local durou um ano e dois meses porque fora afastado em agosto de 1925 e em novembro do ano seguinte já era reconduzindo à direção do Partido, com seus 65 anos de idade, mas

²⁹² Carta de Carlos da Silva Gravina a Carlos Fett Filho (Anexo 2, n. 3105, 24/04/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ibid.

apresentando já enfermidades prolongadas. Esse retorno foi uma decisão tomada pelo próprio Borges de Medeiros, que havia solicitado ao Dr. Érico que apresentasse as justificativas para seu retorno. O emissário borgista comunicou, em carta, que devido a sua avançada idade e precário estado de saúde, o velho republicano declinou desfavoravelmente a esse pedido. Mesmo assim, Dr. Érico falou que

Como eu lhe dissesse que V. Exa. lhe escreveria a respeito, não prolongamos o assunto e nem procurei demove-lo de seu intento de recusa, que se me afigura mais aparente que real. A uma solicitação direta de V. Exa., estou certo, não se recusará de aceitar o honroso encargo.²⁹⁵

E realmente não recusou o pedido do Eminentíssimo Chefe. Em novembro, pela terceira vez consecutiva no mandato do intendente Carlos Fett Filho, a direção do Partido passa por nova reorganização. Como a renúncia de Carlos da Silva Gravina não fora aceita pela corporação republicana e nem mesmo por Borges de Medeiros, a executiva ficou com um número de sete membros, não sendo excluído nenhum correligionário da composição anterior. Esse fato evidenciou a confiança que o *Ilustre Chefe* tinha por Gravina, pois, pela terceira vez, havia sido contrário à sua saída da executiva. Talvez essa ação de manter Gravina junto à direção evitaria sua debandada para o fortalecimento de uma dissidência oposicionista já bem forte, mesmo com as concessões e acordos estabelecidos por Érico Ribeiro da Luz.

Em novembro aconteceu uma reunião da executiva que determinou a conciliação dos elementos republicanos. A posse do Coronel Mello como membro indicado pelo próprio Borges de Medeiros sacramentou a coesão do Partido Republicano em relação aos convenientes interesses do borgismo na região, que já apresentavam fissuras e cisões importantes. Abrindo os trabalhos regimentais, o Coronel Fett Filho convocou o ex-intendente para fazer parte da mesa da diretoria da executiva e dando a palavra ao velho republicano para explicar os motivos de seu retorno a corporação republicana, dizendo que

a princípio o nosso Chefe relutou em atender-lo mas que afinal em vista de suas ponderações, acedeu em conceder-lhe dispensa daquela função política; que agora talvez causasse estranheza a alguém a sua volta a executiva, mas que se justificava esse ato em vista do pedido que lhe fez o nosso benemérito Chefe [...] e também por insistência e intervenção do nosso companheiro sr. Carlos da Silva Gravina, vice-presidente da Comissão [...]²⁹⁶

Como era inevitável não atender a um pedido de Borges de Medeiros, o Coronel Mello prosseguiu sua explanação dizendo que seu retorno se devia por ser um

soldado do partido não podia deixar de atender aquelas solicitações e que assim voltava a prestar seu fraco, porém, sincero concurso a

²⁹⁵ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3106, 23/08/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

²⁹⁶ Ata da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (Anexo n. 3107, 16/11/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

causa do nosso partido neste município, e que nesse posto o encontrariam como sempre disposto a trabalhar, junto aos demais companheiros pelos interesses de nosso partido e pelo progresso do município.²⁹⁷

Terminou sua fala concitando os companheiros a serem unidos e que “esperava que desaparecessem quaisquer ressentimentos e pequenas divergências que só podem ser prejudiciais aos interesses do nosso partido.” Logo após, com o propósito de elucidar as atribuídas funções do emissário borgista, o Coronel Fett Filho fez a leitura de uma carta de Érico Ribeiro da Luz aos membros da executiva com as determinações e instruções especiais do próprio Borges de Medeiros, constando o seguinte:

Não limitando a vossa atividade ao exercício das funções oficiais e curando também dos interesses políticos da região e intervindo até em casos especiais para conciliar de fato e assegurar a coesão do Partido Republicano, estais investido na missão de superintender o movimento político de todos os municípios sob vossa jurisdição, informando-me diretamente de tudo que ocorreu de maior relevância.²⁹⁸

Estava determinado por Borges de Medeiros sua posição de emissário e com essa declaração pretendia dar um fim às ingerências de alguns correligionários, buscando com isso o “zelo cívico e prestante submissão” ao *Ilustre Chefe*, mesmo que sua hegemonia não fosse mais como a de outrora. Apesar disso, Érico Ribeiro da Luz deixa explícita a confiança que o Presidente do Estado depositava em sua ação para o engrandecimento do PRR e pediu ainda aos correligionários “o seu valioso e imprescindível concurso no sentido de me trazer ao corrente de todos os assuntos atinentes a política local, de modo a facilitar-me o desempenho da honrosa missão, correspondendo o quanto possível a expectativa de nosso preclaro Chefe.”²⁹⁹ Com essa afirmação, fica claro que qualquer atividade que não fosse do conhecimento do emissário poderia correr o risco de ser aplicada como algo subversivo e poderia resultar em sanções desfavoráveis aos seus participantes e uma nítida ameaça aos que não concordassem com suas diretrizes.

Como era esperado, todos os correligionários acolheram com bom grado as determinações do Dr. Érico, emitidas por Borges de Medeiros, com exceção de Carlos da Silva Gravina, declarando em ata que

de forma alguma se subordinava ao Dr. Érico Ribeiro da Luz; que se o mesmo tivesse interferência nos trabalhos e decisões da Executiva, que então abandonaria a Comissão, pois que isso já havia dito, pessoalmente, ao nosso Exmo. Chefe, causando-lhe mesmo admiração dita carta, que estava de acordo que se fornecesse as

²⁹⁷ Ibid.

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ Ibid.

informações que o Dr. Érico solicitasse sobre a marcha da política local, mas que de sua parte protestava contra qualquer intervenção do mesmo nas deliberações da executiva.³⁰⁰

Em virtude das ponderações de Gravina, os membros Leopoldo Lampert e Christiano Lampert alegaram que o Dr. Érico nunca havia se intrometido em assuntos de competência da direção política, mas sim apenas solicitava informações dos desdobramentos para poder orientar Borges de Medeiros, afirmando o mesmo ao Coronel Mello. Apesar de posição contrária, Carlos Gravina manteve-se na vice-presidência da direção partidária, enquanto que o Dr. Érico tratou de municiar Borges de Medeiros com as situações políticas de cada município da região remetendo, todos os meses, um detalhado relatório com o movimento político. A principal função seria acompanhar de perto a qualificação federal do eleitorado republicano em cada colônia com o intuito de melhorar os resultados do Partido, comparados com o fracasso das eleições senatoriais de 1924, quando, em muitos locais coloniais, houvera estrondosas vitórias dos candidatos assistidos e uma diminuição considerada de votos na chapa republicana.

³⁰⁰ Ibid.

3.5 - O papel do emissário Dr. Érico na manutenção do borgismo

Encantado vivia, desde o processo eleitoral de 1922, dividido em duas facções e a situação era tensa em virtude das ações que ambos os grupos desenvolviam no interior da colônia. O Coronel Virgílio dominava a máquina intencional e com isso se aproveitava para fazer o uso da força contra seus adversários políticos. A constituição de uma rede de compromisso nos distritos coloniais acabou não se comprovando como uma forma de sustentar suas políticas. A divergência com o grupo dissidente, liderado pelo delegado de polícia Geraldo Caetano da Costa, estava na configuração dessa rede de compromisso. O intendente Virgílio da Silva não dava espaço para qualquer elemento que estivesse contrário as suas práticas e a nomeação de parentes nas subintendências dos distritos foi o determinante para que a facção dissidente iniciasse um procedimento de pressão constante.

Figura 21 - Dr. Érico Ribeiro da Luz, Subchefe de Polícia e emissário borgista no Alto Taquari



Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela, p. 34

O contexto da campanha assistista, a eclosão da Revolução de 1923 e o Pacto de Pedras Altas deu ânimo para que a oposição ao Coronel Virgílio conseguisse o intento que era de fazer parte da rede de compromisso borgista. Enquanto o intendente mantinha uma certa reciprocidade por parte de Borges de Medeiros, seu poder continuou sendo prestigiado, mas com as fortes contestações da oposição assistista e a conseqüente quebra de sua hegemonia

política, Virgílio da Silva se viu abandonado. Os dissidentes republicanos trataram de inviabilizar, de qualquer forma, a administração intencional, desgastando sua relação de poder com as demais lideranças e com o próprio eleitorado. Sua permanência na frente da chefia política encantadense era frágil e contestatória, principalmente por ter perdido o respaldo dos líderes locais.

A conturbação dos ânimos, que levou à animosidade entre as facções em várias oportunidades com violência, agressões e confrontos armados,³⁰¹ era o quadro que Érico Ribeiro da Luz³⁰² deveria apaziguar para evitar o desmantelamento do Partido Republicano.³⁰³ Sua meta, traçada no Palácio Piratini, era fazer um acordo com os oposicionistas dissidentes e forçar para que ele não fosse quebrado. Como conciliador, Dr. Érico teve um trabalho dobrado, se comparado com os demais municípios da região e que pode ser observado pelo volume de ocorrências narradas para o conhecimento de Borges de Medeiros. A tarefa não era fácil, pois ambas as facções criavam empecilhos para buscar o entendimento esperado. Para demonstrar a complexidade que envolvia as negociações e os desdobramentos dos acordos

³⁰¹ Como já mencionado no decorrer desse trabalho, o papel de um Subchefe de Polícia era a manutenção da segurança pública, mas normalmente extrapolava para práticas atribuídas na manutenção do borgismo como agente político. Bacharel de direito e estranho à região, o Dr. Érico deveria “agir como um braço do ‘poder moderador’, que arbitrava conflitos entre as facções do partido em toda uma região. [...] Estavam entre suas atribuições presidir e fiscalizar eleições em comunas convulsionadas, assim como syndicar conflitos entre autoridades policiais, judiciárias e administrativas.” (AXT, 2011, p. 111)

³⁰² Em uma rápida pesquisa sobre Érico Ribeiro da Luz, encontramos algumas referências dessa liderança borgista. Em 1910, o então advogado era escolhido intendente provisório da cidade de Piratini, sendo eleito em agosto do mesmo ano, tendo recebido o apoio do Cel. João Gomes de Oliveira, líder federalista. Era Promotor Público de São Borja quando assumiu o cargo de intendente envolto de uma crise interna do Partido. Assumia a administração intencional de Viriato Dornelles Vargas e passou o cargo para Protásio Dornelles Vargas, ambos irmãos de Getúlio Vargas. Acabou sendo um candidato conciliador frente a cisão criada pela existência de duas facções republicanas no município. Borges de Medeiros solicitou a reorganização da Comissão Executiva, ficando acordado que o Dr. Érico Ribeiro da Luz seria nomeado intendente e Apparicio Mariense como vice-intendente. Mesmo não sendo aceito inicialmente pela família Vargas, o Dr. Érico tornou-se um administrador conciliador e conseguiu entregar seu cargo para Protásio Dornelles Vargas no ano de 1919. Ele teria sido ajudado pelos Vargas, principalmente por Getúlio ter sido eleito deputado estadual para a Assembleia dos Representantes em 1917 e reeleito no ano de 1921. Sua experiência como intendente foi a saída encontrada por Borges de Medeiros para evitar maiores animosidade pelas ambas facções. Terminado seu mandato, Érico Ribeiro da Luz foi nomeado por Borges de Medeiros Juiz de Comarca de Lajeado, pelo decreto nº 2.759, de 29 de março de 1921, permanecendo no cargo até o ano de 1924, quando passou a responsabilidade para o Dr. Sólton Macedônia. Acabou sendo designado Subchefe de Polícia, recebendo uma incumbência de Borges de Medeiros em meio ao processo de reconciliação das forças republicanas em todo o Alto Taquari, que elegiam intendentess com ascendência local de origem italo-germânicas.

³⁰³ Em virtude das dificuldades que o emissário palaciano iria encontrar na região, Borges de Medeiros escolheu um legítimo representante na tentativa de conciliar republicanos dissidentes e assististas em prol da articulação estabelecida no Congresso Republicano realizado em 5 a 15 de outubro de 1923, no Theatro São Pedro de Porto Alegre. Ali foi estabelecida a manutenção da presidência do Estado por Borges de Medeiros, mesmo com a Revolução de 1923 ainda em andamento, além da “unificação das chefias municipais seria doravante produto das acomodações das forças legais, pois Borges de Medeiros perdera em grande medida seus instrumentos de intervenção e precisara renunciar ao alcance do ‘poder moderador’, bem como transigir diante das lideranças que exorbitavam seus poderes pessoais.” (AXT, 2011, p. 156)

entre as personagens da crise política de Encantado, é importante lembrar que os documentos refletem a visão e o posicionamento do próprio emissário borgista.

Designado Juiz Distrital da Vila de Encantado por Borges de Medeiros para ficar alheio às interferências das duas facções, o jovem Pedro de Alcântara Nunes³⁰⁴ não pôde ficar distante das querelas locais. E a tomada de partido fora culminante para seu fracasso na tentativa de abstrair-se das disputadas forças das autoridades vinculadas com o *Ilustre Chefe*. O grupo dissidente tentava atrair determinados elementos para fazer uso de suas funções a fim de conquistar mais adeptos e desestabilizar a rede de compromisso do Coronel Virgílio.

Com isso e com o Pacto de Pedras Altas assinado por Borges de Medeiros e Assis Brasil, o primeiro problema que o Dr. Érico deveria solucionar eram os embaraços que o Juiz Distrital estava causando ao situacionismo local. As relações de poder do Coronel Virgílio já estavam se esfacelando e sua rede de compromisso tornava-se insustentável com a influência de opositoristas. Em uma carta acusatória, o emissário borgista demonstrou seu desprezo pelos problemas que Nunes estava criando em Encantado, afirmando que

Desde que chegou aquele município começou a relevar [seu] mau caráter. A princípio, em troca de certos favores, fez-se adepto da divergência local, procurando criar dificuldades ao situacionismo e fomentando intrigas entre uns e outros. Mais de uma vez teve a oportunidade de verberar sua conduta, fazendo-lhe ver o que havia de inconveniente em intrometer-se em assuntos alheios às funções do seu cargo.³⁰⁵

Prosseguiu o Dr. Érico acusando o Juiz Distrital de estar em conluio com o ex-delegado Geraldo Caetano da Costa, principal articulador da dissidência opositorista, dizendo

Depois chegou-se ao lado oposto, e atraído por maiores obséquios, converteu seu cargo em instrumento de paixões e perseguições. Fiz tudo quanto me era possível para coibir seus abusos e muito consegui com auxílio do atual delegado de polícia daquele município [Capitão João Oliveira]. No exercício do cargo, além de tudo, revelara-se grandemente incompetente, desidioso e venal.³⁰⁶

Eram costumes totalmente desprezados pelos ideólogos do castilhismo-borgismo, que viam no funcionalismo os representantes das políticas positivistas, além de que, qualquer

³⁰⁴ É o próprio Dr. Érico que se surpreende com a idade de Pedro de Alcântara Nunes. Diz o emissário que ele “é um rapazola de vinte poucos anos de idade e não um senhor de idade, como creio que estivesse informado V. Exa., é casado e pai de dois filhinhos.” Mesmo que recebesse o voto de confiança de Borges de Medeiros para tentar ser idôneo nos processos que estavam correndo no município de cunho político, a pouca idade, e consequentemente experiência, fizeram com que o Juiz Distrital fosse cooptado facilmente pela facção dissidente. O mesmo tentou demonstrar sua abstenção de posicionamento frente à crise política local, mas suas atitudes acabaram o incriminando. Em virtude da grave animosidade política, esperava-se que o Presidente do Estado indicasse um correligionário conhecedor de situações adversas, como já verificadas em várias intervenções. Acontece que a oposição assistida não admitia mais esse tipo de prática, o que desgastava a já tênue rede de compromisso borgista.

³⁰⁵ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3093, 08/01/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³⁰⁶ Ibid.

detentor de cargo público, deveria honrar o compromisso de obediência e da reciprocidade determinado por seus superiores hierárquicos. O que causou mais repulsa ao emissário borgista foi a situação pública de adultério praticada pelo Juiz Distrital³⁰⁷, que, nas palavras de Érico Ribeiro da Luz, repercutiu negativamente e incompatibilizou a sua permanência em Encantado. Além desse problema particular, o representante de Borges de Medeiros constatou a inexistência de elemento capacitado para ocupar tão importante cargo da justiça local.

Com a aplicação da legislação vigente em relação à escolha dos juízes distritais recaíam as averiguações de nomes por parte dos legisladores municipais e Érico Ribeiro da Luz lembrou ao Presidente do Estado que

os conselheiros, aos quais, segundo tais providências do referido, cabe a substituição em tais casos, são todos, sem exceção, colonos quase analfabetos. Deste modo, julguei de meu dever levar esses fatos ao conhecimento de V. Exa., a quem peço permissão para indicar um candidato ao cargo de Juiz, o sr. João Francisco de Pinedo, nosso ardoroso correligionário, pessoa índole e completamente desconhecido naquele município. Este sr. tem um curso completo de humanidades, inteligente e sobretudo muito estudioso.³⁰⁸

Sete dias após a essa correspondência, Pinedo fora nomeado Juiz Distrital, em cujo cargo permaneceu até o final da década de 1930. Algumas observações devem ser feitas na declaração do representante borgista num núcleo colonial eminentemente composto por imigrantes e descendentes italianos. Se para o eminente advogado e Juiz de Comarca, o grau de graduação era um determinante para demonstrar a capacidade de inteligência num período como a Primeira República comparado com o nível educacional dos certos imigrantes, até poderíamos relevar.

Realmente a composição do Conselho Municipal de Encantado não contemplava membros com esse grau de qualificação porque eram imigrantes que detinham pouco conhecimento da própria língua vernácula, mas se destacavam como eminentes industrialistas e comerciários, talvez alguns até exercessem atividade agrícola. Essa colocação, na nossa interpretação, soou como algo totalmente pejorativo, inclusive será um determinante para

³⁰⁷ O Dr. Érico comentou que além do que já havia exposto, “acrescida a sua doentia consciência, levava agora ao extremo de atentar contra a honra de uma menor de 14 anos, tendo a primeira vez em seu próprio leito conjugal e a nutria, em que foi apanhado em flagrante, em uma cocheira da casa dos pais de sua vítima [...] verifiquei-me da verdade de tudo por sua própria confissão.”

³⁰⁸ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3093, 08/01/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS). Grifo nosso. Sobre essa questão, “não há dúvida de que o empobrecimento cultural e o analfabetismo foi presença entre os filhos desses imigrantes que, na realidade local, viram-se alijados da presença de um sistema escolar que atendesse a todas as demandas existentes.” (LUCHESE, 2012, p. 670)

Érico Ribeiro da Luz desqualificar o elemento *italiano* em outras cartas e documentos visualizados nessa pesquisa.³⁰⁹

Com a aproximação das eleições municipais, em toda a região, o representante borgista viajou pelos municípios na busca de definir as chapas republicanas e tentar acordos junto aos dissidentes e assististas. O objetivo era evitar o desmonte e o esfacelamento do eleitorado do Partido Republicano, que estava sendo assediado pela oposição. Sua meta era aglomerar as forças borgistas e montar uma nova rede de compromisso com os novos elementos os quais estavam surgindo no jogo político local e tinham um caráter mais popular por serem figuras conhecidas do eleitor e de origem alemã ou italiana. Com o término das intermináveis reeleições dos coronéis intendententes ligados diretamente a Borges de Medeiros e sem vínculos com as colônias, os chamados “de fora” foram sendo substituídos por intendententes locais.

Figura 22 - Carlos Fett Filho, Érico Ribeiro da Luz, Luis Guedes da Fontoura, entre outros correligionários em Estrela, entre 1925 e 1928.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

No começo de junho, faltando apenas três meses para a realização do pleito intendencial, Érico Ribeiro da Luz levou ao conhecimento do *Ilustre Chefe* que o “caso do Encantado se acha em via de completa solução.” Acontece que a permanência do Coronel

³⁰⁹ Um fato curioso sobre essa questão. Já sob a égide da Revolução de 1930, o prefeito nomeado Cel. José Rodrigues Sobral, através do Decreto nº 38, de 03 de outubro de 1931, comemorando o primeiro aniversário do governo de Getúlio Vargas, alterou a denominação de algumas ruas na Vila. A Rua da República, designada pelo intendente provisório José Benévolo de Souza, em julho de 1915, foi alterada para Rua Érico Ribeiro da Luz, homenageando o emissário borgista que conciliou as facções republicanas e conseguiu apaziguar a política local. Depois de 34 anos, na ocasião do cinquentenário de Encantado, em 1965, o prefeito Adilar Giuseppe Bertuol (PSD) alterou novamente o nome da rua para a atual Monsenhor Scalabrini.

Virgílio como intendente consistia no maior obstáculo na conciliação com a dissidência republicana. Por isso, acordando com o próprio Dr. Érico, no primeiro dia do mês de junho, Virgílio Antônio da Silva solicitou licença para gozar suas férias, designando Antônio Preto como seu substituto até a realização das eleições, prometendo, com isso, não reassumir o cargo a fim de evitar maiores constrangimentos políticos. Saudando essa concordata, o representante borgista comunicou ao líder palaciano que com essa atitude buscava traçar “novos compromissos de fé republicana.”

Sobre o futuro dessa consolidação política, o Dr. Érico mencionou que teria assumido um compromisso com a convicção de solução geral para enfrentar a diminuição da força eleitoral do Partido, mesmo mostrando a inexistência de uma aceitação dos novos líderes locais, dizendo que

Os srs. Antônio De Conto e Augusto Preto são atualmente os homens de maior prestígio e simpatia no seio da colônia. São infinidades as acusações contra eles levantadas de traição partidária. A elas se deve antes o grande serviço político de haverem aparado o golpe da oposição no caso das candidaturas à sucessão intendencial.³¹⁰

O compromisso firmado com essa chapa republicana era de que fossem percorridos todos os distritos coloniais em campanha propagandística do Partido, cumprindo o manifesto político que foi definido na constituição da Comissão Executiva provisória, constituída por Antônio De Conto, David Pio De Nes e Geraldo Caetano da Costa. No momento da aprovação de Borges de Medeiros, esses correligionários teriam que preparar o eleitorado para comparecer a uma convenção municipal de escolha dos “elementos mais representativos” à concorrerem ao Conselho Municipal. Para colher os resultados desse pacto, o emissário estabeleceu a eleição a deputados estaduais para a Assembleia dos Representantes para “tirar a prova da sinceridade com que voltam às fileiras.”³¹¹

Como o período era de eleições intencionais, houve a necessidade da participação do Dr. Érico na conciliação também no município de Estrela, ou a tentativa. Se em Encantado o representante palaciano não visualizava com preocupação a participação de assistidas na constituição de um pacto intendencial, em Estrela a situação detinha maiores apreensões. Como demonstrado no capítulo dois dessa dissertação, a presença de uma liderança federalista, entorno – principalmente – do Dr. Alexandre Snel, trazia constantes negociações, com suas concessões ou cooptações.

³¹⁰ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3096, 06/06/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³¹¹ Ibid.

Solucionada a querela política encantadense, Érico Ribeiro da Luz recebe a missão de tentar persuadir o candidato dissidente Alberto Dexheimer em concorrer à intendência e que contava com o apoio dos federalistas. A poucos dias da realização do pleito, o Coronel Pontes Filho levou ao conhecimento do Dr. Érico a forma como a oposição estava realizando sua empreitada. Para o intendente, a “falta de sinceridade da oposição, que a princípio fazia prosa em propalar que a campanha não visava a situação local e sim a pessoa de V. Exa. e seu Governo.”³¹² Através de informações repassadas por correligionários, “os cabaleistas eleitores da oposição exploram com o nome de V. Exa. dizendo que aqui de acordo com V. Exa., com quem se correspondem. Bem se vê a maldade que vai nisso e a confusão que pode levar aos espíritos fracos e mal orientados.”³¹³

A intenção dos opositoristas era confundir o eleitorado local, a fim de atrair o maior número de votos possíveis, trazendo embaraços para os partidários republicanos. Para tentar uma solução definitiva à situação, o emissário palaciano buscou manter uma conversa com os diretores políticos da oposição e como se encontrava incompatibilizado com o Dr. Snel, tratou dos temas designados por Borges de Medeiros com o próprio candidato Dexheimer, que teria “boas relações de camaradagem” com o mesmo. O assunto girava em torno da “hipótese de voltar as fileiras do Partido e que, nesse sentido, já havia o Dr. Snel se dirigido à V. Exa. um telegrama. Tudo dependeria de condições, que me não revelou, e de prévia consulta aos demais membros de seu diretório.”³¹⁴

Mantida a candidatura opositorista, o Dr. Érico permaneceu em Estrela para ser o fiscal da eleição intencional, pois, nos outros municípios, conseguiu fazer com que os assistidas formassem uma coligação com os republicanos para evitar a divisão das colônias. Nesse quesito a atuação do emissário recebeu os efusivos elogios do chefe palaciano. Empolgado com a vitória de André Marcolino Mallmann, Érico Ribeiro da Luz remeteu uma carta ao chefe palaciano comemorando a conquista dos republicanos frente à oposição, dizendo que observou “com satisfação a espontaneidade com que acudiram as urnas nossos companheiros.” Na véspera do pleito, o Dr. Snel solicitou a presença do emissário para solucionar a questão dos envelopes, pois não havia invólucros do mesmo formato e cor, o que causaria uma percepção aos eleitores de forma antecipada da quantidade de votos que cada candidato estaria recebendo. Foi logo resolvido que ambas as direções políticas fizessem uma

³¹² Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3098, 07/08/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Ibid.

permuta de certa quantidade de envelopes para “distinguir os que votariam com esta ou com aquela chapa.”³¹⁵

A propósito do transcorrer do pleito intencional, que aconteceu “na melhor ordem e regularidade” e com a eleição de todos os candidatos republicanos sob a margem de 246 votos favoráveis, o Dr. Érico mencionou que

não houve por parte dos nossos a menor cabala a boca de urna. O Cel. Pontes e outros encarregados da distribuição de chapas se conservaram durante todo o tempo da votação longe das mesas eleitorais, no interior da Intendência, e aí entregavam as chapas aos eleitores que as vinham pedir.³¹⁶

Passada a incumbência das eleições intencionais, a nova diretriz montada por Borges de Medeiros era a intenção de fazer com que os elementos descontentes com o borgismo retornassem às fileiras do Partido, com o consentimento das direções atuais para fortalecer os eleitores republicanos. Mesmo que encontrando uma resistência na questão do correligionário Carlos da Silva Gravina, membro da direção política de Lajeado, o Dr. Érico saiu mais fortalecido por ter recebido apoio incondicional por parte de Borges de Medeiros. O chefe palaciano deixou claro a todas as corporações do Partido que a atuação do Subchefe de Polícia estava totalmente de acordo com as propensões que tratavam dos interesses políticos da região. O episódio de Gravina forçou uma maior participação de Érico Ribeiro da Luz nos assuntos intencionais, pois – por determinação de Borges de Medeiros – passou a emitir um relatório mensal de todas as atividades políticas desenvolvidas.

Esses relatórios consistiam em informações transmitidas pelos próprios líderes locais para o emissário que os remetia ao *Ilustre Chefe*. Diferentemente dos períodos anteriores, em que o próprio intendente repassava as informações a Borges de Medeiros, a partir de dezembro de 1926, somente o Dr. Érico se incumbia de fazer chegar à mesa do Presidente do Estado as ocorrências mais relevantes aos interesses do Partido. Junto às cartas enviadas, encontram-se documentos com tabelas, relatos de correligionários e recortes de jornais, montando, dessa forma, um verdadeiro arsenal de provas para argumentar e justificar as suas ações na tentativa de evitar o esfacelamento do Partido e o crescimento da oposição, fato esse que inevitavelmente não conseguirá travar. Novamente a maioria dos relatos fazem referência ao município de Encantado, dando provas que não estava solucionada a crise.

Mesmo com a consolidação da dupla republicana De Conto-Preto no comando político encantadense, os problemas na aglutinação dos correligionários locais eram imensos. A instituição de um programa conciliatório, através das inúmeras negociações do Dr. Érico,

³¹⁵ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3099, 23/08/1924, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³¹⁶ Ibid.

dissolvia-se rapidamente em função das divergências criadas entre os dois grupos rivais instituídos internamente no partido. Qualquer situação era pretexto para se desfazer um acordo realizado depois de muita avaliação entre as facções. Se a eleição de Antônio De Conto foi aceita pela maioria do eleitorado de Encantado, os correligionários de Geraldo Caetano da Costa tentaram desarticular o governo intencional, do qual faziam parte. Para tanto foram tentadas diversas formas de desestabilizar a coalizão formada a qual criava inúmeros embaraços. É notória a presença de palavras como “desacordo”, “discórdias”, “ódios pessoais”, “incompatibilizado”, “mau elemento” nas cartas do emissário a Borges de Medeiros ilustrando como eram frágeis os acordos firmados entre as lideranças locais. Isso só comprovou a fragilidade que o borgismo estava enfrentando pela falta da condução das ordens hierarquicamente ditadas.

Em meio à qualificação eleitoral para um pleito federal, o serviço de Érico Ribeiro da Luz estava objetivado no aumento do número de eleitores para o Partido Republicano em toda a região. Para alcançar essa meta, o emissário palaciano reorganizou as diretorias políticas nos municípios coloniais a fim de fazer com que os seus novos membros propagassem as diretrizes republicanas entre os imigrantes e seus descendentes. Por isso, em seu relatório mensal de atividades, o Dr. Érico iniciou seu relato sobre a situação de Encantado destacando que “o eleitorado da colônia italiana não pode, com efeito, inspirar grande confiança aos dirigentes da política em face dos exemplos da campanha assistida.”³¹⁷ A ideia de hegemonia borgista nas regiões coloniais italianas não se sustenta com essa afirmação, cuja situação é desmistificada com o avanço dos diversos trabalhos de pesquisa desenvolvidos atualmente pela historiografia.

Afinal, quais os motivos que levariam o grupo liderado por Geraldo Caetano da Costa a interferir e tentar desestabilizar a gestão de De Conto-Preto? O principal argumento era a falta de espaço para essa facção nas relações de poder estabelecida pelo atual intendente. Com a determinação dada pelo próprio Borges de Medeiros em deixar de lado Geraldo da Costa nas tomadas de decisões locais dentro da comissão executiva do partido³¹⁸, foi o estopim para atrair a ira dos seus correligionários. A ideia crescente de um complô de De Conto-Preto, já imaginada por Geraldo da Costa, só foi confirmada por Érico Ribeiro da Luz ao cancelar a ordem vinda do Palácio Piratini de constituir uma executiva sem a presença do líder do grupo

³¹⁷ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3108, 03/12/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³¹⁸ Após verificar os “companheiros idôneos” de cada distrito colonial, Érico Ribeiro da Luz apresentou uma lista de uma Comissão Executiva “obedecendo as instruções anteriores de V. Exa.” e determinou a constituição da escolha de Antônio De Conto como presidente; David Pio De Nes, vice-presidente (Sede); Carlos Moro (Anta Gorda); José Bozzetto (Ilópolis); Demétrio Berté (Putinga); Emílio Pozza (Nova Brésia) e Agostinho Rodrigues França (Alto da Figueira).

oposicionista ao Coronel Virgílio. A justificativa do Dr. Érico para confirmar o isolamento de Geraldo Caetano da Costa é comprovada pela tomada de atitudes não aceitas pelo emissário borgista ao afirmar que

A propósito da nova constituição da executiva, disse-me o sr. Geraldo Costa que havia dirigido um outro memorial a V. Exa., expressando o seu desacordo sobre a escolha de seus novos membros. Devo informar a V. Exa. que o sr. Geraldo Costa não tem se conduzido bem nestes últimos tempos, apesar da influência que tenho procurado exercer sobre seu espírito para conduzi-lo ao bom caminho. Completamente incompatibilizado com o Intendente e com quase todas as autoridades locais, vive em constante luta a fomentar discórdias no seio do partido e a criar embaraços de toda a ordem a situação local, para exclusiva satisfação de seus ódios pessoais.³¹⁹

Não existiam mais motivos para o próprio Dr. Érico respaldar a liderança de Geraldo da Costa. Com o seu isolamento político iminente, sua credibilidade, junto ao próprio grupo, corria o risco de esfacelamento total. Por isso houve a necessidade de Geraldo da Costa enviar memoriais acusatórios sobre a situação local ao *Ilustre Chefe*. Isso já era o resultado da cartada final que o líder da oposição republicana continha. E para demonstrar a saída de cena de um possível opositor às políticas borgistas é que o Dr. Érico menciona que Geraldo da Costa

vai cada vez mais dilatando o círculo de seus inimigos e, conseqüentemente anulando o prestígio de que outrora gozava. Está hoje reduzido ao pequeno grupo dos descontentes, formado de elementos de todos os matizes e recebendo influência direta de nossos adversários que o procuram converter. Não poderia assim ser ele ouvido na escolha de candidatos a executiva, sendo certo que sempre ficaria em desacordo.³²⁰

O resultado do isolamento de Geraldo da Costa seria, segundo o Dr. Érico, pela falta de honradez em cumprir as ordens emanadas pelo próprio Borges de Medeiros, pois o líder da facção, que derrubou o Coronel Virgílio, estaria se alinhando aos próprios inimigos borgistas com o objetivo de manter seu status político perante os imigrantes e descendentes encantadenses. As próprias palavras de Érico Ribeiro da Luz confirmaram ao assegurar ao Presidente do Estado “que os cidadãos indicados para a executiva foram selecionados entre os melhores, mais capazes, mais prestigiosos e menos duvidosos. Se não forem bons o defeito não será da escolha.”³²¹ E dentre esses escolhidos, o nome de Geraldo Caetano da Costa não figurava.

Outro dado interessante na citação apresentada acima e encaminhado ao *Ilustre Chefe* pelo seu emissário merece ser detalhado. Para o Dr. Érico, o correligionário Geraldo da Costa

³¹⁹ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3108, 03/12/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³²⁰ Ibid.

³²¹ Ibid.

já estava isolado politicamente entre os republicanos e por isso estaria buscando aliança com os “descontentes” e com os que “procuram converter”. É interessante perceber que os assististas encantadenses também faziam parte da nova rede de compromisso constituída pelo intendente Antônio De Conto, em que foi estabelecida a conciliação pelo próprio Érico Ribeiro da Luz. Mas entre os opositoristas existia uma divisão aos que haviam adentrado à rede intencional e nos que acabaram ficando de fora. E quais seriam os argumentos para procurar “converter” Geraldo da Costa a integral o grupo dos “descontentes”? O que a oposição assistista pregava, nas colônias italianas e alemãs, não era somente a troca de um grupo dentro do mesmo jogo político que se estava realizando, e sim uma cooptação política mais acentuada para acender politicamente novos atores no jogo das relações de poderes intencionais.

Em função da verificação dos documentos pertinentes a esse trabalho, não podemos afirmar que o colonato da região aqui explorada se achava consciente politicamente e que seriam “auto gerenciáveis” com a subida das lideranças locais ao cargo máximo nos municípios coloniais. Talvez seja por isso que o emissário palaciano tenha mencionado a Borges de Medeiros que buscou entre os elementos republicanos indicados de acordo com o próprio Antônio De Conto aqueles que fossem os “menos duvidosos” para fazer parte da direção política local. A presença do próprio Dr. Érico consentida pelos intendentes de origem italiana ou alemã já barrava qualquer possibilidade que novas formas de fazer política nas regiões coloniais fossem aventadas. Para Borges de Medeiros os novos intendentes deveriam somente obediência ao partido e as suas ordens, mesmo que sua hegemonia já se encontrasse em total declínio, justamente pela falta de homogeneidade partidária, fato esse poucas vezes encontrado nas fontes estudadas.

A situação mais dramática que Érico Ribeiro da Luz teve que remediar ainda estava por vir que era a questão da incompatibilidade de Geraldo da Costa com o situacionismo intencional a qual não teve fim ao ter sido desprezada pelo emissário palaciano na constituição da direção política local. Com uma ideia fixa de complô por parte de Antônio De Conto e, principalmente, por Augusto Pretto, com a intensão do seu isolamento político, Geraldo da Costa passou a intensificar ainda mais suas acusações contra as duas eminentes lideranças encantadenses.

Na noite de 17 para 18 de outubro de 1926 o inevitável acabou acontecendo em que a animosidade da situação política local chegou ao extremo em função dos constantes boatos de uma possível vingança de Geraldo da Costa aos seus inimigos políticos. E ela ocorreu durante a realização de um baile no salão do Hotel Scarello, localizado no centro da vila cujo conflito

armado resultou em um tiroteio com cinco feridos gravemente fazendo com que a população da vila ficasse alarmada e apavorada. Como emissário palaciano e Subchefe de Polícia, Érico Ribeiro da Luz teve que realizar uma diligência para averiguar a circunstância do caso que envolvia correligionários. Em longa missiva dirigida a Borges de Medeiros e contando com dois memoriais de Geraldo da Costa esclarecendo sua posição, Dr. Érico tratou “de melhor esclarecer os fatos aludidos torna-se necessário historiar certos precedentes a que se ligam ou deles derivam.”³²² A complexidade da situação merecia um detalhamento completo e foi por isso que essa correspondência só chegou às mãos do Presidente do Estado dois meses depois dos fatos terem ocorrido, principalmente por solicitação de esclarecimentos do próprio *Ilustre Chefe*, que possuía somente a versão de Geraldo Caetano da Costa.³²³

Apontado como a principal liderança da dissidência republicana sobre o Coronel Virgílio da Silva, Dr. Érico destacou que, com essa atitude, acabou adquirindo um “relativo prestígio político”. Com a destituição do poder de Virgílio da Silva e “desaparecida a causa da divergência com a posse da atual administração, operou-se um geral movimento no sentido de apagar ressentimentos e restabelecer a harmonia partidária.”³²⁴ O fato que resultou na não aprovação da chapa republicana por Geraldo da Costa, segundo Érico Ribeiro da Luz, ao se opor “com demasiada intransigência” foi porque “os partidários do Coronel Virgílio deviam permanecer apartados do resto da comunhão partidária, não tolerando, sequer, o restabelecimento das relações pessoais.”³²⁵

Essa posição radical de Geraldo da Costa estaria sustentada pelas divergências entre as duas facções existentes no Partido Republicano, o situacionismo e a dissidência, que causaram constantes negociações com o próprio Borges de Medeiros. Muitas querelas políticas ficaram sem um desfecho e isso poderia causar novas revoltas nos grupos ligados a Geraldo da Costa contra os partidários de Antônio De Conto. Em relação às divergências pessoais, o Dr. Érico comenta que

Augusto Pretto de quem tanto se queixa hoje, foi o elemento de maior valor político que teve a seu lado na campanha contra o

³²² Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3109, 12/01/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³²³ A demora na elucidação dos fatos por parte do então Subchefe de Polícia Érico Ribeiro da Luz estaria vinculada “por afluência de serviço policial de caráter urgente”, sendo que em outras correspondências encontramos referências do próprio emissário borgista pedindo que fosse concedido mais tempo para as questões policiais do que as políticas. Qual teria sido o motivo para a demora em esclarecer os acontecimentos da grave situação envolvendo Geraldo Caetano da Costa? Possivelmente o Dr. Érico estaria negociando uma saída de cena de Geraldo da Costa da vida política de Encantado sem que adentrasse ao grupo dos “descontentes”, do qual já estava mantendo contato. Isso poderia desestabilizar de vez o acordo firmado entre a coligação conciliatória De Conto-Pretto, do qual juraram manterem-se borgistas mesmo com a coalizão realizada com parte dos assistidos locais.

³²⁴ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3109, 12/01/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³²⁵ *Ibid.*

Coronel Virgílio. Era ele o presidente do Conselho Municipal e o grande cabo eleitoral que agitava a colônia. Solucionada a questão política, pouco depois falece a mulher de Antônio Preto, irmão e adversário político na questão local de Augusto. Este, esquecendo velhos ressentimentos, toma parte das cerimônias fúnebres da cunhada, e isso bastou para o Geraldo revoltar-se com o amigo e com ele romper, dirigindo-lhe, em público expressões injuriosas.³²⁶

Além de questões familiares, os irmãos Preto estavam divididos por questões políticas também. Antônio era correligionário de Virgílio da Silva, vice-intendente indicado pelo próprio coronel, enquanto Augusto era contrário à facção situacionista e encabeçava o grupo dissidente oposicionista ao coronel. O fato de se opor à chapa De Conto-Preto resultaria numa pretensiosa indicação de Geraldo Caetano da Costa para a sucessão intencional por parte de Borges de Medeiros, mas, ao contrário do que ele imaginava, acabou sendo isolado pelas lideranças encantadenses com o aval do emissário borgismo e do *Ilustre Chefe*, inclusive.

Com essa atitude de injuriar publicamente o vice-intendente, Geraldo da Costa acabou unindo novamente os irmãos Preto na causa comum em liquidar qualquer tipo de reação ao mesmo, por isso buscaram desviar qualquer serviço de advocacia que Geraldo da Costa exercia na vila. Em compensação, Geraldo da Costa destituiu Antônio do cargo de agente do Banco Pelotense, fazendo graves acusações à diretoria do estabelecimento bancário. Nas palavras do Dr. Érico, “essa hostilidade, que ainda perdura, é recíproca e não se pode dizer ao certo quem anda pior, mas o que é certo é não estar em mim dar cabo dessa ingrata questão pessoal.”³²⁷ Pelo que parece, nessa questão o conciliador palaciano não conseguiu entender-se com as partes envolvidas.

A hostilidade entre as duas lideranças políticas já havia chegado a vias de fato há menos de um ano, quando “Augusto e Geraldo se encontraram, por acaso, em um hotel da Vila e aí trocaram doesto e, por fim, tentaram sacar dos revólveres no que foram a tempo impedidos pelo intendente Antônio De Conto e outras pessoas presentes.”³²⁸ Com o serviço de advocacia prejudicado e com um isolamento político eminente, Geraldo Caetano da Costa resolveu deixar Encantado e mudou-se para a localidade de Alto da Figueira a fim de ocupar-se em negócios de vendas de terras, local onde detinha um grande número de lotes coloniais. Natural de Soledade, município fronteiro a Encantado, Geraldo da Costa designou o primo Oswaldo Cunha para tomar conta de sua banca de advocacia na vila.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Ibid.

Não demorou muito para que boatos começassem a correr nas ruas da pequena vila de Encantado, de que Geraldo da Costa estaria reunindo gente suficiente para depor as autoridades locais pela força. Nas palavras do emissário borgista, o boato era falso, mas “tomou vulto e as autoridades locais chegaram a prevenirem-se de elementos para reprimir qualquer atentado, por outro lado a população alarmada via no Geraldo um perturbador da ordem.”³²⁹ Mesmo depois de ter desmentido pessoalmente o boato a pedido do próprio Geraldo da Costa, Érico Ribeiro da Luz tratou de tranquilizar as autoridades locais. Mas não demorou para o pior acontecer. Poucos dias depois disso, Geraldo foi visto na vila “acompanhado de um preto uruguaio”³³⁰, seu serviçal que teria começado a “conduzir-se mal, a embriagar-se e a promover desordens”, segundo o emissário. Nesse sentido, após ter recebido essas queixas de populares, o Dr. Érico solicitou ao delegado de polícia que desarmasse o indivíduo, fato esse não ocorrido. Por isso,

à noite de 17 para 18 de outubro devia realizar-se uma função de variedades em um salão de hotel naquela Vila e aí afluíu a população e também o Geraldo, seu primo Oswaldo Cunha e o tal uruguaio. Antes de iniciar-se a função o uruguaio trava-se em luta com Sylvio Scarello e em seguida estabelece-se um grande conflito e tiroteio entre Geraldo e Cunha de um lado e Bento Motta de Figueiredo de outro, resultando saírem feridos gravemente Geraldo, Cunha, Bento, Scarello e o uruguaio.³³¹

Chamado pelo delegado de polícia e pelo subintendente da sede pessoalmente em Lajeado, Érico Ribeiro da Luz chegou na vila na manhã do dia 18, constatando não haver nenhuma autoridade local presente no povoado. Apurado de forma preliminar, com a segurança dos participantes do episódio, apontaram o uruguaio por ter iniciado o conflito. Após o derramamento de sangue presenciado por grande parte da população alarmada, Geraldo, Cunha e o uruguaio foram encaminhados à vila de Estrela com graves ferimentos a bala e quanto aos outros dois, ambos permaneceram em Encantado. Um fato veio aos olhos do emissário borgista e causou grande furor do mesmo quando

Augusto Pretto, homem violento e que, nem sempre sabe guardar a devida compostura, andava pelas ruas, exacerbando, a vociferar contra os bandidos que vinham perturbar a paz, etc. e referia-se ao Geraldo e seus amigos. Presenciando isto, chamei-o imediatamente à ordem, fazendo ver o ridículo a que se expunha, sendo ele vice-intendente do município. Acalmou-se logo e mostrou-se arrependido.³³²

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Vale ressaltar que em nenhum momento foi conseguido verificar o nome do indicado. Todos os demais envolvidos no conflito armado foram nomeados, menos o tal “preto uruguaio”.

³³¹ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3109, 12/01/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³³² Ibid.

Além da abertura de um inquérito criminal, o Subchefe de Polícia também tomou a medida de proibição aos moradores da Vila do uso de armas de fogo, bem como cessação de comentários nas ruas e lugares do fato já afeto à ação da justiça. Quase um mês após o ocorrido e encontrando-se em processo de estabelecimento de sua saúde, no hospital da vila de Estrela, Geraldo Caetano da Costa encaminhou um longo e detalhado memorial a Borges de Medeiros apresentando sua versão dos fatos e a situação política local.

Como era de se esperar, nas duas longas missivas, Geraldo da Costa apresentou várias acusações contra o intendente Antônio De Conto e principalmente contra seu inimigo pessoal Augusto Pretto. Comenta, de início, que “Encantado continua de mal a pior” alegando que o chefe político local “atualmente acha-se com a colônia quase que em geral contra si e seus atos, motivos porque de quando em vez ameaça de renunciar o cargo”³³³, além de apontar Augusto Pretto como o principal detentor do poder político e administrativo. Rebatendo as declarações de Érico Ribeiro da Luz, o líder da dissidência republicana declarou que “Antônio Pretto instiga Augusto contra mim, por espírito de vingança, vingança esta mesquinha, pois sempre os deixei se conservarem tranquilos e em paz”.

Por encontrar-se incompatibilizado com a facção que apoiava o Coronel Virgílio da Silva e sendo um deles justamente Antônio Pretto, Geraldo da Costa passou a se sentir ameaçado pela presença dos correligionários do antigo chefe político local e acusa o emissário palaciano de ser leviano e até complacente com seus antigos rivais políticos. Menciona que estaria

suportando há muitos meses uma perseguição tenaz e injusta dessa gente, idêntica a de Virgílio, se não pior. Ao Dr. Érico, tenho feito ver o procedimento dessa gente, que sempre me pede calma e tolerância, e por me ter mantido calmo e tolerante é que fui agredido da forma que fui, o que eu nunca esperei, nem talvez o Dr. Érico, porque se não teria tratado essa gente com menor diplomacia e mais energia.³³⁴

Sobre o fato verificado pelo próprio Dr. Érico em relação à conduta de Augusto Pretto, no dia seguinte ao confronto armado, que trouxe grandes preocupações por parte da população da vila, Geraldo da Costa diz que

tomado de uma arma de guerra, pesaroso por não terem me liquidado com a vida, saiu pelas ruas da Vila a gritar em público que me tirava a pele, como tivesse sabido de que já me achava na Estrela, começou a gritar que quem fosse por mim saísse a rua, em face de que, agravaram-se mais as coisas e principiaram a espalhar-se as notícias alarmantes pelo interior da colônia e serra, a ponto de ter eu aqui recebido visita de amigos do interior da colônia e serra e cartas com oferecimento para reunirem gente a fim de porém termo

³³³ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (Anexo 1, 23/11/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³³⁴ Ibid.

as ameaças e provocações, mas, como nunca tive ideia de cometer desatinos por me confiar na seção das autoridades constituídas, recusei tais oferecimentos agradecendo e pedindo calma, do que tudo o Dr. Érico deve mais ou menos estar ciente.³³⁵

Em virtude das circunstâncias do cenário hostil em que, aparentemente, estariam envolvidos os participantes do conflito armado e tentando manter suas atividades profissionais na vila, Geraldo da Costa aproveitou a oportunidade para solicitar garantias de Borges de Medeiros para retornar a Encantado. Em relação a sua possível força de ação mencionada no trecho de sua carta e analisando o desfecho de seu total isolamento no cenário político encantadense, fica difícil precisar a veracidade em aglutinar um grupo suficiente para fazer frente ao situacionismo atual. O panorama era diferente em comparação à agitação realizada no governo do Coronel Virgílio da Silva, quando havia dividido a colônia e atraído muitos correligionários à dissidência. Suas atitudes radicais e a animosidade usada contra possíveis inimigos políticos acabou sendo o pretexto para ficar isolado de vez.

Abandonado por seus simpatizantes de outrora, Geraldo da Costa percebeu a necessidade de retornar a Soledade, abandonando sua banca de advocacia não somente pela falta de serviço, mas também por perceber o clima hostil que havia criado. A própria existência de um serviçal, poderia ser muito bem entendido como um guarda-costas, principalmente por andar armado. Sobre o desempenho de sua função de advogado, que estaria sendo prejudicado por uma artimanha articulada pelo intendente, Geraldo acusou Antônio De Conto de utilizar o secretário intencional, Natalício Antônio Pereira, para evitar que qualquer processo fosse encaminhado a sua banca.

Alegando que o chefe político encantadense estava sendo utilizado como uma marionete aos interesses dos irmãos Pretto, Geraldo da Costa mencionou que

a colônia em geral se acha desgostosa novamente com os atos dessa gente, Augusto Pretto quer dominar por meio de terras, e é que domina, porque Antônio De Conto aterrorizado por este faz tudo que ele ordena; já tem ameaçado nova luta contra essa gente, eu tenho recusado a aderir nova luta, como de tudo esta inteiramente ciente o Dr. Érico, mas, não perco ocasião de aconselha-los para outro caminho além dos interesses do Partido, o que tudo se irá sentir em qualquer pleito eleitoral que apareça; nessas ocasiões sempre sou eu quem auxilia o Dr. Érico para salvar a situação e desfazer a prevenção do povo contra essa gente, para dar-lhes armas para depois lutarem contra mim, mas o bom do Partido, não meço nem medirei sacrifícios e sempre me mantereí na minha incondicional solidariedade com V. Exa.³³⁶

³³⁵ Ibid.

³³⁶ Ibid.

Em nenhum momento Geraldo da Costa deixa explícito quem seria “essa gente”. Aqui hipóteses podem ser aventadas. O autor do memorial poderia estar se referindo às lideranças “italianas” as quais estariam substituindo as de origem luso-brasileira na rede de compromisso borgista e compactuando com a ideia do Dr. Érico de achar que os “italianos” não inspiravam tanta confiança como era esperado. Por isso o líder da dissidência faz menção aos futuros pleitos como afirmação para essa possibilidade do Partido de não conseguir os votos almejados. A eleição senatorial de 1924 foi a principal prova de que os republicanos estavam encontrando imensas dificuldades de aglutinar seus correligionários. A ascensão do assissismo, na região colonial, foi também representativa nesse pleito que trouxe imensas preocupações para o sistema borgista e por isso houve a necessidade de cooptação e de coligação com os novos elementos políticos locais, inclusive com matizes oposicionistas.

Talvez o resultado dessa coligação não tenha agradado ao líder da dissidência, não somente por ele não estar inserido na nova rede de compromisso firmada com a eleição de Antônio De Conto, mas pela manutenção de partidários do Coronel Virgílio da Silva em cargos de certa representatividade junto ao colonato encantadense o que teria sido o estopim para o rompimento de Geraldo da Costa com a nova composição situacionista. Ou seja, “essa gente” seriam os correligionários ligados ao ex-intendente, inclusive quando denunciam que o “Cel. Virgílio com seus filhos com desculpas de visitas ao seu sobrinho, o meu agressor, para promoverem reuniões com Augusto Pretto em casa do irmão.”³³⁷

Para Geraldo da Costa, a atuação conciliatória de Érico Ribeiro da Luz também estaria sendo criticada por sua benevolência contra os que julgavam ser responsáveis pela conduta prejudicial ao Partido Republicano local. Para o autor da missiva, o emissário borgista

nunca vendo dando a importância merecida aos meus pedidos e as queixas que lhe dei contra esses meus desafetos políticos e perseguidores, dignos de crédito por fatos comprovados, limitando-se somente a me dar razão pedindo tolerância e calma com promessas de providências, aproveitando-se da influência que exercia sobre mim, da confiança que me depositava e da obediência que lhe prestava, para passar sempre uma mão por cima de tudo [...] ³³⁸

Para finalizar, Geraldo Caetano da Costa afirma que, no caso específico de Encantado, deveria haver uma ação mais enérgica das autoridades para evitar que houvesse desvios do “caminho reto para tornar veredas esconsas” menciona que o

Dr. Érico demonstra interessar-se por minha pessoa, mas não até o ponto de ter que agir contra essa gente para não desgosta-los receando também a sua ação conforme já compreendi há muito

³³⁷ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (Anexo 2, 10/12/1926, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³³⁸ Ibid.

tempo; a maneira com que ele vem manejando a política no Encantado vai bem breve lhe dar sérios embaraços e incômodos a V. Exa.³³⁹

Podemos conjecturar que a ação autoritária a qual o líder da dissidência estava solicitando seria uma intervenção, por parte de Borges de Medeiros, nos velhos moldes que eram utilizados antes do Pacto de Pedras Altas, só que o contexto agora era outro e a força do próprio borgismo já estava se esvaindo. E para provar que todas essas queixas, por parte de Geraldo Caetano da Costa, visavam mais por ordem pessoal do que política, o Dr. Érico tratou de mensurar as palavras dessa liderança desgostosa com o andamento do proposto pelo próprio *Ilustre Chefe*. Poucos dias após o envio de seu memorial, o emissário borgista apresentou seu relatório mensal de atividades e desmistificou o caos político em que Encantado estaria inserido, alegando que

a nova executiva promete desenvolver toda a atividade possível para apresentar um resultado satisfatório na próxima eleição, de modo a desfazer o que se propala com respeito a situação política local. [...] Os elementos coloniais, salvo raras exceções, estão satisfeitos com a administração atual que é, incontestavelmente, honesta e operosa.³⁴⁰

Para Érico Ribeiro da Luz, o maior mal que estaria prejudicando a vida social e, conseqüentemente, política de Encantado era o “inveterado vício da intriga por parte de alguns elementos da Vila”, inclusive

a campanha que contra ela [a atual administração] se levanta não tem base em fatos de ordem política ou administrativa, mas de ordem pessoal e é movida por elementos nacionais que ainda obedecem a orientação de nosso correligionário Geraldo Costa, e cujo número não excederá duas ou três dezenas.³⁴¹

Nesse trecho devemos nos ater, por um momento, no caso da intriga comentada por Érico Ribeiro da Luz. Ao longo de todo o trabalho, percebemos uma constante nas situações envolvendo as questões políticas de Encantado em que o desvio de conduta de alguns correligionários republicanos sempre esteve presente nos documentos verificados. Foram poucas as vezes que as missivas não retrataram um imbróglio político com nítidos vieses pessoais de seus participantes e, muitas vezes, essas intrigas ganhavam contornos de querelas pessoais e, numa comunidade pequena como era a vila de Encantado, sede da administração intencional, granjeavam para as questões partidárias. Normalmente uma intriga desperta interesse e tensão entre as partes envolvidas, levando a dramáticos acontecimentos já no seio

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3110, 14/01/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³⁴¹ Ibid.

de um partido político ora causa fissuras e disputas irremediáveis, que, muitas vezes, leva boa parte à formação de uma dissidência ou para os braços da oposição.

A possibilidade de esse jogo de intrigas estar presente nas demais vilas coloniais da região em análise é plausível de acerto, mas não com a mesma imensidão se comparada com a de Encantado. Desde o processo de emancipação política, já é possível perceber a existência de lutas e disputas por um espaço nas relações de poder local. O intendente provisório José Benévolo de Souza sofreu com as maledicências de Virgília Villeroy. (CADORE, 2014) A mesma fórmula foi utilizada, de maneira pública, também contra o Coronel Virgílio da Silva durante seu processo de contestação por parte da dissidência republicana e sob a liderança de Geraldo Caetano da Costa.

Aliás, o Dr. Érico nunca aventou a possibilidade de uma retirada política, algo que era esperado por alguns partidários porque, na citação acima, fica clara a influência que o líder dissidente detinha diante de um número considerável de munícipes. Mesmo estando isolado politicamente no sentido de influir nas políticas intencionais, como fora a destituição do Coronel Virgílio, Geraldo da Costa constituía-se num elemento importante para a tentativa de aglutinação do eleitorado republicano. Suas promessas de qualificação eleitoral, junto ao colonato interiorano, era a cartada que possuía para ainda deter certo prestígio perante o representante de Borges de Medeiros. Em relação ao viés étnico de seus partidários, sendo intitulado de “nacionais”, chama a atenção pela quantidade existente e sua capacidade de reter força para trazer preocupações constantes para Érico Ribeiro da Luz. Sua autoridade política estaria vinculada ao status econômico que detinha como um dos grandes proprietários de terras do município, além da própria ligação direta com o Presidente do Estado que resultava numa apreensão por parte de seu representante.

Mesmo com suas atenções voltadas às eleições para a Câmara de Deputados, Érico Ribeiro da Luz intensificou as atividades propagandísticas junto às direções republicanas, nos municípios da região. O objetivo era claro: evitar o fracasso eleitoral do Partido Republicano, no pleito senatorial de 1924, quando a oposição assisista vencera a maioria dos municípios coloniais. Mas antes do processo de votação marcada para o dia 24 de fevereiro, o emissário palaciano teve que intervir novamente, na vida política de Encantado, alegando que a colônia italiana acabava sendo

sempre o que mais nos preocupa, não porque seja ali forte a oposição, mas devido à má orientação de alguns companheiros irrequietos e incontentáveis. Qualquer causa fútil os apaixona e serve de motivo ou pretexto para determinar atitudes políticas [...] ³⁴²

³⁴² Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3111, 04/02/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

O problema seria da ordem administrativa entre o legislativo e o executivo municipal, mas que poderia resultar em algum retraimento nas urnas. Na última reunião ordinária do Conselho Municipal, foi deliberada a extinção do imposto de exportação, décima urbana e agrícola e a criação de um substitutivo único de imposto sobre a área territorial. O objetivo era classificar as terras em três categorias segundo o seu valor venal e cobrar uma taxa de 2% sobre a mesma. Segundo o Dr. Érico, tal decisão acabou gerando um descontentamento geral na colônia, tendo o próprio intendente Antônio De Conto contra essa atitude do legislativo, que seria “constituído em sua totalidade de comerciantes e industrialistas e daí o seu interesse em apressar a suspensão do imposto de exportação.”³⁴³

Num município colonial onde a grande maioria dos imigrantes estava assentada em lotes de terras e dava prioridade à agricultura, os comerciantes e industrialistas, que formavam a elite colonial, privilegiavam sua classe em detrimento da colônia em geral. Como o intendente Antônio De Conto era ligado às reivindicações dos municípios interioranos, posicionou-se desfavorável à extinção das outras três letras orçamentárias. Em consequência das constantes reclamações e pressões vindas nos distritos coloniais, De Conto intermediou, junto à Secretaria do Interior, um parecer desfavorável ao projeto de lei em virtude de sua inconstitucionalidade.

Finalizando sua participação no procedimento de reorganização do Partido Republicano, na região, o Dr. Érico enviou um dos seus últimos relatórios de movimentação política a Borges de Medeiros. Tratava-se das eleições para deputados federais e junto com ela se aparelhou uma determinada propaganda republicana em todas as localidades dos municípios coloniais. A meta solicitada pelo próprio Presidente do Estado era apagar a fracassada campanha eleitoral de 1924, quando a oposição assisista venceu em muitos municípios do Alto Taquari. Esse pleito seria uma prévia das eleições para a governança do Estado, mesmo que as negociações para uma coligação entre republicanos e assisistas já estavam sendo vislumbradas, no horizonte.

O emissário palaciano trabalhou junto com as direções partidárias de cada município para aglutinar o maior número de eleitores do PRR e a votação aos candidatos republicanos deveria trazer uma nova perspectiva para a região, ao menos essa era a expectativa dos correligionários. O estigma de região rebelde aos ideais do castilhismo-borgismo depois da Revolução de 1923 deveria ser superada. Por isso qualquer situação que supostamente fosse

³⁴³ Ibid. O imposto acabou sendo suprimido por inconstitucionalidade, mesmo que os conselheiros se apegavam ao dispositivo do art. 4º da Lei Estadual nº 369 de 23 de novembro de 1925.

interferir no andamento das metas traçadas pelos republicanos, teria que ser solucionada com antecedência.

Há alguns dias antes das eleições surgiu uma propaganda religiosa na imprensa colonial, que levou certa preocupação a Érico Ribeiro da Luz, conforme suas missivas. Segundo o emissário, com instruções vindas do próprio Arcebispo de Porto Alegre, os eleitores católicos não deveriam depositar seus votos nos candidatos Lindolfo Collor e Wenceslau Escobar.³⁴⁴ Apesar dessa articulação da imprensa no intuito de fazer com que fosse prejudicada a votação republicana, o representante palaciano comentou confiante que

De qualquer sorte a oposição será fraca, com este ou aquele auxílio estranho; apenas é de recear uma maior abstenção, que fatalmente resultará da campanha religiosa, o que sempre é mais fácil e cômodo aos eleitores tímidos. Não votar lhe parece o meio de não desgostar a ninguém.³⁴⁵

Ainda mencionando a campanha que a oposição estaria realizando na região, o Dr. Érico explanou o comparecimento de candidatos assististas em localidades coloniais dizendo que

A oposição propriamente dita não se despertou de todo, mal grado a visita do Dr. Wenceslau Escolar que por aqui passou rapidamente, alegando ter recebido um chamado à Capital. O motivo não devia ser esse, mas a falta de gente nas recepções. Em Mussum, 3º distrito de Guaporé, o próprio presidente da “Aliança” deixou-se ficar jogando cartas em um hotel durante o tempo que seu candidato esteve ali.

No relatório atinente aos resultados eleitorais do pleito federal, o emissário borgista apresenta um detalhamento de cada seção distrital eleitoral dos municípios da região. Entusiasmado com a confirmação da vitória dos candidatos republicanos com uma margem considerável de votos favoráveis ao PRR, Érico Ribeiro da Luz comentou que “expondo apenas os dados por onde V. Exa., em seu alto saber, poderá aferir da situação lisonjeira destes municípios relacionados. Reina em toda a região intenso júbilo cívico pela vitória republicana.”³⁴⁶ Sobre a referida campanha da imprensa católica, o Dr. Érico acusou “com

³⁴⁴ Em relação a essa situação envolvendo questões religiosas e políticas, Érico Ribeiro da Luz teria já percebido certa movimentação no meio católico em Lajeado. Solicitando ao Coronel Fett que observasse com mais atenção os companheiros republicanos participantes desse movimento. Segundo o Subchefe de Polícia e emissário borgiano, “até aquela data, 14 de fevereiro, nada havia surgido ou nada se pôde perceber. A 18, porém, apareceu o jornal alemão ‘Deutsches Volkblatt’, que se publica na Capital, trazendo um apelo aos eleitores católicos de todos os credos políticos para que ‘risquem da chapa nos nomes dos candidatos Lindolfo Collor e Wenceslau Escobar por terem eles traído seu mandato’ etc.” Uma observação interessante para o Dr. Érico é que teria observado que “os padres começaram a viajar pelo interior desses municípios e a fazer missa aqui e ali, em todas as capelas. Além disso, muitos eleitores manifestaram ao Coronel Fett e Leopoldo Lampert escrúpulos em votar no nome do Dr. Collor, certamente já trabalhados pelos padres ou influenciados pela leitura do referido jornal.”

³⁴⁵ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3112, 19/02/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³⁴⁶ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3113, 07/03/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

inteira segurança” que essa empreitada na tentativa de inibir o eleitorado católico teria tido “a inspiração desse movimento nascera da propaganda da imprensa católica alemã.”

Nas localidades de colonização alemã, o Subchefe de Polícia menciona que

O alvitre da acumulação de votos, aprovado por V. Exa., surtiu o desejado efeito de garantir a eleição de nosso candidato repudiado pelo catolicismo e infringir o merecido castigo à intromissão indébita da religião em assuntos políticos. Os protestantes, ou por interesse de seita ou por ser também protestante o Dr. Collor [...] ³⁴⁷

A propaganda também adentrou nos municípios de colonização italiana, mas para Érico Ribeiro da Luz, “a campanha religiosa não foi tão intensa, mas, ainda assim, foi necessário utilizar o voto acumulado para compensar os desviados do candidato aludido.” Conforme a tabela abaixo é possível perceber a formidável votação republicana.

Tabela 8 - Resultado das eleições federais de 1927 na região do Alto Taquari

				Republicanos	Assisitas	Total votos
	Distrito	Localidade	Atual denominação			
Lajeado	1°	Sede	Lajeado	310	87	397
	2°	Santa Clara	Santa Clara do Sul	274	1	275
	3°	Vila do Fão	Marquês de Souza	218	14	332
	4°	Arroio do Meio	Arroio do Meio	184	44	228
	5°	Marquês de Souza	Marquês de Souza	219	3	222
	6°	São Gabriel	Cruzeiro do Sul	237	96	335
	Total de votos			1.542 (87%)	245 (13%)	1.787 (100%)
	Comparecimento			41%	6%	3.739 (inscritos)
Estrela				Republicanos	Assisitas	Total votos
	Distrito	Localidade	Atual denominação			
	1°	Sede	Estrela	341	65	406
	2°	Boa Vista da Teutônia	Teutônia	133	38	171
	3°	Corvo	Colinas	260	25	285
	4°	Pinheiro Machado	Languiru	101	28	129
	5°	Roca Sales	Roca Sales	118	31	149
	Total de votos			953 (87%)	187 (17%)	1.140 (100%)
Comparecimento			34%	7%	2.763 (inscritos)	

³⁴⁷ Ibid.

Encantado				Republicanos	Assisitas	Total votos
	Distrito	Localidade	Atual denominação			
	1º	Sede	Encantado	210	2	212
2º	Anta Gorda	Anta Gorda	224	20	244	
3º	Itapuca	Ilópolis	143	2	145	
4º	Putinga	Putinga	91	43	134	
5º	Nova Bréscoa	Nova Bréscoa	152	0	152	
6º	Alto da Figueira	Arvorezinha	53	0	53	
Total de votos			873 (93%)	67 (7%)	940 (100%)	
Comparecimento			55%	4%	1.591 (inscritos)	

Guaporé				Republicanos	Assisitas	Total votos
	Distrito	Localidade	Atual denominação			
	1º	Sede	Guaporé	255	3	258
2º	Borges de Medeiros	União da Serra	305	0	305	
3º	Dois Lajeados	Dois Lajeados	113	8	121	
4º	General Osório	Muçum	58	21	79	
5º	Júlio de Castilhos	Marau	95	12	107	
6º	São Domingos	São Domingos do Sul	196	1	197	
7º	São Luiz de Cascara	Casca	144	2	146	
8º	Serafina Corrêa	Serafina Corrêa	107	0	107	
9º	Vespasiano Corrêa	Vespasiano Corrêa	112	0	112	
Total de votos			1.385 (96%)	47 (4%)	1.787 (100%)	
Comparecimento			45%	2%	3.085 (inscritos)	

Taquari				Republicanos	Assisitas	Total votos
	Distrito	Localidade	Atual denominação			
	1º	Sede	Taquari	362	80	442
2º	Bom Retiro	Bom Retiro do Sul	120	80	200	
3º	Arroio Grande	Paverama	295	11	306	
4º	São Joaquim	Tabaí	180	26	206	
Total de votos			957 (83%)	197 (17%)	1.154 (100%)	
Comparecimento			43%	8%	2.254 (inscritos)	

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Carta nº 3113, Fundo Lajeado, ABM/IHGRGS.

Em relação à apresentação desses dados estatísticos do pleito federal sob sua jurisdição política, o Dr. Érico mencionou que o município de Lajeado havia sido o local onde houve o maior comparecimento dos eleitores às urnas, ficando Encantado na última colocação entre os cinco municípios aludidos. Apesar da abstenção considerável, os encantadenses foram os munícipes que mais deram votos ao Partido Republicano, sendo 55% no total, contra somente 34% entre os correligionários estrelenses. Como em Taquari foi constatada a maior votação pelos assisistas – 8% – o emissário palaciano explicou ao chefe palaciano que “a oposição foi sempre mais volumosa e mais ativa do que nos demais da Região, e se maior resultado não apresentou nas urnas foi em parte devido a causa geral da descrença reinante nas hostes

adversárias e grande parte a ação inteligente e hábil do Coronel Manoel Ribeiro Pontes Filho”.³⁴⁸

Com isso o objetivo primordial traçado no Palácio Piratini estaria alcançado. O borgismo voltaria a demonstrar sua força política na região com os resultados auferidos no pleito federal. Desde sua chegada, no Alto Taquari, o emissário Érico Ribeiro da Luz buscou a conciliação dos correligionários republicanos e tratou de afastar todos eminentes companheiros dos braços da oposição assisista, conseguindo com certo êxito evitar o total desmantelamento do sistema castilhista-borgista na região rebelada. Organizou e deu novas diretrizes às direções políticas de cada município, afastando os que julgava já terem contribuído para o partido e abrindo espaço para novos atores políticos locais. A ascensão dos intendentes com sobrenomes ítalo-germânicos veio ao encontro do antigo anseio da elite colonial, que era o de adentrar à rede de compromisso governamental, afastado pela presença de um coronel intendente “de fora” das colônias.

A coalização de republicanos e assisistas nos pleitos municipais surtiu o efeito de evitar novos conflitos políticos para uma região que já estava enfrentando constantes crises, formando devotadas negociações entre as facções desgostosas por não se fazer presentes nas relações de poder articuladas por Borges de Medeiros. Mas o prazo de validade dessa coligação local demonstrou ser tênue demais. Os interesses internos das elites coloniais junto ao governo estadual mostraram uma divisão notória com o andamento das eleições intenciais marcadas para o ano de 1928. Aqui perceberemos que a oposição, sendo ela assisista ou parte de uma dissidência republicana, far-se-á presente com mais força na região. O lançamento de candidaturas não oficiais e sem o próprio respaldo do já enfraquecido *Ilustre Chefe* só demonstra insatisfação de determinados grupos políticos na obtenção de um espaço no jogo político local.

O interessante é perceber que os candidatos desgostosos com a situação política intencional estavam inseridos na rede de compromisso articulada pelo Dr. Érico. Os mesmos rompem com os coronéis locais e se lançam na tentativa de alcançar o poder colonial, isso em virtude do dispositivo do Pacto de Pedras Altas que evitava a reeleição. Os ares “democráticos” de passagem de cargo de intendente para um possível candidato opositorista que fosse sufragado nas urnas deveria ser confirmado.

Em Encantado, principal localidade de negociações políticas e cooptações constantes, mesmo com a presença de um candidato opositorista, a coalizão realizada ainda em 1924 foi

³⁴⁸ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3113, 07/03/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

confirmada, quando Antônio De Conto passou a intendência para seu vice Augusto Pretto, que fora eleito. Em Estrela também houve o acerto de uma coligação envolvendo republicanos e assististas – libertadores – que levou Augusto Frederico Markus à intendência municipal em pleito inédito de consenso. Para o cargo de vice-intendente foi eleito o antigo correligionário José Hauschild Filho. Segundo o historiador Schierholt, citando o jornal *O Alto Taquary* de 20 de outubro de 1928, durante a cerimônia de posse dos eleitos,

pronunciou o discurso oficial o Sr. major Luís Guedes da Fontoura. Depois dos elogios ao seu antecessor, saudou, em nome do Partido Republicano, o novo intendente, vice e conselho. Discursaram, logo após, os Srs. Cel. Mallmann, Achyles Dinis, major João R. de Castro e Antônio Cardoso, este em nome do intendente, merecendo todos os oradores ruidosos aplausos da numerosa assistência que vivou os próceres do Partido Republicano e ao Dr. Assis Brasil, presidente do diretório do libertador. (SCHIERHOLT, 2002, p. 52)

Se “em todos os municípios da região reina perfeita normalidade política e tranquilidade pública”³⁴⁹, como era o esperado por parte de Érico Ribeiro da Luz, o mesmo não pôde ser enquadrado em Lajeado. O processo de coligação entre o Partido Republicano com o Partido Libertador na formação de governos de consenso nos municípios de Estrela e Encantado surtiram os resultados esperados. Entre os lajeadenses não houve concordância. Em convenção republicana, o sucessor do Coronel Fett deveria ser o engenheiro Arnaldo da Costa Bard, mas a preferência de um grande número de correligionários recaía sobre o nome de Filipe Leopoldo Heineck.

O grupo favorável a Bard tratou de homologar sua candidatura com o aval de Borges de Medeiros o mais rápido possível. Percebendo essa articulação da facção situacionista, o grupo de dissidentes republicanos mantiveram o apoio a Heineck e também se lançaram na corrida eleitoral. Não por menos, a oposição liderada pelo Partido Libertador lançou o médico Décio Martins Costa como candidato. Conforme Schierholt (1992, p. 143), o juiz de direito João Solon Macedônia Soares apoiou explicitamente a candidatura oficial de Bard “quando sentiu que Heineck iria vencer as eleições”, forçando o então candidato a vice-intendente pela chapa oficial Eugênio Henrique Bender a lançar um manifesto de apoio à chapa libertadora.

A apuração das concorridas eleições municipais acusou a vitória da dissidência republicana, consagrando Filipe Leopoldo Heineck eleito o novo intendente com 965 votos, contra Arnaldo da Costa Bard com 751, ou seja, uma diferença de 214 votos e o candidato Décio Martins Costa terminou com 568 sufrágios. O grupo de dissidentes republicanos também conquistou a eleição de vice-intendente, elegendo Matias Rockenbah Filho com

³⁴⁹ Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 3114, 06/04/1927, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

1.011 votos, contra Eugênio Bender com 1.009 da chapa oficial, ficando os libertadores sem candidato.

Conforme era esperado, iniciou-se uma campanha pela inelegibilidade do candidato vencedor, conforme plano articulado pelo próprio juiz Macedônia Soares.³⁵⁰ Um processo jurídico estava montado. O desenrolar da situação política foi assim destacada por José Alfredo Schierholt (1992, p. 143)

Dez dias após as eleições, o Conselho Municipal tomou a decisão de declarar o candidato eleito inelegível, com os votos dos conselheiros Gustavo Weinandts, Paulo Schumacher e Pedro Teobaldo Breidenbach. Votou pela sua elegibilidade Jacó Scheid Sobrinho e Henrique G. Zart. Filipe Leopoldo Heineck recorreu ao Superior Tribunal, tendo como seu advogado Adroaldo Mesquita da Costa. A vitória desta causa deu a Costa projeção estadual e nacional. Enquanto o processo estava tramitando, o Conselho deu posse ao vice-intendente eleito, Matias Rockenbach Filho.

Mesmo apoiando a chapa oficial derrotada, tanto Borges de Medeiros quanto o emissário Érico Ribeiro da Luz ratificaram o apoio a Heineck, após a definição do processo em favor da posse do candidato eleito. A meta era evitar desgastes maiores em favor da articulação que estava ocorrendo a nível estadual entre o PRR e o PL. A eleição de Getúlio Vargas para a Presidência do Estado gaúcho em forma de consenso trouxe uma perspectiva diferente para o Rio Grande do Sul. Com a posse de Vargas na direção suprema do Estado e com a formação da Aliança Liberal no ano de 1929, aproximaram-se os correligionários de Borges de Medeiros e de Assis Brasil em um plano comum, em torno da Frente Única Gaúcha (FUG).

³⁵⁰ O fundamento para tal acusação estaria alicerçada conforme o artigo 6º da lei municipal, que regia as diretrizes das eleições locais. Nela se estabelecia que “as autoridades e os funcionários quaisquer, tanto do Estado como do município, a não ser que deixassem as funções três meses antes das eleições” estariam inelegíveis.

4. ENCANTADO

*A política matava, acabava com a pessoa. Depois que se metera nela, nunca mais pudera ter uma semana de descanso. Escravo dos outros, do partido, do eleitorado. E os adversários não dormiam, os concorrentes vigiavam. Todos os dias, uma notícia má, nomeações que não saíam, chefes do interior que ameaçavam romper por causa de pedidos impossíveis... E ter de mentir, de prometer...*³⁵¹

4.1 – A incontestável reeleição do Coronel Virgílio

O ano de 1920 foi marcado pela realização do segundo pleito municipal em Encantado, que, apesar de ser realizado somente no começo de novembro, passou a ser tratado desde os princípios da sucessão intendencial. É relacionado à tentativa de permanência no cargo de chefia administrativa e política de Encantado que o Coronel Virgílio tenta tomar todas as medidas possíveis na obtenção do apoio geral dos encantadenses, buscando intensificar o andamento dos serviços da estrada de rodagem e amenizar qualquer tentativa de instabilidade política, tentando blindar sua administração diante de Borges de Medeiros.

Tabela 9 - Executivo e Legislativo de Encantado (1915-1932)

Mandato	Intendente	Vice-Intendente	Conselho Municipal
1915-1916	José Benévolo de Souza	José Ferri	Não havia.
1916-1920	Cel. Virgílio Antônio da Silva	Antônio Preto	Antônio Preto (presidente), João Scherer, Batista Dal Santo, Affonso Schäffer, Rafael Peretti, Matheus Cecchele e Angelo Agostini.
1920-1924	Cel. Virgílio Antônio da Silva	Antônio Preto	Augusto Preto (presidente), Bórtolo Secchi, Antônio Buffon, Olívio Dal Pasquale, Leopoldo Spezia, João Ferri Filho e Angelo Agostini.
1924-1928	Antônio De Conto	Augusto Preto	Victório Costi (presidente), Benvenuto Fornari, César Roveda, José Secchi, José Bozzetto, Santo Possamai e Ventura Migliorini.
1928-1930	Augusto Preto	Ernesto Gregoire	Antônio Preto (presidente), Angelo Simon, Olderigi Bigliardi, Felício Peretti, Tranquilo Cecchele, Jacob Otto Wenzelmann e Ônio Pedrazzani.
1930-1931	Augusto Preto		Conselho Consultivo. Alberto Slongo, José Bozzetto e Victório Costi.
1931-1932	Cel. José Rodrigues Sobral	Tet. Sebastião Rosa da Silveira	

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Fundo Encantado, ABM/IHGRGS e FERRI (1985).

Para isso, já em abril, os ânimos políticos começam a aflorar entre os correligionários do Partido Republicano local, fazendo com que Virgílio da Silva sempre mantivesse contatos constantes com o chefe supremo do Estado para elucidá-lo dos fatos que ocorriam na vila e no

³⁵¹ PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 40.

interior de Encantado. Em sua primeira missiva endereçada a Medeiros, o Intendente apresenta uma série de acontecimentos envolvendo o então juiz distrital Eurico Porto, que, adepto às festas e bebidas, estaria facilitando a proliferação dos jogos de azar no município, sendo até repreendido por suas negligências pelo Juiz de Comarca Osvaldo Caminha, que, conforme Virgílio, “conhecendo a índole deste povo, laborioso em extremo, achei de melhor proveito proibir todos os jogos de azar. Tanto assim, que fiz regressar para Santa Maria, um espanhol endinheirado que aqui aportara a convite do ex-delegado Joaquim Pinto para instalar roleta e outros acentos jogos prejudiciais”.³⁵²

A sucessão intencional é comentada pelo Coronel Virgílio na mesma carta quando aponta que “[Raul] Villeroy³⁵³, mancomunado com Paulo Lima e Djalma [Selistre] no sentido de tudo anarquizar, visto que as pretensões deste último, a intendência deste município, não tiveram vida por falta absoluta de seiva, não perdem ocasião de demonstrarem os seus intuitos maléficos.”³⁵⁴ O chefe municipal comenta também, que por estar enfermo na cidade de Estrela, e acompanhado do filho João Carlos da Silva, escrivão do cartório do civil e crime, “a referida trindade, composta de postulas sociais, compuseram longo telegrama e denunciaram João Carlos ao Exmo. Dr. Juiz de Comarca por abandono do cargo”.³⁵⁵

Esse fato trouxe a ira de Virgílio da Silva. Não demorou muito para que o chefe municipal reunisse uma série de documentação acusativa contra Eurico Porto, solicitando sua imediata substituição do cargo de juiz distrital. Chegou-se a organizar um abaixo-assinado, que, segundo Virgílio, “figuram o vice-intendente, agente do Banco Pelotense, agrimensor e

³⁵² Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1761, 25/04/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁵³ Raul Augusto de Villeroy nasceu no dia dois de agosto de 1874 em Porto Alegre, filho de Augusto Ernesto Estrela de Villeroy, nascido no dia dois de abril de 1834, também na capital gaúcha, e de Elisa Borges da Silva, nascida no dia três de novembro de 1842, em Alegrete. Casou-se com Virgínia Menezes, nascida no dia 21 de setembro de 1867 na cidade de Cachoeira do Sul, sendo sobrinha de dona Carlinda, esposa de Borges de Medeiros. Tiveram como filhos Constantino, Georgete, Consuelo, Gastão e Gontran. Partidário de Júlio de Castilhos e possuidor do título de Capitão da Guarda Nacional, Raul iniciou sua carreira pública trabalhando na promotoria de justiça do município de Alegrete, onde casou com Virgínia. Com o desmembramento da Comarca de São Sebastião, em janeiro de 1898, foi criada a Comarca de Caxias do Sul, sendo que no começo de 1899 assumiu a vaga como segundo promotor de justiça da Comarca por alguns anos. Conhecedor das questões coloniais, Villeroy recebeu, de forma vitalícia, a função de escrivão dos cartórios de Órfãos e Ausentes e do civil e crime no recém emancipado município de Encantado em junho de 1915. Devido à influência familiar da esposa, através de Virgínia, Raul passou a denunciar a forma que o intendente provisório José Benévolo de Souza estava tratando as questões políticas, criando com isso uma forte facção contrária ao chefe intencional, forçando sua exoneração devido à crise política instalada no município. No começo da administração do Coronel Virgílio, Raul encontrou dificuldades para manter sua facção política atuante, pois o novo chefe republicano local soube cooptar seus signatários. Em 1920, com a intensão de fugir de possível processo pelo Juiz de Comarca de Lajeado, Raul deixa a escrivania do cartório para o filho Gastão. Em 29 de abril de 1922, Borges concedeu a permuta solicitada por Raul com Pércio de Oliveira Freitas, mudando-se para Guaporé. A filha Consuelo foi casada com Haiawatha de Praia Lautert, subintendente de Anta Gorda durante a administração do Coronel Virgílio. Faleceu no mês de abril de 1930, com 56 anos de idade.

³⁵⁴ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1761, 25/04/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁵⁵ Ibid.

comerciantes, vê-se claramente a impossibilidade da permanência desse moço nesta localidade!”.³⁵⁶ Para atestar seus critérios de juiz distrital e sua conduta pessoal e de correligionário, o Intendente encantadense pede esclarecimentos sobre sua índole ao delegado de polícia Geraldo Caetano da Costa, e aos comerciantes Heitor Alexandre Peretti³⁵⁷, Luiz Pretto e João Gerhardt Filho³⁵⁸, sendo os dois últimos hoteleiros da vila, onde Porto havia contraído dívidas. Junto a isso, foi apresentado um atestado de juramento assinado por Heitor Peretti, Gustavo Poletto, Aristides Hailliot Tavares, Angelo Bergamaschi, Paulo Bergamaschi, Antônio Pretto e Luiz Pretto, no qual afirmavam que “nos arredores desta vila, por ocasião de um convescote, Eurico Porto, embriagou-se a ponto de permanecer deitado por algum tempo na relva, sendo esse fato presenciado por muitas famílias gradas”³⁵⁹, atitude essa totalmente repreendida pelo Intendente Virgílio.

Como o então período intendencial de Encantado terminaria no dia 15 de novembro, conforme o artigo 44, § único da lei orgânica municipal, a eleição deveria ser realizada sessenta dias antes do término do mandato, ou seja, no dia 15 de setembro, conforme o artigo 10 da lei estadual. Por isso, no primeiro dia do mês de maio, os conselheiros municipais, comerciantes e industrialistas de Encantado organizaram um abaixo-assinado que fora enviado a Borges de Medeiros para solicitar que fosse novamente apresentado o nome de Virgílio da Silva ao cargo de Intendente para o próximo quadriênio. A justificativa apresentada por essa comissão foi que:

A sua reeleição é de justiça, já pelos seus relevantes serviços prestados a este município, durante um quadriênio administrativo, como pelo seu passado cheio de serviços a República, e especialmente ao nosso Estado. Lembrando-vos o nome do digno

³⁵⁶ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1762, 01/05/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁵⁷ Heitor Alexandre Peretti nasceu no dia 13.08.1895, sendo o sétimo filho do casal de imigrantes italianos Rafael Peretti e de Santa Cerutti. Heitor desempenhou vários cargos públicos em Encantado, sendo também comerciante, agrimensor, função herdada pelo pai, e por muitos anos foi componente do Conselho Escolar. Em 02.08.1911, com apenas 16 anos de idade, é nomeado juiz da paz junto com outros munícipes. Apreciador do futebol, Heitor participou do time principal do Encantado Foot-Ball Club por longos anos. Em 15.12.1921, Heitor foi eleito suplente do Conselho Fiscal do Tiro de Guerra nº 375. Como presidente do Conselho Escolar, Heitor teve participação ativa na busca da criação do Grupo Escolar Farrapos, criado pelo Decreto Estadual nº 4.409, em 13.12.1929, pelo então presidente do Estado Getúlio Vargas. Em 26.10.1931, o prefeito Coronel José Rodrigues Sobral nomeou Heitor, como vice-presidente da comissão orçamentária para o exercício de 1932. Em 1933, assumiu a presidência da Cooperativa de Crédito Rural Ltda. do padre José Foscallo, onde permaneceu no cargo até o encerramento das atividades da instituição no ano de 1938. Heitor faz parte ainda da comissão, que em 1936, junto com muitos encantadenses, participaram na busca da construção de um hospital no município, sendo eleito primeiro secretário do Hospital Santa Terezinha. Em setembro de 1939, fez parte da fundação da Associação Comercial e Industrial de Encantado, com a finalidade de defender os interesses da classe comercial e industrial do município. Casou com Emília Scarello e faleceu no dia 24.11.1941, com 46 anos de idade. Foi sepultado no Cemitério Santo Antônio.

³⁵⁸ Filho de João Gerhardt e Gertrudes Senher, nasceu no ano de 1878 e faleceu no dia 23.09.1926, aos 48 anos de idade. Possuía comércio na localidade de Palmas, no 1º distrito de Encantado.

³⁵⁹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (Anexo 5 da Carta n. 1762, 01/05/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

republicano para o cargo aludido, di-lo as nossas consciências que vamos ao encontro das aspirações do povo encantadense, e do eleitorado á vossa chefia, que satisfeitos comparecerão ás urnas para sufragar o nome do Cel. Virgílio Silva.

Estamos certos que V. Excia. tomando em consideração o nosso pedido, indicareis o nome de tão ilustre correligionário aos sufrágios do eleitorado deste município, para dirigir-lhe seus destinos no próximo período administrativo.³⁶⁰

Aos pouco o Coronel Virgílio ia limpando seu caminho para permanecer à frente da chefia política e administrativa de Encantado ao obter apoio de correligionários nos pedidos de substituição ou exoneração dos cargos estaduais ou federais no município de seus desafetos políticos, onde não foi possível realizar a cooptação política. Também, em maio, uma comissão de correligionários composta por Antônio Pretto, Bortolo Secchi³⁶¹, Antônio De Conto³⁶² e Leopoldo Spezia compareceu no gabinete intencional pedindo a retirada do coletor Djalma Selistre.

Essa comissão elaborou um memorial assinado por 168 pessoas, entre comerciantes, industrialistas, hoteleiros, lavradores, agricultores, escriturários, subdelegados de polícia, professores, guardas, ferreiros, sapateiros e outros, denunciando sua intransigência administrativa, E que Virgílio da Silva estaria “convencido de que para engrandecimento de nosso partido e tranquilidade de grande parte da população, devia esse funcionário ser retirado deste município”³⁶³, solicitando o mesmo ao Chefe Supremo.

³⁶⁰ Abaixo assinado a Borges de Medeiros (n. 1763, 01/05/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁶¹ Bortolo Secchi nasceu na Itália no ano de 1853. Secchi era dono de uma importante casa comercial e tornou-se um líder comunitário por estar sempre envolvido nas realizações do povoado de Encantado. No ano de 1896, na instalação do curato de São Pedro, Bortolo foi escolhido um dos fabriqueiros da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz. Bortolo foi eleito conselheiro municipal de Lajeado em três oportunidades, exercendo o cargo por onze anos, quando Encantado ainda era distrito lajeadense. Nas eleições de 1904, Bortolo ficou na suplência do eleito Batista Lucca, mas substituiu o titular em muitas oportunidades. Assumiu o cargo um mês depois das eleições e permaneceu até o dia 20.07.1908, quando foi reeleito para nova legislatura como conselheiro eleito. Reeleito pela terceira vez consecutiva, em 20.07.1912, Secchi foi o último representante de Encantado no Conselho Municipal de Lajeado antes da emancipação. Foi um dos principais articuladores da comissão de emancipação de Encantado, quando manteve constante contato com o intendente João Batista de Mello. Bortolo foi eleito conselheiro da nova comuna nas eleições de 15.09.1920, permanecendo no cargo até novembro de 1924. Faleceu no dia 12.09.1928, com 75 anos de idade.

³⁶² Antônio De Conto nasceu no dia 14.07.1875, em Miane, Mandamento de Valdobiadene, Província de Treviso, na Itália, filho de Inocência De Conto e Catharina Guzzato. Em março de 1890, a família De Conto imigrou para o Rio Grande do Sul, e em 1891 fixou residência na Linha Jacarezinho. Casou com Maria Bárbara Tiecher em 04.06.1898 na Igreja Matriz de Lajeado e com ela teve os seguintes filhos: Ema, Dora, Pia, Mário Lino, Victor Carlos, Marta, Elena e Júlia (gêmeas), Pio Luiz, Rita, Jorge e Fausto. Frequentou a escola mista ítalo-brasileira e em 1911, foi encarregado do ensino na localidade de Jacarezinho, até 1916. Na exposição de Porto Alegre, levada a efeito em 1918, foi-lhe conferido o diploma de medalha de ouro pela produção de óleo de rícino, menção honrosa pelo cultivo do milho e medalha de prata pelo cultivo do trigo. Em 1915 com decreto firmado pelo Presidente da República, Wenceslau Braz, foi nomeado ajudante do Procurador Geral da República. Criado o município de Encantado, foi encarregado da demarcação dos limites do 4º, 5º e 6º distritos. Foi fiscal geral de estradas, inspetor escolar e subintendente de diversos distritos. De Conto foi eleito intendente municipal no pleito de 15.09.1924 em chapa única, tendo Augusto Pretto, como seu vice-intendente. Faleceu no dia 01.01.1933, com 57 anos de idade, sendo sepultado no Cemitério de Jacarezinho.

³⁶³ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1764, 13/05/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Para acertar a realização das eleições municipais e a composição da chapa dos conselheiros municipais, Virgílio da Silva pretendia conferenciar com Borges de Medeiros, em Porto Alegre, mas seu estado de saúde acabou não permitindo que realizasse tal viagem e por isso comunica que “no seio do partido não existe a menor discrepância ou desarmonia; apenas aguarda a voz de comando do Ilustre Chefe”.³⁶⁴ Na mesma carta, o Intendente candidato à reeleição lamenta “que a eleição [federal] aqui não atingisse a 500 votos conforme estava preparado o pessoal, todo convidado e bem disposto; mas o tempo nos foi adverso, ingrátissimo mesmo.”³⁶⁵

Em setembro ocorrem as eleições municipais dentro da normalidade e como nas primeiras eleições municipais, não foram encontrados dados específicos de cada distrito com suas respectivas votações, mas sim as atas de apurações finais dos sufrágios de 1916 e 1920. Para essa apuração final, foi criada uma comissão de análise e validação, sendo distribuídos entre os membros presentes os trabalhos para que se procedesse com toda a regularidade à apuração da referida eleição, que, em 1920, fora presidida por Antônio Buffon³⁶⁶, secretariada por Natalício Pereira³⁶⁷ e composta ainda por Angelo Agostini, Bartolomeu Amadori e Pedro Miotto, então conselheiros municipais. A convocação da comissão foi feita por Virgílio da Silva, conforme determinava a Lei Eleitoral n° 10 de 19 de Junho de 1915, artigo 45. Eles estiveram reunidos, na Intendência Municipal, no dia cinco de outubro, ou seja, dezoito dias

³⁶⁴ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1765, 18/07/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ Antônio Buffon nasceu na Comuna Di Mison Di Vilamrino, Província italiana de Treviso, filho de Antônio Buffon e de Ângela Cascia, em 02.02.1864 e faleceu em Encantado no dia 05.02.1934, sendo sepultado no Cemitério Santo Antônio, com 70 anos de idade. Buffon imigrou para o Brasil juntamente com seus pais e seus irmãos Giacomino e Vitória. Ao chegar a Porto Alegre, lá trabalhou por vários anos e casou-se com Maria Bortolini, com qual teve nove filhos, Angelo Leopoldo, Mansueto, João, Antônio, Maxemino, Mariana, Lourenço, Leonora e Paulo. Transferindo residência para Encantado, estabelecendo-se na linha Lambari, onde tinha 316 hectares de terra, sendo o 15º maior proprietário de terras em Encantado, e um dos maiores produtores de milho e trigo do município. Buffon destacou-se como grande incentivador do assentamento de imigrantes italianos na comuna, responsável pela venda e cobrança dos lotes das terras de propriedade de Nicolau Ely, ainda quando Encantado era distrito de Lajeado. Nesse período, em 1905, Buffon foi nomeado pelo intendente Francisco Oscar Karnal comissário da Linha Lambari e foi incumbido de construir a primeira ponte sobre o arroio Lambari, caminho esse de ligação com as demais localidades da região alta. Também era confidante e seguidamente consultado sobre os mais diversos assuntos pelos agricultores da redondeza, sendo conhecido pelo apelido de “Santa Paciência”. Antônio foi suplente no Conselho Municipal na primeira eleição realizada em Encantado, mas no pleito seguinte, realizado em 15.09.1920, Buffon foi escolhido conselheiro municipal, permanecendo no cargo até o dia 14.11.1924, quando terminou seu mandato.

³⁶⁷ Natalício Antônio Pereira exercia, em Encantado, a profissão de advogado. Com a saída do secretário municipal Antônio Frederico de Mesquita, o Coronel Virgílio da Silva nomeou Pereira secretário da intendência. Exerceu o cargo até início do ano de 1923, quando passou a dirigir a secretaria de estatística do município por longos anos. Em 1929, fez parte da comissão solicitadora junto ao governo de Getúlio Vargas para a instalação de um grupo escolar na vila. Com o fim do Estado Novo, em 1945, os governos estaduais passaram para a chefia do poder judiciário, e conseqüentemente, para o governo do município de Encantado, foi nomeado o juiz distrital Natalício Pereira, que ocupava o cargo desde 1924, permanecendo na chefia do executivo municipal durante o período de 14.12.1945 a 21.02.1946.

após a realização das eleições. Terminados os trabalhos de apuração, o resultado foi o seguinte:

Para Intendente, Coronel Virgílio Antônio da Silva com 1.200 votos. Para conselheiros, Antônio Buffon com 1.182 votos, Bortolo Secchi com 1.184 votos; Augusto Pretto³⁶⁸ com 1.180 votos; Olívio Dal Pasquale com 1.182 votos; Pedro Miotto com 1.185 votos; João Ferri Filho com 1.174 votos; Leopoldo Spezia com 1.185 votos; Primo Teston com 46 votos; Angelo Agostini com 35 votos; João Marques Tabora com 2 votos; Belarmino Schäffer, José Bozzetto e Benvenuto Fornari com 1 voto cada. Sendo considerados pelo conselho apurador, eleitos Intendente Coronel Virgílio Antônio da Silva e conselheiros, Antônio Buffon, Bortolo Secchi, Augusto Pretto, Olívio Dal Pasquale, Pedro Miotto, João Ferri Filho e Leopoldo Spezia. Ficam de suplentes Primo Teston, Antônio Pretto e Angelo Agostini, foi resolvido passar-se os respectivos diplomas, para como tal serem reconhecidos.³⁶⁹

Cinco anos depois da emancipação e a consolidação da divisão territorial do município pelo primeiro ato intendencial ocorreu a formação de um novo distrito. Findo o pleito e a fim de melhor gerir as questões interioranas do município, além de, ao mesmo tempo, criar uma nova relação de compromisso com os munícipes da localidade de Putinga, o reeleito Coronel Virgílio resolveu elevar o local para 4º distrito de Encantado, desmembrando boa parte do território pertencente aos distritos de Anta Gorda e de Itapuca, pelo Ato nº 5 de oito de novembro de 1920. O seu cunhado Severino Costa Leite fora designado subintendente e subdelegado de Putinga e a ele competia organizar os demais cargos municipais, possuindo o aval do chefe político local.

A posse dos eleitos ocorreu em solenidade festiva no dia 15 de novembro, no salão da Intendência Municipal com a realização de uma reunião ordinária do Conselho Municipal (FERRI, 1985, 73). Nesse mesmo dia, o Coronel Virgílio apresentou aos presentes um relatório sobre seus quatro anos à frente da administração intendencial local, além do orçamento de receitas e despesas para o próximo ano. Esse relatório que fora impresso nas Oficinas Gráficas da “A Federação”, em 1921 é riquíssimo em dados estatísticos socioeconômicos dos primeiros anos do município.

Em seu discurso, o Intendente reeleito Virgílio da Silva apresenta seus amáveis agradecimentos aos conselheiros municipais do quadriênio anterior e dá os parabéns aos novos

³⁶⁸ Augusto Pretto nasceu na província italiana de Vicenza, em 1880. Em 1888, veio com a família para o Brasil. Casou-se com Matilde Marini, tendo cinco filhos: Balduino, Hermínia, Dozolina, Celestina e Severino Augusto. Pretto sempre esteve filiado ao Partido Republicano. Eleito em 15.9.1920, foi dois meses depois empossado como membro do Conselho Municipal, com mandato até 15.11.1924. Em 15.9.1924, foi eleito vice-intendente municipal, na chapa de Antônio De Conto. Empenhou-se nos festejos do 50º aniversário da Imigração Italiana em setembro de 1925, sendo tesoureiro da Comissão. Em 15.9.1928, foi eleito intendente, empossado dois meses depois. Seu mandato foi cassado pela ditadura de Getúlio Vargas em 3.3.1931. Faleceu no dia 09.03.1941, com 61 anos de idade. (SCHIERHOLT, 1989, p. 304).

³⁶⁹ Livro de Atas da apuração eleitorais municipais, eleições de 1920 – p. 2-3.

conselheiros eleitos no último pleito eleitoral. Sobre sua permanência como chefe político local, o Coronel Virgílio apresenta estar:

Honrado com a confiança indiscrepante do eleitorado deste município e a não menos dignificante e decisiva do notável estadista Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, chefe acatado do partido republicano que preside superiormente os destinos do Rio Grande, dando sua sanção e aplausos a proclamação que do meu obscuro nome se fazia a cural intendencial no segundo quadriênio, para o qual fui reeleito a 15 de Setembro pretérito, nesse posto me é sobremodo agradável saudar o novo Conselho eleito, com o qual me congratulo e faço votos de boas vindas, ficando com a máxima segurança de animo, de que tão respeitável e seleta corporação, saberá manter uma segura linha de conduta em tudo fiel aos precedentes úteis, deixados pelos Conselheiros que vos antecederam.³⁷⁰

Falando de sua administração propriamente dita, Virgílio da Silva enfatiza que “nesse sentido me é grato vos poder noticiar que o município marcha em condições favoráveis, senão de vertiginoso progresso, ao menos certo e seguro em seu descontinuado desenvolvimento”.³⁷¹ Apesar do relativo progresso lento, mas crescente do município, o Intendente ressalta que, apesar da necessidade premente de modificação da taxaço de impostos, o mesmo não foi alterado desde a criação do município. Isso ocorreu, segundo Virgílio, “em virtude do encarecimento da vida – produto desolador desse flagelo portentoso que foi a guerra mundial – por todos os recantos surgiu aumento de impostos para enfrentar o ônus emergente ocasionado pela grave situação mundial”.³⁷² Mesmo assim, o Intendente vê com otimismo o futuro do município ao afirmar que:

Encantado, município promissor desde sua fundação que data de uma época normal, viu-se – embrião ainda – assoberbado com o encarecimento da vida e conseqüente crescimento no custo de todos os artigos necessários á sua administração, além do encarecimento excessivo da mão de obra.

Apesar do exposto, sem lançar mão de meios extremos, mantendo uma norma de equidade, jamais alterou sua lei orçamentária. Prosseguindo, entretanto, nesse estado de cousas, tê-lo-emos sempre estacionário quando, atendendo aos seus múltiplos recursos, poderemos vê-lo prazenteiramente marchando, senão na vanguarda, ao menos a par de seus congêneres do Estado.³⁷³

Sobre as questões econômicas, Virgílio apontou o trabalho que vinha sendo desenvolvido desde a gestão de Benévolo de Souza³⁷⁴, em que algumas rubricas de impostos

³⁷⁰ Relatório da Intendência Municipal apresentado ao Conselho Municipal em 15/11/1920, p. 3.

³⁷¹ Ibid, p. 4.

³⁷² Ibid, p. 4.

³⁷³ Ibid, p. 5.

³⁷⁴ José Benévolo de Souza, nascido no ano de 1878, foi indicado por Borges de Medeiros para ser o intendente provisório do município de Encantado. Oriundo de Triunfo, onde exercia cargo público estadual, Benévolo recebeu a incumbência de organizar e instalar a nova comuna. Na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, em Porto Alegre, prestou compromisso e foi nomeado para a função de intendente no dia 22 de abril de 1915. Sete dias após partiu da capital do Estado com destino a Encantado, passando por Lajeado. Benévolo manteve

previstos em orçamentos tiveram uma queda considerável ao que se esperava coletar. Nessa questão, o Coronel Virgílio é incisivo em suas palavras ao afirmar que:

O equilíbrio orçamentário foi conseguido, sem sacrifício de serviços de maior monta, e o *déficit* para felicidade não se implantou para ruinoso precedente dos anos a virem.

O não poder jugular tal situação embaraçosa, uma vez que se acentuam com intensidade os lastimáveis decréscimos, causar-me-ia profundos desgostos. E não oculto que tais me causaram não poucas vigílias e contrariedades íntimas apreensões.

Neste tocante não devo calar que atribuo as saídas clandestinas, barra afora do município, a diminuição da renda de que venho me ocupando, para o que concorreu um afrouxamento da parte dos agentes arrecadadores, pois notei até, que estes, muitas vezes entregavam o talonário da cobrança para o próprio exportador enche-los com as quantidades dos gêneros exportados!³⁷⁵

Feita a descrição relacionada ao poder econômico do município e com esse estado de anormalidade, o chefe municipal não deixou de embaraçar e impedir a realização de muitos empreendimentos, citando que:

Era meu intento, no exercício que se ecoou, aproveitar-me da autorização do corpo legislativo, encabular negociações com os estabelecimentos bancários do Estado, para o levantamento de um empréstimo para o município, afim de prover o custeio de obras materiais, como sejam as estradas de Encantado a Nova Bréscia; de Anta Gorda a Itapuca; de Ilópolis a divisa com o município de Soledade; de Paredão a Gramado e tantas outras, cuja realização importam muito com o desenvolvimento local, tendo-se em conta que não dispõe o Encantado de uma via de rodagem que demande, sem grande esforço, seu interior, não obstante já estarem grandemente melhorados.³⁷⁶

Entretanto, Virgílio da Silva teve a prudência de não efetivar empréstimos em condições onerosas ao município, devido à elevada taxa de juros exigida pelos institutos de crédito, limitando-se, com isso, a administração intencional emitiu apólices de empréstimo interno. A fim de demonstrar todo o investimento realizado durante sua gestão, o Coronel Virgílio apresentou os números gerais de todos os investimentos feitos em obras públicas necessárias

boa parte do funcionalismo criado pelo Coronel João Batista de Mello, quando Encantado era distrito de Lajeado, mas estabeleceu novos cargos e criou sua rede de compromisso. Encontrou em Raul Augusto de Villeroy e em sua esposa Virgínia Menezes de Villeroy, prima de dona Carlinda Borges de Medeiros, uma forte dissidência política, o que criou um empecilho para sua administração intencional. Em virtude de uma crise política, o intendente provisório acabou sendo exonerado por Borges de Medeiros no dia 1º de maio de 1916, exatamente um ano após sua posse, assumindo interinamente José Ferri, subintendente do 1º distrito até a nomeação do Coronel Virgílio da Silva. Sua saída na chefia política local resultou em novo ajuste nas relações de poder para Virgílio, que cooptou a facção descontente com sua exoneração. Permaneceu mais alguns meses no município atuando como advogado e agrimensor, medindo os novos lotes de terras pertencentes ao Coronel Leonardo Seffrin na Figueira. De Borges, Benévolo recebeu um cartório no município de Montenegro, onde faleceu no dia 09 de abril de 1964, aos 86 anos de idade.

³⁷⁵ Relatório da Intendência Municipal apresentado ao Conselho Municipal em 15/11/1920, p. 5-6.

³⁷⁶ *Ibid*, p. 7-8.

ao desenvolvimento local, as receitas das taxas estabelecidas na lei orçamentária bem como as coletas realizadas em nível estadual e federal nas coletorias existentes na vila.

Sobre a instrução pública, Virgílio da Silva enfatiza que o “problema de máxima relevância sob todo o ponto de vista que se o encare, a instrução pública continua merecendo da administração vigente um carinho especial, [...] regateado esforços desde o início de nossa gestão, procurando assim imprimir-lhe o cunho de orientação dada pelo Integérrimo Governo do Estado.”³⁷⁷

Com certo preconceito na questão da transferência das tradições italianas, como a questão da linguagem passada dos imigrantes aos seus descendentes, o Intendente afirma categoricamente que:

Múltiplas são as dificuldades emergentes em consequência do meio e compreensão errônea da juventude atual, que ligadas por laços de sangue a estrangeiros insiste no manejo e conservação do idioma destes, menosprezando a língua de sua Pátria. Não imune de culpa se acham os velhos colonos que aportaram a estas plagas de hospitalidade requintada, onde ergueram suas tendas de trabalho, dada a uberdade do solo colhem o prêmio farto a abundante do seu labor quotidiano, e no entanto descuram do dever contraído para com sua terra adotiva, estiolando o civismo que se gera no espírito ainda vacilante de seus pósteros, esquecendo criminosamente que ‘a Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e túmulos dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.’³⁷⁸

Reeleito e empossado, no mês de dezembro, Virgílio da Silva tem que contornar nova crise em Anta Gorda, agora envolvendo a Comissão de Terras e Colonização, que tinha Guilherme Krummel como chefe do escritório do órgão do Governo do Estado. O Intendente tomou conhecimento de uma nova desordem no 2º distrito somente quando o desembargador André da Rocha solicitara, por telegrama, garantias de vida do funcionário da comissão Fábio de Azambuja Júnior, filho de um comandante do exército brasileiro, residente em São Gabriel.

O problema teria surgido em virtude do “gênio destituído” de Azambuja, que, segundo Virgílio, relatando o caso para Borges de Medeiros, teria trocado agressões com um desafeto seu e por achar que o subintendente e subdelegado Arlindo Machado dando real importância ao caso, buscou então revoltar-se contra essa autoridade local.

Realizadas as eleições municipais, Fábio de Azambuja pretendia pleitear a vaga de Machado, segundo informações de munícipes, iniciando uma campanha de difamação contra o Coronel Virgílio, aventando desde então a extravagante ideia da criação de um novo município com sede em Anta Gorda. O chefe municipal comenta ainda que Azambuja “não se limitou em

³⁷⁷ Ibid., p. 19.

³⁷⁸ Ibid, p. 19-20.

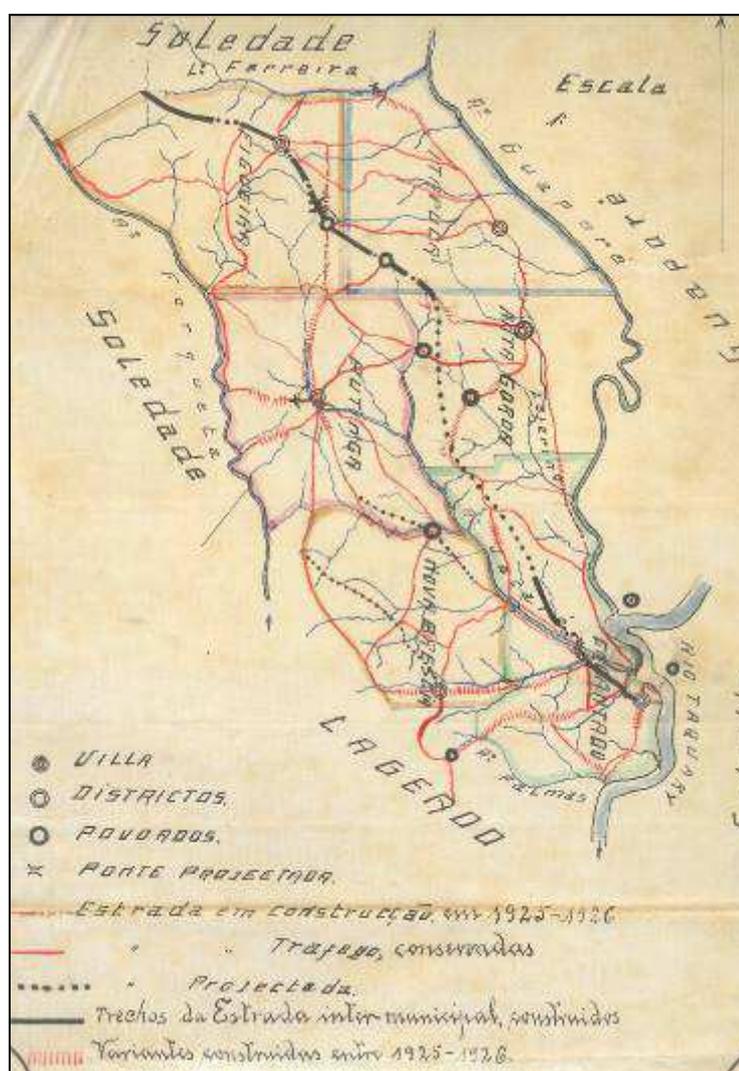
avistar a ideia; foi além: tem transitado pela colônia pretendendo inculir no ânimo dos incultos que seu pai, o Cel. Patrício de Azambuja achar-se-á dentro em breve em Anta Gorda, com uma força da Brigada para o fim de criar o município!”³⁷⁹

³⁷⁹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1765, 18/07/1920, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

4.2 – A formação da facção dissidente e a crise política encantadense

O ano de 1921 transpareceu ser tranquilo politicamente para o Coronel Virgílio e sem a necessidade de administrar possíveis ajustes em sua estrutura de poder intendencial, pois não foram encontradas cartas endereçadas a Borges de Medeiros nesse período. Com a realização da cooptação de certas lideranças distritais durante seu primeiro mandato, assegurando sua reeleição como chefe político local, Virgílio da Silva passou a constituir novos cargos públicos nomeando correligionários com ligação familiar, o que começou a trazer certo desgosto entre as elites possuidoras de alguma força política de descendência italiana, pois viam cada vez mais longe uma possível ascensão dentro da rede de compromisso local.

Mapa 3 - Mapa do município de Encantado no ano de 1926



Fonte: Fundo Lajeado/ABM-IHGRGS, nº 3106

Apesar de ter criado uma forte relação de poder com os intendentes locais da RCI e atingindo a hegemonia borgiana, os primeiros anos da década de 1920 demonstraram a fissura política existente internamente entre os grupos possuidores do poder republicano. O início da contestação a Borges de Medeiros e de suas políticas, forçando com isso aglomerar uma organização oposicionista forte deu-se por dois fatos importantíssimos. O primeiro foi a própria crise internacional vinculada ao fim da 1ª Guerra Mundial e ao período de recessão econômica. A encampação de ferrovias e portos no Estado e a crise pós-guerra repercutiram de forma negativa para a economia gaúcha. Como Borges não se desfazia do projeto de desenvolvimento econômico diversificado, o retraimento do consumo de carnes na Europa atingiu o setor pecuário no Rio Grande do Sul, levando uma elite pecuarista à falência.

Além desse atrito com o setor pecuarista, a greve geral e o movimento operário de 1919 fizeram com que o sistema borgista acabasse derrotado eleitoralmente no pleito presidencial de 1921, considerado outro fato importante. Com a articulação da chamada Reação Republicana, Borges se opôs à candidatura do mineiro Arthur Bernardes na sucessão de Epiácio Pessoa e apoiou o candidato carioca Nilo Peçanha, mas “o fato foi que a aposta de Borges de Medeiros não deu certo. Arthur Bernardes acabou vitorioso, e a posição do governo positivista do Rio Grande ficava fragilizada, abrindo, mais uma vez, o flanco às ofensivas da oposição federalista.” (VALDUGA, 2012, p. 158) A conjuntura política desses fatos resultou em uma forte dissidência republicana no Estado, principalmente na RCI, onde por “longos anos de permanência nos executivos acabam por desgastar e corroer as alianças internamente, tomadas mais frágeis ainda quando mudanças sociais, econômicas e culturais pressionam de fora”. (idem, p. 157). O próprio Coronel Virgílio passou por essa situação, como iremos analisar o ano conturbado de 1922 e as suas consequências no município de Encantado.

No começo do mês de maio, ao retornar de viagem do povoado de Nova Brésia à sede do município, Coronel Virgílio recebeu um telegrama de Borges de Medeiros solicitando a convocação extraordinária dos conselheiros para que fosse analisado e avaliado o pedido de uma possível reforma constitucional, conforme a Carta de 1891. No mesmo dia envia uma carta para atender ao pedido, quando Virgílio destacou para o Presidente do Estado que “podeis ficar tranquilo que a decisão do conselho será unânime e favorável, pois esta corporação guarda completa solidariedade com os atos administrativos.”³⁸⁰

³⁸⁰ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1767, 06/05/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Seu deslocamento a Nova Bréscia foi para definir os atos administrativos para elevar o então povoado a distrito³⁸¹. Ouvindo seus correligionários locais, o intendente escolheu Fernando Daroit para ocupar os cargos de subintendente e subdelegado³⁸², como aponta ser uma “pessoa de quem ouvi boas referências naquele lugar”. Destacou também que “os fatos têm demonstrados os inconvenientes dos subintendentes acumularem as subdelegacias. Pelo menos, neste município, o resultado tem sido de efeito negativo.”³⁸³ Outro problema encontrado relacionado ao funcionalismo local foi a nomeação do amanuense da Delegacia de Polícia, que por não ter passado pela aprovação do intendente acabou desapontando-o.

Por isso Coronel Virgílio solicitou que Borges não aceitasse essa nomeação, pois se tratava de um aliado do Delegado Geraldo da Costa quem fizera esse pedido. O atrito eminente entre as duas forças políticas locais estava tomando contornos nítidos ao ponto do intendente solicitar ao Presidente do Estado explicações do delegado sobre sua saída como correspondente do jornal “A Manhã” e declinando tal função ao seu amigo Barroni. Virgílio reclamou que tal indivíduo passou a “agredir-me e explorar com o assentimento tácito deste Geraldo”.³⁸⁴

Era previsível que o Coronel Virgílio passou a denunciar a Borges a formação de uma facção contrária a sua política intencional no município, criando grandes embaraços a sua rede de compromisso. Para o intendente, o fato de que Borges recebesse Geraldo em audiências no palácio para discutir questões referentes a Encantado, o constrangeu muito, pois estava perdendo sua autoridade política local e a necessidade do aumento de sua rede de poder passava pela formação de novos distritos e distribuição de cargos públicos.

Por fim Virgílio escreveu que a não nomeação do correligionário do delegado ao cargo referido “darei por terminado o incidente que me separa de Geraldo, e desse modo daremos a lição que merece a trindade Barroni, Lapuste e De Patta, elementos da pior espécie, que muito

³⁸¹ Nova Bréscia passou a ser o 5º distrito de Encantado através do Ato nº 2 de seis de fevereiro de 1922 e instalado a quatro de maio, sendo o distrito com maior proximidade com a sede, com distância de 11 quilômetros. A intenção do Coronel Virgílio era que a localidade fosse incluída mais facilmente no seu raio de influência política, mas não foi bem isso que ocorreu no decorrer do ano de 1922 e com os desdobramentos futuros dentro do Partido Republicano local, conforme iremos abordar mais adiante. Para a criação do distrito, o território da sede municipal foi reduzido e através do Ato nº 5, de 23 de fevereiro do mesmo ano, o intendente recompôs as áreas desmembradas da sede e demais distritos definindo pelo ato as divisas reais do município, já pensando na criação do 6º distrito em Alto Figueira, atual Arvorezinha. Em virtude da emancipação política de Arroio do Meio do município de Lajeado, o distrito de Nova Bréscia foi incorporado como território arroio-meense no ano de 1935, ato esse assinado pelo então interventor federal José Antônio Flores da Cunha como retaliação por Encantado ser contra seu governo na Revolução Constitucionalista de 1932.

³⁸² Conforme o Ato Estadual nº 326, de 12 de setembro de 1922, Daroit fora nomeado também como Juiz Distrital, além de ter acumulado as funções de subintendente e subdelegado no distrito de Nova Bréscia. Livro Leis, Decretos e Atos de 1922, p. 557, Série Documentos dos Governantes do AHRs.

³⁸³ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1767, 06/05/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁸⁴ Ibid.

se estão aproveitando de nossa divergência.”³⁸⁵ A demonstração da dissidência republicana entre os encantadenses crescia para a liderança de Geraldo Caetano da Costa, que criou sua rede de compromisso sem o uso da estrutura intencional, tratando-se de uma oposição clara e pública ao Coronel Virgílio e de conhecimento de Borges de Medeiros.

O delegado buscou sempre não parecer ser a liderança política da facção oposicionista ao intendente e se expor ao Presidente do Estado como oposição às ações republicanas, e por isso usou seus correligionários de todos os distritos do município como líderes dos descontentes ao intendente. Geraldo aproveitou o momento de total instabilidade política no Estado para criar um clima de animosidade aos atos de Virgílio e seus seguidores com o intuito de ser o negociador dos interesses das lideranças locais. Nunca se tratou de uma oposição federalista ou assistista, mas sim de uma dissidência republicana, pois seus atos também passavam pelo aval de Borges, que, já perdendo sua chefia unipessoal, não podia evitar esses constrangimentos.

As articulações de oposição ao Coronel Virgílio ganharam força no interior de Encantado ao ponto de já estar alinhado o pedido de destituição do cargo intencional a Borges. Por isso, em longa missiva e com declarações de apoio de alguns correligionários seus, Virgílio tratou logo de esclarecer e explicar ao Presidente do Estado a situação em que se encontrava sua administração e a total falta de instabilidade política entre os encantadenses. Apesar disso e com a intensão de demonstrar ao *Ilustre Chefe* que possuía ainda poder dentro de sua rede de compromisso, preparou uma série de pedidos a algumas lideranças solicitando apoio as suas políticas.

O intendente começou a longa carta datada do dia oito de outubro, a qual contém outras sete em anexo, “relatando ter cessado a exploração dos *pescadores de águas turvas* contra a minha chefia e administração”, mas “segundo presenciei em minha recente excursão pelo município, apenas houve uma interrupção nas perseguições, nos ataques e na perfídia de meus inimigos”.³⁸⁶ Segue ainda dizendo que:

existe o propósito de conseguirem eles a minha destituição dos cargos que ocupo atualmente, por meio de um apelo a V. Exa. manifestado em lista subscritas por *tutti quanti*. Se espalha em Anta Gorda que grande número de eleitores se absterão das urnas na eleição presidencial próxima se V. Exa. não desproverimento ao pedido da destituição referida. Esta espécie de ameaça, é muito comum em aquele povoado, onde a autoridade constituída só é respeitada pelo emprego da força, da qual jamais usei.³⁸⁷

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁸⁷ Ibid.

A jogada da insubordinação eleitoral era algo detestado pelos republicanos, pois as eleições serviam como indicador do tamanho da relação de poder que o intendente possuía junto às comunidades interioranas e a forma mais garantida da consolidação do ideal de chefe político. Não só Virgílio da Silva acabou sofrendo com os atos contrários determinados pela população daquele distrito, como narrou a Borges que “ao assumir o cargo, o nosso amigo Coronel Mello [intendente de Lajeado] me preveniu: ‘cuidado com Anta Gorda, pois aquele povo é traiçoeiro e mau. Para bem de meio endireitá-lo foi preciso ali colocar Jacob Gottlieb’”³⁸⁸.

O Capitão Gottlieb, que ocupava o cargo de subintendente e subdelegado no segundo distrito desde a época em que o povoado pertencia ao município de Lajeado, foi acusado por moradores de uso excessivo da força em seus atos, sendo ele político ou policial foi retirado do referido cargo por pressão popular, mesmo contrário às indicações de permanência do Coronel Virgílio. Parecia que a escolha da vila de Encantado como sede administrativa no município no momento da emancipação política de Lajeado ainda trazia revolta entre as lideranças locais.³⁸⁹ O processo de cooptação das lideranças do povoado sempre trouxe problemas para o chefe do executivo municipal por demandar grandes articulações para contentar tamanha imposição aos atos intencionais.

Na continuação da missiva, o Coronel Virgílio deixou claro que havia em seu discurso uma “conotação de atritos étnicos como resquícios das rivalidades sempre presentes entre luso-brasileiros e italianos nas lutas políticas envolvendo o poder local” (VALDUGA, 2012, p. 17). Esse preconceito contra os moradores de Anta Gorda não possuía somente traços políticos, como comentou com Borges sobre as manifestações de agrado pela população encantadense nas destituições de alguns de seus correligionários por pressão popular. Para Virgílio da Silva, assim como o Capitão Gottlieb:

Benévolo de Souza, intendente provisório, ao retirar-se daqui, também recebeu igual manifestação de desagrado. [...] O Delegado de Polícia, Joaquim Pinto, quando daqui saiu, idêntica manifestação lhe estava preparada, não sendo levada a efeito, atento a decisiva resolução que então tomei. Já vê, o prezado Chefe que acontecimentos desta ordem, ocorrem unicamente quando se trata de autoridades brasileiras.³⁹⁰

³⁸⁸ Ibid.

³⁸⁹ Ver mais sobre o assunto no capítulo O movimento emancipacionista e os motivos da criação de Encantado em *Borgismo e Cotidiano: análise das relações coronelista em Encantado (1914-1916)* e mais adiante no presente trabalho ao abordar o conflito armado ocorrido em Anta Gorda entre as duas facções políticas municipais.

³⁹⁰ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Sabendo do abaixo-assinado solicitando sua destituição do cargo de intendente, Coronel Virgílio comenta que “espalham pelo município, em profusão, listas colhendo assinaturas com o fim de conseguirem minha queda”, que, segundo ele, teriam sido feitas pelos drs. Oreste Barroni, Michele De Patta, Guilherme Krummel com ciência e auxílio de Geraldo Caetano da Costa, a quem o chamou de traidor infame. Em seguida, como apresentação de sua defesa contra essa manifestação Borges de Medeiros passa a descrever os objetivos e interesses de cada integrante mencionado da facção oposicionista a fim de desqualificá-lo diante do chefe republicano.

Para Virgílio o descontentamento de Oreste Barroni a sua administração estava associado à presença do filho João Carlos Garibaldi da Silva, que também advogava e era coletor estadual no município por indicação do próprio intendente. Barroni se sentia prejudicado com a vinda de Garibaldi, que era mais conhecido, pois os serviços de advocacia estariam sendo divididos, além do intendente indicar seu filho para qualquer trabalho dessa natureza aos seus correligionários. Segundo o Coronel a justificativa para essa nomeação era que seu filho estava passando por um rigoroso tratamento médico e deveria dosar seus esforços para alguma atividade pouco exigente. Para isso, aproveitando a missiva, Virgílio da Silva pede a colaboração de Borges para a colocação de Garibaldi em “uma promotoria, um juizado ou outro emprego que demandasse menor esforço intelectual a fim de não prejudicá-lo demasiadamente em sua saúde já combalida”.³⁹¹

Em relação ao Dr. Michele De Patta, o intendente deixa bem clara a perseguição pela sua pessoa através do Padre Hermínio Catteli, pároco de Anta Gorda, que, por ser seu simpatizante, acabou sofrendo represálias dos oposicionistas. Virgílio comenta que tanto De Patta quanto Barroni “são todos degenerados que, algo de resistência encontram em aquele digno sacerdote no atual e crítico momento”.³⁹² Além dessas acusações já mencionadas, a facção oposicionista trata sobre o nepotismo do intendente ao empregar alguns parentes seus no funcionalismo local. Virgílio justifica que Severino Costa ocupa o cargo de subintendente de Putinga pois “se conversa unicamente pela dificuldade que tenho tido em encontrar pessoa capaz” para tal função. Já Bento Motta Figueiredo faz parte dos funcionários municipais por ocupar o “modesto cargo de guarda da Coletoria”. Quanto a Aristides³⁹³ e Manoel Hailliot

³⁹¹ Ibid.

³⁹² Ibid.

³⁹³ Pelo Ato nº 298, de 17 de novembro de 1921, o Presidente do Estado nomeou Aristides Hailliot Tavares como escrivão do cível e crime de Encantado, de forma vitalícia, no lugar ocupado provisoriamente por Gastão Villeroy.

Livro Leis, Decretos e Atos de 1921, p. 662, Série Documentos dos Governantes do AHRs.

Figueiredo tornaram-se cunhados do Coronel Virgílio quando já ocupavam seus cargos públicos.

Mas o principal motivo de aglutinação do colonato local usado pela facção liderada por Geraldo Caetano da Costa contra o Virgílio da Silva estava na morosidade de sua administração na conclusão da estrada intermunicipal que ligaria Encantado a Soledade, passando pelos distritos pertencentes ao município³⁹⁴. Em sua defesa, o intendente comenta ao *Ilustre Chefe* sua isenção de culpa pela não realização de tal obra, justificando ainda que “as demais estradas são reparadas na medida das forças orçamentárias” e a inviabilidade da manutenção das estradas estava ligada aos constantes temporais verificados na estação invernos.

Figura 23 - Coronel Virgílio Antônio da Silva, Intendente de Encantado por dois mandatos consecutivos e destituído pela pressão da facção dissidente.



Fonte: Galeria dos Prefeitos Municipais de Encantado

³⁹⁴ A dissidência republicana acusava o Coronel Virgílio por não investir de forma incisiva no término da construção da estrada intermunicipal em virtude de sua má administração. Os opositoristas sabiam que a renda municipal crescia a cada ano e o investimento em estradas era insignificante comparado com a necessidade de escoar toda a produção colonial. Segundo a Revista O Rio Grande do Sul, de 1922, na página 450, as receitas intencionais, tendo como principais fontes de renda os impostos de exportação de produtos industriais, profissões e agrícola apresentaram a seguinte evolução desde a emancipação política de Encantado: 1915-1916 – 96:817\$340; 1920 – 172:779\$328; 1921 – 224:571\$965 e em 1922 – 244:897\$379.

Por adentrar nas questões das obras públicas, Virgílio da Silva faz uma forte acusação a Borges de Medeiros contra Guilherme Krummel, chefe do escritório da Comissão de Terras e Colonização em Anta Gorda, sobre a estrada intermunicipal mencionada anteriormente e que trouxe grandes dificuldades às administrações de Benévolo de Souza e do Coronel Virgílio. O intendente traz ao conhecimento de Borges essa acusação de Krummel e de Celeste Zarpelon, seu auxiliar, por ambos estarem conspirando a favor da facção dissidente. Virgílio explica que essa conspiração iniciou após Krummel ter seu pedido de remoção de Anta Gorda por parte da Comissão de Terras e Colonização aprovado pelo intendente, já que “esse engenheiro chefiava um pedido coletivo junto à Diretoria de Obras Públicas para que a estrada de Anta Gorda e Encantado não obedecesse ao traçado feito pelo Dr. Rocha Vaz”.³⁹⁵ Para Virgílio, o motivo dessa troca de traçado, onde a estrada iria margear o Rio Guaporé e terminar em Muçum, era para fomentar o comércio daquela localidade pertencente ao município de Guaporé, tendo sido prometida uma gratificação de 5 contos de réis ao engenheiro dos comerciantes daquele distrito para a realização dessa troca. O chefe do executivo encantadense disse que o descontentamento dos moradores locais foi imenso e apresenta ainda que:

Tal estado de causa não terminará facilmente enquanto não suceder aqui com os pescadores de águas turvas já referidos, o que sucedeu em outros municípios do Estado donde saíram corridos. Estes indivíduos pregam minha queda encontrando eco na perfídia do delegado de polícia que, apegado ao cargo, não trepida em servir aos inconfessáveis planos de elementos deletérios.³⁹⁶

Ao referir-se a Geraldo Caetano da Costa, o Coronel Virgílio acrescenta ainda a forma em que seu algoz, junto com a família Ferri, no distrito de Alto da Figueira, conseguiu grandes quantidades de terra através de ameaças e da utilização de força bruta contra os moradores já estabelecidos naquele lugar. E mesmo agindo dessa forma tentava corromper os colonos contra o intendente implantando uma indisciplina partidária para desestabilizar sua administração.

Mesmo demonstrando estar constrangido por Borges de Medeiros tratar com a facção dissidente os assuntos de Encantado no Palácio Piratini, Virgílio da Silva encerra sua mais longa carta encontrada no ABM/IHGRGS mantendo-se fiel à convicção política do chefe republicano dizendo:

Enfim, entrego minha causa a V. Exa. que há 38 anos bem me conhece. Sou hoje o que tenho sido sempre, amigo da ordem e observador da lei e da justiça. E assim, dando termo a este longo

³⁹⁵ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³⁹⁶ Ibid. A frase foi sublinhada pelo autor da carta.

relato, ousou invocar o descortino político de V. Exa. para o passado modesto de batalhas infatigável que tenho sido. E, conhecedor do meio e da política colonial posso assegurar a V. Exa. com íntima convicção, que a remoção ou demissão de Geraldo Costa é uma necessidade que se impõe para unificação e pujança do partido.³⁹⁷

O intendente acreditava que a retirada de Geraldo Caetano da Costa do município traria o fim da facção dissidente do PRR local e sua liderança política seria restabelecida. Mas Virgílio da Silva não acreditava que, dentro da própria facção de oposição, pudesse surgir uma outra liderança local pelas cartas até aqui analisadas. Como veremos, posteriormente, a indicação para o seu cargo por um cidadão não luso-brasileiro irá lhe surpreender pelas circunstâncias que serão abordadas.

A fim de demonstrar a Borges de Medeiros que possuía ainda uma rede de compromisso forte e bem articulada aos seus ideais políticos em todo o município de Encantado, o Coronel Virgílio aproveitou sua boa relação com algumas lideranças locais nos distritos interioranos para solicitar sua opinião favorável a sua administração. Para isso, junto com a longa missiva analisada anteriormente, encontram-se mais sete cartas em anexo, todas afirmando solidariedade ao chefe do executivo e líder republicano local, além de assegurar as afirmações de indisciplina partidária realizada pela facção oposicionista.

Em carta direcionada a Virgílio da Silva, o doutor Vicente de Modena, que clinicava em Anta Gorda e era seu correligionário, começa comentando que “a monotonia que se reina nos lugares como o nosso foi desde algum tempo quebrada por acontecimentos que, a meu ver, se reverteu de suma gravidade, por representarem uma conspiração frisante contra a vossa ilustre administração.”³⁹⁸ As calúnias e as conseqüentes revoltas dos moradores do 2º distrito contra o intendente estavam relacionadas a uma reunião realizada na sede da localidade onde, de forma plenária, compareceram Geraldo Caetano da Costa, Carlos Moro e Celeste Zarpelon, delegado de polícia, escrivão distrital e auxiliar de escritório da Comissão de Terra e Colonização, respectivamente, além de outros comerciantes, que, segundo Modena, eram indivíduos sem representação.

Vicente descreve a facção dissidente como jacobinos que buscavam, com tumultos, ameaças e queixas para desestabilizar o atual governo municipal, dizendo que “o nosso pároco [Pe. Hermínio Catteli], pelo simples fato de comungar conosco e de declarar em público que o chefe do município seria sempre aquele que o Dr. Borges rubricasse, foi

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Carta do Dr. Vicente de Modena a Virgílio da Silva de 26/09/1922 (Anexo 1 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

ameaçado de expulsão”.³⁹⁹ Em relação à lista com o pedido de destituição de Virgílio a ser enviada a Borges de Medeiros, Modena fala que a exigência dos opositores em votar no Presidente do Estado na eleição que se aproximava, passava pela saída do intendente, chamando a isso de absurda traição ao partido e principalmente ao chefe republicano.

Demonstrando uma visão preconceituosa em relação ao imigrante e descendente de italianos, Guimarães Júnior, encarregado da Estação dos Correios em Encantado, remete uma carta ao administrador dos Correios em Porto Alegre em que comenta ter sofrido ameaça por parte de João Filter Filho, estafeta da repartição. Na oportunidade, depositando sua solidariedade no governo do Coronel Virgílio, pede providências no sentido de evitar possíveis represálias, pois o referido estafeta faria parte da facção oposicionista, mesmo sendo indicação do próprio intendente. Essa atitude do estafeta estaria associada a sua condição de italiano, que, sendo Guimarães:

Como o homem acostumado à embriaguez e ligado à gente suspeita por serem todos de origem estrangeira são capaz de tudo. Dei parte ao Cel. Intendente que foi quem o indicou para o cargo de estafeta do Encantado para Lageado e o Cel. mandou o subintendente informar-se este!! Infelizmente é estrangeiro e contra nós brasileiros! E tudo ficou no mesmo! [...] Testemunhas que ouviram os insultos são estrangeiras todos! (Isto é brasileiros falsificados!) e tudo negaram! Aqui nem o próprio Intendente respeitam!⁴⁰⁰

O encarregado da estação ainda faz referência aos imigrantes como perseguidores políticos dos intendentes Benévolo de Souza e Virgílio da Silva com a nítida impressão de criarem empecilhos e incompatibilizarem suas administrações.

Pedindo uma posição da intendência municipal sobre a estrada entre Encantado a Anta Gorda, Augusto Pretto, presidente do Conselho Municipal, encaminha uma carta ao Coronel Virgílio em que declara “conforme nós combinamos na última reunião do Conselho, de iniciar os trabalhos da desejada estrada de Encantado a Anta Gorda no mês de Outubro, já estamos com Outubro na porta e não temos iniciativa nenhuma.”⁴⁰¹ Como observação feita pelo intendente no final da carta a Borges de Medeiros, diz que Pretto é um dos signatários de organizar uma das listas pedindo a destituição do intendente na localidade da Barra do Jacaré.

A existência de listas contra o governo de Virgílio da Silva, bem como a trindade conspiradora composta por Orestes Barroni, Guilherme Krummel e Michele de Patta que se reuniram no hotel de Angelo Angelini, em Anta Gorda, para confabularem

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Carta de Guimarães Júnior ao Administrador dos Correios em Porto Alegre de 06/09/1922 (Anexo 2 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁰¹ Carta de Augusto Pretto ao Virgílio da Silva de 24/08/1922 (Anexo 4 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

desfavoravelmente ao chefe político local, foram confirmadas pelo oficial de justiça Gustavo Poletto. Em carta direcionada ao Coronel Virgílio, Poletto assegurou que, ao adentrar à casa de negócio ouviu Barroni proferir que “o coronel que trate de fazer suas malas”⁴⁰², fazendo referência a sua possível destituição do cargo intencional.

Comprovando que sua relação de poder atingia até os padres da Igreja Católica nas paróquias no município, o Coronel Virgílio recebe o apoio incondicional dos reverendos Domingos Carlino, de Putinga, e do já mencionado Hermínio Catteli, de Anta Gorda. Padre Carlino inicia sua missiva para o intendente falando que havia advertido fortemente Natale Coletti no sentido de ser o organizador da lista no referido distrito. Deixa claro seu pedido junto aos moradores distritais para não participarem de tais listas dizendo ter falando “para os colonos e creio que devem não aderirem suas firmas nestas listas que estão circulando para o interior. Não só são cientes do que está acontecendo, penso que devem dar muita importância para possíveis consequências”.⁴⁰³ Já o Padre Catteli, o qual “sempre trabalhou pelo progresso material e moral deste povo”⁴⁰⁴, pedia ao chefe intencional providências relacionadas ao pessoal de Anta Gorda favoráveis ao Dr. Michele De Patta que estava buscando de todas as formas afastá-lo da paróquia local devido à divergência entre as duas autoridades sobre as obrigações do médico, no hospital, que estava sendo construído na localidade.

A existência do abaixo-assinado contra o intendente foi confirmada pelo correligionário Haiawatha Laubert ao comentar com Virgílio da Silva que, após a realização de uma reunião política promovida por Carlos Moro, Celeste Zarpelon e liderada por Geraldo Caetano da Costa, ficou decidido o estabelecimento das listas de assinaturas. Elas contavam com o apoio dos aliados Arlindo Machado, Michele De Patta e Orestes Barroni, tendo estes uma grande ligação com o distrito de Anta Gorda, tornando-o principal polo de oposição às políticas intencionais. Laubert menciona ainda a atitude dos opositores que, aproveitando a ignorância dos colonos, vinha realizando o colhimento das assinaturas, muitas vezes, através de barganhas ou ameaças já que

o conteúdo das referidas listas distribuídas pelo próprio delegado de polícia, na colônia teve conhecimento por intermédio dos seus signatários, muitos dos quais afirmam positivamente terem sido iludidos, e outros, os mais fracos, ameaçados para compartilharem

⁴⁰² Carta de Gustavo Poletto ao Virgílio da Silva de 04/10/1922 (Anexo 5 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁰³ Carta do Padre Domingos Carlino ao Virgílio da Silva de 16/09/1922 (Anexo 6 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁰⁴ Carta do Padre Hermínio Catteli ao Virgílio da Silva de 06/10/1922 (Anexo 7 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

de tão baixa campanha. Muitos deles vieram a mim trazer seus protestos e reafirmar inteira solidariedade a vossa chefia.⁴⁰⁵

Atendendo às inúmeras dificuldades na fiscalização das rendas municipais, na prevenção e na repressão dos delitos na circunscrição do povoado de Alto Figueira e em virtude da distância dessa localidade com a sede do distrito de Itapuca, o intendente Virgílio da Silva resolveu atender à aspiração de longa data dos habitantes do lugar. Com a intenção de incrementar e buscar apoio político entre os republicanos existentes em Alto Figueira, o Coronel Virgílio resolveu estabelecer maior autoridade pública na localidade que passou a demonstrar ter lideranças federalistas, em virtude da proximidade com o município de Soledade, onde a oposição ao Partido Republicano possuía uma organização maior e consistente. Sabedor das dificuldades que se avizinhavam para manter o mais possível intacta a sua rede de compromisso, o intendente resolveu elevar a localidade ao 6º distrito de Encantado⁴⁰⁶, nomeando o subintendente João Ferri Filho⁴⁰⁷ com a intenção de barrar o avanço das articulações contrárias ao chefe político local lideradas por João Luiz Ferreira.

Apesar da instabilidade política e do clima de desarmonia entre os moradores de Encantado, durante três dias consecutivos, iniciado no dia seis de setembro, foi organizada uma festividade comemorativa ao centenário de independência do Brasil. Mesmo sendo uma comemoração realizada na vila de Encantado e contando com a participação do Coronel Virgílio e de seus correligionários, a facção dissidente foi representada por Antônio De Conto e Augusto Pretto. Conforme a ata confeccionada para registrar o evento comemorativo, o programa previamente planejado contou com um baile de gala realizado no salão de Luiz Ferri, no dia seis. Ao amanhecer do dia sete, foi tocada a alvorada pela banda de música local, dirigida pelo maestro Angelo Bergamaschi e hasteada a Bandeira Nacional, formando, nessa ocasião, o Tiro de Guerra local de nº 375, sob o comando de seu instrutor, o 1º sargento Otaviano de Oliveira Amaral.

Ainda pela manhã ocorreu um desfile de alunos das escolas encantadenses passando pelas principais ruas da vila e encerrando defronte à Intendência Municipal, onde se prestou juramento à bandeira e foram entoadas diversas canções patrióticas. Ao meio-dia foi servido

⁴⁰⁵ Carta de Haimatha Laubert ao Virgílio da Silva de 02/10/1922 (Anexo 8 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁰⁶ Com a criação do 6º distrito em Alto Figueira pelo Ato nº 13, de primeiro de agosto de 1922 e instalado a dois de outubro, desmembrando parte dos distritos de Itapuca e Putinga, perdurou-se por longo tempo essa divisão territorial do município. Em 31 de março de 1938, foi alterada a denominação do distrito para Figueira pelo Decreto Estadual nº 7.199. Já com o nome atual de Arvorezinha, através do Decreto nº 3.717, de 16 de fevereiro de 1959, foi o primeiro distrito encantadense a conquistar sua emancipação, sendo o novo município instalado no dia seis de junho do mesmo ano.

⁴⁰⁷ Ato nº 19, de 28 de setembro de 1922.

um churrasco aos presentes e à noite, no edifício da intendência, perante grande massa popular, efetuou-se a sessão cívica com a presença do Coronel Virgílio da Silva, Major Ernesto Gregoire, Antônio Pretto, Pércio de Oliveira Freitas e Oscar da Costa Karnal⁴⁰⁸. Aberta a sessão pelo intendente, foi dada a palavra a Oscar Karnal, que proferiu um entusiasmado discurso. Em função do centenário da independência brasileira, o governo de Borges de Medeiros organizou a edição da Revista ilustrativa “O Rio Grande do Sul”⁴⁰⁹ com dados estatísticos de todos os municípios do Estado como forma de propaganda dos feitos republicanos.

Findos os festejos, durante os meses de setembro e outubro, o município de Encantado foi tomado por listas de assinaturas contrárias à administração de Virgílio da Silva, inclusive pedindo sua exoneração o quanto antes por parte de Borges de Medeiros, como também favorável ao intendente e chefe político local. Ao analisarmos as duas listas de assinaturas podemos perceber a nítida divisão social pela participação dos cidadãos encantadenses nessa reivindicação. Enquanto que o abaixo-assinado da facção dissidente do PRR local era composto por pequenos comerciantes e industrialistas, sendo a grande maioria do distrito de Anta Gorda, basicamente o restante das firmas era de colonos distribuídos pelo interior do município.

Na página inicial da lista opositora enviada ao Presidente do Estado, consta o pedido de justiça para os interesses do maior progresso do município que é a exoneração imediata de Virgílio da Silva. A justificativa para essa ação eram os fatos das inúmeras queixas e reclamações da forma em que o intendente, seus filhos e parentes, “todos com diversos empregos neste município, chegaram ao ponto de o povo inteiro reclamar desta medida que interferia no interesse da paz, a qual era a geradora do verdadeiro engrandecimento do

⁴⁰⁸ Oscar da Costa Karnal nasceu no dia 24 de agosto de 1898, em Lajeado, filho de Francisco Oscar Karnal e de Antonieta da Costa Karnal. Seu pai era um signatário fiel ao castilhismo-borgismo, exerceu funções públicas em Estrela, tendo sido ainda subintendente do distrito de Encantado. O casal se transferiu para Lajeado, assumindo o Cartório de Registro Geral, sendo eleito intendente por dois mandatos consecutivos, de 1902 a 1908. Sua mãe era professora pública. Em novembro de 1915, Oscar perdeu o pai e passou a ajudar a mãe nas lidas do cartório. Em 1922, assumiu sua primeira função pública, sendo secretário da intendência de Encantado, na administração do Coronel Virgílio. Com a Revolução de 1930, fora nomeado prefeito na vila do Prata no lugar de Virgílio da Silva, permanecendo por pouco tempo, pois foi transferido para Lajeado em outubro de 1932, logo após o Combate do Fão e o possível levante contra Flores da Cunha no Vale do Taquari. Permaneceu como prefeito nomeado até o ano de 1934, quando exerceu outros cargos públicos ligados ao governo estadual. Foi candidato a deputado estadual pela UDN em outubro de 1954 e faleceu em Porto Alegre no dia 10 de junho de 1975, com 77 anos de idade.

⁴⁰⁹ Dedicado quatro páginas ao município de Encantado [449 a 452], a revista trás dados sobre o território encantadense, um resumo histórico, um estudo político, social, econômico e administrativo, além de imagens muito interessantes da vila e do distrito de Anta Gorda.

município.”⁴¹⁰ A facção dissidente alegava que, pelo Coronel Virgílio não cuidar dos verdadeiros interesses do município e sim dar maior atenção a “um nepotismo indecente, brutal e assombroso”, fez com que “a quase totalidade do povo trabalhador e ordeiro não pudesse prestar solidariedade a uma chefia política que se concentrava na pessoa do sr. Virgílio Silva e isso era um grave dano à união da família republicana encantadense.”⁴¹¹

Um fato importante a ser mencionado é que a assinatura de Geraldo Caetano da Costa bem como a de alguns outros cidadãos, que eram seguidamente mencionados como pessoas ligadas à facção dissidente, não constava na lista. Esse abaixo-assinado⁴¹² foi representado pelos munícipes Bortolo Secchi em Encantado (1º distrito), Domingo Mattiello em Anta Gorda (2º distrito); José Bozzetto em Itapuca (3º distrito); Natale Coletti em Putinga (4º distrito); Bartholomeu Amadori em Nova Bréscia (5º distrito) e por João Luiz Ferreira em Alto Figueira (6º distrito).

Não demorou muito para os correligionários do intendente organizarem também um abaixo-assinado⁴¹³ a fim de depositar sua solidariedade e garantir “a permanência de tão digno edil e prestigioso chefe político local, no cargo de que se acha investido será a maior garantia que V. Excia. Poderá facultar a este município e ao seu pujante Partido Republicano.”⁴¹⁴ O objetivo dos filiados ao PRR encantadense,

cientes de que neste distrito foram distribuídas, profusamente, listas organizadas por elementos subversivos á política local, visando o fim de alcançar o desprestígio do Ilustre Intendente e chefe político Cel. Virgílio Silva, vimos espontaneamente, perante V. Excia. patentear o nosso protesto de inteira solidariedade e grande apreço a esta digna autoridade, merecedora de aplausos, quer como administrador honestíssimo, inteligente, laborioso, quer como político esforçado, justiceiro e digno.⁴¹⁵

Apesar de possuir poucas assinaturas a mais que a lista opositora e de ter percorrido mais localidades no interior do município, ficou evidente que os nomes, neste documento, pertenciam ao próprio funcionalismo público, comerciantes, industrialistas e de importantes

⁴¹⁰ Abaixo-assinado contra Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1699, 10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² No documento consta que o dito abaixo assinado teve 854 assinaturas de todos os distritos do município, sendo entre eles 250 eleitores estaduais/federais. Esse total de assinaturas foi dividido em 192 (1º distrito – Encantado), 128 (2º distrito – Anta Gorda), 171 (3º distrito – Itapuca), 137 (4º distrito – Putinga), 111 (5º distrito – Nova Bréscia) e 115 (6º distrito – Alto Figueira).

⁴¹³ Nessa lista constam 895 assinaturas de todos os distritos do município, sendo esse total de assinaturas dividido em 17 localidades, mas sem a identificação das mesmas e se eram possuidores de algum título eleitoral estadual ou federal. Na sede do município foram recolhidas 61 assinaturas, e nas demais localidades interiores foram, 57, 15, 28, 34, 36, 9, 42, 42, 109, 25, 62, 49, 229, 45, 43, 9.

⁴¹⁴ Abaixo-assinado pró-Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1700, 10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴¹⁵ Ibid.

lideranças distritais⁴¹⁶, ou seja, esses eram os atores políticos inseridos na rede de compromisso organizada pelo Coronel Virgílio. Essa facção estava formada com base nas possíveis concessões que envolviam benefícios de caráter público, como o empreguismo, as isenções fiscais, além do próprio apoio político.

Em meio à campanha eleitoral para a eleição de Presidente do Estado, Borges de Medeiros, que concorria para seu quinto mandato, tentava administrar a situação em Encantado. Como a conciliação era algo totalmente fora de cogitação por ambas as facções políticas do PRR local, não buscou ele ignorar as reclamações vindas pelos dissidentes. Mas era visível que a permanência de Virgílio da Silva à frente da administração intencional tornava-se insustentável pela total falta de solidez na rede de compromisso construída pelo chefe republicano local. Borges evitou tomar qualquer tipo de ação favorável ou contrária às ideias das lideranças situacionistas ou dissidentes, pois o momento não era propício para qualquer ato extremo, evitando que os votos dos eleitores encantadenses fossem depositados a favor de Assis Brasil.⁴¹⁷

Mesmo que não houvesse registro de opositores assistidos em Encantado e a fim de não comprometer o eleitorado republicano na eleição estadual, já que havia ameaças de votação favorável a Assis Brasil, caso as reclamações dos dissidentes não fossem atendidas, Borges de Medeiros determinou uma situação específica para a saída da crise em Encantado. Junto com as lideranças de ambas as facções, em reunião realizada no Palácio Piratini, o Presidente do Estado entrou em acordo para que ocorresse uma disputa de representação do eleitorado encantadense concomitante à eleição para escolha do Presidente do Estado. O acordo consistia na decisão do poder intencional e da participação dos dissidentes republicanos na

⁴¹⁶ Os principais nomes e respectivos cargos que aparecem na lista de apoio ao Coronel Virgílio são: Antônio Pretto [Vice-Intendente]; Ernesto Gregoire [Notário]; Antônio De Conto [Subintendente do 1º distrito]; Pércio de Oliveira Freitas [Escrivão Órfão]; Miguel Alves Cardoso; Aristides Tavares [Escrivão do Crime]; Gastão Villeroy [Escrivão Registro Civil]; Oscar da Costa Karnal [Secretário municipal]; Albino Arruda [Tesoureiro municipal]; José Ferri [Subdelegado de Polícia]; José Manoel Porto [Suplente do Juiz Distrital]; Bento Motta Figueiredo [Guarda Fiscal]; Heitor A. Peretti [Comerciante]; Luiz Pretto [Comerciante]; Lopes Abreu [Comerciantes]; Antônio José Chanan [Comerciante]; Miguel Luiz Pretto [Agrimensor]; Angelo Bergamaschi [Industrialista]; Luiz Ferri [Comerciante]; David Pio De Nes [Oficial de Justiça]; Firmino Soares Santos [Agente depósito]; Ricínio Rocha de Lemos [Fiscal do Imposto]; Gustavo Poletto [Oficial de Justiça]; Mer. Costi [Comerciante]; Jacob Costi [Empregado]; Antenor Fava; Francisco Capitani; Olívio Sartori [Industrialista]; Ricardo Nardin; Domingo Sartori; José Sartori; Manuel Rodrigo; Henrique Stchenan; João Stchenan; José Eccher; Massimino Pozza; Jussepp Fontana; Attílio Fontana; Pedro Da Ros; Fausto Silvestre Da Ros; Pedro Bassini; José Mottin [Comerciante]; Alfredo Marcho; Clodoaldo Silvestre [Fiscal]; Sylvio Scarello; Selvastino Belló; João Filter Sobrinho; Basílio Eccher; Angelo Bianchini; Maximiliano Pederiva; Pedro Pereira Simon; Cesário Angoletto; Affonso Lucca; Vittorio Genezini; Saul Bostolonini; Pedro Scarello; Eugênio Casagrande; José Toledo; José Garibaldi Silva e Dante Peretti.

⁴¹⁷ Segundo Sérgio da Costa Franco (1996, p. 7), “a Constituição rio-grandense, quanto à reeleições do governador [Presidente do Estado ou intendente], exigia que o respectivo candidato obtivesse os votos de três quartos do eleitorado. Não obtendo ele essa maioria qualificada, o pleito deveria ser repetido, com a exclusão do pretendente à reeleição”.

rede de compromisso organizada pelo chefe político municipal. Segundo Gunter Axt (2011, p. 139) “quando se costumavam acordos entre as facções em luta através da intervenção de Borges de Medeiros, ou outras lideranças partidárias de escol, fazia-se também o loteamento dos cargos públicos.”

A instrução ao eleitorado do município era para que escolhesse um dos dois tipos de cédulas de cor, sendo a branca favorável ao Coronel Virgílio e a de outra cor da facção liderada por Geraldo Caetano da Costa. O objetivo de Borges era determinar quais distritos e localidades situacionistas e dissidentes possuíam força política para intervir favoravelmente onde tal facção estivesse em minoria para realizar um equilíbrio da relação de poder em Encantado. Óbvio que, para essa escolha da divisão da representação do poder no município, o voto final deveria ser dado a Borges de Medeiros para Presidente do Estado. Essa determinação palaciana fez com que, no dia 25 de novembro de 1922, as eleições fossem de interesse dos munícipes em duas frentes e que escolheriam [ou manteriam] Borges na administração do Estado e ainda teriam a chance de demonstrar se Virgílio da Silva continuaria na intendência ou perderia força dentro da estrutura intencional para seus opositores dissidentes republicanos.

Analisando a situação estabelecida pelo chefe palaciano para determinar o término da crise política local, a busca para ratear a estrutura do poder municipal entre as facções políticas republicanas, através do voto, fazia com que os próprios encantadenses procurassem determinar seu próprio caminho político. E, ao mesmo tempo, Borges não sairia prejudicado politicamente da situação, principalmente por parte de Virgílio da Silva, já que seu prestígio não passaria somente pelo aval palaciano e sim pelo eleitorado encantadense. Com isso não haveria mais uma interferência direta do Palácio Piratini, demonstrando que o poder unipessoal borgiano já não mais surtiria efeito pela crescente desestabilização das relações de poder e das constantes crises internas do PRR, principalmente, nos municípios coloniais.

É provável que, para a facção dissidente, essa determinação soou como uma vitória, já que determinava a fragilidade intencional do Coronel Virgílio na aglomeração republicana através de seu governo. Era nítida a insatisfação dos encantadenses quanto à administração de Virgílio, mas a real intensão dos dissidentes era de adentrar na rede de compromisso local e quebrar essa hegemonia do intendente na determinação e nomeação dos cargos públicos. Se a facção liderada por Geraldo Caetano da Costa se apoiasse no colonato sem representação política no município para pleitear uma divisão das relações de poder, o chefe político e detentor da estrutura administrativa local acreditava que através da sua rede de compromisso

conseguiria manter-se com o poder em suas mãos, pois não havia outra forma para determinar um sossego na crise estabelecida em Encantado.

Mas não foi bem isso que aconteceu no dia 25 de novembro. Pelo menos para o Coronel Virgílio, pois Borges de Medeiros saiu vitorioso pela porcentagem exigida conforme Constituição Estadual em Encantado, quando obteve 1.090 votos contra apenas 51 de Assis Brasil nas cinco mesas eleitorais distribuídas em cinco distritos. Mesmo com as ameaças de votação assisista por parte dos signatários opositoristas dissidentes, o prestígio borgiano permanecia inalterável, ao contrário de Virgílio da Silva.

Sete dias após a realização do pleito estadual, o intendente envia uma carta nada animadora para o reeleito Borges de Medeiros comentando sobre a situação pós-eleição em Encantado. O resultado da disputa estabelecida pelo próprio Presidente do Estado no município não foi favorável ao chefe político local, que inicia a missiva felicitando-o pela vitória diante de Assis Brasil e dizendo permanecer seu servidor fiel mesmo sendo “vítima de ameaças de destituição dos cargos que ocupo”.⁴¹⁸ Virgílio comentou que, mesmo realizado o pleito favorável à facção dissidente, Orestes Barroni e Geraldo Caetano da Costa trataram de espalhar para seus signatários a existência de um acordo “formal compromisso de, findo o pleito eleitoral retirar-me daqui, dando com tal solução, verdadeiro ganho de causa aos meus inimigos de hoje.”⁴¹⁹

Tabela 10 - Resultado das eleições para Presidente do Estado no Vale do Taquari

Municípios	A.A. Borges de Medeiros										Soma	J.F. Assis Brasil										Soma
	Distritos											Distritos										
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	
Estrela	549	123	86	157	120	x	x	x	x	x	1035	43	52	142	37	44	x	x	x	x	x	318
Encantado	265	305	92	280	148	x	x	x	x	x	1090	12	5	32	0	2	x	x	x	x	x	51
Guaporé	829	873	54	17	555	366	x	x	x	x	2694	15	2	31	77	3	0	x	x	x	x	128
Lageado	1291	348	126	308	160	110	x	x	x	x	2343	55	6	63	20	14	84	x	x	x	x	242
Soledade	239	235	134	478	429	161	114	186	246	170	2392	49	173	84	22	48	182	20	74	33	22	707
Taquari	372	267	243	x	x	x	x	x	x	x	882	146	184	37	x	x	x	x	x	x	x	367

Fonte: MOTTA, José do Patrocínio. República Fratricida - Revoluções Rio-Grandenses (1835-1932). Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor. 1989

Esse desejo opositorista foi criado devido ao bom resultado obtido na eleição por parte dos dissidentes, pois dos 1.090 votos dados a Borges de Medeiros [conforme tabela acima], 616 confirmavam as ideias da facção liderada por Geraldo Caetano da Costa, enquanto 474 eram favoráveis ao Coronel Virgílio, que saiu derrotado com uma diferença de 142 votos.⁴²⁰ Para o chefe intencional, essa pequena diferença não acentuava seu prestígio junto aos encantadenses, pois:

⁴¹⁸ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1769, 02/12/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ O resultado final por distrito apontou os seguintes dados:

Situação Dissidentes

Não é possível que assim seja, porquanto ao ter eu conhecimento do fim visado, compreendo desde logo o embaraço e indecisão em que iríamos colocar os colonos, dada a sua timidez e o nenhum amor pela política, e aconselhei-os francamente não deverem fazer questão de cores, contando que sufragassem o nome de V. Exa. Foi devido, em grande parte, este meu desprendimento que a abstenção não foi maior.⁴²¹

Esse trecho da missiva foi abordado pela historiografia por demonstrar certo desinteresse por parte dos eleitores italianos na participação política. A não contextualização de tal carta fez engrandecer o discurso e a própria produção historiográfica na construção da “imagem de uma sociedade desinteressada pela política ou mesmo de sua condição submissa no jogo de poder regional.”(VALGUDA, 2012, p. 28)⁴²² Mas a intenção de Virgílio da Silva era de desqualificar o eleitorado encantadense como justificativa para sua amarga derrota já que a participação dos munícipes, mesmo que alguns tivessem medo de possíveis represálias por correligionários de ambas facções, demonstrou estar interessado na eleição de novembro, bem provável pela disputa do poder local, quando totalizaram-se 1.141 eleitores.

Sobre o resultado do pleito, algumas reflexões interessantes para serem analisadas. O primeiro dado relevante é a vitória do Coronel Virgílio no distrito de Anta Gorda por 191 votos a 114, sendo essa localidade o principal ponto oposicionista e onde se concentravam as principais lideranças da facção dissidente. Isso comprova as ideias do próprio intendente sobre a verdade dos fatos levantados por Michele De Patta, Orestes Barroni, Guilherme Krummel e outros já abordados nesse trabalho, ficando visível que a intenção da facção era obter acesso à rede de compromisso no município. No distrito de Itapuca, a votação foi bastante disputada, ficando a diferença pró-Coronel Virgílio em somente seis votos. Em Putinga, distrito que fora criado pelo intendente, os oposicionistas obtiveram uma vitória apertada, ou seja, por uma diferença de oito votos. Outra localidade a qual o intendente tinha recém passado a distrito e consolidado todo seu funcionalismo foi Nova Bréscia, onde a derrota situacionista foi de 78 votos, só não sendo a maior desvantagem para Virgílio da

1° distrito [Encantado]	63	202	
2° distrito [Anta Gorda]	191	114	
3° distrito [Itapuca]	49	43	
4° distrito [Putinga]	136	144	
5° distrito [Nova Bréscia]	<u>35</u>	<u>113</u>	
Total	474	616	diferença de 142

⁴²¹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1769, 02/12/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴²² Essa passagem foi discutida em um relatório de pesquisa realizado pelo CNPq no ano de 1992 por Loiva Otero Félix, Benito Bisso Schmidt e Haike Roselena Kleber intitulado de Relações de poder x poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul. Este relatório também trabalha com o Arquivo Borges de Medeiros e cartas das regiões coloniais, dando ênfase no que a historiografia já abordava em relação ao desinteresse sobre a política local.

Silva, que, na sede do município, conseguiu somente 63 votos favoráveis contra 202 contrários, com a diferença de 139 votos.

Comprovou-se que a relação de poder constituído pelo Coronel Virgílio em sua rede de compromisso estava totalmente despedaçada. A ideia de poder unipessoal, algo pretendido por qualquer intendente, na região colonial e até conquistado em alguns municípios, foi mais uma vez comprovada a inexistência em Encantado. Não é um dos objetivos deste trabalho entender o motivo por que o coronel burocrata, vinculado hierarquicamente ao poder borgiano, no papel de José Benévolo de Souza, intendente provisório exonerado, e do Coronel Virgílio da Silva, viria a ser destituído, não conseguindo permanecer tanto tempo à frente da intendência municipal. Uma hipótese importante para não ter acontecido essa afirmação da figura de chefe unipessoal seria pelo fato do município ser criado em um momento crítico de organização das relações de poder borgiano em todo território gaúcho e, se comparado com os demais municípios coloniais, Encantado possuía poucos anos de emancipação política. Outra hipótese é a própria forma de colonização encantadense por imigrantes e descendentes de italianos que eram oriundos das demais colônias italianas da região serrana do Estado, onde já haviam passado por situações semelhantes às que estavam vivendo.

Seguindo a análise da missiva endereçada a Borges de Medeiros no final do ano conturbado de 1922, o Coronel Virgílio continua acusando as atitudes de Geraldo Caetano da Costa e de Orestes Barroni contra a ideia de conciliação do PRR local. O intendente comenta que essas lideranças opositoras e mais alguns signatários iriam se encontrar com o próprio Presidente do Estado com a intenção de determinar os nomes dos correligionários dissidentes para os cargos a serem preenchidos. Mesmo declarando, antes da instalação da mesa eleitoral na vila e na presença dos fiscais assistidas, o Coronel Virgílio solicitou aos eleitores que votassem em Borges de Medeiros independentemente da cor das cédulas.

Alerta Borges que, a comissão com a qual iria negociar a situação política, teria planejado um assalto à intendência caso as reivindicações da facção dissidente não fossem atendidas. A ideia de sua destituição e o nome de um possível sucessor intencional é abordado por Virgílio como que “a verdade dos fatos demonstram a evidência que o candidato escolhido pela maioria de seus supostos amigos não é Geraldo e sim Antônio De Conto, subintendente deste 1º distrito, está irredutível no propósito de tirar-me a outrace da direção intencional.”⁴²³

⁴²³ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1769, 02/12/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Mesmo assim continua atacando seu algoz Geraldo Caetano da Costa tentando denegrir sua imagem junto ao governo estadual. Comenta que “ vaidoso como ninguém, deixar-se explorar até pelo clero que, sedento de ganância, suga-lhe o cobre em alta soma a título de donativos às igrejas do município para, desse modo, se tornar simpático aos padres.”⁴²⁴ Lógico que a intenção do delegado de polícia era ganhar a simpatia dos párocos espalhados no interior do município a fim de angariar signatários para sua facção, pois a relação de poder dos padres era muito forte entre os colonos menos favorecidos e sem representação dentro da rede de compromisso estruturada pelo intendente. Ainda mais que Geraldo conhecia o apoio que os padres Hermínio Cattelli, Domingos Carlino e Giorgio Cavigiolo davam ao Coronel Virgílio.

No final da carta, Virgílio da Silva assegurava a Borges de Medeiros que Orestes Barroni estava espalhando aos seus correligionários a sua destituição infalível da intendência pelo comprometimento dado pelo próprio Presidente do Estado e por Maurício Cardoso. Apesar dessa eminente ameaça, o chefe político local comentou continuar “ como antes e esforço-me para completar o quadriênio, não só porque é um direito que me é assegurado por lei, como também o dever que me assisto de procurar amparos aos numerosos funcionários que muito sofrerão com minha retirada.”⁴²⁵

A retaliação aos signatários do intendente parecia ser algo notório, bem como sua preocupação diante dessa possibilidade. Comenta ainda que apesar de todas as dificuldades que estava tendo em administrar os interesses encantadenses e com crise política dentro do partido, o intendente avaliava como positivo seu prestígio junto aos munícipes ao afirmar que Borges de Medeiros deveria

reprimir as tentativas tendenciosas de espertalhões dominantes de opiniões inconscientes, como vai aqui acontecer. Haja vista os municípios de São João de Montenegro e Garibaldi para não citar outros, onde os seus gestores estão, segundo dizem impopularizados, o que aqui não acontece, como bem se infere do número e qualidade do elemento que me ampara e prestigia.⁴²⁶

Apesar de todo o ano de 1922 apresentar-se conturbado politicamente, o Coronel Virgílio não acreditava estar impopular com os encantadenses simplesmente pelo fato da existência de uma facção dissidente oposicionista ao seu governo. O intendente via nos dissidentes uns oportunistas pelas circunstâncias em que o Rio Grande do Sul também atravessava, até porque “ os atritos e as disputas pelo poder não eram recentes, porém, agora

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ Ibid.

⁴²⁶ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1769, 02/12/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

ganhavam novas dimensões na medida em que a distribuição do poder teria de ser feita entre forças locais mais articuladas internamente e já com certo poder de barganha em relação às forças políticas mais tradicionais.” (VALDUGA, 2011, p. 84)

Com a realização das eleições estaduais de 15 de novembro, quando Borges de Medeiros consolidou sua quinta reeleição para a Presidência do Rio Grande do Sul, o grupo oposicionista liderado em torno da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, sustentava que a situação não tivesse alcançado os três quartos de votos suficientes para a permanência borgiana. A acusação de fraudes eleitorais pela oposição não surtiu efeito dentro da Assembleia dos Representantes, dominada por deputados republicanos, que validaram o pleito de novembro e que sustentou a vitória de Borges. Com isso, após passados 30 anos da tentativa da derrubada de Júlio de Castilhos no governo estadual, a oposição tratou de buscar uma nova alternativa de levar ao fim o sistema castilhista-borgista no Rio Grande do Sul. Por isso,

no dia 25 de janeiro de 1923, em que Borges de Medeiros iniciava seu quinto mandato, chefes oposicionistas se levantaram em armas na região serrana, dispostos à derrubada do regime borgista, e, mais que tudo, desejosos de criar pretexto para uma intervenção federal no Estado. (FRANCO, 1996, p. 7)

Dentro dessa instabilidade política, aliado à situação financeira e às contestações constantes do sistema borgiano, “o contexto político era ainda mais explosivo, pois a Revolução de 1923 abriu caminho às oposições, e a posição difícil do PRR na política estadual se tornava ainda mais frágil.” (VALDUGA, 2011, p. 85)

4.3 – A contestação do Coronel Virgílio e o esfacelamento de sua força

É nesse jogo de poder que a permanência do Coronel Virgílio na frente da chefia municipal tornava-se cada vez menos sustentável. Nesse panorama favorável às oposições borgianas é que o delegado Geraldo Caetano da Costa envia uma carta a Borges de Medeiros quinze dias antes da eclosão da Revolução de 1923 falando sobre as atitudes arbitrárias e violentas em que Virgílio da Silva e seus filhos estavam realizando a alguns cidadãos de Encantado.

Inicia delatando João Carlos da Silva, coletor estadual no município e filho do intendente, que havia agredido um reservista na ocasião da eleição do Tiro de Guerra nº 375, aparentemente, segundo Geraldo, sem motivos para tal agressão. Comenta que da mesma forma pretendia proceder com David De Nes, oficial de justiça do termo de Encantado, quando chamado à coletoria. A acusação mais grave aconteceu em julho do ano anterior nas comemorações de São Pedro, padroeiro local e causando bastante desagrado em toda colônia. O delegado e líder da facção dissidente republicana destacou que

por ocasião de realizar-se os festejos do Padroeiro desta vila, enfeitaram um coreto com bandeiras Nacionais e uma faixas representando a bandeira Italiana; o referido coletor avançando furiosamente no coreto, que se achava repleto de pessoas, arrancou as tais faixas que representavam a bandeira Italiana, e as que não pode arrancar, cortou a faca, e isto, simplesmente por ato de bravura.⁴²⁷

A permanente questão étnica sempre esteve presente nos municípios coloniais, onde o preconceito às tradições italianas por parte dos luso-brasileiros fora notório em algumas cartas trabalhadas, com discursos contra os hábitos e costumes dos imigrantes e seus descendentes. Outro agravante para esse possível vandalismo por parte de João Carlos era a situação política do Coronel Virgílio, seu pai, que estaria sendo perseguido politicamente. Uma observação interessante é a forma que Geraldo Caetano da Costa, assim como Virgílio da Silva e outra grande parte do funcionalismo público local, que era de origem luso-brasileira também, mas soube muito bem utilizar essa briga a favor de sua facção, a fim de agregar o colonato local.

Esse desagrado por parte dos munícipes chegou a ser abordado pela imprensa colonial que, em italiano, destacou essa situação. Os recortes de jornais não possuíam identificação de data ou do periódico e faziam parte dos anexos da referida carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros. É provável que sejam do jornal *Il Corriere d'Italia*, de Bento

⁴²⁷ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Gonçalves, possuidor de uma boa circulação nos municípios coloniais italianos. As reportagens destacaram o seguinte:

É desejo, quase universal, saber o nome, o sobrenome, a paternidade de quem, em pleno dia e junto a um povo festejando seu próprio líder, teve a ousadia de tirar o que, de todos os povos, inclusive os bárbaros, é considerada intocável e sagrada. Cada um se satisfaz com este desejo. Quem teve a ousadia em retirar não apenas uma mas sete bandeiras foi o senhor João Carlos Silva, cobrador estadual e filho do ilustre Coronel Virgílio Silva, intendente do município de Encantado. É, então, opinião geral que, a autoridade competente, mediante um ato correspondente, deva encontrar nele o seu ilustre genitor. Se esta opinião é verdadeira, o intendente de Encantado tem no seu comando uma rara genialidade.⁴²⁸

O povo de Encantado sempre teve uma boa imagem, tanto com as autoridades religiosas como com as autoridades civis da cidade, devendo, assim, conservá-la intacta e pura. Portanto faz saber a todos os cristãos católicos e a todos os cidadãos do estado do Rio Grande do Sul que nos tumultos religiosos e civis ocorridos em 17 de Julho, próximo passado, ele não teve nenhuma participação, ao contrário, protestou e novamente protesta. Sua vontade seria de dirigir-se para a capital para manifestar diretamente ao Arcebispo a sua fidelidade e confirmar junto ao ilustre Presidente do Estado a sua dedicação mas como sendo impossível, o povo em breve escolherá uma comissão para que esta, em condições favoráveis, vá expressar às autoridades os seus sinceros e reais sentimentos, solicitando a remoção das causas ou das pessoas que desonram um povo e que perturbam a ordem e a paz.⁴²⁹

O delegado comenta que os colonos passaram a ter receio de ir à coletoria estadual efetuarem seus depósitos em virtude da forma grosseira e estúpida que João Carlos estava tratando alguns munícipes, chegando ao ponto de agredir a bofetadas o industrialista José Bozzetto, sendo ele uma das lideranças opositoras de Virgílio da Silva na localidade de Ilópolis. Pelo fato do intendente defender o filho, Geraldo aponta um possível insucesso republicano nas eleições senatoriais que se aproximavam. No final da missiva, é dada atenção

⁴²⁸ Anexo 1 da Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS). Segue o texto original: [É desiderio, quasi universale, di sapere in nome, il cognome, la paternità di colhi che, in pieno meriggio e in mezzo ad un popolo festante il proprio patrono, ebbe il megalonane ardire di strappare cio che da tutti i popoli, anche barbari, è considerata, come cosa intangibile e sacra. Di questo desiderio ognuno si soddisfacia. Chi ebbe il megalomane ardimento di strappare, non una, ma sette bandiere, fuil signor João Carlos Silva, collettore statuale e figlio dell'illustre Coronel Virgílio Silva, Intendente del município d'Encantado. É poi opinione generale che, l'autorità competente, mandante un simigliante atto, si debba trovare nel di lui illustre genitore. Se questa opinione poggia nel vero l'intendente d'Encantado há nel comandare, una genialità veramente peregrina.]

⁴²⁹ Anexo 2 Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS). Segue o texto original: [Il popolo di Encantado ebbe sempre ottima fama, sai presso l'autorità religiosa, sai presso l'autorità civile del paese. Esso intende di conservarsela intatta e pura. Quindi fa sapere a tutti i cristiani cattolici e a tutti i cittadini della stato di Rio Grande do Sul l'he, nei disordini religiosi e civili avvenuti nella villa il 17 luglio possimo passato, egli non ebbe parte alcuna, anti energicamente protestó, e, di novvo, energicamente profesta. Sua volontà sarebbe di recarsi in peso allá capitale per manifestare direttamente all'amado Archivercovo la propria fedeltá, e confermare presso l'illustre Presidente dello stato il proprio attaccamento mació e sendo impossibile, il popolo, tra breve, sceglierá una commissione, perché questa, in sua vele, vada ao espri mere all'una e all'altra autorità i di lui sinceri e veraci sentimenti: chiedendo la rimozione delle cause o delle persone che disonarono un popolo e che turbano l'ordine e la pace.]

a José Garibaldi da Silva, outro filho do Coronel, que, segundo da Costa “veio para esta vila com pretexto de assumir o cartório de civil e crime, júri e execuções criminais, porém abriu banca de advocacia e [...], quer que os juízes lhe de em todos os despachos favoráveis, mesmo contra as disposições da lei e, se assim não proceder o juiz, logo torna-se desafeto do filho e pai.”⁴³⁰

Para informações mais seguras e detalhadas por parte de Borges de Medeiros, Geraldo Caetano da Costa fala que puderam ser colhidas através de Henrique Nunes Pinto, juiz distrital do termo de Encantado, e indicado pelo Presidente do Estado para tal função. Na oportunidade, em virtude dos ânimos alterados em todo o território municipal, Geraldo da Costa comunica que havia solicitado sua exoneração como delegado de polícia a Virgílio da Silva a fim de evitar prestar maiores auxílios no aumento da intensidade dos fatos violentos que vinham ocorrendo. Apesar disso teve seu pedido negado pelo próprio intendente, que argumentou julgar seus serviços imprescindíveis à ordem e ao partido.

É provável que a intenção de Geraldo da Costa seria dar mais atenção às questões políticas junto à facção dissidente e forçar a colocação de outro delegado de fora do município sem ligação com um dos grupos políticos locais. A negação do pedido por parte do intendente de exoneração deveria ser por objetivos de represálias do governo estadual por ser funcionalismo público, pois o Coronel Virgílio sempre comentava sua retirada do município através do cargo que ocupava. Sem esse cargo, Geraldo estaria livre para realizar qualquer tipo de ação contra o chefe político local sem sofrer represálias por parte de Borges de Medeiros.

No final do mês de fevereiro de 1923 a facção oposicionista começa a pressionar o intendente para a realização do acordo firmado no ano anterior com o Presidente do Estado em função do resultado das eleições passadas e esse assunto é tratado por Virgílio da Silva em carta a Borges de Medeiros. Começa falando sobre a aprovação da lei orçamentária por parte do Conselho Municipal, “cessando dessa forma a anormalidade que criava na vida administrativa do município, fez a oposição jus aos cargos municipais, de subintendentes nos distritos onde sua chapa venceu, consoante cláusulas estabelecidas em Palácio para o acordo político local.”⁴³¹ A justificativa para essa possível demora em não cumprir condicionalmente o que ficara assentado por parte do intendente seria o estabelecimento de qual liderança oposicionista trataria sobre os assuntos políticos do município.

⁴³⁰ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³¹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1771, 20/02/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Mesmo sabendo que Geraldo Caetano da Costa tomava a frente dos assuntos relacionados a sua facção, Virgílio da Silva buscava ganhar tempo na concessão determinada pelo próprio Borges. É do delegado de polícia um ofício anexado junto à missiva solicitando a nomeação combinada, juntamente com o conselheiro Antônio Buffon, “do correligionário Antônio De Conto, que ocupa atualmente o cargo de subintendente desta sede, para o cargo de Fiscal Geral das Estradas deste município, com a acumulação do cargo de inspetor escolar, conforme verba criada pelo Conselho, especialmente para este fim.”⁴³² Sobre tal criação dos conselheiros, o Coronel Virgílio destaca a Lei Orgânica do município em seu artigo 40 § 1º e 41 que competia ao Conselho “unicamente, votar os meios indispensáveis à manutenção dos serviços criados, não podendo intervir por qualquer forma na organização e execução dos serviços afetos ao Intendente.”⁴³³ Mas com o desejo de harmonia política no município e em resposta ao ofício de Geraldo Caetano da Costa, o chefe intencional resolveu criar tais cargos para manter o acordado no Palácio Piratini apesar de alegar que o Conselho “colocou a administração em crítica situação, não deixando um cindiu sequer para melhoramento material, a não ser o serviço dos seis dias feitos pelos colonos que, aliás, nada representa em globar com a quantia orçada.”⁴³⁴

Como De Conto assumira a fiscalização de estradas e de inspetor escolar, cargos esses extintos pelo próprio Conselho por falta de verba nos primeiros anos da administração de Virgílio da Silva, o delegado Geraldo pediu a nomeação do correligionário da facção dissidente João Theobaldo Moesch⁴³⁵ para o cargo de subintendente da sede do município. Em relação a essa solicitação, o intendente menciona a Borges de Medeiros que “não pode ser

⁴³² Ofício de Geraldo Caetano da Costa a Virgílio da Silva (Anexo 1, 19/02/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³³ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1771, 20/02/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³⁴ Ofício de Virgílio da Silva a Geraldo Caetano da Costa (Anexo 2, 19/02/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³⁵ João Theobaldo Moesch nasceu na então localidade de Arroio do Meio no dia 23.10.1891, filho de Augusto Moesch e de Augusta Endler. Theobaldo iniciou sua vida na comunidade de Encantado ainda quando era distrito de Lajeado como estafeta, levando comunicados e documentos entre Encantado e Lajeado, realizando diariamente suas viagens a cavalo. Admirador do futebol, em 1914, Moesch comprou a primeira bola na firma Alfredo Closs & Cia. de Lajeado, fundando, juntamente com outros esportistas, o Encantado Foot-Ball Club. Foi atleta, dirigente e treinador da equipe com o passar dos anos, sendo o autor dos primeiros gols do clube na vitória de 4x2 contra o time de Conventos Vermelhos em partida amistosa. Em 1915, contraiu matrimônio com Constantina Lucca, filha do então subdelegado Guerino Lucca. Foi o responsável pela vinda do intendente provisório José Benévolo de Souza ao trazer ao povoado. Exerceu funções públicas ao ser nomeado subprefeito do distrito de Nova Bréscia de 01.03 a 31.12.1934. No dia 03.06.1937, sob coordenação de Theobaldo, ocorreu a reunião de fundação da Associação dos Agricultores de Encantado, que visava a defesa da classe trabalhadora rural. Retornando agora ao município de Arroio do Meio, Moesch participou ativamente da vida política local, sendo nomeado prefeito municipal no período de 1944 a 1946. Volta a Encantado, onde volta a exercer o cargo de subprefeito da Figueira, 6º distrito do município, por um período curto, pois em 29.09.1946, Theobaldo é eleito presidente da Associação dos Agricultores, onde permaneceu até julho de 1970, quando houve alteração da denominação para Associação Rural de Encantado. Ajudou a fundar também, em 1952, o Círculo Operário Encantadense. Ocupou o cargo também de fiscal lotador pelo município por longos anos. Faleceu no dia 04.07.1986, com 95 anos e foi sepultado no Cemitério São Pedro.

correligionário quem ainda ontem, por ocasião da sucessão presidencial, eximindo-se de comparecer às urnas para dar seu voto, percorreu o município, batalhando fervorosamente pela candidatura Bernardes.”⁴³⁶ O apoio a Arthur Bernardes na campanha presidencial de 1921 foi um aglutinador das oposições dissidentes e federalistas contra o sistema borgista, que optara pela candidatura opositora de Nilo Peçanha, derrotada nas urnas, mas apoiada pelo PRR. O propósito do Coronel Virgílio era alertar sobre uma possível ligação dos dissidentes encantadenses com a oposição federalista assisista, algo que não fora confirmada em nenhuma documentação analisada, mostrando a tensão e o jogo político existente no momento das eleições de qualquer âmbito.

Em março, já com a Revolução Assisista recebendo atenção federal, o chefe intencional recebe um telegrama de Borges de Medeiros ordenando que não seja protelado por mais tempo o cumprimento do pacto relativo às nomeações indicadas pela oposição a fim de conseguir maior realce na vitória do partido e evitar novos percalços no pleito senatorial que se aproximava. Constrangido pela pressão em que a facção opositora estava exercendo sobre sua administração, Virgílio da Silva comenta com Borges sobre essa situação “com verdadeiro pesar isso o fiz pois a conduta dos dirigentes da oposição até hoje mantida, não daria margem ao alcance desse merecimento, tanto mais que feito o pacto com o fim altruístico da congraçação o partido, a mesma oposição prossegue ateando o facho da discórdia, semeando perseguições contra prestimosos elementos da situação local, meus solidários.”⁴³⁷

Para Virgílio, soava como um vexame entrar em contato com os opositores José Secchi e Olderigi Bigliardi para tratar sobre as questões políticas de Encantado, já que eram considerados “indivíduos desclassificados”, segundo o próprio intendente. Esse adjetivo foi empregado devido à abstenção dos correligionários opositores nas eleições estaduais passadas e ainda foram vistos atacando “nos subúrbios da vila os eleitores que vinham cumprir seus deveres partidários e cívicos.”⁴³⁸ Além de Secchi e Bigliardi não terem comparecido às urnas, o Coronel Virgílio mencionou os nomes também dos conselheiros Leopoldo Spezia⁴³⁹,

⁴³⁶ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1771, 20/02/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³⁷ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1772, 23/03/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴³⁸ *Ibid.*

⁴³⁹ Nascido na Itália, em 14 de setembro de 1879, Leopoldo Spezia foi o primeiro imigrante italiano a se estabelecer em Ilópolis, no ano de 1906, quando o local ainda era conhecido genericamente como Serra da Figueira, com um pequeno comércio. Antes disso, residiu em Bento Gonçalves, onde se casou com Isabel Dorigoni, e em companhia desta transferiu-se para Guaporé, onde permaneceu antes de fixar residência em Encantado. Teve quatro filhos: Oscar, Dante, Flora Raquel e Olga. Como comerciante tinha a função de adquirir a pequena produção de erva-mate utilizando como produto de troca entre os moradores das cercanias e também difundindo entre os povoados da parte baixa do Vale do Taquari. Em virtude da riqueza natural do local, composta principalmente por matas de pinhais e ervais, Spezia é convidado a ser sócio de uma madeireira junto com José Bozzetto, Augusto Tomasini e Ângelo Lunardelli. Em janeiro de 1912, as ferragens e a locomotiva

Bortolo Secchi e todos os membros da comissão dissidente que estiveram presentes em reunião com Borges de Medeiros, constituída por Natale Colleti, Domingos Matiello, Bartolomeu Amadori, José Bozzetto e João Luiz Ferreira. Por isso, os 713 eleitores que concorreram às urnas não pertenciam, segundo o chefe político local, à facção opositora e sim “obedecem a minha chefia individual”. Era nesse sentido que Virgílio da Silva buscava elucidar o seu *Ilustre Chefe* no sentido de evitar a penetração opositora da facção dissidente na relação de poder constituída em Encantado por ela não representar a totalidade dos munícipes.

Ainda em relação ao pacto firmado no Palácio Piratini, o Coronel Virgílio apresenta para Borges de Medeiros a forma de como estavam ocorrendo as negociações dos cargos preferidos pelos opositores e a perseguição realizada aos seus correligionários pelas lideranças dissidentes como forma de retaliação política. A pendência para que se resolvesse a crise política local estava nos nomes e cargos pedidos pelo próprio Coronel e pela oposição que, nesse momento, estava sendo liderada pelo Presidente do Conselho Augusto Pretto.

Após a realização de uma reunião, ficou definido que fosse levada à Intendência, por parte dos opositores, uma relação por escrito dos nomes a serem nomeados subintendentes do 1º, 4º e 5º distritos. Munido de um telegrama enviado pelo próprio Borges de Medeiros, que afirmava “poder aproveitar os subintendentes demitidos em outros cargos, que isto o faria com pessoa de minha inteira confiança política e pessoal”⁴⁴⁰, Virgílio da Silva solicitou a Antônio Pretto, então vice-intendente no exercício temporário⁴⁴¹, a nomeação de Severino Costa Leite para o cargo criado pelo Conselho Municipal de fiscal de estradas e inspetor escolar. Segundo o próprio chefe republicano local, prevendo uma destituição eminente pelo fato de não estar mais tendo o respaldo do *Ilustre Chefe* e “na impossibilidade de sair desta posição ingrata por um acordo digno, passei hoje a direção administrativa ao meu substituto legal [Antônio Pretto – vice-intendente municipal]”⁴⁴².

destinada à serraria foram transferidas até as proximidades de Figueira. A denominação da localidade de Ilópolis contou com sua aceitação ao ser sugerido pelo intendente José Benévolo de Souza e pelo engenheiro Alfredo Mutzel, da Comissão de Terras e Colonização. Pelo distrito de Itapuca, foi eleito conselheiro municipal para o quadriênio de 1920-1924. No começo da década de 1930, fez parte de uma comissão formada também por José Bozzetto e João Tomasini que solicitava o retorno do Dr. Jorge Brunet ao povoado para a concretização da construção de um hospital local, cientes da importância de possuir médico radicado na comunidade. Leopoldo Spezia faleceu em Ilópolis, então distrito de Encantado, no dia 14 de setembro de 1937, aos 58 anos de idade. Disponível em: <<http://adrianospezia.blogspot.com.br/2012/12/conselheiro-leopoldo-spezia.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

⁴⁴⁰ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1772, 23/03/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁴¹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (Anexo 2, 23/03/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁴² Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1772, 23/03/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

O correligionário Severino, que fora acusado pela oposição de nepotismo por ser parente do intendente, ocupava a subintendência de Putinga e substituído por Olívio Lucca, conforme solicitação de Augusto Pretto. Mas sabendo de tal atitude tomada pelo Coronel Virgílio, Geraldo Caetano da Costa interveio nas negociações impugnando a nomeação do servidor público, confirmando que tal cargo deveria ser preenchido por um partidário seu. Por essa ocasião e para atender à nomeação de Severino em outro cargo público, Augusto sugeriu sua colocação como capataz dos trabalhos de estradas ou como fiscal de exportação no porto da sede, onde fora destituído Atílio Fontana, fervoroso correligionário de Virgílio e inimigo pessoal de Pretto. Ao enaltecer os serviços em prol do engrandecimento partidário prestados por Severino, o intendente comentou que “atirá-lo ao desprezo seria realizar uma portentosa injustiça engrossando as fileiras dos desprezados.”⁴⁴³ Não só ao seu parente estava ocorrendo semelhante situação, mas a si próprio, quando menciona que o mesmo caso

idêntico ao de Virgílio Silva em São Sepé, que não obstante ser este uma autoridade de muita ação, respeitada e cumpridora de seus deveres, incontestavelmente, o republicano até hoje de maior prestígio no município referido, foi vexatoriamente demitido do cargo de subdelegado de polícia para satisfazer uma oposição de aventureiros como está, sem convicção, sem crença e sem critério. [...] Sentindo extravazar o cálice de amargura que me é imposto como última prova de minha insignificante, mas nunca contestada abnegação partidária, e obediências a V. Exa., venho, solicitar-lhe, a apontar em claro nas fileiras das forças que operam no Estado, onde possa eu prestar serviços à causa da legalidade, retirando-me assim dessa política iníqua quanto nefasta.⁴⁴⁴

De forma melancólica, o Coronel Virgílio percebeu que estava ficando sem apoio político para conseguir contornar a crise encantadense, associado a algo semelhante já presenciado no caso mencionado acima no município de São Sepé.⁴⁴⁵ A situação estava intolerável para que fosse possível administrar o município em função das constantes negativas por ambas as facções políticas em atender tal acordo firmado em Porto Alegre. É nítida a força que os oposicionistas estavam tendo no sentido de que toda a rede de compromisso estruturada aos moldes do chefe republicano local fosse quebrada para a

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

⁴⁴⁵ Essa situação lembrada por Virgílio da Silva, que era um velho companheiro republicano natural de Cachoeira do Sul, cidade natal também de Borges de Medeiros, é abordada no livro *República Fratricida: Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932*, do escritor José do Patrocínio Motta. Para o autor, o município de São Sepé sempre foi um reduto federalista e opositor as políticas castilhistas-borgistas, tanto que nas eleições municipais de 1908, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves como Presidente do Estado, o candidato opositor Felício Freitas fora eleito. Como na época Borges de Medeiros estava somente na chefia do PRR, exigiu que as eleições fossem anuladas e “4 horas antes da posse do Dr. Felício Freitas, como intendente de São Sepé, chegava o telegrama anulando a eleição e nomeando, como intendente provisório, o Sr. Virgílio Silva” que era um “cidadão de Formigueiro, pessoa boa, mas sem maior expressão política ou social, no município. Tomou posse o Intendente Provisório e ali ficou por vários anos dirigindo a Intendência, mas ante a indiferença de quase todos os municípios”. (MOTTA, 1989, p. 74-75).

inserção de seus partidários não pelo simples fato dessa facção ter obtido um apoio junto aos munícipes encantadenses, mas sim que o próprio sistema borgista estava sendo contestado pela oposição de forma armada com objetivo de sua queda e do fim de toda estrutura criada pela Constituição castilhistaborgista de 1891.

Em pleno conflito civil instalado no Estado e com a chefia política de Virgílio da Silva sendo fortemente contestada, tendo o município sido tomado por um clima de discórdia entre os signatários do intendente e da dissidência, chega ao confronto armado no dia 29 de março, no distrito de Anta Gorda. Esse trágico conflito trouxe um novo rumo à política encantadense.

Prevendo um desacordo eminente entre Virgílio da Silva e Geraldo Caetano da Costa para o término da crise política local, Borges de Medeiros nomeia Pedro de Alcântara Nunes como Juiz Distrital⁴⁴⁶ e representante borgiano na intermediação das referidas efetivações dos cargos exigidos por ambas as facções, além de nomear o Capitão João Oliveira como o novo delegado de polícia no lugar de da Costa, tendo sido atendido o pedido de exoneração da referida função devido ao conflito de Anta Gorda. No final do mês de julho, já ocorrendo as primeiras negociações de paz entre borgistas e assististas na Revolução de 1923, remete para o Palácio Piratini uma correspondência. Começa anunciando que Geraldo da Costa e Augusto Pretto estariam solicitando uma audiência para tratar sobre a indicação de seus partidários para os cargos solicitados. Em função disso Virgílio da Silva protesta contra “o modo condenável e irritante com que se vem conduzindo o sr. Geraldo no acordo político local, patenteando a cada momento a sua falta de critério e menosprezo aos compromissos por ele assumidos.”⁴⁴⁷

Na oportunidade, o chefe republicano local volta a manifestar acordo com a nomeação de Antônio De Conto para fiscal de estradas e inspetor escolar através da intervenção de João Oliveira, delegado de polícia, e de Pedro de Alcântara Nunes, juiz distrital. Apesar disso, o Coronel Virgílio extravasa sua indignação frente às concessões realizadas pela oposição sem seu consentimento e com intuito de menosprezar totalmente sua chefia partidária questionando o Presidente do Estado ao afirmar que

Não lhe satisfaz a nomeação de Paulo G. de Lima para o mesmo cargo no 4º distrito, para lhe servir de testada às suas grossas bandalheiras? Não lhe satisfaz a ambicionada nomeação de Antônio De Conto para o cargo de Fiscal de Estradas e a conservação do atual subintendente do 5º distrito, pessoa de sua inteira confiança? Não lhe basta ainda a recente nomeação de escrivão do 6º distrito, quando lhe era vedada intervir como interveio na indicação? Não lhe

⁴⁴⁶ Pedro de Alcântara Nunes foi nomeado Juiz Distrital da sede de Encantado pelo Ato nº 3, de 9 de janeiro de 1923. Livro Leis, Decretos e Atos de 1923, p. 400, Série Documentos dos Governantes do AHRs.

⁴⁴⁷ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1773, 28/07/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

bastavam todas estas concessões para ver, indebitamente, fugindo á sua palavra, intervir, ávido de mando, no que dera por terminado? Não ficou extinta a opposição local com as transigências de minha parte, fazendo-lhe mais concessões do que as estabelecidas para o acordo?⁴⁴⁸

Para evitar maiores dificuldades em se chegar a um denominador comum e dar por encerrada a crise em Encantado, o Coronel Virgílio não impugna a nomeação de alguns partidários oposicionistas em distritos que a opposição intendencial saiu derrotada. Virgílio da Silva sabia que seria insustentável administrar o município sem que houvesse uma relação de poder favorável ao chefe político local. Por isso, a fim de evitar possíveis represálias violentas de ambos os lados políticos, o governo estadual achou conveniente o envio de um conciliador das questões políticas, além de ser um olheiro ligado diretamente ao próprio Borges de Medeiros.

E com a intenção de “aproximar as duas facções políticas locais, cuja desinteligência prejudica de alguma forma a boa marcha administrativa e o Partido Republicano do município”⁴⁴⁹, o Juiz Distrital Pedro de Alcântara Nunes buscou ter relações cordiais com ambas lideranças para incumbir as nomeações e com a promessa de que fossem “suspensas por parte da dissidência quaisquer hostilidades, até o momento da eleição intendencial”.⁴⁵⁰

Conforme mencionado por Virgílio da Silva, Geraldo Caetano da Costa e Augusto Pretto rumaram a Porto Alegre a fim de realizar audiência com Borges de Medeiros, mas foram recebidos por Protásio Alves, então vice-presidente do Estado. Em ofício enviado ao *Ilustre Chefe* republicano, Alves destacou que o motivo da viagem à capital era em virtude do pacto aconselhado pelo próprio Borges, onde o “Intendente Municipal deveria prover os cargos nos distritos em que a dissidência fosse vitoriosa de acordo com as indicações desta, que teve na eleição mais 263 votos do que a facção do sr. Intendente.”⁴⁵¹ Em virtude da desfeita de Virgílio da Silva em atender tal acordo, as lideranças dissidentes solicitaram que fossem resolvidas quatro resoluções para dar como encerrado o pacto firmado no começo do ano, sendo elas citadas por Protásio Alves direcionadas ao Presidente do Estado:

- 1°. Está vago o cargo de subintendente do 4° distrito, onde tem maioria a dissidência, pedem que seja nomeado Paulo Granier de Lima. Está atualmente exercendo internamente a função um cunhado do sr. Intendente que não procede com justiça.
- 2°. Pedem a substituição do fiscal da coletoria estadual, Severino Rocha, substituído, por João Theobaldo Moesch.
- 3°. Pedem que seja mantido o achado juiz que nomeou em 31 de Maio internamente o escrivão de Órfãos, Pércio de Oliveira Freitas

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ Carta de Pedro de Alcântara Nunes a Virgílio da Silva (Anexo 2, 28/07/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁵⁰ Ibid.

⁴⁵¹ Carta de Protásio Alves a Borges de Medeiros (Anexo 3, 13/08/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

para a escrivania da provedoria e casamentos. Sobre este fato, dizem que o escrivão Raul de Villeroy foi substituído por um filho que em 80 casamentos, fez grandes irregularidades em 60, o que determinou a sua dispensa; que o mesmo Raul de Villeroy, empenhasse pela colocação de outro filho, que apenas tem 17 anos.

4°. Desejam muito que um filho do Intendente que é advogado e influi para aumentar as contrariedades da dissidência, obtenha uma colocação fora do município. Queixam-se do juiz distrital e deve ser correto o delegado de polícia.⁴⁵²

A impressão que Borges de Medeiros passava era de esperar o término do conflito armado com a intenção de retomar novamente a chefia unipessoal, sua hegemonia política e reconstruir novamente sua rede de compromisso nos municípios gaúchos, isso com a vitória contra seus opositores. Não conceder de forma imediata todas as resoluções solicitadas pela facção dissidente encantadense foi uma prova do aguardo de Borges para poder almejar a manutenção do status quo e também não desprestigiar seu correligionário Virgílio da Silva. Mas as negociações de paz, por intermédio do governo federal de Arthur Bernardes, ao qual Borges publicamente anunciou ser opositor na ocasião das eleições, entre situação e oposição, moldaria de uma forma diferente a consolidação de uma nova hegemonia borgiana no Rio Grande do Sul.

Mesmo tendo a presença do Juiz Pedro de Alcântara Nunes no município com o objetivo de aproximar as facções políticas a fim de estagnar a crise existente, as intrigas e calúnias vindas pelos dois grupos rivais causavam um grande constrangimento para o governo estadual. Dava a entender que não haveria uma união em torno de um objetivo partidário comum em relação ao jogo do poder que a rede de compromisso borgiana havia criado. Sendo que até o próprio representante de Borges de Medeiros em Encantado teve de enfrentar problemas caluniosos e agressões, demonstrando que o município não estava preparado para seguir sua vida administrativa pela exaltação de ânimos relacionados às represálias e perseguições políticas que alguns partidários de ambas as facções estavam sofrendo.

Em meio a todo esse turbilhão de intrigas políticas, o Coronel Virgílio ainda tentava administrar o município no objetivo de manter o bom andamento das atividades intencionais. Por isso, a fim de atender o pedido dos moradores dos distritos de Anta Gorda e Putinga, resolveu iniciar a construção de uma estrada que ligaria a sede das duas localidades, sendo uma reivindicação antiga dos munícipes. Através do Ato nº 40 de primeiro de setembro, o intendente determinou o começo dos serviços de levantamento topográfico para definição do traçado e a indenização aos proprietários de terras que margeavam o antigo trajeto. Para esse trabalho foi designado Miguel Luiz Pretto, que, mesmo contratado, seguidamente pelo chefe

⁴⁵² Ibid.

político a fim da realização de serviços públicos, mantinha articulações com a facção dissidente.

Em missiva direcionada ao Presidente do Estado, datada de seis de setembro, o Juiz Pedro Nunes acusa Pércio Freitas Filho, funcionário da Coletoria Estadual e filho do serventuário, de ter sofrido uma agressão dentro do Cartório de Órfãos e Ausentes na vila do município. Através de uma explicação minuciosa do ocorrido, o Juiz Distrital justificava ter mantido uma “boa relação com todos os elementos oficiais e de destaque social [...] conservando a todo custo absoluta neutralidade na pendência política do município.”⁴⁵³ Desde sua chegada a Encantado, Nunes manteve cordiais relações com Geraldo Caetano da Costa, bem como com Virgílio da Silva, sendo que com ambos ocorreram troca recíproca de atenções pessoais. Em determinado momento das negociações do acordo firmado com Borges de Medeiros, segundo o Juiz, Geraldo “abordou-me sobre a questão política local, acenando-me com a promessa de ser eu o candidato da oposição administrativa.”⁴⁵⁴ Em seguida, por não ter aceito o convite a fim de conservar alheio a qualquer facção, Pedro Nunes comenta que Geraldo da Costa mudou seus modos, inclusive com “tratamento retraído e até áspero”.

Analisando o pedido de Geraldo Caetano da Costa para que Pedro de Alcântara Nunes fosse o próximo candidato à intendência local só poderia ter o objetivo de adesão de mais uma importante liderança a sua facção política, pois não havia conversação alguma sobre quem sucederia a função de intendente, devido às circunstâncias das negociações de término do conflito civil no Rio Grande do Sul.

Além de ter negado o pedido, explica Nunes, que durante a realização de um júri na intendência municipal em que trabalhava Orestes Barroni, tratou de repreender o advogado dissidente opositor por estar distribuindo panfletos escritos contra o Coronel Virgílio. Para o Juiz Distrital, Geraldo buscou criar mais divergências com intrigas miúdas e picuinhas, chegando ao ponto de encarregar Pércio Freitas Filho, filho de Pércio Oliveira Freitas⁴⁵⁵, a incitá-lo com o intuito de afastá-lo do município, já que não conseguira sua adesão. O incidente mais grave, que fora comunicado ao Capitão João Oliveira, delegado de polícia, foi

⁴⁵³ Carta de Pedro de Alcântara Nunes a Borges de Medeiros (n. 1774, 06/09/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁵⁴ *Ibid.*

⁴⁵⁵ Segundo o escritor Lothar Hessel (1983, p. 87), no livro *O município de Estrela – História e Crônica*, “Pércio Oliveira Freitas (Taquari, 1878 – Encantado, 1926) foi o chefe do executivo estrelense que assumiu o governo na mais crítica situação da história de Estrela. Sua atuação levou-o a ser eleito intendente para o período seguinte, 1896-1900. Pelo casamento com D. Olívia Porto (Freitas), era ligada à família Porto, oriunda do município de Taquari e que teve muita atuação nos municípios de Estrela, Lajeado e Soledade.” Através do Ato nº 137, de 29 de abril de 1922, Borges de Medeiros concedeu a permuta solicitada pelos escrivães de órfãos e ausentes de Guaporé e Encantado, Pércio de Oliveira Freitas e Raul Augusto de Villeroy. Livro Leis, Decretos e Atos de 1922, p. 449/450, Série Documentos dos Governantes do AHRG.

através do envio de telegramas endereçados as todas as autoridades judiciária, policial e ao Presidente do Estado, Pedro Nunes apresenta sua versão dos fatos dizendo que:

passando muito naturalmente com o Cel. Virgílio Silva, ao longo da rua Júlio de Castilhos, Pércio, bebendo vinho sobre o balcão da casa comercial de José Secchi, em ar de chalaça, rindo aluamente e querendo por me em ridículo [...] tendo ido com o fito de examinar uns autos de inventários á Escrivania de Órfãos e Ausentes, em cuja casa reside seu velho pai, respectivo escrivão, aproveitei o ensejo para lhe pedir que interferisse nessa questão [...]. Notando a minha presença, Pércio Filho veio do interior da referida casa [...] e lá chegando e ouvindo o que se conversava afirmou que sim: que tinha dito e sustentava ‘aquilo’. [...] Pércio, abrupto saltou sobre mim, que instintivamente o repeli. Pércio então sacando do revolver procurou alvejar-me, não podendo, porque eu estava cercado de toda a sua família.⁴⁵⁶

Outras acusações contra Geraldo Caetano da Costa são apontadas por Pedro Nunes em carta endereçada ao Dr. Érico Ribeiro da Luz, então Juiz de Comarca. Descreve um outro acontecimento ocorrido que tinha o propósito do “rebaixamento da minha dignidade de Juiz e de cidadão”⁴⁵⁷ quando ao passar na frente do Hotel Gerhardt, onde reunido com outras pessoas, o líder dos dissidentes “reprendia o oficial de justiça Gustavo Poletto. Vendo-me chegar o sr. Geraldo dirigiu-se a mim e, no mesmo diapasão de voz, esbravejou contra a não sei que imaginário ‘complô’ de oficiais de justiça.”⁴⁵⁸ Por estar presente no local, o delegado João Oliveira chegou a intervir nos ânimos julgando uma possibilidade de confronto entre ambos. Depois de Virgílio da Silva ter advertido Borges sobre as atitudes e o modo de agir de seu algoz, foi a vez do Juiz Nunes comentar ao Dr. Érico que “supunha haver ao sr. Geraldo cavalheirismo desprendido, senso político e algum valor partidário. Enganei-me, como tantos outros. Não conseguindo conquistar a minha adesão com péssimas delicadezas, quer impor-se com fanfarronadas.”⁴⁵⁹

Durante os dias 5 a 15 de outubro de 1923, no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, depois de anos sem uma convocação, ocorreu o congresso do Partido Republicano, em pleno conflito civil no Estado. Na oportunidade, confirmando a afirmação das novas lideranças locais, foi reiterada a confiança dos correligionários na chefia de Borges de Medeiros, mesmo com a ameaça de intervenção federal. Apesar de se manter reticente na permanência do poder estadual e na chefia do partido, Borges viu seu poder político na rede de compromisso se esfacelar, pois

a manutenção da presidência do estado tivera assim por custo o recuo do poder político central. Borges de Medeiros deixou de

⁴⁵⁶ Carta de Pedro de Alcântara Nunes a Borges de Medeiros (n. 1774, 06/09/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁵⁷ Carta de Pedro de Alcântara Nunes a Érico Ribeiro da Luz (Anexo 1, 03/09/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Ibid.

estimular o entrechoque de dissidências intestinas para admitir a concentração das forças partidárias, como estratégia de enfrentamento ao inimigo fortalecido. (AXT, 2007, p. 122)

Sobre o congresso ocorrido na capital, as facções lideradas pelo intendente Virgílio e os dissidentes por Geraldo Caetano da Costa se tinham feito representar separadamente. Analisando a situação política municipal, o escritor Lauro Thomé (1965, p. 62) comentou que “para esse desfecho, segundo Sérgio da Costa Franco, seria lúcido supor haver concorrido o clima de discórdia política imperante no município, onde agremiação oficial, se encontra em cisão.”

Finda a Revolução de 1923 e assinado o acordo de Pedras Altas, o cenário político colonial sofreu forte alteração, possibilitando com isso “a inserção mais efetiva dos grupos de imigrantes nas intendências da região.” (VALDUGA, 2011, p. 84) A disputa pelo executivo nas cidades de colonização ítalo-germânicas no Estado foi travada em um processo de constante agitação interna, como observado nas cartas vinculadas a Encantado fazendo com que o intendente Virgílio da Silva, bem como Borges de Medeiros a nível estadual, sofressem constrangimentos por serem forçados a realizar “várias concessões que amenizavam o autoritarismo da Constituição castilhistas, mas é bem certo que aquela carta e a ditadura republicana do Rio Grande do Sul já haviam resistido a pressões externas e internas muito além do que seria de esperar” (FRANCO, 1996, p. 26)

Em uma das dez cláusulas do Pacto de Pedras Altas, assinado no dia 14 de dezembro de 1923, na sede da granja de Assis Brasil, previa que as eleições parlamentares no Estado fossem adiadas para o dia primeiro de maio do ano seguinte, determinação dos opositores a fim de garantir um pleito seguro e fiscalizado para evitar as eventuais fraudes eleitorais. Foi essa eleição que serviu de termômetro para que se evidenciasse a crise do sistema borgiano, pois, em muitos municípios gaúchos, a oposição conquistou vitórias significativas, principalmente nas regiões coloniais, demonstrando a insatisfação ao governo de Borges de Medeiros, mesmo que assegurada sua permanência no Palácio Piratini até o ano de 1928, quando deixou a Presidência do Rio Grande do Sul.

Como o ano de 1924 marcava as eleições para intendente e conselheiros em todos os municípios do Estado, em reunião⁴⁶⁰ realizada no dia 17 de maio, na residência de Luiz Ferri, a Comissão Executiva do PRR de Encantado escolheu os candidatos para a sucessão

⁴⁶⁰ A reunião da Comissão Executiva do PRR local, que não contou com nenhum correligionário do intendente Virgílio da Silva, teve a presença de Claudino Slongo, Augusto Pretto, Antônio De Conto, Benvenuto Fornari, Francisco Muniz de Amarante, Jacob Stümmer, Batista Bagatini, José E. Secchi, Felisberto Dall’Agol, Demétrio Berté, João Batista Pretto Sobrinho, Victorio Fiorini, João Dalpasquale, Ventura Migliorini, Dante Tarter, Belarmino Schäffer, Luiz Ferri e Alberto Ehlers.

intendencial. Contando com a participação de representantes de todos os distritos, o presidente do partido Augusto Pretto resolveu apresentar a nominata de candidatos, quando ficou

resolvido unanimemente apresentarem-se os seguintes candidatos às próximas eleições municipais, o cidadão Antônio De Conto, para intendente e para vice-intendente o cidadão Augusto Pretto, para conselheiros municipais os cidadãos: Victorio Costi, Fernando Tramontini, Benvenuto Fornari, Francisco Muniz de Amarante, Victorio Fiorini, João Macagnan e João Tomazini.⁴⁶¹

Apesar do poder unipessoal de Borges de Medeiros ter sido contestado e apresentava-se em declínio, seus correligionários mantiveram a tradição de oficializar qualquer candidatura no PRR somente após a aprovação do Presidente do Estado e chefe político gaúcho. Na oportunidade, a fim de esclarecer o fato dos republicanos terem sofrido uma vexatória derrota para a oposição nas eleições senatoriais realizadas em primeiro de maio, Antônio De Conto e Augusto Pretto remetem um telegrama tentando explicar o fracasso das urnas no município e depositando total confiança no partido e ao próprio Borges. De Conto e Pretto acusaram o fraco desempenho na eleição devido ao fato de

espalhados nesses inimigos não temos nenhuma responsabilidade direta ou indireta fracasso Partido Republicano local [...] manteremos o dever de soldados republicanos obedientes chefia V. Exa. e jamais aceitaremos transações com adversários fosse qual fosse forte Partido Republicano local. Diante solução tomada V. Exa. nesse Partido se fortalecerá em buscar desaparecimento causa puramente locais originários surtos oposição.⁴⁶²

Os números eleitorais apresentaram um total de 828 votantes das urnas espalhadas nos distritos do município, quando os candidatos assisistas obtiveram 524 votos contra somente 304 dos candidatos borgistas, totalizando 220 votos favoráveis à oposição. Para De Conto e Pretto, a oposição referida no telegrama enviado ao Palácio Piratini faz referência ao Coronel Virgílio e seus correligionários. Após o fim da Revolução Assisista e acordado o Pacto de Pedras Altas, mesmo que se mantendo na chefia do executivo local, Virgílio da Silva passou a ser considerado opositor ao surgimento de um novo PRR em Encantado.

A Borges de Medeiros só havia a escolha de apoiar as novas lideranças do partido no município e tentar amenizar uma transição nas relações de poder constituídas em sua rede de compromisso para que se mantivesse sob seu controle, mesmo que de forma simbólica e não mais autoritária. Não apareceu em nenhuma carta durante esse período de ajuste do jogo de poder, mas é provável que o Presidente do Estado preparava uma saída do Coronel Virgílio da

⁴⁶¹ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (Anexo 1, 28/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁶² Telegrama de Antônio De Conto e Augusto Pretto a Borges de Medeiros (n. 1775, 28/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Intendência local sem que houvesse maiores transtornos para ambos, apesar de o desprestígio do chefe político encantadense junto ao colonato ser grande.

A fim de desmentir os boatos criados pelos signatários da facção dissidente de ter sido o responsável pelo insucesso do partido nas eleições de maio, o intendente Virgílio da Silva envia a Borges de Medeiros sua última carta como chefe do executivo encantadense explicando os motivos de tal fracasso e já com tom de despedida do município que administrou por oito anos, um mês e oito dias desde que assumiu o cargo como intendente provisório e sendo eleito por dois mandatos consecutivos. Inicia comentando saber da indicação de Antônio De Conto e Augusto Pretto como sucessores à intendência municipal nas eleições locais pelo Dr. Érico Ribeiro da Luz, que teria lutado para tirar os dois signatários da base assisista.

Apesar de ser ainda o chefe político e do partido em Encantado, o Coronel Virgílio sequer fora convidado a participar da assembleia da Comissão Executiva do partido dominado pelos republicanos dissidentes e opositores da administração da época. Por isso, Virgílio da Silva passou a menosprezar as decisões da comissão para Borges de Medeiros, dizendo serem “ambiciosos, sem crenças, sem ideias, sem princípios, traidores do nosso partido como já asseverei a V. Exa., concluíram se eles com os adversários, antes e mesmo por ocasião do pleito, concorrendo em parte para o nosso fracasso.”⁴⁶³ O intendente avisa ao Presidente do Estado que no município os dissidentes estavam formando uma aliança com a oposição assisista para buscar sua queda da chefia intendencial e organizar uma nova administração que fosse do agrado das lideranças dissidentes e oposicionistas. Mesmo com a interferência de Vivaldino Camargo, representante borgiano na organização da política encantadense, Virgílio acusou De Conto e Pretto de serem escolhidos candidatos do partido por pedido e interesses próprios e com o consentimento de Camargo.

A chapa de conselheiros definida na assembleia da Comissão Executiva fora orientada também por Camargo e teve total desaprovação do Coronel Virgílio “pois os candidatos ao Conselho Municipal são todos adversários intransigentes de V. Exa., de nosso partido, como demonstrarem sabuja e claramente no último pleito, em propaganda a descoberta.”⁴⁶⁴ O intendente mantém sua posição contrária à escolha da nominata de conselheiros por terem sido indicados após “mais de uma reunião todas presididas pelo Comitê assisista. E de fato: os

⁴⁶³ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1776, 31/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁶⁴ Ibid.

candidatos escolhidos são assististas ardorosos, cabos eleitorais, pelo menos assim se juntam.”⁴⁶⁵

Sobre as resoluções acordadas pelo Pacto de Pedras Altas, Virgílio da Silva demonstra estar pessimista quanto ao futuro do Partido Republicano e às políticas borgianas nas regiões coloniais na ratificação das candidaturas de imigrantes e descendentes italianos para assumirem as intendências locais afirmando que:

É forçoso convir que o elemento colonial, especialmente o italiano, hoje muito desorientado pela indébita intervenção dos padres na política do Estado, dará muita preocupação e trabalho de ora avante e seu proveito para os dirigentes, além de múltiplas contrariedades ao governo e à chefia de V. Exa.

Não procede a argumentação de Augusto Pretto, Bortolo Secchi e outros que, desejando mascarar perante V. Exa. a traição cometida na eleição finda, espalham de modo e que V. Exa. saiba, que sua oposição foi feita à minha pessoa e não ao Partido Republicano, no qual se dizem filiados.⁴⁶⁶

Para alertar sobre as atitudes da facção dissidente e o insucesso nas eleições senatoriais, o Coronel Virgílio justificou dizendo sempre “ter mantido as melhores relações pessoais com numerosos colonos, chefetes políticos, que, na antevéspera do pleito vieram receber instruções e cédulas para distribuírem pelos nossos correligionários.”⁴⁶⁷ E com tom preconceituoso, o chefe político local comenta que a caminho das urnas, quando um grande número de células distribuídas pelos seus signatários foi bem aceita por parte dos munícipes, os fiscais dissidentes trocaram por outras que já as levavam consigo. Atitude essa que Virgílio chamou de traição de “italianos sem vergonha” foi mais uma manobra para forçar a sua saída imediata da governança do município. Por isso, alerta Borges de Medeiros a tomar atitudes junto ao emissário Érico Ribeiro da Luz no sentido de não dar o aval às resoluções preestabelecidas pela Comissão Executiva, chamada de comitê assistida pelo Coronel Virgílio, e que confirmava co-procerres italianos no poder de cidades coloniais.

Finalizando a missiva, Virgílio da Silva comunica seu pedido de exoneração do cargo de intendente municipal e chefe político republicano de Encantado cinco meses antes do término de seu mandato argumentando que:

Passando o exercício do cargo, ao meu substituto legal, Antônio Pretto, italiano nato, porém, como exceção de regra, brasileiro de coração, republicano ardoroso, amigo leal e grande admirador da pessoa de V. Exa., nutre a esperança de que, meu Ilustre Chefe não entregará as posições de diretor político e de intendente municipal ao verdadeiro nulidade, instrumentos pérfido de ódio, das calúnias e da

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1776, 31/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁶⁷ Ibid.

protermia, sem possuírem sequer, ao menos sombra de entusiasmo ou amor partidário.⁴⁶⁸

Apesar de todo o alerta possível feito pelo Coronel Virgílio a Borges de Medeiros, em virtude da situação constituída pelo acordo de Pedras Altas, era inevitável que fossem assumir a intendência seus adversários políticos. E estando em Encantado desde o ano de 1915, Virgílio deveria completar seu mandato no dia 14 de novembro, porém, antes de completar o período exonerou-se da função em 30 de junho, a fim de assumir o cargo vitalício de Notário na vila do Prata⁴⁶⁹. (FERRI, 1985, p. 74)

Quinze dias antes do vice-intendente Antônio Preto assumir de forma oficial a administração intencional, em 15 de junho a Comissão Executiva do Partido Republicano local promoveu assembleia extraordinária⁴⁷⁰ em que os signatários foram convocados para escolherem os candidatos à sucessão intencional de Encantado. Tal reunião foi organizada pelo Dr. Érico como emissário e representante borgiano a fim de atender todas as determinações de conciliação a possíveis desavenças políticas internas para evitar que ocorressem novas dissidências. A comunicação ao Presidente do Estado foi feita através de uma carta organizada pela própria comissão republicana em que conclamaram de forma unânime e espontânea os nomes de Antônio De Conto e Augusto Preto como candidatos aos cargos de intendente e vice-intendente conforme era vinculado entre todos os munícipes encantadenses.

Ainda sobre a derrota ocorrida no pleito parlamentar, os membros da comissão anunciaram terem buscado manter “a necessária disciplina partidária no memorável pleito de três p.p. Assim não tendo acontecido, infelizmente, por motivos vários de ordem puramente local”, mas reafirmam “o indeclinável dever de honra de um novo compromisso de fé

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Virgílio Antônio da Silva rumou a vila do Prata (atual Nova Prata) antes mesmo de sua emancipação política, onde assumiu o cargo vitalício de notário, acumulando também a função de oficial do registro geral do município de forma provisório conforme o Ato nº 664 da Presidência do Estado, de 11 de outubro de 1924. Com a Revolução de 1930, através do Decreto nº 4.657, de 1º de dezembro de 1930, foi nomeado prefeito municipal do Prata pelo então interventor federal José Antônio Flores da Cunha, permanecendo no cargo até 10 de agosto de 1931, quando assume Oscar da Costa Karnal, que havia sido seu secretário municipal em Encantado no começo da década de 1920.

⁴⁷⁰ Assinaram a ata da sucessão intencional os seguintes correligionários: João Francisco de Pinedo, Pércio de Oliveira Freitas Filho, João Theobaldo Moesch, David Pio De Nes, Augusto Preto, Geraldo Caetano Costa, Antônio De Conto, João Giacomini, Arlindo Martinelli, Pércio de Oliveira Freitas, Henrique Cé, José Preto Sobrinho, Sperandio De Conto, Ernesto Sttefenon, Demétrio Sperandio Parise, Atílio Berté, Antônio Buffon, Antônio Preto Filho, Victorio Costi, Miguel Alves Cardoso, Luiz Bonfanti, Fausto Ioppi, Américo Ungaretti, João Batista Preto Filho, Carlos Moro, Dante Tarter, Antônio Victorio Giordani, Adão Bratti, Antônio Passini, Mário L. De Conto, Egydio Josué Bratti, João Macanhani, Giuseppe Scottola, Antônio Bratti, Albino V. Fontana, Irineo Bertozzi, Antônio Sartori, Demétrio Berté, Cyrillo Giordani, Victorio André Marchese, Batista Bagatini, Vergílio Barroni, Antenor Farias, Jacob Stümmer, David Ceregatti, Victorio Graffitti, João Ehlers, Olívio Marini, Sabino Antônio Sganderla, Angelo Ceratti, Ernesto Gregoire, Heitor A. Peretti, José Bozzetto, João Preto Sobrinho e Luiz Ferri.

republicana para que se arrede do espírito de nosso eminente Chefe a possibilidade de pôr em dúvida a nossa lealdade de republicanos.”⁴⁷¹ Com a eminente saída do Coronel Virgílio do município, os membros dissidentes republicanos admitiram que a prolongada crise política resultou como um ponto negativo para a pujança do Partido Republicano local e para as resoluções do próprio Borges de Medeiros confirmando

fazer conscientes e convictos na persuasão de que o nosso próprio erro seja o nosso maior castigo a servir de exemplo da nossa conduta futura. Iniciou-se já, a contento, uma nova e primorosa fase na vida da política local, com a constituição da Comissão Executiva composta de homens bem quistos em todos os recantos do município e tirada do seio da colônia. Amanhã teremos a testa dos negócios do município administradores de nossa livre escolha. São estas incontestavelmente as maiores prerrogativas demonstradas de um povo, governar-se por si mesmo.⁴⁷²

Era visível que os membros da Comissão Executiva representavam o desejo dos munícipes encantadenses em ter um intendente escolhido por eles, formando “quase um consenso entre as elites coloniais, era o passo que faltava à afirmação social e às aspirações de autonomia frente às ingerências dos intendentes luso-brasileiros.” (VALDUGA, 2012, p. 266) A confirmação dos indicados para a sucessão intencional por parte de Borges é recebida no dia seguinte à reunião extraordinária. Em resposta, Antônio De Conto e David Pio De Nes assinam o telegrama endereçado ao Presidente do Estado, no qual comunicam o “ansejo manifestar ter contentamento pela solução política adaptada no sentido congraçamento Partido Republicano local. Reiterando protestos lealdade republicana.”⁴⁷³ Mesmo tendo perdido espaço como liderança da facção dissidente após a confirmação de Antônio De Conto como sucessor intencional e chefe político do partido, no mesmo telegrama é mencionado o nome de Geraldo Caetano da Costa, que, por motivo de ausência na oportunidade, deixou de assinar.

Como previsto por Virgílio da Silva, as represálias aos seus correligionários eram esperadas pelo novo grupo que estava prestes a assumir e constituir sua rede de compromisso. Mesmo com o seu desligamento da intendência, o subintendente do distrito de Putinga Severino da Costa Leite recebe fortes acusações por parte de Carlos Moro, escrivão distrital de Anta Gorda, por perseguir signatários favoráveis a nova conjuntura política encantadense. Em carta endereçada ao Dr. Érico Ribeiro da Luz, Moro apresentou as reclamações dos moradores contra Costa Leite por estar “surrando, gente pacífica e de bem; como o fato que se

⁴⁷¹ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 1777, 15/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁷² Ibid.

⁴⁷³ Telegrama de Antônio De Conto e David Pio De Nes a Borges de Medeiros (Anexo 4, 16/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

deu no povoado do Paredão [...] Para substituir o subintendente do Putinga pelas informações que tive falamos no Demétrio Berté.”⁴⁷⁴ Segundo o escrivão, “Antônio Costa, Miguel Costa [ambos irmãos do subintendente], José Gonçalves, este praça, andaram provocando diversas pessoas surraram o velho José Cappellari e um outro, deram 3 tiros de revolver em casa de Lourenço Bettela.”⁴⁷⁵

Mesmo com a quebra do acordo firmado no ano anterior no Palácio Piratini, diante de Borges de Medeiros, quando a divisão do poder entre as facções republicanas da rede de compromisso borgista deveria atender o pedido dos eleitores, o desacordo partiu da nova liderança política, pois os correligionários do Coronel Virgílio não possuíam outra escolha ao pedir exoneração dos cargos que ocupavam, devido à pressão tornar-se insustentável. Isso foi confirmado por Carlos Moro quando afirmou ter conversado com a oposição, agora vinculada aos signatários do ex-intendente, e terem acordado

com os planos que V. Exa. vai tomar, todos eles afirmam que abriram esta oposição por culpa da administração do município. Os moradores deste distrito com ansiedade atendem a retirada do atual subintendente, para ser posto no lugar o sr. Celeste Zarpellon, pessoa reta, de bem e popular.⁴⁷⁶

A saída de Virgílio da Silva foi o pretexto para que houvesse a formação de uma nova rede de compromisso. Mesmo em Anta Gorda, onde a população local havia depositado confiança às políticas do Coronel, a retirada do subintendente era questão de tempo para a nomeação de um correligionário ligado à Comissão Executiva do partido. Com a intenção de que José Garibaldi da Silva, filho do ex-intendente, não sofresse represálias e como consideração por parte de Borges de Medeiros, o emissário republicano Oscar Palma tratou de convencer Garibaldi a evitar a luta contra a situação política estabelecida, afirmando que “manterá expectativa simpática para a mesma.”⁴⁷⁷ Na oportunidade Palma ainda elogiou Érico Ribeiro da Luz pela condução dos esforços de congregar os companheiros políticos de Encantado e “apresento a V. Exa. mais uma vez meus parabéns pela solução feliz que teve o irritante caso do Encantado (como diria o Dr. Borges)”⁴⁷⁸

A frase destacada pelo próprio emissário demonstrou o contexto conflituoso em que Borges de Medeiros teve que administrar para se manter à frente do governo gaúcho. Não foi somente o município de Encantado que trouxe irritação pelas constantes crises encontradas diante das relações de poder constituídas pelo próprio sistema borgiano. Na onda da

⁴⁷⁴ Carta de Carlos Moro a Érico Ribeiro da Luz (Anexo 2, 07/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁷⁵ Fonograma de Carlos Moro a Del. João Oliveira (Anexo 3, 06/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁷⁶ Carta de Carlos Moro a Érico Ribeiro da Luz (Anexo 2, 07/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁷⁷ Carta de Oscar Palma a Érico Ribeiro da Luz (Anexo 5, 23/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁴⁷⁸ Ibid. O sublinhado é do próprio autor da carta.

Revolução de 1923 e do Pacto de Pedras Altas levaram à perda da hegemonia palaciana e também uma visão de calma criada pelos intendentes na região, fato esse que nunca chegou a se ter em Encantado. O período aqui analisado [1920-1924] comprovou que por muitos anos a historiografia abordou de forma simplista uma homogeneidade republicana nos municípios de colonização italiana. Ao abordar o contexto político de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, o caso de Encantado não foi muito diferente em sua formatação na busca dos imigrantes italianos governarem-se. Gustavo Valduga (2012, p. 116) destacou que

Seja por oposições internas ou externas, pelo manejo de aliados ou adversários declarados, a política tinha diversos caminhos, atalhos, desvios. Sem dúvidas, a área colonial italiana contava mais com a fragmentação interna do que com qualquer outro tipo de dificuldade. Divididos em facções republicanas locais, os métodos políticos para contornar crises pareciam ser mais delicados do que simplesmente calar as oposições pela força ou por meio de qualquer outra maneira extraordinária. As acomodações eram sempre temporárias e a sujeira de casa era varrida para baixo do tapete republicano.

Como era de se esperar, no dia 15 de setembro ocorreu a terceira eleição municipal que somente veio confirmar nas urnas o que já estava determinado por todas as lideranças republicanas locais. Os 885 eleitores que compareceram às seções eleitorais em todas as sedes dos seis distritos de Encantado depositaram seus votos em Antônio De Conto como o novo intendente e Augusto Pretto como vice-intendente para o quadriênio de 1924-1928.

O autor Gino Ferri (1985, p. 74) comentou ainda que “concomitantemente, foi eleito o Conselho Municipal, cuja escolha recaiu em Vitério Costi, Benvenuto Fornari, César Roveda, José E. Secchi, José Bozzetto, Santo Possamai e Ventura Migliorini. A posse do Intendente, Vice-Intendente e Conselheiros, efetuou-se a 15 de novembro do mesmo ano.” No dia seguinte à posse, através de um telegrama, De Conto comunicou a Borges de Medeiros ter “prestado perante o Conselho Municipal o compromisso do cargo de Intendente. No desempenho destas funções, hipoteco a V. Exa. toda solidariedade, quer política quer administrativa.”⁴⁷⁹ Já Lauro Thomé (1965, p. 71) destacou a eleição do primeiro administrador encantadense ao afirmar “cumpre-se aponte, das passadas administrações, com o necessário destaque, o período compreendido em 1924 e 1928, quando esteve à testa da edilidade o saudoso Antônio De Conto.”

⁴⁷⁹ Telegrama n. 6, de 16/10/1924, localizado no livro n. 3 de Correspondências Expedidas, p. 2 do APME.

Figura 24 - Antônio De Conto, eleito Intendente nas eleições municipais de 1924 em consenso entre as facções dissidente republicana e federalista.



Figura 25 - Augusto Pretto, um dos articuladores da facção dissidente republicana e eleito o primeiro vice-intendente do município em 1924



Fonte: Galeria dos Prefeitos da Prefeitura Municipal de Encantado

Tendo assumido a intendência municipal, no dia 29 de novembro, Antônio De Conto remeteu sua primeira carta a Borges de Medeiros como intendente eleito comunicando a situação em que Encantado se encontrava completamente calmo e com o Conselho Municipal já trabalhando em reunião ordinária para a aprovação do orçamento do ano seguinte. Aproveitou também para apontar e “lastimar já ter encontrado grandes faltas cometidas pela administração passada, que não só importam em responsabilidade criminal, como muito vêm prejudicar o cofre do município.”⁴⁸⁰ Essas possíveis irregularidades deixadas pelo Coronel Virgílio foram verificadas após De Conto ter nomeado uma comissão de contas composta por três de seus correligionários competentes. Aproveitando a oportunidade e estruturando sua rede de compromisso, conforme o acordado com os demais membros da Comissão Executiva do partido,

a fim de que sejam preenchidos diversos cargos, que se acham vagos de juizes e suplentes, nos respectivos distritos [...] respeitosamente solicitar de V. Exa. as nomeações dos nossos correligionários Bartolomeu Amadori e Silvio Chiesa respectivamente o primeiro para o cargo de Juiz Distrital do 5º distrito e o segundo para Juiz do

⁴⁸⁰ Carta de Antônio De Conto a Borges de Medeiros (n. 1778, 29/11/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

4º, bem como, do correligionário Natalício Antônio Pereira para o de 1º suplente de Juiz Distrital, desta sede.⁴⁸¹

A esperada caça às bruxas contra todos os correligionários de Virgílio já começara com a solicitação da retirada de funcionários indicados pelo ex-intendente como ação corretiva aos desafetos políticos em todos os distritos.⁴⁸² Estava em andamento o processo de construção de uma nova rede de compromisso no município com a administração De Conto – Preto, beneficiando os membros da comissão à facção dissidente republicana. No último dia do ano de 1924, através da comissão encabeçada por Antônio De Conto, David Pio De Nes e Geraldo Caetano da Costa, é enviada uma correspondência a Borges de Medeiros a fim de esclarecer alguns entraves que a nova gestão estava encontrando em Encantado no sentido de realizar a remodelação política para que “consigamos para as próximas eleições um resultado brilhante e satisfatório [...] tratando dos meios para a união de todos os eleitores do município, para uma obediência e recepção completa, aos nomes dos candidatos que vierem a ser apresentados por V. Exa.”⁴⁸³

Para evitar novos fracassos eleitorais no município e a fim de empenhar-se na retirada definitiva dos elementos não aliados aos detentores do poder intencional, solicitam para o Presidente do Estado a destituição dos cargos que ocupavam Bento Motta de Figueiredo e Archimino de Azevedo Cidade, pois ambos “obedeciam cegamente” Virgílio da Silva. Segundo os líderes da comissão, a fim de denegrir a imagem de Figueiredo, guarda-fiscal da Coletoria Estadual e sobrinho do ex-intendente, era considerado um “elemento péssimo e

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Durante todo o primeiro ano de seu mandato, o intendente Antônio De Conto, juntamente com a Comissão Executiva do Partido Republicano local resolveram modificar o quadro do funcionalismo jurídico e as relações de poder construídas pelo Coronel Virgílio solicitando, junto a Borges de Medeiros, as nomeações dos seguintes correligionários na formação da nova estrutura de compromisso, com respectivos cargos:

Ato nº 20, de 14/01/1924, nomeava João Francisco de Pinedo como Juiz Distrital da sede de Encantado.

Ato nº 235, de 08/04/1924, nomeava Albino Gontran Arruda e Felício Peretti como 2º e 3º suplentes do juiz distrital da sede; Aníbal Corbellini como 1º suplente do juiz distrital do 2º distrito [Anta Gorda]; José Percinato e Eduardo Moretti como 1º e 2º suplentes do juiz distrital do 4º distrito [Putinga] e Santo Bertol como juiz distrital do 5º distrito [Nova Brésia].

Ato nº 299, de 05/05/1924, nomeava Affonso Pedro Lange como juiz distrital do 6º distrito [Alto Figueira].

Ato nº 665, de 11/10/1924, nomeava Celeste Zarpelon como 2º suplente do juiz distrital do 2º distrito [Anta Gorda].

Ato nº 748, de 05/12/1924, nomeava Natalício Antônio Pereira como 1º suplente do juiz distrital da sede.

Ato nº 758, de 11/12/1924, nomeava Silvio Chiesa como juiz distrital do 4º distrito [Putinga] e Bartolomeu Amadori como juiz distrital do 5º distrito [Nova Brésia].

Livro Leis, Decretos e Atos de 1924, p. 598/599, 715, 752, 1023/1024, 1068 e 1073, Série Documentos dos Governantes do AHRS.

⁴⁸³ Carta de Antônio De Conto, David Pio De Nes e Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1779, 31/12/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

indesejável” por “hostilizar os atos desta executiva”⁴⁸⁴. Para Bento, a comissão solicitava sua transferência para outra coletoria do Estado.

Já o escrivão da Coletoria Federal Archimino Cidade, que procurava “atrofiar os nossos trabalhos” estaria “em constantes sobressaltos e queixas”⁴⁸⁵ contra o atual governo municipal, inclusive teria declarado em público ter votado nas últimas eleições “contra os candidatos do Partido Republicano [...] e em altas vozes dizer em público ‘não preciso de chimangos nem desse governo pobre’”.⁴⁸⁶ Para ocupar as respectivas vagas, Antônio, David e Geraldo anunciaram estar de acordo “que os dois coletores, respectivamente Américo Ungaretti e Miguel Alves Cardoso⁴⁸⁷, anciões, grisalhos nos serviços da política do Estado e da Nação, merecem que sejam melhores servidos, na última quadra de suas vidas.”⁴⁸⁸

Figura 26 - Posse dos conselheiros eleitos para o período de 1924/1928. Em pé: César Roveda, José E. Secchi, Santo Possamai e José Bozzetto. Sentados: Benvenuto Fornari, Victório Costi (Presidente do Conselho) e Ventura Migliorini.



Fonte: Museu Municipal de Encantado

⁴⁸⁴ Ibid.

⁴⁸⁵ Ibid.

⁴⁸⁶ Ibid.

⁴⁸⁷ Miguel Alves Cardoso nascido em Porto Alegre, no de 1853, filho de Miguel Alves Cardoso e Leopoldina do Nascimento. Miguel era casado com Maria Rita Cardoso, e viveu na vila onde era funcionário público. Faleceu no dia 16/03/1933, com 80 anos, deixando cinco filhos, Fernando, Celina, Marcelino, João Climaco e Irene. Foi sepultado no Cemitério São Pedro. De origem afrodescendente, dentro das comemorações do centenário do município realizadas no ano de 2015, o mesmo foi representado por um descendente de alemão de cor branca na encenação da assinatura da ata de instalação da nova comuna. Inevitável questionarmos sobre as pretensões dessa representação e o possível “esquecimento” étnico do mencionado.

⁴⁸⁸ Carta de Antônio De Conto, David Pio De Nes e Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1779, 31/12/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

4.4 – *I leoni di Calabria*: a luta entre as facções em Anta Gorda

A fim de contextualizar e compreender os antecedentes do episódio violento armado entre as duas facções políticas em Anta Gorda, no dia 29 de março de 1923, procuraremos elucidar o motivo desse confronto ter ocorrido no 2º distrito de Encantado, apontando as dificuldades que as lideranças locais proporcionaram para os intendentess Benévolo de Souza e Virgílio da Silva, antes mesmo da emancipação do município.

As constantes crises vinculadas aos ajustes da relação de poder intencional com as lideranças de Anta Gorda, na rede de compromisso, são verificadas pelos diversos acontecimentos ocorridos durante as duas administrações intencionais. A hipótese inicial seria o tipo de colonização ocorrida no distrito com a distribuição dos lotes de terras pela Comissão de Terras e Colonização do governo estadual e com a presença de um funcionalismo ligado diretamente a esse departamento. A facção dissidente republicana, durante os anos iniciais da década de 1920, radiou-se inicialmente por Anta Gorda devido ser esse o local onde sempre havia maiores negociações de cargos públicos pela existência de agentes da Comissão de Terras e Colonização, oriundas de outras partes do Rio Grande do Sul, bem como por comerciantes locais que detinham forte influência sobre o colonato interiorano.⁴⁸⁹

No meio dessa disputa pela representação dos colonos aparece a força do Padre Hermínio Catelli e dos detentores dos cargos públicos distribuídos pelos intendentess como forma de obtenção de prestígio político e, principalmente, o desejo de sediar o governo intencional durante o processo de emancipação política de Lajeado e como essa ideia fora levada em consideração pelos líderes distritais. As hipóteses de insubordinação diante dos atos dos intendentess sempre foram vinculadas a essa perda da sede municipal, permanecendo por anos como o motivo de instabilidade política.

Por isso, ao analisar as cartas de Encantado no ABM/IHGRGS, deduzimos que Anta Gorda, por ter constantemente demonstrado instabilidade governamental, foi um reduto de oposição ao Coronel Virgílio. Mas o fato mais relevante averiguado na briga pelo poder intencional entre situacionistas e oposicionistas dissidentes ocorrido na eleição para Presidente do Estado em 1922 comprovou que a população em geral apoiava as políticas de

⁴⁸⁹ Mesmo com a determinação do próprio Borges de Medeiros indicando Encantado como sede do novo município, os resquícios desse problema serão retornados durante o governo do prefeito Serafim de Moura Assis, que encaminhou à Câmara de Vereadores a transferência da sede municipal de Encantado para o distrito de Anta Gorda após aprovação dos vereadores em 7 de maio de 1936, ficando Encantado como segundo distrito até o dia 16 de agosto do mesmo ano, quando houve o retorno da sede administrativa para a vila.

Virgílio da Silva, mesmo com a contestação dos líderes locais em função da conjuntura política criada pela candidatura de Assis Brasil.

Para elucidar alguns fatos que demonstraram o desenrolar das relações de poder e seus ajustes constantemente contestadas pelas lideranças de Anta Gorda e como elas impediam que se chegasse a uma ideia de homogeneidade das políticas intencionais, abordaremos algumas crises no distrito desde a época do pedido de criação do novo município.

Dois anos antes da emancipação de Encantado, no mês de fevereiro de 1913, o Coronel João Batista de Mello já comunicava a Borges de Medeiros a preocupação dos moradores encantadenses com a possível perda da sede do novo município para a localidade de Anta Gorda, então 4º distrito de Lajeado. Mello esclarece ao chefe palaciano as vantagens em conceder a sede administrativa a Encantado por questões econômicas e políticas. O fato de possuir um porto equipado para transportes pelo Rio Taquari dos produtos coloniais trazia garantias comerciais para a região.

Em relação às questões políticas levantadas pelo Coronel Mello estava a ligação para a causa republicana dos encantadenses por demonstrarem maior dedicação ao partido e no alistamento de novos eleitores. O intendente de Lajeado mencionou a eleição de Carlos Barbosa Gonçalves para a Presidência do Estado contra Fernando Abott, quando o então distrito de Encantado apresentou um número maior de participação eleitoral e mais votos republicanos do que em Anta Gorda, além de Abott não ter recebido votos. Outro dado relevante e favorável aos moradores de Encantado era a existência de terras mais valorizadas que as de Anta Gorda, e a conseqüente maior arrecadação de imposto territorial aos cofres municipais e estaduais. Os moradores locais entendiam que, apoiados pelos de Itapuca, a sede deveria ser Anta Gorda, dada a sua situação geográfica entre os outros dois distritos emancipados e por haver um maior número de habitantes existente nesses dois núcleos coloniais.

Mesmo assim os líderes do movimento emancipacionista de Anta Gorda foram os comerciantes Olívio Dal Pasquale⁴⁹⁰, Batista Grando e Angelo Angelini que mantiveram signatários ao pedido de Mello e determinado por Borges de Medeiros em garantir a localidade de Encantado como sede do novo município. Com José Benévolo de Souza

⁴⁹⁰ Olívio Dal Pasquale era um dos pioneiros na atividade comercial do início da colonização de Anta Gorda, sendo proprietário de um empório de secos e molhados no centro do povoado, criando uma simpatia entre os imigrantes italianos. Em 24.12.1913, Dal Pasquale foi nomeado tenente da Guarda Nacional, juntamente com Batista Grando e Virgínio Amadori. Fez parte também da comissão emancipadora de Encantado, representando o distrito de Anta Gorda, quando foi solicitada a criação do novo município. Na realização das segundas eleições municipais de Encantado, em 15.09.1920, Olívio foi eleito conselheiro municipal na gestão do Coronel Virgílio da Silva, exercendo o cargo no quadriênio de 15.11.1920 a 14.11.1924.

tomando posse de intendente provisório e mantendo o Capitão Jacob Gottlieb como subintendente e subdelegado de polícia, no distrito de Anta Gorda em 1916, em função das eleições federais, aconteceu uma nova revisão entre os eleitores do novo município. Como houve um aumento considerável de eleitores na localidade, Benévolo de Souza comentou a Borges ter “desaparecidas as ciúmeiras que existiam com o Encantado e que V. Excia. determinou que eu esforçasse-me por fazer desaparecer.”⁴⁹¹

Como as eleições municipais estavam sendo prolongadas, já que Benévolo de Souza exercia o cargo de intendente provisoriamente sem um Conselho Municipal, Batista Grandó passa a ser o interlocutor à solicitação imediata da escolha dos conselheiros para Borges de Medeiros, mesmo com o chefe político local passando por problemas com Raul Villeroy que o levaram a ser destituído do cargo. Com a nomeação de Virgílio da Silva para assumir a intendência e a chefia política municipal e, como forma de cooptação dos correligionários de Benévolo de Souza, o novo intendente prometeu a realização imediata das eleições municipais, ganhando com isso simpatia dos moradores de Anta Gorda, que chegaram a organizar um abaixo-assinado efetivando o nome do Coronel Virgílio como candidato republicano.

Porém esse apoio incondicional nas lideranças do distrito estava alicerçado no pedido da construção de uma estrada intermunicipal que ligaria a sede do município a Soledade passando por Anta Gorda. Essa fora uma reivindicação que esteve pendida por muitos anos e tornou-se um ponto de desequilíbrio para as administrações de Virgílio da Silva. Se a questão de sediar o governo intencional já estava sanada, as estradas ganhavam um novo peso de barganha política por parte dos líderes do 2º distrito.

Com a realização das eleições em setembro de 1916, quando o Coronel Virgílio é eleito intendente, o distrito de Anta Gorda passou a ser representado, no Conselho Municipal, por Angelo Agostini e tendo Pedro Miotto, Pedro Triches e Luiz Tombini como suplentes mantendo, assim, o mesmo corpo de funcionários públicos criados por Benévolo de Souza e agora cooptados por Virgílio.

Em dezembro de 1920, Fábio de Azambuja Júnior solicitou ao desembargador André da Rocha um pedido de proteção após ter sofrido ameaças de alguns desafetos em Anta Gorda, onde era funcionário da Comissão de Terras e Colonização comandada por Guilherme Krummel. Azambuja teria difamado o Coronel Virgílio em público devido à negligência do subintendente Arlindo Machado em garantir sua proteção. Antes das eleições que reelegeram

⁴⁹¹ Carta de José Benévolo de Souza a Borges de Medeiros (n. 1716, 03/02/1916, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Virgílio da Silva como intendente, Fábio passou a pleitear a vaga de Machado, chegando ao ponto de espalhar, no distrito, a possibilidade de criação de um novo município sediado em Anta Gorda caso seu pedido não fosse atendido pelo chefe intencional.

Em maio de 1922, o Coronel Virgílio denunciou a Borges de Medeiros a formação de uma facção oposicionista ao chefe republicano local e que pediam sua destituição do cargo de intendente. Mesmo tendo passado por uma divergência política no começo de sua efetivação como chefe político após a exoneração de Benévolo de Souza, Virgílio da Silva teve que usar a barganha e o clientelismo para evitar uma dissidência maior ao cooptar lideranças signatárias do ex-intendente.⁴⁹²

Em diversas cartas remetidas ao *Ilustre Chefe*, Virgílio da Silva relatara as manobras que os oposicionistas dissidentes procuravam para desestabilizar sua administração criando intrigas entre o colonato local. Para o intendente, os chamados *pescadores de águas turvas* tinham a liderança do delegado Geraldo Caetano da Costa e com ele um número considerável de signatários favoráveis à saída do Coronel Virgílio da chefia política do município, principalmente do distrito de Anta Gorda, como o Dr. Michele De Patta, o Dr. Orestes Barroni e o Celeste Zarpelon.

É nessa localidade que a facção dissidente espalhou um boato de grande abstenção nas eleições estaduais para a escolha do Presidente do Estado caso Borges de Medeiros não atendesse à solicitação de destituição de Virgílio. Apesar de toda a campanha oposicionista quanto à saída do intendente à frente da chefia política encantadense e com o acordo firmado entre as duas facções republicanas, no Palácio Piratini, e com o aval de Borges de Medeiros em relação à distribuição dos cargos públicos dentro da rede de compromisso borgista, no município, um fato referente ao distrito de Anta Gorda contribuiu para o prestígio do Coronel Virgílio. A vitória situacionista, na localidade onde tinha como sede a facção dissidente, demonstrou o quanto foi conturbado o período político em Encantado.

Mesmo que em todo território encantadense os dissidentes obtiveram uma vitória com diferença de 142 votos, forçando, com isso, que fosse esfacelada a rede de compromisso

⁴⁹² Alguns republicanos encantadenses não aceitaram a forma em que Benévolo saiu do cargo e por isso formaram uma comissão para buscar um entendimento com Borges de Medeiros. A comissão que esteve presente no Palácio Piratini era formada por Antônio De Conto, Luiz Tombini e Leopoldo Spezia, representando respectivamente cada distrito do município. Levando-se em conta que os três possuíam cargos públicos nomeados por Benévolo, provavelmente a intenção desses cidadãos não era buscar o restabelecimento do ex-intendente, mas mostrar a Borges de Medeiros que o PRR local estava dividido e necessitava de uma intervenção do governo estadual no sentido de evitar maiores complicações políticas futuras. Mesmo com essa demonstração, justamente De Conto, mesmo sendo cooptado por Virgílio, foi um dos principais articuladores da oposição dissidente ao próprio chefe local. Tombini e Spezia permaneceram signatários do Coronel Virgílio até sua destituição.

vigente, os 77 votos favoráveis ao chefe intencional em Anta Gorda fizeram com que ocorresse uma forte retaliação dos signatários do Coronel Virgílio da Silva contra alguns líderes locais opositoristas que culminou com o confronto armado, no dia 29 de março de 1923, numa Quinta-Feira Santa e narrado pelo escritor Lauro Thomé em seu livro *O município de Encantado através do tempo* (1965). Em virtude da comemoração do cinquentenário da emancipação política encantadense, o autor teve acesso a dois livros que contam o trágico episódio através da narração feita pelos participantes do evento. Apesar de não ser encontrado em nenhuma missiva analisada, durante o período correspondente do trabalho, o relato, especificamente, do conflito, em duas narrações descritas encontramos dados suficientes que comprovam a veracidade dos fatos e cruzado-os com os documentos existentes do ABM/IHGRGS.

Lançado no mesmo ano da Revolução de 1923, o médico calabrés Michele De Patta publicou, em Porto Alegre, um livreto intitulado *Leoni di Calabria in Terra Riograndense – La Selvaggia di Anta Gorda – Brevi Cenni Storici*. Como abordado nas páginas anteriores, De Patta era um opositor ao Coronel Virgílio e com ele temos a versão da facção dissidente. O contraponto apontado por Thomé foi o livro do também médico Vicente de Modena, que, no ano de 1941, em São Paulo, publicou o livro *Tarimba* com um capítulo chamado Anta Gorda e comentando sobre o mesmo evento, apesar de ocultar alguns nomes. De Modena foi um defensor de Virgílio da Silva enquanto esteve presente no 2º distrito de Encantado, inclusive sendo um dos delatores da formação do grupo dissidente ao chefe intencional.

No começo do ano de 1922, o Dr. Michele De Patta instalou clínica médica em Anta Gorda, local carente de um especialista desse ramo. No mesmo período houve forte epidemia de tifo, no distrito, levando a óbito seis pessoas e diante disso o intendente Virgílio da Silva requisitou a vinda de um médico epidemiologista, havendo o governo estadual determinado o senhor Dr. Vicente De Modena, da Diretoria de Higiene, em março. Se sentido constrangido pela presença de um outro doutor no distrito, após discutirem e trocarem agressões físicas, na frente do hotel da localidade, os dois médicos acabam tornando-se inimigos pessoais.

Apesar de Thomé ter considerado tal episódio como uma inimizade pessoal, podemos perceber a nítida conotação política marcada nos dois personagens médicos. Ao narrar que De Patta estava inimizado com o Padre Hermínio Catteli por um motivo fútil, percebemos que o doutor italiano já possuía intriga com um dos principais apoiadores do Coronel Virgílio, como detalhado anteriormente. Segundo o seu modo autoritário de conduta, o escritor Lauro Thomé mencionou alguns dos motivos que fizeram De Patta ganhar inimigos dizendo que

a inimizade surgiu de fato singular. Era comum, na época, os fiéis sentarem separadamente na igreja, isto é, as damas de um lado e os cavalheiros do outro. Todavia, De Patta costumava acompanhar a esposa, ocupando lugar ao lado desta. O vigário olhava com maus olhos esse ‘escândalo’ na paróquia. A par disso, o problema do hospital, mandando construir pela população local. Como os trabalhos de conclusão estavam se prolongando, o médico agiu por conta própria, de modo arbitrário, determinando a conclusão à sua maneira. (THOMÉ, 1965, p. 111)

Mesmo possuindo uma clínica médica com boa aceitação dos moradores das localidades próximas a Anta Gorda, o Dr. Michele não conseguiu evitar a ocorrência dos óbitos. Entre as seis vítimas registradas decorrentes do tifo uma era criança, filha do engenheiro Silvio Barbosa da Inspetoria de Terras, ligado à Comissão de Terras e Colonização. Em virtude do falecimento da menina ter ocorrido no hospital dirigido por Michele De Patta, o Padre Hermínio fora chamado para que fosse procedida a encomendação do corpo, na capela do hospital. Ao afirmar que só realizaria tal cerimônia na igreja, o reverendo não entrou em acordo e por isso “o médico decide realizar o enterro sem a assistência do padre. Ante o acontecido ou por outros motivos, o engenheiro Silvio Barbosa se afasta da localidade, deixando lá oito funcionários – ao que se comenta – revoltosos com a atitude do vigário.” (idem, p. 111) Não demorou muito para que o reverendo sofresse represálias. Por ser adepto ao jogo de cartas, o Padre Hermínio

passa certa noite pela praça, de volta de uma dessas visitas a casa de amigos, sendo agarrado pelos ditos funcionários, encapuzados, os quais pretendiam amarrar-lhe a boca. O padre consegue desvencilhar-se dos agressores e se põe a gritar por socorro. Os agressores fugiram, não tendo sido identificados na noite. A partir de então o sacerdote começou a dar a entender que teria sido o médico o principal agressor, pois dizia terem sido ‘mãos educadas’ as que tentaram esganá-lo nas trevas da noite. (idem, p. 111)

Tal agressão foi comunicada ao subintendente Haiawatha Lautert e ao Coronel Virgílio, de quem era signatário, pedindo alguma providência em relação ao fato. Queixando-se com outras lideranças locais, o Padre Catteli acabou inflando os ânimos já exaltados entre os correligionários das duas facções republicanas de Anta Gorda. Na manhã da Quinta-Feira Santa de 29 de março, liderando um numeroso grupo de colonos partidários do reverendo, Luiz Tombini⁴⁹³ resolveu dar um ultimato ao Dr. De Patta, solicitando sua retirada imediata da localidade, mas que, de forma enérgica, negou tal pedido.

⁴⁹³ Luiz Tombini era uma das lideranças políticas de Anta Gorda no período da emancipação de Encantado, sendo nomeado 1º suplente do Juiz Distrital durante a administração do intendente provisório José Benévolo de Souza, do qual era correligionário. Em virtude da exoneração de Benévolo, Tombini representava o 2º distrito na comissão liderada por Antônio De Conto contrária a saída do intendente provisório. Mantido no cargo que ocupava como forma da política de cooptação do Coronel Virgílio, Luiz passou a ser defensor do novo intendente, sendo suplente no Conselho Municipal ao ter recebido dez votos na primeira eleição municipal de

Com a presença de cerca de 200 colonos armados com foices, espingardas, facas e revólveres realizaram uma passeata pela rua principal da vila até o hospital tentando amedrontar De Patta. Apesar de toda essa ameaça e percebendo o constante movimento diante do estabelecimento, o médico apressou-se em resistir ao iminente combate. Tratou de passar a família para o andar superior do prédio e envergando o uniforme do exército italiano, com o qual servira durante a 1ª Guerra Mundial de 1914-18, tratou de hostilizar os colonos. O referido confronto foi narrado dessa forma por Lauro Thomé:

Às dez horas teve início o barulho. A despeito da considerável superioridade numérica dos atacantes, o Dr. De Patta enfrentou com vantagem os agressores. Para tanto tinha a posição e, na esposa, uma companheira eficaz e disposta. Os colonos penetraram na parte térrea do hospital e tudo quebraram. Um, mais ousado, tentou ir ao encontro do médico no andar superior, sendo recebido a chumbo, e ali mesmo esticou as canelas. O passivo foi de uma morte e cinco feridos, inclusive a esposa do médico. Às 18 horas, como a coisa estava esfriando, com a retirada de muitos colonos, um tal Buratti decidiu-se ao derradeiro ataque: lança querosene e põe fogo a casa. Logo todos se retiram. (idem, p. 112)

Como o hospital possuía água encanada e após a retirada de muitos colonos atônicos com os acontecimentos, De Patta conseguiu debelar o fogo incipiente que tomava grandes proporções devido ao prédio ser totalmente construído de madeiras. Ainda lutando contra as chamas, o médico recebeu um telefonema do subintendente Lautert, que, lhe prestando possíveis auxílios, fora insultado e ameaçado quando o doutor respondeu “venha, que ainda tenho uma bala para você!”. A presença de uma autoridade policial no local ocorreu somente quando tudo já estava serenado. Na oportunidade, o delegado Geraldo Caetano da Costa, líder da facção dissidente da qual De Patta fazia parte, estava em Anta Gorda com dois praças, que tomaram conhecimento do desenrolar dos fatos e imediatamente tomaram as providências da retirada do médico para levá-lo a Porto Alegre.

Inicialmente o trajeto seria tomado pela estrada do Zeferino, mas o delegado soube de uma espera planejada em tal localidade. Por isso decidiu-se ir por Guaporé, de onde seguiriam até Lajeado e, finalmente, para a capital gaúcha. Consta que houve um processo judicial a respeito do fato, sendo o mesmo julgado em Porto Alegre e Luiz Tombini fora condenado por ser uma das lideranças do conflito. De Patta foi apontado como elemento pernicioso à ordem pública pela Chefatura de Porto Alegre, o que determinou a sua expulsão do Rio Grande do Sul, sendo extraditado somente após a Revolução de 1930.

O desenrolar do conflito não teve seu encerramento no hospital. Ao retirarem-se do local, parte dos colonos retornava as suas residências, mas voltando para a sua casa o cidadão, identificado somente pelo sobrenome Buratti, avistou três vizinhos, em uma bodega próxima à sede do distrito. Os ânimos se acendem quando Buratti chama-os de covardes por não terem ido ao hospital, quando ocorre um confronto entre os quatro elementos, tendo Buratti sacado a arma e disparado contra dois de seus adversários, matando-os no local. Mas o terceiro acaba acertando-o e é morto, elevando o passivo de quatro mortes no triste dia 23 de março de 1923.

Os dados narrados anteriormente colhidos por Lauro Thomé são decorrentes da tradição oral e confirmada pelo próprio De Patta no folheto publicado em italiano. O telegrama trazia as seguintes informações:

Cônsul da Itália – Porto Alegre – Glória a nossa imaculada bandeira que queriam humilhar e com orgulho de soldado que queria desonrar e difamar, tenho a honra de participar a Vossa Senhoria a minha extraordinária vitória citada ontem com uma bárbara multidão de mais de 300 capangas e soldados de Virgílio Silva, intendente de Encantado que, sedentos por sangue e despojos, ontem, às 11 horas atacaram brutalmente minha casa com fogo durante cerca de quatro horas. Certo do meu direito sagrado e sem nenhum auxílio exceto de Deus, munido de um fuzil de caça com apenas 15 cartuchos, depois de uma incansável resistência heróica, agressores desumanos sem limites, os quais depois de terem invadido a minha casa e terem me roubado 15 contos de réis, depois de uma extrema e incansável resistência, agressores cruéis sem limites, os quais depois de terem entrado em minha casa e roubado 15 contos de réis e todos outros objetos de valor, incendiaram a casa e fugiram, deixando 2 mortos e numerosos feridos. Rogo a Vossa Senhoria informar a gentil solicitação R (?) Embaixada e Ministério, solicitando ao Governo da República reparações rápidas e indenização adequada aos numerosos danos civis, intelectuais, físicos, materiais, injustamente sofridos pela loucura cruel de um intendente. Com observância, Dr. De Patta.⁴⁹⁴ (idem, p. 113)

Nesse telegrama, o Dr. Michele comenta que o evento teve conotações de perseguição política ao afirmar que a autoria do confronto teria sido obra do Coronel Virgílio, de quem era inimigo político. Ficou claro que esse trágico evento era resultado do atrito entre as duas facções republicanas pelos personagens terem ligações com a situação ou com a oposição ao intendente Virgílio da Silva. O fato de De Patta ter negado auxílio do subintendente

⁴⁹⁴ Segue o texto original, em italiano [Consule d'Italia – Palegre – Gloria nostra immacolata bandeira che si voleva umiliare e com orgoglio di soldato che si voleva disonorare e infamare, ho l'honore partecipare V. S. mia vittoria leggendaria riportata ieri u orda barbarica di oltre 300 capangas e praças di Virgílio Silva, Intendente d'Encantado, che, assetati di sangue e di bottino, ieri, ore 11 antimeridiane, assalirono selvaggiamente mia casa di tavole com serrato fuoco fucileria durato circa quattro ore. Forte nel mio sacro diritto e senza ausilio nessuno, tranne quello di Dio, munito d'um fucile da caccia com sole 15 cartucce, dopo strenua eroica resistenza, sconfissi selvaggi aggressori i quali, dopo essere penetrati mia casa ed avermi rubato 15 contos de réis e tutti altri oggeti valore, incendiarono casa con petrolio e fuggirono, lasciando 2 morti e numerosi feriti. Prego V. S. informare cortese sollecitudine R. Ambasciata e Ministero chiedendo Governo Repubblica pronte riparazioni e indennità adeguate innumerrevoli danni civili intellettuali fisici materiali ingiustamente sofferti per la pazza ferocia d'um Intendente. Com osservanza dr. De Patta.]

Haiawatha Lautert e recebido ajuda do delegado Geraldo Caetano da Costa torna-se suficiente como comprovação dessa afirmação. A intriga pessoal com o Padre Hermínio Catteli somente fora um pretexto para que os fatos violentos tomassem forma.

Com uma análise totalmente política e de forma mais reticente e com alguns nomes omitidos mas de fácil identificação, o Dr. Vicente De Modena apresentou sua versão ao evento na obra *Tarimba* em capítulo específico chamado de Anta Gorda, em que o médico faz uma crítica voraz à política de liberdade de profissões, no Rio Grande do Sul, associada à existência de charlatões de qualquer estirpe ao afirmar que

Desgraçava o Rio Grande do Sul a malfadada liberdade de profissão. Devido unicamente a ela, os elementos indesejáveis pululavam, oriundos de todos os lugares, onde as suas atividades encontravam óbices nas leis moralizadas. Por isso mesmo, fazendo frente aos profissionais honestos, em cada canto do Estado podiam ser encontrados médicos e medicastros de qualquer jaez. Pudera! Se a exigência única, para que se estabelecessem, consistia no imposto de indústrias e profissões! (idem, p. 113)

É nessa introdução que De Modena introduz o Dr. Michele De Patta em seu relato como um aventureiro intitulando-se oficial de um exército europeu. Com a intenção de finalizar a obra do hospital local, conseguiu persuadir alguns colonos através de uma propaganda realizada por doentes das circunvizinhanças de zonas remotas do distrito. Para De Modena, esse exagero das primeiras apreciações do referido médico resultou em uma desilusão crescente. Esse pequeno prestígio, junto ao colonato local, despertou interesse por parte dos republicanos dissidentes que logo se tornaram adeptos. Em virtude de sua ligação política situacionista, o Dr. Vicente mencionou que

governava o município de Encantado o Cel. Virgílio da Silva, até então uma das pouquíssimas exceções políticas, pela sua bonomia e lisura, e, por isso mesmo, sempre recompensado com a mais negra das ingratidões. O delegado de polícia, porém, protegido seu, apenas elevado a um cargo, que nunca soubera ocupar, teve a sua ambição despertada e espicaçada. Não passou muito tempo até surgir nele a veledade de suplantar o seu benfeitor e substituí-lo na curul municipal. Sempre a mesma história da criatura que se revolta contra o seu criador!... Formou a oposição. Aliciou quanto elemento sórdido achou. (idem, p. 114)

Para Vicente De Modena, essa oposição era formada por capangas da pior laia, tendo o Dr. Michele, chamado de charlatão, como uma das suas lideranças, mas, conforme suas atitudes, o descontentamento passou a brotar entre seus partidários, tornando-se revolta e progredindo de forma crescente. Utilizando-se de artimanhas e semeando a intriga e a discórdia entre os moradores locais, chegou-se ao enfrentamento direto contra o Padre Hermínio Catteli, que, segundo De Modena, era um verdadeiro sacerdote e homem de fibra, e representante legítimo dos colonos que tomaram partido.

Ligado aos acontecimentos políticos do município, o médico da Diretoria de Higiene do Estado tornou-se defensor do governo intendencial e delatava ao Coronel Virgílio as atitudes desafiadoras do Dr. Michele contra o chefe político local e o reverendo. Sobre a maneira como o Padre Catteli defendia o intendente, ganhou um importante defensor em Vicente De Modena, pois

a situação política não só o acolheu com cavalheirismo, como lhe facilitou quanto pode, pois via nele um elemento necessário ao município, com credenciais suficientes para inspirar confiança sob todos os pontos de vista, e constituir um apoio precioso para prestigiar o domínio da ordem, que se procurava subverter de todos os modos. (idem, p. 115)

Sobre o pleito realizado no ano anterior dos acontecimentos, o Dr. Vicente destacou que “a campanha política atingira o auge. As eleições haviam reafirmado a permanência e o prestígio do Cel. Virgílio da Silva, a quem o governo continuava a dar mão forte.” Em relação ao papel em que Geraldo Caetano da Costa desempenhava como principal líder oposicionista e articulador do abaixo-assinado solicitando a destituição imediata de Virgílio da Silva, recebeu pesadas críticas do médico ao afirmar que “o delegado, faccioso e irrequieto, cruzava em todos os sentidos, as estradas do município, numa propaganda eleitoral deprimente, sempre fortemente escoltado por facínoras foragidos da justiça.”

Tabela 11 - O executivo municipal de Encantado, durante a República Velha

01/05/1915 – 30/04/1916	José Benévolo de Souza	Nomeado intendente provisório e exonerado
01/05/1916 – 22/05/1916	José Ferri	Subintendente substituto
22/05/1916 – 15/11/1916	Cel. Virgílio Antônio da Silva	Nomeado intendente provisório
15/11/1916 – 15/11/1920	Cel. Virgílio Antônio da Silva	Eleito intendente
15/11/1920 – 30/06/1924	Cel. Virgílio Antônio da Silva	Reeleito intendente e após destituído
01/07/1924 – 15/11/1924	Antônio Pretto	Vice-intendente substituto
15/11/1924 – 15/11/1928	Antônio De Conto	Eleito intendente
15/11/1928 – 03/10/1930	Augusto Pretto	Eleito intendente
03/10/1930 – 03/03/1931	Augusto Pretto	Prefeito nomeado e após destituído

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: FERRI (1985).

Os ânimos que já estavam exaltados por tamanhas intrigas e calúnias em todo o território encantadense e principalmente em Anta Gorda, provocados para desestabilizar a administração intendencial, ganharam outras proporções no dia em que os moradores foram surpreendidos com a notícia da tentativa de estrangulamento do vigário que, para Vicente De Modena, teria ocorrido defronte ao hospital. Isso fez com que a revolta se instalasse no distrito e assim mencionado pelo Dr. De Modena:

Os colonos arregimentaram-se e assaltaram o estabelecimento, que de direito lhes pertencia, e estava transformado em cidadela do usurpador. Evidentemente este esperava os acontecimentos. Doutra forma não se concebe o preparo bélico com que reagiu à agressão. O

combate foi feroz. Entrincheirado, resistiu durante várias horas. Diversos atacantes pagaram com a vida a coragem com que se lançaram no combate. Venceu, afinal, o mais forte. Para não ser linchado, o charlatão foi subtraído à ira popular por um forte esquadrão de esbirros, chefiados pelo delegado de polícia, que, apesar de derrotado, se apegava ao cargo, no qual o tolerava ainda a complacência extrema do chefe municipal vitorioso. (idem, p. 116-117)

Depois de o hospital estar reduzido a escombros e ter Michele De Patta se retirado de Anta Gorda, o Dr. Vicente comentou que “embora ensanguentada, a antiga e desejada tranquilidade” reinaria novamente na localidade. Apesar de alguns detalhes serem contraditórios entre as duas versões apresentadas, ficou nítida a conotação política dada pelo conflito armado e sintetizada por ambas as narrações.

Ainda utilizando a obra de Lauro Thomé, no capítulo intitulado de Movimentos políticos e revolucionários, o escritor menciona a Revolução de 1923 como predominante de “correrias e tiroteios isolados e pequenas lutas dispersas” sem vincular com o acontecimento narrado anteriormente. Por incrível que pareça, mesmo com o violento confronto armado de Anta Gorda, Thomé comentou que

no território municipal nada se registrou digno de nota, com referência ao movimento de 23. Houve apenas um estado de alerta e de suspensão. Três fatos registraram-se no ano, mas, aparentemente nenhum deles teve qualquer relação com a luta que se desdobrava no Estado. O primeiro, a 29 de março, diz respeito ao episódio De Patta; segundo, a quatro de agosto, em Linha Garibaldi, onde houve mortes, por questões íntimas, segundo relatório da municipalidade; e, finalmente, o de 14 de setembro, em que perdeu a vida o correligionário do Cel. Virgílio Antônio da Silva, José Polezze, assassinado no lugar denominado ‘Várzea Grande’, onde desempenhava o cargo de inspetor seccional. Afora isso, segundo o mesmo relatório “a ordem pública jamais foi alterada, sendo respeitado o princípio da autoridade constituída”. (idem, p. 117-118)

A negligência do escritor em não contextualizar os fatos resultantes dos acirramentos de ânimos dos situacionistas e oposicionistas, na luta pelo espaço político encantadense, tem nítidos traços historiográficos tradicionalistas. Afora que o autor se contradiz ao descrever, de forma muito valiosa, o conflito dos grupos políticos em Anta Gorda, do qual teve acesso às fontes originais, e descrever o ano de 1923 como não ter havido registro algum digno vinculado ao movimento revolucionário assisista. Mesmo assim o livro foi utilizado pelo valor histórico das narrações do evento encontrado somente nessa publicação e na tradição oral dos atuais anta-gordenses, mesmo sendo uma obra de cunho memorialista.

O assassinato do correligionário José Polezze, na localidade de Várzea Grande, atualmente pertencente ao município de Relvado, contém traços de retaliação política, pois se tratava de um inspetor seccional nomeado pelo Coronel Virgílio, de quem era signatário desde

a época de sua ascensão como chefe político local. Apesar de não haver registro de processo contra algum suspeito de tal ato, no final da Revolução de 1923, o território encantadense contabilizou cinco mortes resultantes do jogo de poder criado pelos constantes ajustes e tentativas de ascensão dentro da rede de compromisso borgiano.

Um outro fato ocorreu, no município, durante o desenrolar dos acontecimentos de contestação do sistema borgista e do pedido de destituição do Coronel Virgílio na chefia intencional e que foi mencionado pelo escritor Gino Ferri no livro *Encantado, sua História, sua Gente* (1985) no capítulo Guerras e Revoluções. Ao destacar a Revolução Assisista, Ferri detalhou um episódio envolvendo lideranças oposicionistas a Borges de Medeiros, na zona alta do município de Encantado, além dos territórios vizinhos de Soledade e Guaporé através de uma reportagem do Jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo, de 17 de abril de 1952, do jornalista Ferreira Bueno comentando sobre um possível levante armado articulando os três municípios limítrofes.

O autor do artigo, que participara da elaboração do plano, contou que, durante uma noite de agosto, na fazenda de Pedro Paulo Fialho, as lideranças oposicionistas se reuniram com o objetivo de traçar um plano de sublevação armada nas sedes dos três municípios aos quais pertenciam. Fizeram parte da reunião Vivaldino Camargo, de Soledade, Belarmino Schäffer⁴⁹⁵, de Alto Figueira e Pedro Paulo Fialho, de Guaporé. Inicialmente a ideia deles era de tentar reunir cerca de mil homens, descer à região serrana, assaltar as intendências, subintendências e os Tiros de Guerra das localidades do Alto Taquari, conforme destacou Ferreira Bueno,

Estudados e amplamente debatidos os aspectos da situação e as mínimas possibilidades do levante em face da inexistência de armas, sugerimos, corajosamente, se efetuasse o levante mesmo sem armas de maior porte, só a revolver e facão, assaltando as Intendências, Subintendências e Tiros de Guerra, de Muçum, Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio e Lajeado. Acreditávamos ser possível, nestes locais encontrar uma regular quantidade de armas, e, no caso de fracasso fugiríamos para as costas do rio Fão, onde, entocados nas suas grutas, daríamos combate às forças governistas. (FERRI, 1985, p. 308)

Com a arrojada sugestão sendo aceita pelos presentes, mas com certa relutância vinda de Fialho e Camargo, o plano acabou sendo deixado de lado após Schäffer argumentar, por mais de uma hora, sobre a gravidade do fato que poderia custar suas vidas, convencendo a

⁴⁹⁵ Em artigo escrito para o site www.regiaodosvales.com.br em junho de 2007, o advogado Carlos Alberto Schäffer, neto de Belarmino, destacou que seu avô era um “maragato com orgulho, as últimas palavras que pronunciou antes de morrer consistiram num pedido especial: o de que lhe colocassem o lenço encarnado no pescoço e o distintivo do Partido Libertador na lapela.” Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br/noticia/noticia.php?id=40036>> Acesso em: 30 out. 2013.

todos da loucura que estariam prestes a cometer. Mesmo com a desistência da sublevação contra o governo de Borges de Medeiros, as lideranças assistidas permaneceram na busca de articulações contrárias às políticas republicanas em nível estadual. Em Encantado, a facção dissidente do Partido Republicano buscou aglomerar o maior número de opositores ao Coronel Virgílio, por isso muitos federalistas partidários da Aliança Libertadora passaram a fazer parte do apoio à queda do intendente e à eleição de Antônio De Conto para o mandato seguinte.

4.5 – A atuação dos federalistas em Encantado

Ao analisar as cartas do Fundo Encantado do ABM/IHGRGS endereçadas a Borges de Medeiros pelos chefes políticos locais José Benévolo de Souza e, principalmente, pelo Coronel Virgílio, percebemos que no município não havia qualquer tipo de organização opositora ao borgismo, dando a impressão de uma total hegemonia do PRR. Essa era a impressão que os chefes políticos tentavam passar porém a preocupação maior dos intendentes eram os ajustes das relações de poder internos, que sempre resultavam em dissidências e formações de facções contrárias, trazendo grandes empecilhos à busca de uma chefia unipessoal e incontestável.

Essa ideia de aparente inexistência de uma oposição federalista no município estaria associada inteiramente ao autoritarismo imposto pelo sistema coronelista castilhista-borgista contida na Constituição Estadual. O modelo coronelista gaúcho, confirmada pela carta constitucional de um poder jurídico administrativo autoritário sob a ideologia positivista, possuía forte intervenção do Presidente do Estado nos municípios com a intenção de construir uma rede de compromisso para inibir qualquer possibilidade de ascensão federalista.

Isso foi o resultado da Revolução Federalista de 1893-95, quando houve a consolidação da hegemonia dos republicanos sobre os federalistas. Essa vitória dos correligionários de Júlio de Castilhos representou uma nova maneira de administração para os gaúchos, havendo aí uma readequação dos detentores do poder estadual. Essa diferença dos

modelos de coronelismo, imperial e republicano, se deve essencialmente ao fato do sistema imperial não ter sido institucionalizado, como o foi durante a República Velha. [...] A revolução federalista, por sua vez, correspondeu a uma reação de um grande número de coronéis que não estavam dispostos a perder o monopólio do poder político estadual, afastados completa e repetidamente das proximidades do mesmo. (BIAVASCHI, 2011, p. 95-96)

A busca por esse monopólio político entre as elites oligárquicas fez com que entrassem em choque essas duas realidades para que houvesse hegemonia do poder estadual, ou seja, enquanto uma oligarquia latifundiária imperial era destituída de seu poder, ascendia uma nova oligarquia republicana liderada por Júlio de Castilhos. Em meio à Revolução Federalista e à luta pelo domínio político no Estado, ocorria a comercialização dos lotes de terras aos imigrantes e descendentes italianos vindos de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves para o território encantadense, então 2º distrito de Lajeado. Conhecedor das dificuldades políticas em função da luta entre federalistas e republicanos que foram vivenciadas nos

municípios de origem, a grande maioria dos italianos buscou garantias de vida e propriedade junto ao Consulado Italiano com o representante consular Antônio Bratti.

O livro do escritor José Alfredo Schierholt, que descreve a Guerra Federalista no Vale do Taquari, traz importantes informações sobre os acontecimentos, na região, durante o período do confronto civil. A destituição da posse das terras ocupadas por famílias caboclas extrativistas de erva-mate e posseiros na região para os imigrantes italianos que adquiriram os lotes coloniais no território de Encantado, forçou a marginalização de muitas pessoas. Muitas delas aderiram às tropas federalistas existentes na região, quando o então distrito de Encantado se tornou logo um reduto muito forte de federalistas, em outubro de 1893, especialmente pela distância de outros povoados e vilas. Schierholt aponta que

Estrela, Lajeado e Venâncio Aires foram alvos de constantes invasões. Encantado, Muçum, Arroio do Meio, Teutônia, Imigrante, Roca Sales e toda a zona alta do Vale serviam de refúgio aos federalistas. Toda a região colonial foi alvo de violências: invasões de propriedade, requisições, saques, incêndios, estupros, prisões e degolas. Federalistas se apossavam das intendências, mas não havia condições de se manterem no poder. (SCHIERHOLT, 1989, p. 8)

Mesmo com essa interferência federalista em Encantado, os moradores mantiveram uma neutralidade, conforme pedido do próprio consulado italiano. E como a maioria era anticastilhistas não permaneceu na florescente vila de Encantado por ser de outros pontos do Estado e a política republicana prevaleceu imune de contestação oposicionista por longo tempo. Em função do resultado final do evento revolucionário e dos desdobramentos da estruturação do autoritarismo castilhistas-borgista, a oposição federalista perdeu muitos eleitores e abstevesse durante bom tempo da participação das eleições, mesmo que em alguns municípios a presença opositora aos republicanos era muito expressiva.

Durante o governo de Castilhos, os federalistas perdem seu principal articulador e líder Gaspar Silveira Martins, em Montevideu, no dia 23 de julho de 1901. Isso resultou na convocação de um novo congresso do partido, em novembro do mesmo ano, em Bagé. A ideia dos correligionários federalistas era de realizar um movimento revisionista, demonstrando que não deveria mais se submeter aos pensamentos do líder falecido. Desde as eleições de 1891, a oposição ficou de fora da luta eleitoral no Estado em função da Constituição implantada por Júlio de Castilhos, já que

as leis eleitorais desde o Regulamento Alvim, de 1890, passando pelos decretos e regulamentos subseqüentes, não garantiam qualquer segurança à disputa de votos pelos oposicionistas. Posto que todo o processo de alistamento, organização das seções de votação e apuração dos sufrágios competiam aos governos municipais, e estes, no Rio Grande do Sul, eram invariavelmente exercidos por membros do PRR. (FRANCO, 2007, p. 148)

A aprovação da Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, chamada Lei Rosa e Silva, trouxe uma possibilidade para a oposição. Essa lei que recebeu o nome do senador pernambucano, propunha uma reforma na legislação eleitoral, incluindo o Poder Judiciário no alistamento a fim de dar mais credibilidade ao processo eleitoral. Com a implantação do direito, a representação das minorias passou a ser estabelecida como uma oportunidade para que os opositoristas ganhassem espaço em todo âmbito do poder legislativo. Mesmo assim, já sendo Presidente do Estado com a morte de Castilhos, Borges de Medeiros não atendeu os dispositivos da lei federal, invocando “sua inconstitucionalidade, por ofensa à autonomia dos estados, no que foi respaldado por decisão do Judiciário.” (idem, p. 149)

Apesar da não aplicação da Lei Rosa e Silva, Borges autorizou a realização do censo partidário federal de 1905, quando os chefes municipais organizaram os procedimentos de alistamento eleitoral, informando o total de eleitores inscritos e seus respectivos partidos. O Estado era dividido em três distritos eleitorais; ao primeiro compreendia Porto Alegre e arredores, Alto Taquari, litoral norte e encosta da Serra. Ao 2º distrito pertenciam os municípios do Planalto, Missões, Fronteira Oeste e Depressão Central; ficando a zona Sul, litoral sul, fronteira do Uruguai e Serra do Sudeste com o 3º distrito. Como Encantado, na época, era 2º distrito de Lajeado, não há dados registrados nas localidades interioranas, mas o município lajeadense registrou somente 16 eleitores federalistas contra 1.183 republicanos. No total, o PRR possuía 61.233 eleitores contra 21.511 federalistas e 558 diversos.

Mesmo com esses resultados, nas eleições parlamentares federais de 30 de janeiro de 1906, no primeiro pleito disputado pela oposição, o Partido Federalista conseguiu eleger três deputados federais em cada distrito eleitoral, sendo eles Wenceslau Escobar, Francisco Antunes Maciel e Pedro Gonçalves Moacyr. Na eleição para suceder Borges de Medeiros como Presidente do Estado, em 1907, o dissidente republicano Fernando Abbott concorreu contra o situacionista Carlos Barbosa Gonçalves, que venceu o pleito, sem o apoio dos federalistas. Uma desunião interna resultou na perda de cadeiras na Câmara dos deputados federais nas eleições de 1909 e 1912.

Com o término do mandato de Carlos Barbosa e a eleição de Borges de Medeiros sem concorrência, em 1913, o Presidente do Estado “resolveu inovar, propondo uma nova lei eleitoral para o estado, adotando um esquema mais correto de alistamento e assegurando um sistema de representação proporcional para as minorias.” (idem, p. 156) Com o sistema antigo, desde a proclamação da república até 1913, a Assembleia dos Representantes era constituída somente por republicanos e por isso, “a Lei Eleitoral de 1913 representou um

passo à frente, sobretudo porque, em sequência, induziu os municípios a também reformarem suas leis eleitorais e a adotarem a representação proporcional nos conselhos municipais.”⁴⁹⁶ (idem, p. 156)

Com a emancipação política de Encantado e sua instalação em primeiro de maio de 1915, o intendente provisório José Benévolo de Souza não encontrou a presença organizada do Partido Federalista no novo município e nenhuma liderança oposicionista iminente. Somente teve que administrar questões de dissidência republicana e formação de uma facção contrária as suas políticas intencionais, que resultaram em uma grave crise local, sendo então exonerado por Borges de Medeiros um ano após ter assumido a chefia intencional.

Em fevereiro de 1917 ocorreram as eleições estaduais para a oitava legislatura da Assembleia dos Representantes, quando ascenderam dois deputados maragatos. No mês seguinte, em Porto Alegre, a fim de repercutir os resultados do pleito realizado, aconteceu o congresso do Partido Federalista. Sérgio da Costa Franco (2007, p. 159) apontou que

o tempo decorrido desde a aprovação do programa de 1896, que a reunião de 1901 não quisera modificar, mais o envelhecimento de antigos líderes, como o conselheiro Antunes Maciel, e o surgimento de novas lideranças, tudo aconselhava a realização de outro congresso partidário e a definição de um novo programa.

Apesar de o congresso resgatar muitos ideais de Silveira Martins, a impressão de alguma solidez de aglomeração entorno de um programa partidário e as eleições federais de 1918 que resultou em um fracasso eleitoral demonstraram uma divisão de forças internas entre os correligionários Arthur Pinto da Rocha e Rafael Cabeda. A fim de restabelecer uma certa unidade partidária e função da conjuntura política do pós-1ª Guerra Mundial e da crise econômica que assolava o território gaúcho, o Partido Federalista entrou na década de 1920 numa grande divisão interna, mesmo com os esforços de algumas lideranças políticas. Para apossarem-se do poder estadual,

as oposições rio-grandenses organizaram-se politicamente, surgindo a articulação dos três grupos da oposição: os federalistas, que vinham de Silveira Martins e eram liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; os democratas, liderados por Assis Brasil e Fernando Abbott; e os dissidentes republicanos, como os Pinheiro Machado, os Menna Barreto e outros. (ANTONACCI, 1981, p. 67)

A derrota do carioca Nilo Peçanha na eleição presidencial de 1921 para o mineiro Arthur Bernardes e o conseqüente fracasso da “Reação Republicana”, que contou com o apoio

⁴⁹⁶ É através desse dispositivo que o federalista Ventura Migliorini conquista sua cadeira no Conselho Municipal nas eleições municipais realizadas em 1924, tornando-se o primeiro conselheiro a ser eleito pela oposição no poder legislativo municipal.

de Borges de Medeiros, deram novas possibilidades para a oposição ao sistema borgista. Outra argumentação que uniu os oposicionistas era a sustentação de que no Estado

não estavam preservadas as garantias republicanas, na medida em que não havia independência nem tampouco autonomia entre os poderes. Além disso, o vice-presidente era nomeado pelo presidente. Entre os aspectos mais contestados estava o instituto da reeleição indefinida dos chefes do Executivo estadual e municipais. (AXT, 2011, p. 97)

As contestações de alguns setores econômicos no Rio Grande do Sul ao borgismo fizeram com que os federalistas apoiassem a candidatura do republicano dissidente Joaquim Francisco de Assis Brasil, formando a Aliança Libertadora, pois

o clima de insatisfação existente entre os pecuaristas rio-grandenses, no princípio da década de 20, favoreceu o crescimento da candidatura de Assis Brasil como opositor de Borges de Medeiros, este pretendendo o exercício de um quinto mandato presidencial. Mesmo os federalistas, cujas convicções parlamentaristas sempre tinham sido hostilizadas por Assis Brasil, aderiram em sua maioria à coligação assisista. E o próprio Diretório Central do partido, numa reunião em Bagé, em 14/10/22, sacramentou esse apoio, por unanimidade. (FRANCO, 2007, p. 164)

Apoiando-se no impedimento do quinto mandato de Borges de Medeiros e com discurso de revisão constitucional, a Aliança Libertadora promoveu diversos comícios nas principais cidades do Estado a fim de impedir que os três quartos dos votantes depositassem confiança na política do PRR e que permanecesse a chefia política nas mãos dos republicanos. A plataforma e o plano político apresentados pelos assisistas tinham

uma mesma base socioeconômica, pois na sua maioria eram fazendeiros; e objetivos comuns, como revisão da Carta Constitucional Rio-grandense e combate à monopolização do poder. As frações da classe dominante no poder e fora dele tinham suas distinções fundadas na história recente [...] quando condições socioeconômicas novas abriram espaço para formulação de estratégias políticas para organização do Estado na área. (ANTONACCI, 1981, p. 73-74)

Com a ausência de programa e conglomerado, ainda informe, de presidencialistas com parlamentaristas, os borgistas se apoiaram nesses aspectos durante a campanha eleitoral. Para Assis Brasil a exploração da luta pela posse do poder era determinante, “não como um fim em si mesmo, mas como um meio que possibilitou às oposições níveis de articulação e de arregimentação inatingíveis até então.” (idem, p. 87) Analisando a disputa estadual, apontamos para uma manutenção da estrutura governativa estadual, ou seja, “as formas de dominação em disputa (formas lideradas por Borges e Assis) não tiveram projetos substancialmente opostos. As diferenciações localizaram-se no modo de entender os

obstáculos para a expansão da área e de formular as práticas governamentais para fazerem frente a tais entraves.” (idem, p. 91)

Tabela 12 - Participação dos eleitores nos pleitos realizados em Encantado

Pleito	Data	Nº de eleitores	Abstenções em relação o último pleito
-----	10/01/1916	1.349	Alistamento eleitoral
1ª eleições municipais	24/09/1916	1.279	-70
2ª eleições municipais	15/09/1920	1.200	-79
Eleição Presidência do Estado	15/11/1922	1.141	-59
Eleição federal parlamentar	01/05/1924	828	-313
3ª eleições municipais	15/09/1924	884	+56
Eleição federal parlamentar	10/05/1926	754	-130
4ª eleições municipais	15/09/1928	486	-268

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Fundo Encantado, ABM/IHGRGS.

O resultado final do pleito realizado em 25 de novembro de 1922, que deu a vitória a Borges⁴⁹⁷, fez com que os signatários de Assis Brasil ficassem inconformados. Em função disso, “as oposições se levantaram em armas, em janeiro de 23, esperançosas, sobretudo de uma intervenção federal ditada pelo presidente Arthur Bernardes, a quem haviam apoiado.” (FRANCO, 2007, p. 166)

Essa falsa impressão de hegemonia borgiana se esfacelou no ano de 1923 e esse período de contestação da força governista teve fortes repercussões em Encantado, como foram analisadas anteriormente. Com a Revolução de 1923 em andamento, o surgimento de uma facção dissidente, que aglomerava os federalistas existentes em Encantado, formou uma coligação forte contra o Coronel Virgílio da Silva. As constantes negociações das relações de poder intencional entre o intendente e o grupo opositor, com a interferência palaciana de Borges de Medeiros, resultaram em inúmeros ajustes na rede de compromisso de Virgílio da Silva, desestabilizando totalmente sua chefia política local, o que facilitou a ascensão de seus opositores ao poder intencional e comprovando o total esfacelamento do Partido Republicano, enquanto a Aliança Libertadora abocanhava novas lideranças participando do poder local.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ Terminada as eleições o resultado do pleito com sua validação foi feito na Assembleia de Representantes, dominada por deputados republicanos, e onde a bancada da minoria, nem teve acesso aos trabalhos da Comissão de Constituição e Poderes. Essa comissão parlamentar era constituída por Getúlio Vargas, diretor republicano da política de São Borja, recentemente eleito deputado federal por indicação de Borges; por Vasconcelos Pinto, presidente do Conselho Municipal de Cruz Alta; e por Ariosto Pinto.

⁴⁹⁸ Através da Revista O Rio Grande do Sul, lançada no ano de 1922, na página 450, traz importantes dados socioeconômicos de Encantado. Consta que a população encantadense era de 22.287 habitantes distribuídos entre os seis distritos existentes, sendo que 1.648 (7,39%) eram eleitores estaduais e 1.921 (8,61%) eleitores federais. Levando em consideração esse dado, na eleição para Presidente do Estado, como 1.141 eleitores compareceram as urnas, a abstenção foi de 507 (44,43%) eleitores. Na eleição parlamentar de 1924, onde os candidatos da Aliança Libertadora conquistaram uma importante vitória sobre os candidatos do PRR a abstenção foi muito

A participação dos assististas em Encantado é descrita para Borges de Medeiros em somente duas cartas das 25 analisadas no período correspondente de 1920 a 1924 do ABM/IHGRGS. Uma delas já foi analisada anteriormente, mas merece novas reflexões nesse capítulo específico. No último dia do mês de maio de 1924, o Coronel Virgílio enviou uma correspondência ao Presidente do Estado comentando sobre o pleito senatorial no município, quando os candidatos assististas conquistaram maior votação que os republicanos. Desprestigiado junto aos munícipes encantadenses e em virtude do clima de discórdia envolvendo as facções situacionista e as ações dos dissidentes, o Partido Republicano local encontrou dificuldades em aglutinar os eleitores, comprovando, assim, o declínio da força eleitoreira borgista.

A formação de uma Comissão Executiva do partido e a indicação de Antônio De Conto e Augusto Pretto para sua sucessão intencional trouxeram uma indignação enorme para Virgílio. É por isso que o chefe político traz a Borges de Medeiros fortes acusações aos candidatos indicados por estarem coligando com os federalistas existentes em Encantado. Percebendo que sua permanência na Intendência estava cada vez mais insustentável pela pressão exercida pelos dissidentes, o Coronel Virgílio comenta que

Republicanos de momento e políticos por conveniência, Augusto e De Conto, em sessão presidida por Vivaldino Camargo, aderiram á sua causa e se candidataram aos cargos de Intendente e Vice deste município, sendo que a escolha do primeiro foi a pedido deles próprios! Entretanto, a ata apresentada ao dr. Érico não é, pelo que se sabe a verdadeira, querendo eles, mais uma vez, com embustes iludir aos genuínos republicanos. Apesar disso, na feitura desta última ata foram inábeis, infelizes, pois os candidatos ao Conselho Municipal são todos adversários intransigentes de V. Exa., de nosso partido, como demonstrarem sabuja e claramente no último pleito, em propaganda a descoberta.⁴⁹⁹

Como Borges mantinha ligações com o grupo dissidente, Virgílio da Silva tentou alertar sobre a presença de federalistas na organização de uma nova rede de compromisso borgista em Encantado. O nome de Vivaldino Camargo, líder federalista de Soledade, representava o partido em âmbito regional, tendo sido uma das lideranças do comitê assistista do Alto Taquari e um dos mentores na realização de uma sublevação armada na região. Para Virgílio, os candidatos para o Conselho Municipal tinham orientação de Camargo, comprovando uma oposição coligada contra sua administração, além de alertar o *Ilustre Chefe* que no “futuro não

maior, chegando a 1093 eleitores, comprovando o declínio da articulação republicana e do próprio partido em não mais conseguiu aglomerar maior número de eleitores.

⁴⁹⁹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1776, 31/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

remoto, mostrará a V. Exa. e ao Rio Grande do Sul o perigo que decorre para o pujante Partido Republicano, da ratificação a tais candidaturas.”⁵⁰⁰

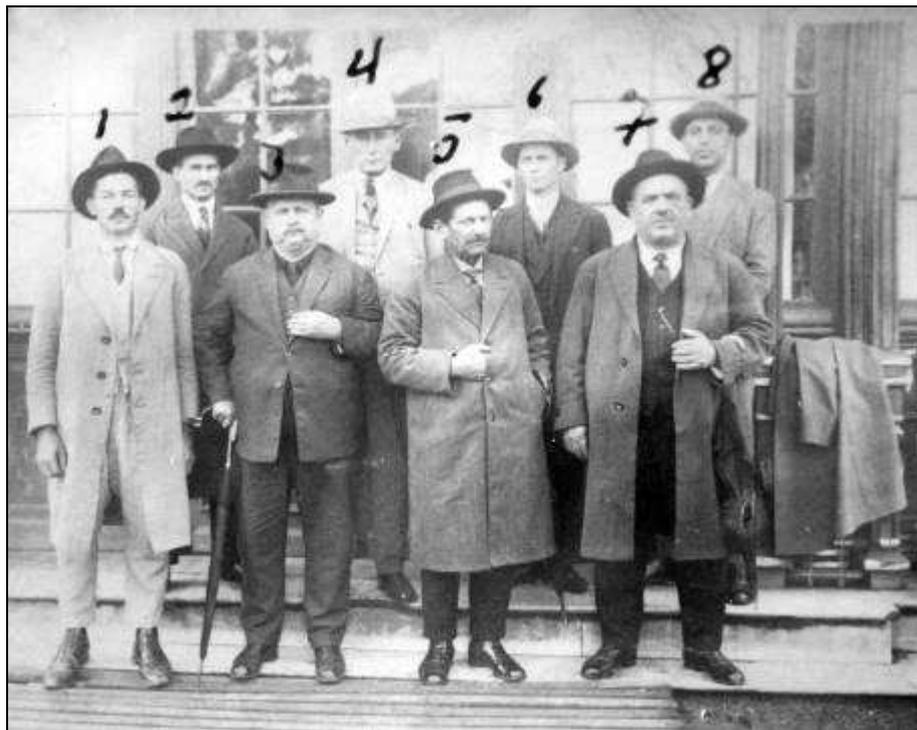
Um dado que comprova a formação de uma coligação de republicanos e federalistas está contido na própria ata de reunião da Comissão Executiva do Partido Republicano de Encantado na escolha dos nomes de De Conto e Pretto como candidatos a intendente e vice-intendente em 17 de maio de 1924. Entre os correligionários que assinaram tal ata constam os nomes de Ventura Migliorini⁵⁰¹ e de Belarmino Schäffer. A intenção desse acordo, provavelmente, além de dividir as relações de poder intencional, era evitar que novas exaltações de ânimos interferissem no mandato que viria a ser consolidado nas eleições municipais de setembro do mesmo ano, quando somente foram confirmados os nomes especulados pela executiva do partido.

Outro documento que comprova a coligação política entre os republicanos e federalistas na administração de Antônio De Conto data de junho de 1926, dois anos após tomar posse o chefe intencional e de sua nova aliança com o funcionalismo encantadense. O Dr. Érico Ribeiro da Luz enviou uma longa missiva a Borges de Medeiros, em forma de dossiê, detalhando a participação dos federalistas no governo municipal e a atuação do próprio De Conto e de seus signatários. A formação de uma nova rede de compromisso local sem a devida indicação palaciana comprovava o declínio do sistema borgista de interferência nos assuntos municipais.

⁵⁰⁰ Ibid.

⁵⁰¹ Ventura Migliorini nasceu no dia três de maio de 1889 no então distrito de Monte Belo, município de Bento Gonçalves, filho de Domenico Migliorini e Luiza Possignollo, oriundo de Vicenza na Itália, no ano de 1888. Estabeleceram-se em Linha Esperança, Guaporé, onde adquiriu 17 hectares de terras. No ano de 1894, Ventura fica órfão aos 5 anos de idade, sendo acolhido por Paulo Possignollo, seu tio materno que era comerciante e professor. Em 1912, Ventura colocou uma Casa Comercial na Vila Esperança, onde se casou com Maria Teston, que faleceu em 4 de dezembro de 1930. Em 1915 mudou-se para Encantado na localidade de Gramadinho, então pertencente ao distrito de Itapuá, posteriormente distrito de Ilópolis. Iniciou ali, em 1922, uma série de grandes empreendimentos empresariais. Primeiro instalou uma metalúrgica e fabricou máquinas para serrarias de madeiras, locomoveis; depois uma fundição; uma equipada oficina mecânica para automóveis, uma conceituada cervejaria e uma fábrica de erva-mate. Foi inventor de máquinas, ferramentas e equipamentos recebendo premiações em várias exposições industriais no Rio Grande do Sul, pelas suas invenções e inovações. Em virtude dessa forte atuação empresarial, em 1924 foi eleito Conselheiro Municipal representando o distrito de Alto Figueira pela minoria federalista. Nesta época destacou-se pela abertura de várias estradas na região. Em 1939 mudou-se para Faxinal dos Guedes, no estado de Santa Catarina, onde adquiriu uma área de 36 milhões e 300 mil metros quadrados, ou seja 150 lotes de terras. Colonizou o local e desta ação surgiram vários municípios catarinenses. Viúvo há dez anos, em 1940, casou novamente com a também viúva Thereza Teston. Em Faxinal dos Guedes, Ventura Migliorini implantou inúmeros empreendimentos industriais e comerciais. Em 1954 foi eleito vereador por Xanxerê e autor da lei que emancipou Faxinal dos Guedes. Em 1958, seu filho Antonio Domingos Migliorini, foi eleito o primeiro Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, depois reeleito. Ventura Migliorini, faleceu aos 83 anos, em 26 de julho de 1972. Foi alvo de inúmeras homenagens de reconhecimento e mérito ao longo da sua existência pioneira e desbravadora indômita. A principal escola de Gramadinho, em Ilópolis, leva o seu nome, bem como uma rua em Chapecó e a Praça Central de Faxinal dos Guedes. Disponível em: <http://blogernidiomigliorini.blogspot.com.br/2012/02/saga-de-ventura-migliorini_20.html> Acesso em: 30 out. 2013.

Figura 27 - Figuras políticas da época: 1 - Antônio De Conto (Intendente), 2 - José Bozzetto, 3 - Adolfo Auler, 4 - Victório Costi (Presidente do Conselho), 5 - Antônio Preto, 6 - Demétrio Berté, 7 - Augusto Preto (Vice-Intendente) e 8 - Tte. Sampaio (Comandante)



Fonte: Museu Municipal de Encantado

Tendo excursionando por todo o município, passando pelos seis distritos encantadenses, o emissário palaciano observou a atuação dos subintendentes e das lideranças locais conforme as determinações de Borges de Medeiros, preocupado com a crescente presença de federalistas nas administrações intencionais e com os futuros pleitos para os republicanos. O propósito inicial de sua viagem interiorana a Encantado tinha a intensão de solucionar o problema da nomeação do subintendente de Alto Figueira, indicado por Geraldo Caetano da Costa, e contrária aos moradores do local que não admitiam para o cargo um correligionário de fora do distrito. O fato resultou em uma divisão interna na localidade, “abriu-se logo a luta e, não raro, a autoridade serve-se do cargo para instrumento de suas paixões pessoais ou de seus amigos e parentes.”⁵⁰²

⁵⁰² Carta de Érico Ribeiro da Luz a Borges de Medeiros (n. 1782, 07/06/1926, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

Os ânimos foram acalmados quando Eulino Fava foi nomeado subintendente de Alto Figueira. Em relação ao clima de discórdia antes reinante na localidade, o Subchefe de Polícia alegou que Geraldo havia atribuído o fato a Antônio De Conto pelo suposto de indicar um de seus signatários de outro lugar. Depois desse relato, Érico Ribeiro da Luz passou a descrever as questões políticas de cada distrito encantadense a Borges de Medeiros. Ainda sobre o 6º distrito, o emissário comentou ter uma população de quase dois mil habitantes, predominantemente por “caboclos” e o restante de descendentes italianos, tendo uma agricultura insignificante resultante da “predominância do elemento nacional como a má qualidade das terras”,⁵⁰³ ocupando-se pela extração de madeira e erva-mate. Com um eleitorado de somente 105 eleitores, Alto Figueira “se encontra um pequeno número de federalistas. Os principais elementos adversários são: João Luiz Ferreira (Janga Ferreira), Belarmino Schäffer e Ventura Migliorini.” Comentando a participação política de cada elemento federalista, o Dr. Érico descreveu Ferreira como “o chefe federalista, mas tem em sua sala de visitas o retrato de V. Exa.” Sobre Schäffer, o Subchefe de Polícia fala que “procede exatamente em sentido oposto: é arruaceiro e violento, tanto mais quanto maior for a dose de álcool por ele ingerida na ocasião. Foi ele agora, à frente de caboclos ervateiros, quem promoveu a principal grita e ameaças contra a nomeação e posse do subintendente.”⁵⁰⁴ Confirmando a ideia da sublevação armada durante a Revolução de 1923, Dr. Érico comenta que

em 1923 teve gente reunida para incorporar-se aos revolucionários que marcharam pela Soledade sob o mando de Armando Gomes. O fracasso da morte deste, no encontro com as nossas forças, foi o que fez esmorecer o sr. Schäffer e o levou logo a dissolver a sua gente antes de mais compromissos. Apesar disso, fiz boas relações com ele e me prometeu cooperar o quanto possível para a boa harmonia local. Ficou algo impressionado com a possibilidade da ida da força da Brigada Militar aquele distrito para manter a ordem se ela fosse alterada. Dou assim algum crédito a sua promessa.⁵⁰⁵

Demonstrando um apreço pela forma em que desempenhava a função de conselheiro municipal, Érico Ribeiro da Luz faz elogios a Ventura Migliorini, eleito pela condição de representante de minoria, afirmando ser

o único elo que o prende ainda a oposição, a julgar pela conduta que tem mantido no exercício de seu mandato. É um dos conselheiros que melhores serviços vêm prestando á administração municipal do Encantado. Não voltara ainda as nossas fileiras por esse escrúpulo que bem se justifica, mas desde já assumiu o compromisso de fazer

⁵⁰³ Ibid.

⁵⁰⁴ Ibid.

⁵⁰⁵ Ibid.

com que seus elementos, e é o que tem mais, vote conosco nas futuras eleições.⁵⁰⁶

Descendo da sede de Alto Figueira para Anta Gorda “por uma excelente estrada de rodagem, recentemente construída pela atual administração”, tratando-se de um trecho da intermunicipal, o Dr. Érico tentou contornar outro assunto que estava trazendo instabilidade administrativa para De Conto. Preocupado em evitar queixas possíveis e reflexos nas urnas e afirmando que alguns moradores do distrito estavam sentindo-se prejudicados pelo traçado definido pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, o representante borgista afirmou que pretendia definir em reunião com os elementos interessados para esclarecer as maiores dúvidas que estavam trazendo dificuldades na conclusão de tal obra, chamada de Estrada da Cordilheira. Sobre os últimos acontecimentos ocorridos no 2º distrito, Érico destacou “acha-se perfeitamente normalizada, havendo cessado, de tempos a esta parte, a frequência dos crimes que ali ocorriam. Acha-se servida de um ótimo subintendente, o sr. Ulderico Fava, nosso ardoroso correligionário.”⁵⁰⁷

Contando com uma população de 3.800 habitantes, Anta Gorda possuía somente 301 eleitores inscritos. Destacando não haver a existência de federalistas na localidade e nem oposição alguma atualmente, o emissário aponta os correligionários Carlos Moro, Celeste Zarpelon, João Dalpasquale, Benvenuto Fornari, Angelo Angelini e Caetano Periollo como ardorosos batalhadores à causa republicana. Em Itapuca, “um dos mais pacíficos distritos do Encantado”, não foi constatada a presença de membros federalistas e conta com o subintendente Guilherme Spezia, velho republicano e Girolmo Sanson (Ilópolis), José Bozzetto, Leopoldo Spezia, Guerino Levinolli, Guilherme Lavratti (juiz distrital), Tranquilo Cecchele (escrivão distrital) e João Tomazini como os principais elementos do partido no local que possuía 3.000 habitantes e 177 eleitores inscritos.

Seguindo para Putinga, o Dr. Érico destacou não haver nada de especial a ser observado. Com uma população de 5.000 habitantes e com 223 eleitores inscritos, a localidade possuía como subintendente Demétrio Berté e Victório Graffitti como seu substituto, além de Césare Roveda (conselheiro municipal), Antônio Pretto Sobrinho, Victório Fiorini, Inocêncio Rodrigues França e Ítalo Carbone como os melhores elementos partidários. Em relação a adversários políticos, Érico Ribeiro da Luz comentou a existência de “um federalista, o sr. Affonso Urbano Pereira, farmacêutico, exercendo simultaneamente a

⁵⁰⁶ Ibid.

⁵⁰⁷ Ibid.

profissão de médico. Este sr. que é paranaense, foi o elemento adversário que maior mal nos fez na Esperança, 2º distrito de Guaporé, onde residia até pouco tempo.”⁵⁰⁸

Apontado como um dos bons distritos de Encantado, o povoado de Nova Bréscia não contabilizava oposição e contava com o subintendente João Macagnan, “bem quisto no distrito” e tendo como principais elementos Victório Giordani, Emílio Pozza, Jacob Otto Weizemann, Bartolomeu Amadori (juiz distrital) e Alfredo Deves.

Finalizando sua longa missiva, o emissário palaciano comunicou a Borges de Medeiros que “Conforme as instruções de V. Exa. sobre organização da executiva, penso reorganizar dentro em breve, salvo ordem em contrário, a do Encantado, para incluir nela um representante de cada distrito,”⁵⁰⁹ evitando com isso queixas futuras. O Subchefe de Polícia finalizou a carta destacando a gestão do

Intendente Antônio De Conto, [que] está fazendo boa administração no que concerne a melhoramentos materiais, quer no interior quer na sede. No fim de seu quadriênio deixará todos os distritos ligados à sede por excelentes estradas de rodagem e linhas telefônicas. Estradas, telefones e escolas têm sido a sua maior preocupação administrativa, e a população se acha geralmente satisfeita com sua operosa administração.⁵¹⁰

Mesmo que Antônio De Conto tenha conseguido aglutinar opositores federalistas em sua administração intencional, fato que trouxe alguma preocupação por parte do chefe palaciano, na sucessão do executivo municipal, em 1928, os republicanos encantadenses encontraram enormes dificuldades em unir o eleitorado para a eleição de Augusto Pretto. Com a liderança de Assis Brasil, depois de vencer uma luta interna entre federalistas e assisistas, no mesmo ano em que ocorreram as eleições municipais, o Partido Federalista deixava seu lugar para o recém fundado Partido Libertador, do qual o dissidente republicano Carlos Moro, de Anta Gorda, foi candidato no primeiro pleito sem consenso no município de Encantado, demonstrando o término do processo de domínio da estrutura do PRR a nível estadual.

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ Ibid.

⁵¹⁰ Ibid.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Falavam dele, mas a verdade é que prefeito nenhum tinha mais prestígio com o pessoal do Governo que o Paiva. Colocou os filhos todos, até gerência da Caixa Econômica arrumou para o genro... Hoje, era o boiadeiro mais forte da zona, com os bancos do Governo escorando os negócios dele...*⁵¹¹

O coronelismo, como sistema político nacional, versava na constante negociação entre os líderes políticos através da coerção, da barganha e da cooptação. De forma hierárquica – o poder local sustentava o estadual, que dava apoio ao nacional e vice-versa – o coronelismo foi um sistema essencialmente excludente, mesmo estruturado sob uma “ditadura científica”, o coronelismo reinante no Rio Grande do Sul, “por mais despótico que fosse o autoritarismo castilhistas, a base sobre a qual repousava seu poder era instável, já que a mesma se caracterizava pela rede de compromissos pessoais do coronelismo.” (AXT, 2011, p. 49)

O quadro complexo ganha certa dimensão quando mencionamos os processos de imigração, comercialização, industrialização e até urbanização das sedes coloniais vinculadas à ideia constante da modernização de toda a sociedade gaúcha. As represálias, as perseguições e as cooptações desafiam qualquer historiador à análise de todo esse cenário e isso só fez enaltecer esse período como de muita efervescência e, inclusive, oportunizando a ascensão social a um restrito grupo com poder socioeconômico nas regiões coloniais.

Buscamos, ao longo desse exaustivo trabalho, a transversalidade do político, do econômico e do social iluminando o esforço da pesquisa realizada em avançar e colaborar com as interpretações para um melhor entendimento e aprofundamento na história da formação do Vale do Taquari. Em relação ao processo de institucionalização do castilhismo, na região, devemos destacar que não foi nada pacífico. A Revolução Federalista forçou uma divisão dos núcleos coloniais. A expansão do povoamento por imigrantes ítalo-germânicos nas partes mais altas do vale fez com muitas pessoas humildes e caboclos fossem expulsos de suas terras, marginalizando, assim, um grande contingente de pessoas. Em compensação a comercialização dos lotes coloniais por empresas particulares tornou-se uma fonte extraordinária de renda enquanto que no bojo do conflito armado, qualquer atitude contrária ao regime castilhistas implantado a ferro e fogo era usado como propósito da manutenção da ordem pública.

A preocupação constante com a oposição federalista era um pretexto para unificar ainda mais o sistema castilhistas-borgista e qualquer pretexto político era utilizado como arma para a

⁵¹¹ PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 184.

oposição tentar desestabilizar as administrações locais. O emprego de maquinações das mais variadas que foi utilizado contra as autoridades locais resultou em embaraços aos coronéis intendententes, os quais, devido às situações criadas, teriam que explicá-las ao *Ilustre Chefe*.

O poder da determinação do funcionalismo público nos municípios analisados comprovou ser uma forte moeda de negociação entre as partes envolvidas nas constantes crises verificadas ao longo desse período e o domínio da máquina intendencial era a principal forma de manutenção de uma rede de compromisso recíproca. Os inevitáveis conflitos políticos criados dentro da rede de compromisso coronelístico deixaram claro que as interferências de toda uma conjectura socioeconômica foram determinantes para que houvesse intensas crises no Partido Republicano.

O constante processo de afirmação do poder de Borges de Medeiros nunca se tornou algo homogêneo na região, pois as fontes comprovaram a necessidade de várias negociações, cooptações e insubordinações por parte dos grupos locais em atrito por seus interesses em jogo. Mesmo com o período de estabilidade republicana com as longas chefias políticas dos coronéis João Batista de Mello e Manoel Ribeiro Pontes Filho, averiguamos que foram necessários (re)ajustes das relações de poder local conforme as pretensões palacianas com as facções locais.

Com ideias de homogeneização da política borgista nas colônias e da própria “germanidade” e “italianidade”, algo criado e disseminado por longos anos, sejam desmentidas pela historiografia atual, vale ressaltar que é percebida a fragmentação e divisão em grupos de todas as situações tratadas aqui. E são justamente esses (re)ajustes constantes do meio colonial que geravam dores de cabeça aos coronéis da região na busca da manutenção dos imigrantes e descendentes sob seus domínios e orientações.

Nesse emaranhado jogo das relações de poder entre os imigrantes, havia ainda a presença das autoridades borgistas, chamadas de coronéis burocratas, profissionais ou “os de fora”, que deveriam acomodar todas as reivindicações de ascensão social por parte dos “mais afortunados” na rede de compromisso. Tudo isso só vem demonstrar a complexidade das relações de poder intendencial no “controle” dos imigrantes e de seus descendentes que, com a Revolução de 1923 e o novo contexto estadual, fizeram com que houvesse uma mudança no meio colonial ganhando novas perspectivas.

O domínio dos comerciantes e industrialistas nas chapas republicanas ao conselho municipal demonstrou o acúmulo de poder político e econômico que já destoava em todos os distritos coloniais. Com a produção agrícola crescendo ano a ano, a comercialização desses produtos fez com que surgissem inúmeras casas de compra e venda nas localidades

espalhadas em toda a região e muitas delas aproveitaram também para manufaturar esses produtos, agregando valor de venda e desenvolvendo a industrialização dos distritos existentes, fomentando, dessa forma, o surgimento insipiente de uma indústria colonial.

O volume de documentos relacionados ao Alto Taquari, no período de 1920, é superior em relação aos anos anteriores na construção e perpetuação do borgismo. Ficou evidente que novos grupos nas colônias existentes passaram a exigir mais espaço na rede de compromisso intencional já que os chefes locais não atendiam mais as suas perspectivas e passaram a exigir um afrouxamento do sistema borgista. Com isso as brechas que o próprio borgismo deu foram sendo preenchidas por elementos dissidentes, dando respaldo à oposição. Se os opositoristas, por um lado eram fracos eleitoralmente, por outro eles tinham a forma de desestabilização do sistema por forçar o acirramento entre os dissidentes e os coronéis.

O interessante é que, mesmo atendendo algumas reivindicações dos colonos mais exaltados por participação na rede de compromisso, os coronéis borgistas não conseguiram fazer com que sua popularidade alcance a do próprio *Ilustre Chefe*. O fator determinante para que isso ocorresse era o ser “de fora”, mesmo tendo o respaldo da elite colonial, que deu sustentação enquanto pôde para manter o vínculo com o Palácio Piratini no atendimento de seus interesses.

Assim, como nos demais municípios coloniais da região, a questão da inclusão de parentes na administração intencional causou uma grande tensão entre o eleitorado republicano que a transformou numa potente arma para a oposição em relação aos coronéis borgistas. A utilização do aparato governativo por familiares e/ou parentes próximos tosava qualquer possibilidade de ascensão de novos agentes políticos na rede de compromisso local. Era praticamente impossível adentrar ao quadro do funcionalismo público sem que houvesse a vinculação de laços familiares nas administrações coloniais. Isso alimentava o discurso da oposição e ganhava respaldo entre os desgostosos dessas decisões nepotistas, que não eram bem vistas entre o eleitorado colonial.

A conveniência da permanência de funcionários públicos que colaboravam com o crescimento e a divulgação dos ideais republicanos era de suma importância para a continuidade de uma rede de compromisso consolidada. A utilização do cargo público para obtenção de interesses particulares era um costume desprezado pelos ideólogos do positivismo, que viam o funcionalismo como o representante das políticas castilhistas-borgistas, e que, além de detentor de cargo público, deveria honrar o compromisso da obediência e a reciprocidade determinado por seus superiores hierárquicos. As aptidões partidárias eram mais relevantes para a construção do poder local do que as próprias

qualificações profissionais, mas somando as duas trariam um importante incremento na continuidade do sistema borgista. Percebemos insubordinações de delegados, subintendentes e subdelegados com as autoridades republicanas ao longo desse período.

Notamos uma prática no comando das relações de poder existente entre os membros do grupo republicano. Uma nomeação passaria pelo rito de votação em reunião da comissão executiva cujo nome escolhido pelos integrantes era levado ao conhecimento de Borges de Medeiros e, somente através de sua aprovação, era efetivado. Isso evitava que se criasse um monopólio por parte do intendente no desígnio dos funcionários públicos, mesmo que seu voto sempre fosse o de desempate. Ou seja, qualquer assunto referente aos interesses intencionais seriam debatidos na comissão e suas resoluções, após aprovadas, deveriam ser acatadas por toda rede de compromisso. Isso deu as referidas comissões mais relevância política que os próprios conselhos municipais. Confirma-se, com isso, que o poder legislativo possuía pouca representatividade junto à sociedade local, mesmo sendo constituído por pessoas da elite colonial.

A referência às atas das reuniões das comissões tornara-se uma prática constante visualizada nas fontes aqui consultadas. Com isso foi possível mapear os integrantes desse importante e influente grupo político, detentor do poder de decisão das importantes ações partidárias e políticas. A chamada elite colonial fazia parte dessa corporação partidária, recebendo a ilustre denominação de “qualificados”. Além disso, como prova de sua representatividade junto aos demais imigrantes e descendentes seriam esses os chamados “delegados populares”. Foi averiguada a existência dessa elite colonial em toda a região, dando mais certeza do poder de ligação entre ela e os coronéis borgistas com as políticas palacianas de dominação diante dos demais pequenos colonos.

A reforma da constituição rio-grandense com o término da Revolução de 1923, alicerce do castilhismo-borgismo, foi sentida no Alto Taquari após a assinatura do Pacto de Pedras Altas. A intensão de uma maior participação de dissidentes e até de opositores na rede de compromisso criada por quem detinha o cargo máximo de intendente deveria ser aceita por Borges de Medeiros. O término das reeleições dos intermináveis coronéis intendentes foi uma abertura para a ascensão de novas lideranças no jogo político local. A eleição de imigrantes ou descendentes ítalo-germânicos demonstrou um marco para as colônias comprovando a necessidade de recompor uma nova rede de compromisso com dissidentes e opositores, dividindo, com isso, o poder local com esses novos atores políticos. Em alguns lugares, a substituição de antigos desafetos políticos foi notória, além da compartimentação do poder com borgistas e assistidas comprovou a complexidade em articular todas as forças existentes.

O que a oposição assisista pregava nas colônias italianas e alemãs não era somente a troca de um grupo dentro do mesmo jogo político que estava se realizando, e sim uma cooptação política mais acentuada para acender politicamente novos atores no jogo das relações de poderes intencionais. Em função da verificação dos documentos pertinentes a esse trabalho, não podemos afirmar se as referidas colônias da região aqui analisadas se achavam conscientes politicamente e se eram “auto gerenciáveis” com a subida das lideranças locais ao cargo máximo nos municípios coloniais. Talvez seja por isso que o Dr. Érico Ribeiro da Luz, emissário palaciano, tenha mencionado a Borges de Medeiros que buscou entre os elementos republicanos os indicados de acordo como os próprios intendentess diziam ser os “menos duvidosos” para fazer parte das direções políticas locais.

A presença do próprio Dr. Érico consentida pelos intendentess ítalo-germânicos já barrava qualquer possibilidade de que novas formas de fazer política nas regiões coloniais fossem aventadas. Para Borges de Medeiros os novos intendentess deveriam somente obediência ao partido e as suas ordens, mesmo que sua hegemonia já se encontrasse em total declínio, justamente pela falta de homogeneidade partidária, fato esse poucas vezes encontrado nas fontes estudadas.

Não havia consenso no papel que o emissário desempenhava na região para alguns elementos. Apesar dessa dúvida, sua função era clara, ou seja, manter o Partido com uma forte militância, acordar com a dissidência e oposição aos acordos firmados para que as autoridades intencionais fossem mantidas sob a supervisão borgista. As intromissões nos assuntos políticos locais e principalmente nos partidários são visíveis nas fontes disponíveis. Muitas vezes, os acordos fechados, entre pequenos grupos, ocasionavam fissuras irreparáveis, já que era notada uma divergência política muito grande entre os partidários do borgismo e do assisismo em cada município analisado.

As situações de averiguação do desenrolar da crise de hegemonia do borgismo levavam o emissário a ter que ajustar várias conjunturas diferentes em cada município e o desgaste político com o resultado de todas essas negociações foi notório. Como uma forma de resguardar sua posição de confiança de ser o representante borgista em toda a região colonial, o Dr. Érico tentava sempre conciliar as partes divergentes e ao mesmo tempo municiar de argumentos e conhecimento dos casos para Borges de Medeiros poder tomar as decisões mais conflitantes.

O emissário palaciano trabalhou junto às direções partidárias de cada município para aglutinar o maior número de eleitores do PRR e a votação aos candidatos republicanos deveria trazer uma nova perspectiva para a região. O estigma da região rebelde aos ideais do

castilhismo-borgismo depois da Revolução de 1923, deveria ser superado. O borgismo voltou a demonstrar sua força política na região com os resultados auferidos no pleito federal de 1927. Desde sua chegada no Alto Taquari, o emissário Érico Ribeiro da Luz buscou a conciliação dos correligionários republicanos, afastou todos eminentes companheiros dos braços da oposição assisista e conseguiu, com certo êxito, evitar o total dismantelamento do sistema castilhista-borgista na região rebelada. Organizou e deu novas diretrizes às direções políticas de cada município, afastando os que julgava já terem contribuído para o Partido e abrindo espaço para novos atores políticos locais. A ascensão dos intendentes com sobrenomes alemães e italianos veio ao encontro do antigo anseio da elite colonial que era de adentrar à rede de compromisso governamental, afastada pela presença de um coronel ligado ao Palácio Piratini.

Os coronéis intendentes chamados “de fora” não mais atendiam os interesses dos comerciantes e dos industrialistas locais. A segunda e/ou terceira geração destes empresários acumularam um capital socioeconômico maior se considerando com o da primeira geração desse seguimento econômico colonial. Os chefes políticos, nos primórdios da concretização da colônia, tinham vínculos com a próspera, mas em formação elite local, diferentemente se comparados com o grupo pós-1923, ou seja, no início havia a necessidade da implantação e consolidação do castilhismo-borgismo na região. Percebemos o quanto condiz a periodização utilizada nesse trabalho com os desfechos da contextualização do sistema borgista.

Mas o prazo de validade dessa coligação local demonstrou ser tênue demais. Os interesses internos das elites coloniais, junto ao governo estadual, mostraram uma divisão notória com o andamento das eleições intencionais de 1928. Percebemos aqui que a oposição, sendo ela assisista ou parte de uma dissidência republicana, se faz presente com mais força. O lançamento de candidaturas não oficiais e sem o próprio respaldo do já enfraquecido *Ilustre Chefe* só demonstrou a insatisfação de determinados grupos políticos na obtenção de um espaço no jogo local.

Percebemos também que os candidatos desgostosos com a situação política intencional estavam inseridos na rede de compromisso articulado pelo Dr. Érico e rompem com os novos coronéis e se lançam na tentativa de alcançar o poder colonial, isso em virtude do dispositivo do Pacto de Pedras Altas que evitava a reeleição e da confirmação do resultado final do pleito, independentemente do vencedor.

Borges de Medeiros acreditava que logo retornaria à chefia política do Rio Grande do Sul e para isso ocorrer novamente – igual ao seu recuo tático acontecido no pleito estadual de 1907 – teria que articular o Partido outra vez para a sustentação do seu poder com as

ascendentes figuras políticas vinculadas aos interesses da elite colonial. Borges de Medeiros não poderia mais simplesmente intervir nos núcleos coloniais, indicando o seu legítimo representante com os intendentos alinhado somente ao jogo palaciano. As vozes das constantes reivindicações oposicionistas teriam a chance de buscar o acesso a sua rede de compromisso e se essa representação encontrava desprezo pelos líderes de outras facções por parte de Borges de Medeiros, agora a chance de vitória oposicionista tornava-se eminente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álbum do Cinquentenário de Estrela, 1876-1926. Estrela: Intendência Municipal de Estrela, 1926.

Álbum Cinquantenario Della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. 2 v

AMARAL, Sandra Maria do. **Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945.** Ijuí (RS): Ed. UNIJUÍ, 2003.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a revolução de 1923.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929.** Porto Alegre: Paiol, 2011.

_____. Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Org). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)**, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007

BALBINOT, Giovani e TEDESCO, João Carlos. Carretas e carreteiros na Colônia Guaporé, nordeste do RS, no período de 1892-1960. **Revista de História Regional**, Passo Fundo, v. 19/2, n. 9, p. 408-436, jul./dez. 2014.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 4, n. 7, p. 1-16, jul./dez. 1999.

BIAVASCHI, Márcio A. Cordeiro. **A Relação de poder coronelista na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928).** Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

_____. A Atuação de Coronéis Burocratas no Rio Grande do Sul da Primeira República. **Espaço Acadêmico**. <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51biavaschi.htm>>. Acesso em 22 out. 2012.

BONOW, Stefan Chamorro. A Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre e o papel da religiosidade na definição da nacionalidade. **Mneme: Revista de Humanidades**, São Leopoldo, v. 11, n. 29, p. 149-171, jan./jul. 2011.

CADORE, Marcos César. **O jogo do poder: uma análise das relações coronelistas em Encantado (1914-1916).** Encantado, RS: BG, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual.** In: Pontos e Bordados: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COMISSOLI, Adriano e COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul-RS, v. 13, n. 25, p. 11-30, jan./jun. 2014.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul-RS, v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____, SILVA, Haïke Kleber da, SCHMIDT, Benito Bisso. **Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República**. Relatório final de pesquisa – CNPq. Porto Alegre, 1992.

FERNANDES, Dóris Rejane. Redes sociais e políticas no espaço do Vale do Sinos. In: RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel; WITT, Marcos Antônio. (Org.). **Festas, Comemorações e Rememorações na Imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2014, v. único, p. 1720-1743.

FERRI, Gino. **Encantado, sua História, sua Gente**. Encantado, RS: BG, 1985.

FRANCO, Sérgio Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 5. ed. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2013.

_____. O Partido Federalista. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)**, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos. 2007

_____. **A pacificação de 1923: as negociações de Bagé**. Porto Alegre: UFRGS/EST, 1996.

GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (Org.). **Étnias & carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 963-976.

_____. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Considerações acerca de uma história das elites. **Revista Logos**, Canoas-RS, v. 11, n. 1, mai. 1999, p. 41-52.

HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela: história e crônica**. Porto Alegre: UFRGS/Martins Livreiro-Editor, 1983.

_____. Apreciações raciais e sociais no Alto Taquari (1910-1930). In: FISCHER, Luís A. e GERTZ, René E. (Org.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 667-679, jul./dez. 2012.

_____. Autoridades locais e imigrantes italianos: conflitos e consensos. **História (São Paulo. Online)**, v. 29, p. 308-327, 2010.

MOTTA, José do Patrocínio. **República Fratricida: Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1989.

NOGUEIRA, Octaciano da Costa. **Vocabulário da política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.

PALMÉRIO, Mário. **Vila dos Confins**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Borges de Medeiros**. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo 1858-1930**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e as outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)**, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos. 2007

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Revolução Federalista no Vale do Taquari**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

_____. **Lajeado I**. Lajeado, RS: Prefeitura Municipal (editor), 1992.

_____. **Estrela, ontem e hoje**. Porto Alegre, RS: Novak Editora, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. 13. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

THOMÉ, Lauro Néelson Fornari. **O Município de Encantado Através do Tempo**. Caxias do Sul, RS: São Paulo, 1965.

VALDUGA, Gustavo. **Para além do coronelismo**: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2012. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**. Estratégias políticas. Imigração alemã no Rio Grande do Sul no século XIX. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2008.

7. APÊNDICE

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Borges de Medeiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (ABM/IHGRGS) – Porto Alegre

Arquivo Histórico Municipal de Lajeado

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) – Porto Alegre

Arquivo da Prefeitura Municipal de Encantado (APME) – Encantado

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) – Porto Alegre

Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS – Porto Alegre

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Biblioteca UNISINOS – São Leopoldo

Biblioteca UNIVATES – Lajeado

Casa de Cultura Pedro José Lahude – Encantado

Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari (IHGVT) – Lajeado

Memorial Gino Ferri – Encantado

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Museu e Arquivo Histórico La Salle – Canoas

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre

SITES CONSULTADOS

<http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com.br/>

<http://aepan.blogspot.com.br/>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

<http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/cic-vt/o-vale-do-taquari>

<http://soges.com.br/wp-content/uploads/2015/10/A-HIST%C3%93RIA-DA-SOGES.pdf>

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=105&Caderno=0&Noticia=245083>

<http://leandrolampert.blogspot.com.br/2016/02/cronica-crime-barbaro-em-lajeado.html>

<http://adrianospezia.blogspot.com.br/2012/12/conselheiro-leopoldo-spezia.html>

<http://www.regiaodosvales.com.br/noticia/noticia.php?id=40036>

http://blogernidiomigliorini.blogspot.com.br/2012/02/saga-de-ventura-migliorini_20.html

<http://www.nossadica.com.br/historiac.html>